



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Carlos Roberto de Oliveira Lima

**OS ARQUIVOS DO SÉCULO XIX COMO POSSIBILIDADE DE
“*ENXERGAR ANTIGAMENTES*”:** Educação de surdos no Brasil imperial

Campo Grande, MS

2025



CARLOS ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA

**OS ARQUIVOS DO SÉCULO XIX COMO POSSIBILIDADE DE
“ENXERGAR ANTIGAMENTES”:** Educação de surdos no Brasil imperial

Relatório de tese de doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Educação.

Linha de Pesquisa: Educação, Cultura, Sociedade.

Grupo de Estudos e de Investigação Acadêmica nos Referenciais Foucaultianos (Geiarf/CNPq).

Orientador: Prof. Dr. Antônio Carlos do Nascimento Osório.

Campo Grande, MS

2025

Carlos Roberto de Oliveira Lima

**OS ARQUIVOS DO SÉCULO XIX COMO POSSIBILIDADE DE
“ENXERGAR ANTIGAMENTE”:** Educação de surdos no Brasil imperial

Relatório de tese de doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Educação.

Campo Grande, MS, 27/06/2025.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Antônio Carlos do Nascimento Osório – UFMS
Presidente – Orientador

Profa. Dra. Lucyenne Matos da Costa Vieira-Machado – UFES
Membro Externo – Titular

Profa. Dra. Vanessa Regina de Oliveira Martins – UFSCar
Membro Externo – Titular

Prof. Dr. Marcelo Victor da Rosa – UFMS
Membro Interno – Titular

Prof. Dra. Carina Elisabeth Maciel – UFMS
Membro Interno – Titular

Prof. Dr. Linoel de Jesus Leal Ordoñez – UFMS
Membro Interno – Suplente

Para Carlay Schumacker Valeriano

Por me ensinar o significado da palavra “amor”.

AGRADECIMENTOS

Há uma música que aprendi a gostar com o tempo. A letra de sua composição, escrita pelo artista Charlie Brown Jr., aponta caminhos que precisei seguir para manter o trajeto desta tese. Juntamente a esta canção, *Pontes Indestrutíveis*, gostaria de registrar meus sinceros agradecimentos a todos que “cuidaram de mim” neste percurso.

Aprendi nestes últimos anos de pesquisa a tomar cuidado para que não abalem minha fé. E, então, me protegi unindo-me a pessoas que me acolheram e seguraram minha mão quando a queda parecia não ter fim. A música de Charlie Brown Jr. volta e meia ressoava em meus ouvidos: “Resgate suas forças e se sinta bem, rompendo a sombra da própria loucura, cuide de quem corre do seu lado e quem te quer bem, essa é a coisa mais pura”.

Desta forma, tentando cuidar de quem correu do meu lado e me quis bem durante este trajeto, primeiramente, gostaria de demonstrar minha imensa gratidão à Eunice Maria Pinheiro que, quando não havia mais condições de sobrevivência, suplantou meus dias e me concedeu formas de continuar a existir.

Sem o auxílio recebido para que eu pudesse conseguir ocupar os espaços e prestar os concursos em outros estados, onde minhas condições financeiras e materiais não poderiam alcançar, o sonho de ser efetivo não teria me alcançado. Serei eternamente grato por sua vida existir, Eunice.

O apoio das colegas de doutoramento Thaís Cardozo de Souza e Liléia Souza Leite também se compuseram de um bálsamo de confiança e possibilidade de existência. Ter compartilhado com vocês um pedaço de minha vida me tornou um ser melhor. Não tenho condições de esquecer das alegrias e dores divididas.

De semelhante forma, agradeço toda a atenção e momentos de cuidado recebidos e doados com a querida amiga Rosane Toebe Zen que, durante minha estadia em Maracaju, foi uma companheira de luta que esteve ao meu lado para o enfrentamento das adversidades dos dias vividos em resistência.

Agradeço imensamente a todo cuidado afetivo recebido durante todos estes anos de pesquisa. Sobreviver a uma pandemia enquanto se produz uma dissertação e emendar em um doutorado sem estabilidade financeira requer estratégias de sobrevivência e um cuidado emocional extremamente cauteloso. Portanto, gratidão Franciele Ariene Lopes Santana. Sua companhia (presencial ou virtual) é sempre digna de discutir o que nos faz humanos, entre pães e vinhos...

Memorizo uma gratulação aos queridos colegas da UEMS, unidade Maracaju, que conheci durante o ano de 2023. Sou agradecido por terem me recebido, apoiado e tornado este processo menos penoso – em especial, Rosane Toebe Zen, Wilker Solidade da Silva e Nubea Rodrigues Xavier.

Registro meus agradecimentos aos novos companheiros de trabalho que passam a fazer parte da minha rotina a partir de 2024 no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet-RJ), unidade Nova Friburgo: Jardel da Silva Costa; Rafaela Oliveira Moreira; Alessandra Mitie Spallanzani; Guilherme Guedes de Almeida; Gustavo Antônio Montenegro Guttmann e Diego Dias Uzêda. Sou feliz pela oportunidade de conhecê-los nesta nova etapa da vida.

Sinto a necessidade de mensurar e reafirmar meu agradecimento a Eunice Maria Pinheiro, Thaís Cardozo de Souza, Liléia Souza Leite e a Rosane Toebe Zen. Sem a amizade, compreensão, apoio e disponibilidade de doarem-se e estarem comigo neste processo eu teria sucumbido. Eunice, Thaís e Liléia em Campo Grande, e Rosane em Maracaju. Obrigado por cuidarem de mim!

Agradeço imensamente aos professores da banca de qualificação e defesa deste processo de doutoramento, pelo carinho e atenção com minha pesquisa: Antônio Carlos do Nascimento Osório, meu orientador; Lucienne Matos da Costa Vieira-Machado; Vanessa Regina de Oliveira Martins; Marcelo Rosa; Carina Elisabeth Maciel e Linoel de Jesus Leal Ordoñez. Obrigado pelo cuidado demonstrado com minha pesquisa e meu trajeto pessoal dentro da área acadêmica.

Sinto-me frágil e extremamente forte. Com dentes e unhas para morder o mundo. Com um desejo de existência e descoberta de si cada vez mais intenso. Eu aprendi a olhar com prazer no espelho, e isso não tem preço. Esse caminho é fruto de uma promessa. Uma honraria. Sou feliz por ter conseguido concluir este percurso.

E em vistas deste momento de agradecimento, gostaria de marcar neste espaço meu mais puro sentimento de gratidão a quem entrou na minha vida como uma promessa de infância, com gosto de afeto, sensação de ternura e recuperou os cacos do que sobrou dentro de mim. É preciso reconhecer que merecemos amor e eu só fui aprender o que é viver essa experiência agora, quando um ser de luz entrou na minha vida mudando tudo que eu sabia. Isso a gente não consegue descrever. É um sentimento intraduzível. Carlay Schumacker Valeriano, sou feliz por ter aprendido o que significa amar com você!

Por último destaco que este trabalho investigativo foi realizado no interior do Grupo de Estudos e Investigação acadêmica nos Referenciais Foucaultianos (GEIARF/CNPq) composto

por acadêmicos do ensino de graduação e de pós-graduandos dos cursos de mestrado e doutorado dos Programas em Educação (Faculdade de Educação) e Psicologia (Faculdade de Ciências Humanas) da UFMS, além de supervisionar estágios pós-doutoral e interessados, vinculados ou não a outros programas de pós-graduação de outra instituições, em discutir as bases epistemológicas foucaultianas pelas obras originais (e/ou traduzidas). Este Grupo de Estudos funciona há 28 anos.

É preciso dar o máximo de oportunidades ao impossível e dizer-se:
como esta coisa impossível efetivamente aconteceu?

Michel Foucault (2006a)

RESUMO

Convencionou-se que a educação de surdos em território nacional se inicia na segunda metade do século XIX, com a chegada de Edouard Huet e a criação do atual Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) em 1856. Pesquisas anteriores a este período e que consideram o Brasil como recorte são, praticamente, inexistentes. Desta forma, desejo contribuir com a história da educação de surdos olhando para um espaço de tempo que se mantém silenciado (em relação a tudo que já foi dito), entretanto, com muitas vozes quando acariciado com maior cuidado, tendo como objetivo: compreender nas práticas discursivas da sociedade *braziliense* da primeira metade do século XIX as produções de normas sociais que atravessaram vidas surdas e suas possibilidades de existência. Desta forma, compreender as normas que circulavam no Brasil Império deste referido período (1801-1850) buscando esquadriñar as motivações para que a criação do INES fosse possível em 1856 é a ‘jornada’ contida nesta investigação. A pesquisa se caracteriza, em sua classificação, como histórico-documental, descritiva e de cunho qualitativo. As fontes primárias levantadas foram tratadas a partir de uma inspiração foucaultiana com a intercessão literária de Manoel de Barros como possibilidade de ficcionar a realidade e a materialidade dos dados. A narrativa construída nesta análise é possível de ser compreendida por intermédio da invenção de quatro campos de saberes acerca da surdez: Literário, Legislativo, Imperial e Médico. Dentro deste aparato, a tese deste estudo aponta para o pensamento de que a criação do atual INES se tornou possível devido às constituições de imaginários que circularam neste momento histórico, dentro destes campos, dando possibilidade de inscrever a surdez nas normas sociais de sua época. As conclusões destacam que a surdez passou a existir nas linhas documentais a partir de um jogo mútuo entre tais instituições fabricadoras de normas que, no decorrer das leituras, aparecem conferindo o suporte para a construção de um dispositivo da surdez, condicionando e direcionando as possibilidades de vidas surdas neste momento histórico.

Palavras-chave: Educação de Surdos. Dispositivo da Surdez. Brasil Império. INES. Surdez.

ABSTRACT

It is generally accepted that deaf education in Brazil began in the second half of the 19th century, with the arrival of Edouard Huet and the creation of the current National Institute of Deaf Education (INES) in 1856. Research prior to this period that considers Brazil as a focus is practically nonexistent. In this way, I wish to contribute to the history of deaf education by looking at a period of time that remains silent (in relation to everything that has been said), but which has many voices when examined with greater care, with the objective of understanding the discursive practices of Brazilian society in the first half of the 19th century, the production of social norms that permeated deaf lives and their possibilities of existence. Thus, understanding the norms that circulated in Imperial Brazil during this period (1801-1850) and seeking to scrutinize the motivations that made the creation of INES possible in 1856 is the 'journey' contained in this investigation. The research is characterized, in its classification, as historical-documentary, descriptive and of a qualitative nature. The primary sources raised were treated from a Foucaultian inspiration with the literary intercession of Manoel de Barros as a possibility of fictionalizing reality and the materiality of the data. The narrative constructed in this analysis can be understood through the invention of four fields of knowledge about deafness: Literary, Legislative, Imperial and Medical. Within this framework, the thesis of this study points to the idea that the creation of the current INES was made possible due to the constitutions of imaginaries that circulated at this historical moment, within these fields, making it possible to inscribe deafness in the social norms of their time. The conclusions highlight that deafness came to exist in the documentary lines from a mutual game between such norm-making institutions that, in the course of the readings, appear to provide support for the construction of a deafness device, conditioning and directing the possibilities of deaf lives at this historical moment.

Keywords: Deaf Education. Deafness Device. Imperial Brazil. INES. Deafness.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANTT	Arquivo Nacional da Torre do Tombo
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Cefet/RJ	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
CPL	Casa Pia de Lisboa
Delemaph	Delegacia de Repressão aos Crimes contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico
FBN	Fundação Biblioteca Nacional
Finep	Financiadora de Estudos e Projetos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IJRP	Instituto Jacob Rodrigues Pereira
INES	Instituto Nacional de Educação de Surdos
S.A.R	Sua Alteza Real
S.M.	Sua Majestade
SEI	Sistema Eletrônico de Informações
UEMS	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
V.M.I	Vossa Majestade Imperial

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Diário de Bordo: leituras e pesquisas para a composição da tese.....	55
Figura 2 – Fachada de entrada do Instituto Nacional de Educação de Surdos.....	58
Figura 3 – Altar da Capela do INES	60
Figura 4 – Oratório da Capela do INES	60
Figura 5 – Representação de Geraldo Soares de Almeida	63
Figura 6 – Victor ou o menino da selva, em quatro volumes.....	79
Figura 7 - Divulgação de peça teatral em 1830.....	85
Figura 8 – Organização da Monarquia Constitucional.....	133
Figura 9 – Tela “Adoração do Menino Jesus”, da exposição Grondona.....	146
Figura 10 – Capa da Sentinela da Liberdade à beira mar da Praia Grande.....	148
Figura 11 – Quantitativo de surdos e mudos existentes em 1830	179
Figura 12 – Alfabeto manual dos surdos-mudos	182
Figura 13 – Esquema para o surgimento do campo de saber religioso	190

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Documentos coletados para a construção do Campo de Saber Literário	48
Quadro 2 – Documentos coletados para o Campo de Saber Legislativo	49
Quadro 3 – Documentos coletados para o Campo de Saber Imperial	50
Quadro 4 – Documentos coletados para o Campo de Saber Médico	51
Quadro 5 – Ilustração das famílias do enunciado “surdo”	52
Quadro 6 – Ilustração das semelhanças de famílias do enunciado “surdo”	53
Quadro 7 – Observações médicas acerca de situações relacionadas à surdez	169

SUMÁRIO

PRÓLOGO.....	15
INTRODUÇÃO	20
SEÇÃO 1: DELIMITAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS: A ESCRITA COMO POSSIBILIDADE DE EXPERIÊNCIA	32
1.1 A arqueogenealogia foucaultiana como possibilidade de <i>enxergar antigamente</i>	33
1.2 Abrindo a caixa de ferramentas: escolhendo as armas para o embate.....	41
1.3 A perspectiva serial como possibilidade de tratamento das fontes: apresentação dos documentos.....	46
1.4 Visita ao acervo do INES: experimentando a materialidade pesquisada	57
SEÇÃO 2: COMPOSIÇÃO DO CAMPO DE SABER LITERÁRIO: AS POSSIBILIDADES DE CRIAÇÃO DE IMAGINÁRIOS DA SURDEZ.....	65
2.1 A possibilidade de criação de um imaginário da surdez ou de um <i>mundus imaginalis</i>	66
2.2 Vadios e enjeitados: a abertura de possibilidades imaginárias para as linhas da surdez....	68
2.3 Literatura e as construções sociais: narrativas que formam imaginários	73
2.4 Teatro e poesia: as artes como potência educacional de condutas	81
2.5 Patriotismo: o bom cidadão, amante de sua pátria e defensor do governo.....	92
2.6 És marinheiro ou branco?: a demarcação da diferença <i>braziliense e portuguesa</i>	95
SEÇÃO 3: COMPOSIÇÃO DO CAMPO DE SABER LEGISLATIVO: REGIMES DE CONSTITUIÇÃO DE VIDAS SURDAS NO BRASIL.....	100
3.1 Cortem as cabeças: marcas da inconfidência e a punição como espetáculo	101
3.2 Conjuração Baiana: condições de imersão no campo legislativo.....	104
3.3 O sistema de preferência de serviços: a lógica do merecimento e da capacidade.....	109
3.4 O taquígrafo surdo: João Caetano de Almeida e Silva.....	112
3.5 O senador surdo: Estevão José Carneiro da Cunha (1762-1832)	115

SEÇÃO 4: COMPOSIÇÃO DO CAMPO DE SABER IMPERIAL: MARCAS SURDAS NA CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA DO <i>BRAZIL</i>.....	123
4.1 A construção de uma monarquia constitucional: viva à sua majestade imperial!	124
4.2 Estruturação monárquica e a descrição dos quatro poderes	129
4.3 A noite da agonia: a dissolução da assembleia constituinte e legislativa de 1823	136
4.4 O periodiqueiro surdo: José Estêvão Grondona (1783-1850)	144
SEÇÃO 5: COMPOSIÇÃO DO CAMPO DE SABER MÉDICO: CARIDADE E REPUTAÇÃO COMO CONDIÇÕES PARA A CRIAÇÃO DE INSTITUIÇÕES ESPECIALIZADAS	153
5.1 A construção de um saber médico brasileiro: a representação das artes de curar	154
5.2 Práticas de higiene pública e a reorganização espacial da vida em sociedade	160
5.3 Práticas de <i>memórias</i> e <i>observações</i> das doenças e do corpo molestado	164
5.4 A importância das áreas médicas especializadas: irrupções de saberes brasileiros	175
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	187
DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA.....	204
REFERÊNCIAS	215

PRÓLOGO

*Eu cheguei aonde cheguei
porque tudo que planejei deu errado.
É a pura verdade...*

Rubem Alves (2011).

“Agora, você tem dentes e unhas. Agora você pode morder o mundo, se quiser”, disse a pessoa mais importante que, até agora, passou pela minha vida. Era julho de 2019 e eu havia acabado de ingressar no mestrado em Educação na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus do Pantanal.

Mal sabia eu que acabara de embarcar em uma viagem que mudaria extremamente os trilhos de minha vida. Aprendi tanto durante este processo. Tanto sobre as normas e condutas que foram estabelecidas e mantidas para eu caminhar. Aos poucos, eu estava colocando fogo em tudo. Retirando as escamas dos olhos e entendendo os motivos de minhas escolhas (que não eram somente minhas).

“Agora você já é uma pessoa decente... Vai fazer mestrado e doutorado”, continuou a *pessoa mais importante do universo*. Eu consenti. Fiz uma promessa. Eu iria, sim, morder o mundo. Iria, sim, fazer doutorado. Eu estava escolhendo seguir este caminho. Em minhas respostas havia tanta fúria, desejo e rancor. Mas seria feito. Era uma determinação estipulada e eu não deixaria nada impedir este processo.

As falas acima transcritas funcionaram (e ainda funcionam) como um mantra catalisador de potência para que eu não permaneça o mesmo. Foram ditas no maior momento de dor e separação que já experimentei. Entretanto, a dor, com o passar dos anos, veio a tornar-se outra coisa: a engrenagem do caos que tanto produz rupturas e tem me levado a lugares que, antes, eu jamais sonharia almejar.

Consegui, com o apoio de muita terapia, recobrar alguns sentimentos deixados de lado. Finalizei o mestrado em julho de 2021 e, em dezembro do referido ano, já estava aprovado no curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus Cidade Universitária. Havia fogo em meus olhos. Eu entendia o jogo das relações e sentia-me apto a mobilizar as peças do discurso. Eram meus dentes e unhas sendo afiados para morder o mundo. Eu me propus a jogar.

No primeiro ano do processo de doutoramento, precisei cursar as disciplinas presencialmente em Campo Grande e, sendo servidor no campus de Corumbá desde 2019, precisei contar com o apoio institucional materializado no “horário especial para servidor estudante” que consiste em uma flexibilização de horários para que o profissional possa conciliar a carga horária de trabalho e estudo, reformulando a distribuição de horas trabalhadas durante a semana.

Ao fim do primeiro semestre fui surpreendido por uma denúncia verbal que havia chegado à direção do campus do Pantanal afirmando que eu estava ilegalmente em Campo Grande. Aos poucos, comecei a receber “sutis” e-mails com orientações gerais encaminhadas para todos os servidores afirmando que o processo solicitado não dava o direito de deslocamento, ou seja, eu deveria regularizar minha situação “para evitarmos possíveis problemas administrativos”.

O quantitativo de e-mails passou a aumentar. No dia 30 de junho de 2022 recebi, diretamente, a seguinte notificação: “Não tramitou pela Direção o seu pedido de afastamento para as atividades relacionadas ao Doutorado. As Ações de desenvolvimento em serviço, não autoriza o servidor se ausentar da Unidade de Lotação sem Portaria”.

O jogo das relações havia começado. Para realizar o processo de horário especial foi solicitada, pela minha chefia imediata, orientação à direção sobre como proceder. Fizemos o processo que a direção nos aconselhou. Seguimos o passo a passo ofertado justamente para evitar problemas futuros.

Essa informação acerca da “ausência da unidade de lotação” não nos foi repassada e, em nosso imaginário, não configuraria problemática por estarmos seguindo a orientação do diretor do campus. Agora eu estava irregular e ainda tendo que lidar com afirmações como: “apresente justificativas da ausência da Unidade sem autorização”, “regularize sua situação com comprovação para justificar o afastamento para que não sejam lançadas faltas”, entre outras “sutis” formações discursivas registradas nos e-mails.

Como a direção negou as próprias informações prestadas e o conhecimento de que eu fazia doutorado, mesmo com o pedido de “horário especial para servidor estudante” assinado por todas as instâncias, inclusive pela própria direção, tive meu primeiro embate. Após uma reunião de meia hora com a gestão, pude voltar para Campo Grande no segundo semestre. Entretanto, realizando solicitações de afastamentos semanais, fielmente, sob o risco de voltar a estar irregular.

Tendo que lidar com essa nova realidade, precisei manter duas casas: em Corumbá, onde eu trabalhava e, em Campo Grande, onde estudava. O salário de técnico já não suplantava os gastos do mês. As coisas começaram a ficar apertadas. As contas acumularam. Eu não sabia o

que fazer/pensar/agir, somente tinha certeza de que manteria o doutorado a todo custo. Em minha mente só havia um único mantra: eu não havia feito a escolha errada.

Desta forma, concluí o primeiro ano de doutoramento sob um processo de resistência. Quando 2023 se iniciou e, para poder continuar a pesquisa (acompanhando o grupo de estudos, orientação, deslocamento para o Rio de Janeiro, entre outras ações oriundas da pesquisa) solicitei, *novamente*, orientação à minha chefia sobre como proceder. Em resposta, fui aconselhado a criar um processo no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) com anuência do meu orientador descrevendo as ações que eu realizaria para que, após assinado por ela, fosse encaminhado para a direção dar ciência e ser produzida a portaria de afastamento.

Assim foi feito. Entretanto, a direção da unidade segurou meu processo, mantendo-o na gaveta do esquecimento. Ao me encontrar pelos corredores, minha existência parecia ser invisível. Estava sendo ignorado para que a necessidade de dar explicações não existisse. O tempo foi passando e a fúria transbordava em meus olhos. Eu sentia cada gota do meu ser determinado a encontrar formas de resistência.

Tentei todas as alternativas possíveis de conciliar a pesquisa com o trabalho. Foi-me negado o afastamento para servidor estudante, afastamento integral e Ação de Desenvolvimento em Serviço. Não havia formas de continuar. Em minha mente, os mantras continuavam: “Agora, você tem dentes e unhas. Agora você pode morder o mundo, se quiser”. Eu havia prometido: “Vou fazer mestrado e doutorado”.

Foi então que busquei possibilidades fora da instituição. Realizei processos seletivos e concursos para cargos efetivos em outras instituições federais (dentro e fora do estado de Mato Grosso do Sul) e, também, me inscrevi para concorrer no edital de bolsas do programa, sendo contemplado em sétimo lugar em um total de oito bolsas. Com a chamada para assinar o contrato e a exigência da Capes de não haver vínculo de trabalho, encontrei uma forma de manter a pesquisa.

Fui à sala da minha chefia e contei os acontecimentos dos últimos meses. Mencionei que meu processo estava engavetado na direção e propositalmente parado. Afirmei ter “morrido” três vezes nos últimos anos: quando a direção negou sua própria assinatura e encampou uma denúncia oriunda da falta de uma orientação adequada, gerada por ela mesmo; quando o afastamento integral me foi negado sob a justificativa de que “[...] no campus não há outro técnico para desempenhar suas funções. Caso o candidato tiver interesse, poderá realizar suas atividades com ação de desenvolvimento em serviço” – mas eu estava solicitando a ação de desenvolvimento em serviço e a direção da unidade protelando a autorização; e, a terceira morte, quando comecei a ser ignorado nos corredores da unidade para evitar as explicações do

“porquê” de o processo seguir engavetado. Mostrei a chamada da bolsa e, então, anunciei meu pedido de exoneração.

Havia uma determinação inabalável: nada atrapalharia este processo de doutoramento. Eu havia encontrado uma forma de resistir. Após quatro anos como servidor público na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus do Pantanal, no dia 11 de abril de 2023 minha exoneração foi lançada no Diário Oficial da União.

Regressei a Campo Grande e, confiante na escolha elegida, segui para assinar o contrato de bolsa que, por queda de nota do programa na avaliação Capes, teve seu quantitativo diminuído. Dentre as oito bolsas disponíveis, três haviam sido cortadas, e somente os cinco primeiros lugares da chamada receberam o auxílio. Perdi o emprego e a bolsa de estudos.

Os dias começaram a passar. O fundo do poço principiou a aparecer. Eu estava lutando psicologicamente para provar a mim mesmo que a escolha feita não havia sido um erro impensado. Principiei um adoecimento psicológico. A cada dia que passava, menos eu dormia e mais eu estudava. Dediquei-me a isso de uma forma extremamente intensa.

Ao todo foram lidas, somando os documentos coletados para a elaboração deste relatório, 21.273 páginas. Foram recortados, impressos, ajuntados por campo de saber e analisados 995 recortes de gazetas e, também, 1.807 excertos em modelo de fichamento digitados em Excel. Um sacerdócio. O montante que compõe o universo desta pesquisa.

Não demorou muito e, com o passar dos dias, começaram a chegar as notícias de aprovação nos processos seletivos prestados. Desta forma, assumi um contrato com a unidade de Maracaju da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) para o ano de 2023. O contrato me proporcionou tempo e disponibilidade para conciliar os estudos e o trabalho – um cuidado não recebido sendo efetivo do campus do Pantanal da UFMS.

Assim, eu consegui ir resistindo ao ano de 2023. Jamais esquecerei as coisas que precisei fazer para sobreviver e as pessoas que seguraram minha mão. Quem correu ao meu lado e me auxiliou a estar são e salvo. Fiz minha qualificação no dia 21 de novembro de 2023. Um carinho extremo pelo apoio recebido da banca neste momento. Não tenho como agradecer o suporte pelas palavras recebidas.

Houve muito medo de pensar o que aconteceria nos próximos dois anos de doutoramento, mas uma coisa ainda é certa: eu tenho unhas e dentes para morder o mundo e, nada, nada, nada, impedirá que este processo seja concluído. Eu prometi. Comprei briga com o mundo para manter este percurso. Honrarei minha palavra.

Ao final de 2023, dia 28 de novembro, é lançado no Diário Oficial da União o resultado final do concurso realizado no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da

Fonseca (Cefet/RJ), unidade Nova Friburgo, no estado do Rio de Janeiro, e minha colocação em primeiro lugar para o cargo de docente efetivo de Língua Brasileira de Sinais. O caminho foi traçado. Comprei um embate homérico para estar no Rio e, agora, aqui se tornou o meu lar.

Larguei tudo para trás, uma vida inteira. Amigos, família, casa, lembranças, dores e amores. Despi-me de absolutamente qualquer amarra que pudesse me fazer ter medo. Meu lugar não era mais em Campo Grande. Eu ansiava por desaparecer. O ano de 2024 se iniciou. Entrei em um ônibus e viajei por três dias, somente com a passagem de ida e uma mala nas mãos, para um futuro desconhecido.

Estar e Ser servidor público no estado do Rio de Janeiro me proporcionou o que eu esperava encontrar no campus do Pantanal: apoio. Aqui, fui extremamente bem recebido pelos novos colegas, gestores institucionais e, principalmente, pelos acadêmicos que passaram pelas minhas disciplinas.

Neste processo, a cada dia me (re)conheço como uma figura adjetivada de “docente”. A cada novo encontro com os estudantes nos proporcionamos um ajuntamento onde possamos conhecer e questionar acerca de nós mesmos, dos dispositivos a que estamos submetidos, sobre os valores, atitudes e hábitos que estamos incorporando e como essas ações interferem no nosso modo de conhecer e estar no mundo.

A dignidade de ter condições mínimas de subsistência chegou. Eu sobrevivi ao inferno em que entrei. Cumpri minha promessa: criei dentes e unhas para poder morder o mundo, se eu quiser. Honrei a quem me abriu os olhos para entender como as relações de poder funcionam e como podemos resistir em práticas de liberdade a experiência da vida. Não sem dor, mas com afeto.

Este prólogo foi escrito porque as possibilidades de vida do pesquisador interferem no processo de pesquisa. As possibilidades materiais. Condições de existência, psicológicas. Possibilidades de locomoção intermunicipal e interestadual. Tudo o que está narrado neste pequeno texto constitui-se como parte integrante do relatório de tese que se segue. E nada do que foi produzido a seguir pode ser desvinculado da dor e delícia de ser esse corpo dissidente que, agora, consegue atuar sobre as maquinarias das relações.

INTRODUÇÃO

*A de muito que na Corruptela onde a gente vivia
 Não passava ninguém [...]
 Por isso a gente pensava sempre que o dia
 de hoje ainda era ontem.
 A gente se acostumou de enxergar antigamentes.*

Manoel de Barros (2006).

O delirar das palavras de Manoel de Barros e seus arranjos verbais o fez ser considerado por Carlos Drummond de Andrade como o “poeta maior”. É inegável que sua escrita carrega consigo algo de sublime ao tratar de evocar novas possibilidades e ações para seres que nossa imaginação jamais poderia considerar possível de ser/existir. Toda essa grandeza ao trabalhar com as pequenezas rendeu-lhe o título de “poeta das miudezas”.

É por acreditar nas tresloucadas escolhas de Manoel e por entender e considerar que a (des)ordem das palavras e das coisas feitas por ele são produtivas e sublimes que abro a introdução deste relatório com uma defesa literária para me acompanhar nas linhas de escrita que se seguem. Eu acredito nos delírios de Manoel, Borges, La Mancha e Foucault. Acredito que, pela interseção de Manoel, aprenderei, a seu modo, a *enxergar antigamentes*.

Acredito que, assim como Manoel, também Michel Foucault delira ao utilizar as palavras e lhes concede algo de, ademais, sublime. Ao afirmar que o começo histórico das coisas é sempre baixo, não como o passo da pomba, mas próprio para se desfazer toda ênfase; ou quando aduz que seu trabalho “estava diretamente ligado à forma das portas nos asilos, à existência das fechaduras, etc.”, criando um rasgo em meu interior que não consegue alcançar, em uma forma literal, como ele planejava que seus escritos “atravesassem muros, fizessem saltar fechaduras, abrissem janelas!” (Foucault, 2006a, p. 76), embora consiga entender o quanto suas obras realmente o fazem, em um sentido figurado.

Por considerar tais delírios produtivos tornando as miudezas passíveis de narrativas é que busco abrir possibilidades para olhar o fenômeno da surdez por uma abordagem diferente daquela tradicional. É por tentar ficcionar a realidade que trago para minha escrita Manoel. Penso que estes, Manoel e Foucault, podem conversar nos descaminhos e nas incertezas das significações e me interessa, neste sentido, me arriscar no delírio e no sublime.

Desta forma, delirando, me aventuro em uma investigação acerca de possibilidades de vidas surdas em território brasileiro na primeira metade do século XIX. Este intento se manifesta em meu ser por perceber, nos discursos e produções históricas já existentes, diversas lacunas ao se tratar da educação de surdos.

Entretanto, de igual forma, percebo que há certa aceitação destas brechas e, atrevo-me dizer, encorajamento para que a história permaneça sendo reproduzida de uma única forma. Parece-me haver uma investida em regulamentar as possibilidades históricas que narram essas enunciações. Tal naturalização discursiva me incomoda. É a partir deste desconforto que proponho, eu mesmo, ir bisbilhotar o que as páginas do tempo materializadas nos documentos podem encerrar.

Assim, preciso traçar algumas linhas sobre minhas escolhas e justificá-las. Prefiro manter a ortografia de determinados enunciados segundo a forma que se manifestam nas gazetas e jornais da época. Entendo que a construção deste relatório deve permanecer de acordo ao período consagrado neste estudo. Desta forma, considere anacronismo utilizar determinadas grafias da atualidade para me referir à primeira metade do século XIX.

Tais palavras como, por exemplo, *Brazil*, *brazilienses*, *brazileiros*, *enjeitados*, *ochlocracia* e etc. aparecerão em itálico para facilitar seu reconhecimento e contextualização com o período escolhido. Nesse mesmo sentido, ao trazer trechos inteiros dos documentos para as linhas da pesquisa incorporo, também, a grafia da época sem a pretensão de adequá-la à nova reforma ortográfica da língua portuguesa.

Feito este adendo, pode-se dizer que a educação de surdos em território brasileiro se inicia na segunda metade do século XIX, com a chegada de Huet ao Brasil e a fundação do atual Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), no município do Rio de Janeiro. Essa é a narrativa que encontramos em diversas obras como, por exemplo, Heloíse Diniz (2011), Solange Rocha (2007, 2010, 2018), Fernanda Pinto (2006), Liliane Oliveira (2011) e tantas outras produções.

Segundo as palavras de Solange Rocha (2018, p. 14): “a educação de surdos no Brasil tem sido estudada a partir da fundação, no ano de 1856, do Collégio Nacional para Surdos-Mudos de Ambos os Sexos. A pesquisa documental em período anterior a este marco praticamente inexistente no Brasil”.

Por tal carência, volto a cinquenta anos antes da criação do atual INES. Por tal lacuna, desejo contribuir com a história da educação de surdos olhando para um espaço de tempo tão silenciado (em relação a tudo que já foi dito), entretanto, com muitas vozes quando acariciado com maior cuidado. É essa miudeza que me interessa borboletar.

Muitas justificativas já foram tensionadas nas pesquisas em relação à criação do INES e sobre quais motivações teria D. Pedro II acerca da educação de surdos para “criar” o instituto em um momento histórico onde a instrução do povo não era prioridade para a Corte. Foi inventada, discursivamente, até mesmo a existência de um membro surdo no seio da família imperial, filho de Princesa Isabel, como pretexto da criação de um colégio para este grupo em solo brasileiro.

Tal problemática tirou-me o sono por alguns anos e, então, propus-me a investigar, historicamente, a veracidade deste fato. Como resultado de um levantamento de produções pude comprovar a inexequibilidade de tal narrativa. Princesa Isabel, no período de criação do *Colégio de Surdos-Mudos*, conforme cronologia histórica, nasceu em 1846: portanto, em 1856 estaria com dez anos de idade, o que a impossibilitaria de ter filhos segundo a história do Brasil Império (Lima, 2020, 2022, 2023).

Encontrada a falha na matriz de pensamento que, rotineiramente, aparece nas pesquisas e publicações de pesquisadores da área de educação de surdos, interessou-me localizar como esta narrativa se formou. Continuei a vasculhar as publicações e, em determinado momento, entendi que a existência deste neto nunca foi um problema do século XIX. Esta é uma invenção de nosso tempo.

O discurso do “neto surdo de D. Pedro II, filho de Princesa Isabel” é uma narrativa que surge em registro escrito na dissertação de Reis (1992), fruto de uma entrevista realizada com Geraldo Cavalcanti de Albuquerque onde o entrevistado pontua *correr informação* de que foi por ter um neto surdo, filho de Princesa Isabel, que “D. Pedro II teria trazido para o Brasil o professor Huet para iniciar o ensino do surdo no Brasil” (Reis, 1992, p. 58).

Como apontado pela história geral do Império, tal relato não encontra subsídios para se manter. Entretanto, autores e autoras que tiveram acesso à obra retiraram a incerteza e imprecisão apontada por Reis e seu entrevistado e afirmaram haver existido tal neto surdo. As afirmações publicadas posteriormente, sem consultas à fonte original, passaram a ganhar espaço nas pesquisas em educação de surdos e criaram um imaginário de pertencimento, dando materialidade, existência e personalidade a esta criança surda.

Hoje, este menino sem nome e sem rosto, integrante da família imperial, ocupa um lugar no imaginário social das comunidades surdas espalhadas pelo Brasil. É real para quem vê em sua materialidade uma existência capaz de lhes gerar um sentimento de pertencimento e de atuação na história de seu país (Lima, 2023).

Seu *status* de verdade está encampado por publicações com validade científica (teses, dissertações, livros, artigos e etc.). Acadêmicos de cursos de graduação estão estudando sobre

a importância desta figura sem registro. Este membro surdo torna possível dizer: “‘nós sempre existimos’, ‘sempre deixamos nosso rastro na História’, ‘nós estivemos entre as famílias importantes do passado’, ‘já fomos príncipes e princesas’” e etc. (Lima, 2023, p. 85).

Entretanto, se a justificativa que eu sempre aceitei como verdadeira e validei como “oficial” para a criação do atual INES não ocupa mais este lugar cristalizado, qual poderia ser a motivação ou sob quais tramas a sua existência se tornou possível? A partir deste deslocamento de pensamentos, fui acometido de muitas perguntas que me fizeram culminar nesta investigação.

Destaco algumas destas questões mobilizadoras que podem exemplificar minhas inquietações: quais saberes existiam e circulavam entre o povo *braziliense* da primeira metade do século XIX para que a criação do INES fosse possível a partir da segunda metade? Que possibilidades de vidas surdas existiam nesse meio século que são descartadas das análises minuciosas em prol da edificação de um ponto de partida? Como eram conduzidas e sob quais normas se mantinham?

Olhar para essas questões significa que as respostas não estão no INES, mas sim no jogo de relações formado anteriormente à sua concretização. Assim como Witchs (2022, p. 96) também “[...] entendo que a surdez passou a ser precisamente documentada a partir do momento em que os surdos se tornaram governáveis”, o que torna meu intento ainda mais desafiador. Voltar para um período tão anterior e analisar um momento no qual a possibilidade de governo destes sujeitos não havia entrado nas malhas do poder requer tato e delírio.

Desde 2017, quando conjecturei a observar o passado, este aparato da história da educação de surdos (a partir do marco inicial de 1856) me gera desconforto por demarcar a sensação de edificação de uma “gênese”, “princípio” ou “fundamento” para sustentar a linearidade histórica contada e, automaticamente, gerir o apagamento de tantas outras vidas e possibilidades surdas que não estão contempladas nesse recorte e, assim, permanecem silenciadas na história.

Como dito por Foucault (2019), o nascimento da prisão, em fins do século XVIII, não significa que as formas de punição não existissem anteriormente à edificação do encarceramento, assim como o nascimento do hospício também não significa que, antes de sua materialidade, não houvesse a manifestação da loucura ou diferentes culturas de compreensões.

É nesta linha de pensamento que entendo não ser o nascimento da educação de surdos, concretizada na criação do *Collégio Nacional para Surdos-Mudos de Ambos os Sexos*, o ponto de partida para a construção dos saberes e poderes acerca da surdez e de suas formas de inscrição na sociedade brasileira. Dito de outra forma, este marco inicial é a institucionalização

de saberes já construídos após um minucioso processo de esquadramento, exame e reorganização destes sujeitos em sociedade, o que não significa que, anteriormente a este momento, nada se pudesse dizer acerca da surdez.

Pensando em tais questionamentos, minha pergunta a ser respondida pode ser sintetizada da seguinte forma: em que medida os saberes silenciados da primeira metade do século XIX acerca da surdez e dos que não ouviam possibilitaram a fundação, no ano de 1856, do *Collégio Nacional para Surdos-Mudos de Ambos os Sexos*, atual INES?

É tentando respondê-la que procurei as fontes históricas para vasculhar aquelas possibilidades descartadas e dialogar com as possíveis construções do que poderia ser a surdez em uma sociedade onde a utilidade do sujeito era baseada em sua instrução e na sua contribuição, seja de forma física, ética ou moral, à sociedade.

Tendo em mente tais apontamentos, a tese inicial e para a qual se busca comprovação, baseia-se no pensamento de que a criação do atual INES se tornou possível devido às constituições de saberes e imaginários que circularam na primeira metade do referido período, dando possibilidade de inscrever a surdez nas normas sociais de sua época. Para delinear respostas para estas narrativas, os objetivos estabelecidos para a pesquisa são:

OBJETIVO GERAL

- Compreender nas práticas discursivas da sociedade *braziliense* da primeira metade do século XIX as produções de normas sociais que atravessaram vidas surdas e suas possibilidades de existência.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar as possibilidades discursivas históricas que circularam na sociedade *braziliense* a partir dos documentos da primeira metade do século XIX acerca da constituição de um imaginário da surdez no Brasil;
- Analisar, nessas possíveis discursividades, as condições para a irrupção de verdades e discursos a respeito desses sujeitos;
- Problematizar os efeitos de verdades que tais formações discursivas produziram no imaginário da sociedade *braziliense* oitocentista.

Desta forma, na primeira seção *Delimitações teórico-metodológicas: a escrita como possibilidade de experiência* abro precedentes para embarcar nesta viagem ao passado e justificar as escolhas tomadas para seguir o caminho pensado e concebido durante o trajeto até os portos do Império do Rio de Janeiro, na primeira metade do século XIX.

No primeiro tópico da seção, *A arqueogenealogia foucaultiana como possibilidade de enxergar antigamente*, caracterizo a pesquisa como de cunho histórico-documental, por compreender que a possibilidade histórica é intrínseca ao conhecimento. Ou seja, enquanto pesquisador, realizo escolhas e interfiro no processo ao mesmo tempo em que a pesquisa infere modificações e aponta perspectivas. Portanto, sempre se trata de um momento possível inscrito na rede microcapilar da/na história com seus saberes e possibilidades.

Apresento, também, as justificativas para a escolha de caminhar com Michel Foucault (1926- 1984), considerando que ele permite olhar para o micro, para os detalhes. Trata-se de poder olhar as relações em um nível capilar. Por isso, diria eu, Foucault pode ser considerado um “pensador das miudezas”. Existe em suas análises a construção de rupturas e a edificação de outras novas possibilidades, de subverter a ordem, de fazer delirar a própria história e de, ainda assim, continuar sendo rigoroso com as investigações.

A opção arqueogenealógica se manifestou como viabilidade de leitura deste recorte histórico a partir do momento em que seu intento não é buscar um princípio/começo/início das coisas (nesse sentido a educação de surdos no Brasil já possui um marco inicial) mas, ao contrário, é uma “[...] tentativa de fazer uma história inteiramente diferente daquilo que os homens disseram” (Foucault, 2020a, p. 169).

Conseqüentemente, para a proposta desta pesquisa, não me interessa reproduzir o que já está dito, ou (re)afirmar as verdades já instauradas nos imaginários das comunidades surdas brasileiras. Todo esse aparato permanecerá em suspenso enquanto os documentos históricos serão abertos para fazer emergir seus saberes.

Esta é a forma que encontrei para aprender a “enxergar antigamente” (Barros, 2006). Uma maneira de olhar para o distante e entender que, acima de tudo, a verdade do passado não estará lá, mas, “[...] se fabrica através da forma que damos a ele, por isso mesmo, a arte não se separa aqui de uma ambição e de uma pretensão científicas, mas, ao contrário, é dela inseparável” (Albuquerque Júnior, 2019, p. 15-16).

Desta forma, no segundo tópico da seção, *Abrindo a caixa de ferramentas: escolhendo as armas para o embate*, apresento os conceitos elegidos das obras foucaultianas (Foucault, 2006a) para a elaboração dessa escavação, tendo como principal escolha as táticas de normalização, que possuem como função primária regulamentar as condutas, ou seja, são

consideradas “[...] uma função contínua no tempo; mas acima de tudo, a normalização encontra-se no próprio princípio da comunicação, é ela que faz da linguagem uma linguagem comum” (Ewald, 2000, p. 100).

A segunda ferramenta elegida são as práticas e efeitos das relações de poder que, para Michel Foucault, são aquelas formadas e apoiadas em uma rede de instituições, em um jogo possível de relações, estendendo sua soberania sobre nossa sociedade, sendo impossível a existência de um objeto social que escape à sua emergência.

No terceiro tópico *A perspectiva serial como possibilidade de tratamento das fontes: apresentação dos documentos* realizo uma introdução às fontes primárias analisadas e a *perspectiva* serial proposta por Deleuze (2019) a partir das experiências com as obras foucaultianas, entendendo que este tal apetrecho permitirá a construção de séries, tendo como base um enunciado como ponto singular e a busca por proximidades discursivas a procura de outras determinadas séries que se prolonguem a outros pontos.

Por fim, no quarto tópico da primeira seção, *Visita ao acervo do INES: experimentando a materialidade pesquisada*, trago para a investigação as sensações e experimentações que a viagem ao Rio de Janeiro e a visita ao acervo do INES me proporcionaram, descrevendo as particularidades dos espaços da instituição e como suas construções arquitetônicas atravessaram minhas subjetividades e possibilidades inventivas.

Na segunda seção *Composição do Campo de Saber Literário: as possibilidades de criação de imaginários da surdez* abro o primeiro campo de saber, materializado nas produções artísticas encontradas nas páginas dos documentos. Desta forma, o encontro com peças teatrais, poesias e obras literárias permitiu-me reconhecer algumas marcas hegemônicas deste período e possibilitou-me dimensionar algumas das normas sociais que imbricam as condições de vidas surdas encerradas neste momento histórico.

Destarte, no primeiro tópico da seção *A possibilidade de criação de um imaginário da surdez ou de um mundus imaginalis* utilizo a obra *A partilha do sensível*, de Jacques Rancière (2009) e o conceito de “partilha do imaginário” de Victor Galdino Alves de Souza (2019) para provocar-nos a necessidade por ficcionar a realidade para introduzir “[...] nos corpos coletivos imaginários, linhas de fratura, de desincorporação” (Rancière, 2009, p. 60).

Com tal ideia em mente abro esta esteira de pensamento para o segundo tópico dessa seção, *Vadios e Enjeitados: a abertura de possibilidades imaginárias para as linhas da surdez*, conduzindo a possibilidade de encontrar rastros do que poderia ser considerada ou como poderia ser vista a surdez na primeira metade do século XIX por intermédio daqueles corpos

considerados *vadios* e *enjeitados*. Tal narrativa se torna pertinente por suplantar uma das normas sociais encontradas neste período: a utilidade.

Ser útil, neste sentido, caracterizava-se como possibilidade de ser um sujeito instruído, e sua instrução ocorria direcionada aos processos que mantinham as práticas governamentais instauradas, tolhendo quaisquer ameaças às suas premissas. Desta forma, o significado de ser instruído se baseia na utilidade/contribuição do sujeito ao Governo/sociedade, de forma física, ética ou moral (Correio Braziliense ou Armazem Literario, 1808).

Em seguida, no tópico *Literatura e as construções sociais: narrativas que formam imaginários* destrincho outras possibilidades que vão compor este sujeito útil para acompanhar as normas sociais deste período oitocentista: um modo de falar popular em oposição ao plebeu, com um estilo nobre e sublime, com “[...] propriedade das palavras, clareza da dicção, a valentia das metáforas, e outras figuras de translação e proporção, e ultimamente o pêso das sentenças [...]” (Jornal de Coimbra, 1813, p. 17, *sic*).

Esses sujeitos abrigados pela norma serão apreciadores de boa literatura e poesia. Neste sentido, durante os primeiros anos do século XIX, obras que narrassem as possibilidades de vidas surdas estavam proibidas de ser traduzidas e incorporadas nas praças *brazilienses* por serem consideradas de “pouca importância” e “não serem dignas de um sério exame”: fato ocorrido com a tentativa de publicação traduzida do livro *Victor ou o menino da selva*, no ano de 1804. Sua circulação, em solo nacional, só foi possível a partir de 1825 com o afrouxamento da censura literária.

No tópico seguinte, *Teatro e poesia: as artes como potência educacional de condutas*, abro as representações do teatro e da poesia como força instrutiva de condutas, ou seja, como uma pedagogia capaz de direcionar as ações dos sujeitos e de legitimar determinadas verdades. Desta forma, a força do teatro era utilizada como potencializadora educacional, como um termômetro de onde se poderia calcular o espírito da nação.

Entre as peças coletadas encontram-se *O Surdo e Mudo ou O Abbade de L’epée*, dividida em cinco atos, e a obra *Sapateiro Surdo*. A primeira materializa, na divulgação do espetáculo, um apelo de cunho emocional e moral aos espectadores enquanto a segunda evoca o sapateiro surdo com a imagem de um asno, dando-lhe característica de ignorante e estúpido, alocando-o em um lugar risível, comparando-o até mesmo com o diabo.

Esse lugar cria um imaginário da surdez por intermédio do escárnio e tal aparato, por si só, mantém uma formação discursiva cujas instituições (re)verberam em suas práticas sempre disciplinadoras, mesmo que pareça apenas um manifesto subjetivo na superfície dos acontecimentos. A partir do momento em que se materializa um discurso institui-se, também,

uma prática, pois o saber propagado está, portanto, impregnado de poder, relações de forças que determinam posições de sujeito e, com isso, condiciona-os à manutenção de determinadas normas.

No quinto tópico da segunda seção, *Patriotismo: o bom cidadão, amante de sua pátria e defensor do Governo*, apresento outra característica normalizadora da primeira metade do século XIX: o patriotismo. Este pode ser compreendido, aqui, também como uma formação discursiva, por gerar práticas impregnadas de saber-poder, fabricando subjetividades e docilizando corpos.

As noções que englobam o ato de “ser patriota” geram os limiares do outro que, neste caso específico, estavam encerrados em seus colonizadores. Este aparato é discutido no último tópico da segunda seção, *És marinheiro ou branco?: a demarcação da diferença braziliense e portuguesa*, onde aqueles considerados os “outros” passam a ser denominados de *reinóis, marinheiros, lusitanos* ou *portuguezes*, entre outras nomeações. Assim, começa a surgir uma identificação nacional *braziliense* que, ao se sentir ameaçada pela possibilidade de voltar a ser colônia de Portugal, passa a organizar e fazer emergir movimentos de cunho revolucionário, que promulgavam a ideia de uma separação entre *brazilienses* e *portuguezes*

O fechamento da segunda seção com questões que cercam o patriotismo abre o próximo campo de análise: *Composição do Campo Legislativo: regimes de constituição de vidas surdas no Brasil*. Antes de abordar as possibilidades de discutir algo acerca da surdez dentro deste dispositivo torna-se necessária a realização de um prólogo contextualizado de como estas regras se formam.

Pensando nesta necessidade, no primeiro tópico da terceira seção *Cortem as cabeças: marcas da inconfidência e a punição como espetáculo* realizo uma breve descrição dos piores crimes passíveis de serem cometidos pelo homem (após o crime da blasfêmia contra Deus e todos os seus santos, que ocupava o topo da lista dos atos ilícitos da primeira metade do século XIX): a inconfidência.

Este termo, considerado uma moléstia, nos prepara para ingressar no segundo tópico da seção, *Conjuração Baiana: condições de imersão no campo legislativo*, onde iremos encontrar a materialidade de José Raimundo Barata de Almeida, um sujeito surdo que, por ter participado do Levante de 1798, foi exilado por três anos na atual Ilha de Fernando de Noronha.

O encontro com José Raimundo nos leva ao terceiro tópico da seção, *O sistema de Preferência de Serviços: a lógica do merecimento e da capacidade* onde, para as vidas surdas detectadas dentro deste aparelho legislativo, além dos preceitos instaurados acerca da utilidade e do patriotismo (princípio da norma do cidadão adequado e esperado pela sociedade

braziliense), agora novos elementos passam a ser critério de reconhecimento e de exclusão para, desta forma, caracterizar o sujeito da norma que passa a delinear-se por intermédio do *merecimento* e da *capacidade*, construindo em torno deste aparato um jogo, aqui, caracterizado como *preferência de serviços*.

Com isso, quero dizer que as condições de atuação de um sujeito em órgãos governamentais e rentáveis, obrigatoriamente, teriam que passar por este crivo máximo, materializado em uma preferência de serviços: um tipo de seleção onde será averiguado o merecimento e as capacidades do indivíduo, sistema defendido e amparado pela Constituição Brasileira de 1824.

Neste sentido, por merecimento o sujeito deveria comprovar seus serviços anteriores prestados à nação, sua formação em academias, comércio e/ou outras habilidades que tivesse conquistado e, por capacidade, nesta lógica, deveria evidenciar sua utilidade social sob o risco de ser considerado inapto para galgar esses papéis.

Assim, ser pai de família, por exemplo, era preferível em relação a homens solteiros e sem obras em prol da nação. Ser pai de família constituía-se, então, como uma característica que demonstra a capacidade do sujeito; portanto, torna-o competente para ocupar estes espaços pois, criar e manter um lar, educar seus filhos para servirem aos preceitos da madre Terra que os sustém qualifica-o em detrimento de jovens que, sem construção de laços familiares, ainda não puderam, efetivamente, ser úteis ao sistema governamental.

Dentro deste contexto, no quarto e no quinto tópicos da seção, respectivamente *O Taquígrafo surdo: João Caetano de Almeida e Silva* e *O Senador surdo: Estevão José Carneiro da Cunha (1762-1832)*, trago para a discussão os casos de sujeitos surdos que romperam as normas de seu tempo ao ocuparem espaços de privilégio onde a lógica do merecimento e da capacidade os aduziram serem corpos “molestos” e “inaptos” a servirem ao governo.

Tais sujeitos funcionam como uma possibilidade de ilustrar as existências de vidas surdas dentro deste recorte temporal, dimensionando as formas de condução destes corpos e as experiências que lhes eram permitidas enquanto seres/indivíduos considerados com “defeito da natureza”.

Em sequência, abro a quarta seção *Composição do Campo de Saber Imperial: marcas surdas na construção da história do Brasil* para discutir novos campos normalizadores a partir da figura real e do seu arsenal de dominação a partir de uma vertente para discutir as marcas surdas deixadas na história da construção do Brasil enquanto nação.

Desta forma, no primeiro tópico da seção *A construção de uma Monarquia Constitucional: Viva à Sua Majestade Imperial!* demarco o momento de transição desta figura

do rei, de um monarca tirano e detentor do poder sobre a vida e a morte, para uma figura que, por intermédio da criação de histórias e lendas, passa a ser lida como um ser descido diretamente dos céus e, portanto, incapaz de cometer maldades.

Tal transição deixará à mostra as normas existentes neste campo de saber: a obediência (passiva), considerada uma obediência de escravos e, também, o princípio da reverência a essa figura suprema com poderes celestiais, enviada à Terra para guiar seu povo em bondade e misericórdia.

Este entendimento nos levará a uma guinada no segundo tópico da seção, *Estruturação monárquica e a descrição dos quatro poderes*, onde a nova possibilidade de monarquia, não tendo mais suas características absolutistas, passa a se estruturar em quatro poderes distintos: Poder Representativo ou Legislativo, Poder Executivo, Poder Moderador e Poder Judiciário.

A construção destas instâncias ou dispositivos em solo nacional gerará uma crise no processo democrático do país, discutida no tópico *A noite da agonia: a dissolução da Assembleia Constituinte e Legislativa de 1823*. Aqui veremos que tal encerramento ocorre no momento em que a primeira Constituição estava sendo criada, por intermédio de produções alimentadas nos jornais locais e incendiários que, levadas a um ato extremo, culminam no ato de desmanche da assembleia.

No último tópico da seção, *O periodiquero surdo: José Estêvão Grondona (1783-1850)*, discorro acerca dos motivos que levaram o imperador D. Pedro I a dissolver a primeira assembleia legislativa apontando o protagonismo de um indivíduo estrangeiro e surdo que, lutando pela pátria que escolheu para viver, *Brazil*, denunciava em seu jornal todas as artimanhas dos reinóis em solo *brazileiro*.

Ao abrirmos a quinta seção deste relatório, *Composição do Campo de Saber Médico: caridade e reputação como condições para a criação de instituições especializadas*, veremos nascer diante dos nossos olhos as condições para a irrupção de saberes acerca da surdez e das práticas educacionais para estes sujeitos.

Para principiar o caminho e as narrativas neste campo de saber, no primeiro tópico da seção, *A construção de um saber médico brasileiro: a representação das artes de curar*, parto do pressuposto de que não estamos falando da origem da medicina em solo nacional, mas sim de uma nova configuração a partir da chegada imperial.

Desta forma, a criação institucional dessa área a partir da fundação da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro que, posteriormente, passa a ser conhecida como Academia Imperial de Medicina, é o marco para dar-se início e dizer algo acerca da surdez dentro deste recorte histórico.

A partir dessa construção, no segundo tópico, *Práticas de higiene pública e a reorganização espacial da vida em sociedade*, passo a descrever as ações de limpeza estipuladas e solicitadas pela Academia por intermédio das gazetas, tanto do espaço público como do ambiente privado, e como essas solicitações causam modificações na vida social e na cultura hegemônica do período oitocentista.

Tratando-se dos saberes médicos, no terceiro tópico *Práticas de memórias e observações das doenças e do corpo molestado* demonstro, com o auxílio de Michel Foucault (2019, 2003a), como a figura do médico e do hospital surgem, em momentos díspares da história, sendo possível, a partir dessa narrativa, elencar as normas fundamentais desse campo de saber: a caridade e a boa reputação.

Essas marcas de um sujeito esperado pelas normas e detectadas nesse campo de saber nos levarão para as discussões do quarto tópico, *A importância das áreas médicas especializadas: irrupções de saberes brasileiros*, onde são debatidas as formas de fomentar as pesquisas em solo nacional, os incentivos da coroa para a capacitação de profissionais e, também, uma abertura a todo o tipo de saber formalizado e produzido na Europa, uma espécie de “representação europeia”, momento em que os saberes acerca da surdez passam a integrar, em maior abundância, os saberes nacionais.

Esses campos de saberes e suas possibilidades, atrelados às normas sociais detectadas no decorrer desta pesquisa, são o solo e o arsenal de guerra preparado para, em seguida, nas *Considerações Finais*, apontar os elementos discutidos para dimensionar e problematizar em que medida os saberes silenciados da primeira metade do século XIX acerca da surdez e dos que não ouviam possibilitaram a fundação, no ano de 1856, do *Collégio Nacional para Surdos-Mudos de Ambos os Sexos*, atual INES.

SEÇÃO 1: DELIMITAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS: A ESCRITA COMO POSSIBILIDADE DE EXPERIÊNCIA

Abro esta primeira seção, dividida em quatro tópicos, para apresentar as possibilidades de criação desta pesquisa e os caminhos percorridos durante a materialização de sua escrita. Desta forma, busco elucidar as escolhas realizadas e defendidas, assim como nortear os leitores acerca dos contornos metodológicos e das justificativas necessárias para a concretização deste relatório.

Destarte, no primeiro tópico, *A arqueogenealogia foucaultiana como possibilidade de enxergar antigamente*, apresento as condições de caminhar juntamente com Michel Foucault e seus princípios arqueogenealógica onde “[...] a arqueologia seria o método próprio da análise das discursividades locais, e a genealogia, a tática que faz intervir, a partir dessas discursividades locais assim descritas, os saberes dessujeitados que daí se desprendem” (Foucault, 2010a, p. 11).

Já no segundo tópico, *Abrindo a caixa de ferramentas: escolhendo as armas para o embate*, acompanho Michel Foucault em sua pirotecnia e abro a caixa de ferramentas para determinar como recortar e analisar o período escolhido. Aqui, pontuo minha decisão em não atuar com a ferramenta governamentalidade e, em seu lugar, atuar com o conceito de norma e normalização.

No terceiro tópico, *A perspectiva serial como possibilidade de tratamento das fontes: apresentação dos documentos*, introduzo as séries coletadas para a análise e o incômodo que me gera a edificação de um “ponto de início” para a história da surdez no Brasil a partir da chegada de Huet e da criação do atual INES.

No quarto e último tópico desta seção, *Visita ao acervo do INES: experimentando a materialidade pesquisada*, narro minha visita ao instituto, no Rio de Janeiro, bairro das Laranjeiras, e a sua importância expressa para a composição desta tese. Aponto os atravessamentos e as possibilidades inventivas que me foram concedidas durante a visita realizada nas dependências da instituição para continuar ficcionando a realidade e aprendendo a *enxergar antigamente*. Estas narrativas fecham a primeira seção proposta para este relatório de tese.

1.1 A ARQUEOGENEALOGIA FOUCAULTIANA COMO POSSIBILIDADE DE *ENXERGAR ANTIGAMENTES*

*Por viver muitos anos dentro do mato [...]
O menino pegou um olhar de pássaro [...]
As coisas todas inominadas.
Água não era ainda a palavra água [...]
Por forma que o menino podia inaugurar.
Podia dar às pedras costume de flor.*

Manoel de Barros (2006).

Enxergar antigamentes e escrevê-los com o auxílio de Michel Foucault propõe inaugurações. Olhar para os costumes de flor e dar-lhes um olhar de pássaro. É pensar rupturas de sentidos e a construção de novas possibilidades de existências, perspectivas e organizações. Isso “[...] porque se trata, sobretudo, de um autor que subverte qualquer ordem, que nos envolve e nos apaixona sem deixar de ser extremamente rigoroso nas suas investigações e elaborações teóricas” (Fischer, 2012, p. 36).

O sublime das possibilidades de descontinuidade da história, aquilo que por muito tempo tentou-se apagar, reduzir em nome de uma continuidade linear, com Foucault (2020a) se torna um dos elementos fundamentais de análise e, portanto, com base nessa compreensão, concordo com Vieira-Machado (2012, p. 39) quando afirma que “[...] numa pesquisa de inspiração teórica foucaultiana, não há espaço para respostas fechadas e certezas absolutas”. Acredito, sim, haver caos.

Há no caos, também, algo de sublime. Fugir de sua presença é uma tentativa de permanecer na ignorância: “Tem medo do caos aqueles que acreditam na unidade das ideias, dos conceitos, das verdades, dos fatos e discursos” (Lima, 2023, p. 11). Sem caos, a poeira se estabiliza e as verdades se estruturam por não serem questionadas/tensionadas. Quando se traz o caos e se intenta descortinar a linearidade histórica, instalamos a incerteza, perdemos o controle e podemos duvidar. Quão poderoso é o caos.

Michel Foucault incita o caos ao propor e denunciar aquelas histórias assassinadas, dos pensamentos, das ideias e dos conhecimentos. Não é preciso buscar a tão irrisória presença da origem. Entretanto, é necessário sacudir a quietude com que as aceitamos para mostrar que são sempre efeitos de construções cujas regras foram criadas e controladas para definir condições

de indicar quais análises históricas serão legitimadas e quais não serão admitidas (Foucault, 2020a).

Destarte, em se tratando dos contornos metodológicos elegidos para esta pesquisa, antes parece-me ser preciso pensar a própria recusa de Foucault em adotar uma metodologia fechada e aplicável a todos os objetos que se deseja investigar. Se, porventura, entendermos por método aquele conjunto de regras que, operadas em sequência, determinará os resultados alcançados, então não está em uso uma abordagem foucaultiana.

Segundo Ferreira-Neto (2015, p. 413), nessa possibilidade de escrita, “[...] o método entendido como caminho para se chegar a um resultado, não é um *a priori* da pesquisa. Pelo contrário é algo que pode ser revisto, retificado ou alterado durante o processo [...]”. Nas palavras do próprio Foucault:

Não tenho um método que se aplicaria, do mesmo modo, a domínios diferentes. Ao contrário, diria que é um mesmo campo de objetos que procuro isolar, utilizando instrumentos encontrados ou forjados por mim, no exato momento em que faço minha pesquisa, mas sem privilegiar de modo algum o problema do método [...]. Eu tateio, fabrico como posso instrumentos que são destinados a fazer objetos. Os objetos são um pouquinho determinados pelos instrumentos, bons ou maus, fabricados por mim. [...] Procuo corrigir meus instrumentos através dos objetos que penso descobrir, e, neste momento, o instrumento corrigido faz aparecer que o objeto definido por mim não era exatamente aquele. É assim que eu hesito ou titubeio (Foucault, 2003a, p. 229).

Desejo, então, usando dos verbos alocados no discurso acima pelo autor, também tatear, fabricar, corrigir, hesitar e titubear na escrita desta tese e das possibilidades que me podem ser forjadas no momento em que a pesquisa me atravessa. Por conseguinte, busco inicialmente estabelecer contato com um campo empírico localizado e historicamente delimitado, com as questões iniciais expostas na introdução, para, em seguida, determinar os conceitos e ferramentas que me acompanham nas trilhas da construção de saberes e imaginários da surdez na primeira metade do século XIX.

Esta pesquisa pode ser caracterizada como histórico-documental por abarcar e tratar a possibilidade histórica como essencial à compreensão e à construção de um pensamento científico que “[...] é sempre histórico e socialmente condicionado. O pesquisador opera escolhas (mesmo sem ter a percepção clara disto), tendo como horizontes sua posição social e a mentalidade de um momento histórico concreto” (Minayo, 2001, p. 34).

De outra forma, a história se apresenta sempre de forma problemática, em constante reconstrução, mostrando-se por frestas, fatias e fragmentos incompletos, vestígios daquilo que não existe mais, demandando análise e cuidado em suas operações intelectuais, o que lhe dá

uma dimensão universal por pertencer a todos, mas, também, não sendo propriedade de ninguém (Nora, 1993).

Já sua classificação como documental, elegida devido aos procedimentos técnicos utilizados, é compreendida a partir das narrativas de Antônio Carlos Gil (2002), que infere haver uma dissimilitude crucial entre pesquisa documental e bibliográfica: os tipos de fontes. A exploração bibliográfica, segundo Gil, se faz valer de levantamentos de produções, ao passo que a documental utilizará fontes que ainda não foram analisadas, ou que serão abordadas por outras vertentes/modos/ênfases de pesquisa (Gil, 2002).

Tratando-se da classificação em relação aos seus objetivos, pode-se alocá-la como uma investigação descritiva por buscar, em sua escrita, “[...] a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis” (Gil, 2002, p. 42).

Juntamente a estas escolhas, é possível direcionar sua abordagem como estritamente qualitativa, pois existe nesta forma de interrogar a realidade uma postura hermenêutica onde “[...] os sentidos constitutivos são compreendidos pela consciência dos envolvidos na conjuntura em ação do estudo e das pesquisas” (Machado, 2023, p. 12).

Corroborando com estas definições, a inspiração arqueogenealógica, levantada a partir do pensamento de Michel Foucault, se torna o *trilho de tijolos amarelos* desta análise. Assim, compreendo que há uma necessidade de pontuar as características da arqueologia e da genealogia que serão escolhidas para a sua concretização.

A arqueogenealogia consiste em uma articulação entre ambas, onde “[...] a arqueologia seria o método próprio da análise das discursividades locais, e a genealogia, a tática que faz intervir, a partir dessas discursividades locais assim descritas, os saberes dessujeitados que daí se desprendem” (Foucault, 2010a, p. 11). Segundo Ferreira, Paixão e Oliveira (2022) a arqueogenealogia também se constitui do seguinte modo:

A arqueogenealogia é uma epistemologia, uma estratégia teórica, metodológica e técnica de pesquisa que combina tanto uma análise arqueológica, que preserva um certo afastamento do discurso, quanto uma análise genealógica, que parte do interior das práticas discursivas e culturais, capaz de mostrar, ainda que interpretativamente, através da compreensão do significado e do sentido mais profundo da tradição das práticas, como em nossa cultura os seres humanos tornam-se tanto sujeito quanto objeto, tanto estrutura quanto hermenêutica, tanto objetivação quanto subjetivação (Ferreira; Paixão; Oliveria, 2022, p. 87).

Desta forma, não se determina o processo arqueogenealógico por um ato de inquirição pelo início ou origem das coisas, dando a entender que anteriormente nenhuma narrativa

poderia se manter acerca de qualquer dispositivo de investigação, mas busca-se perscrutar no já dito e no sistema que se encontra posto.

Portanto, importa trazer para esta narrativa as seguintes características da arqueologia segundo as palavras de Foucault (2020a, p. 169): “A arqueologia busca definir não os pensamentos, as representações, as imagens, os temas, as obsessões que se ocultam ou se manifestam nos discursos, mas os próprios discursos, enquanto práticas que obedecem a regras”.

Para Foucault, a arqueologia possui quatro importantes diferenças que determinam o *modus operandi* desse processo. Em primeiro lugar, entende que a arqueologia não busca definir os pensamentos por detrás de um discurso: pelo contrário, entende os “[...] próprios discursos, enquanto práticas que obedecem a regras” (Foucault, 2020a, p. 169).

Em segundo lugar, a arqueologia não busca o momento de transição que liga os discursos que os precederam com os que se seguem, nem mesmo datas determinadas onde as coisas teriam se tornado o que são. Desse modo, Foucault pontua que não se trata de interpretar o discurso para, por intermédio dele, refazer uma possível história, mas sim “[...] definir os discursos em sua especificidade; mostrar em que sentido o jogo das regras que utilizam é irreduzível a qualquer outro; segui-los ao longo de suas arestas exteriores para melhor salientá-los” (Foucault, 2020a, p. 170).

Em um terceiro momento, Foucault aponta que a arqueologia não é ordenada pela figura da obra ou do livro. Para o autor, “[...] a unidade do livro, mesmo entendida como feixe de relações, não pode ser considerada como idêntica. [...] sua unidade é variável e relativa. Assim que a questionamos, ela perde sua evidência; não se indica a si mesma [...]” (Foucault, 2020a, p. 28).

Por fim, a arqueologia não procurará construir novamente o que pôde ser desejado, imaginado, conjecturado ou ficcionado pela humanidade dentro de certa formação histórica. Não é intento da arqueologia buscar esse lugar do pensamento do autor quando enunciou determinado discurso.

Já a genealogia, então, pode ser entendida como um acoplamento daqueles saberes considerados eruditos, científicos, formais e verdadeiros juntamente com aqueles outros considerados locais e ditos subordinados. A junção destes saberes permite constituir e fazer emergir as tramas históricas das lutas e das táticas elegidas no decorrer da história (Foucault, 2010a).

Penso ser por este motivo que Foucault caracterizou a genealogia como uma “anticiência”. De acordo com suas palavras: “As genealogias são, muito exatamente,

anticiências. Não que elas reivindicuem o direito lírico à ignorância e ao não saber, não que se tratasse da recusa de saber ou do pôr em destaque os prestígios de uma experiência imediata, ainda não captada pelo saber” (Foucault, 2010a, p. 10).

Pode-se inferir, então, que a genealogia não busca dar suporte para as instituições de saberes já constituídas e que produzem verdades discursivas, mas sim fazer uma “conflagração dos saberes”, contemplando outras possibilidades discursivas. A genealogia não atuará contra os saberes da ciência, mas buscará, como dito acima, uma “[...] insurreição sobretudo e acima de tudo contra os efeitos centralizadores de poder que são vinculados à instituição e ao funcionamento de um discurso científico organizado no interior de uma sociedade como a nossa” (Foucault, 2010a, p. 10).

Desta forma, a arqueogenealogia mantém o fundamento arqueológico, não tratando o discurso como um documento, mas de outra forma, como um “monumento”, no sentido de poder individualizar e descrever as formações discursivas, isto é, “[...] compará-las, opô-las umas às outras na simultaneidade em que se apresentam, distingui-las das que não têm o mesmo calendário, relacioná-las no que podem ter de específico com as práticas não discursivas que as envolvem e lhes servem de elemento geral” (Foucault, 2020a, p. 192).

Juntamente a este processo descrito, a genealogia passa a integrá-lo para poder observar as táticas e as possibilidades que fazem tais discursos surgirem, a partir dos saberes e discursos considerados dessujeitados e “não científicos” que, deste emaranhado, poderão se desprender.

Os caminhos da genealogia propostos por Michel Foucault indicam quatro regras necessárias para a composição deste processo: *i)* regra da imanência; *ii)* regra das variações contínuas; *iii)* regra do duplo condicionamento; e *iv)* regra da polivalência tática dos discursos.

A **regra da imanência** baseia-se no pensamento de que não se deve considerar que exista um domínio de saber (no caso desta análise, acerca da surdez) que possa pertencer a um campo de conhecimento de forma desinteressada e livre. Ou seja, se a surdez passou a ser objeto de conhecimento é porque as exigências do poder recaíram sobre ela como um mecanismo de esquadramento.

Para que a surdez possa se constituir como um domínio a ser conhecido, relações de poder precisaram instituí-la como um possível objeto e, ao torná-la alvo de conhecimento, foi necessário investir técnicas de saber e dispor de procedimentos discursivos para torná-las, no decorrer da história e do tempo, governáveis.

A **regra das variações contínuas**, por sua vez, diz respeito a um afastamento pela procura de quem tem o poder e pode exercê-lo, ou sobre a quem é dado o direito de saber ou de ser mantido na ignorância. Estas “distribuições de poder” e as “apropriações de saber”

representam cortes ínfimos nos processos. Portanto, deve-se optar por buscar “[...] o esquema das modificações que as correlações de forças implicam através de seu próprio jogo” (Foucault, 2020b, p. 108).

O debate em voga nesta tese observará as (ir)regularidades enunciativas nos discursos do/sobre surdos, observando os jogos de saber-poder e suas relações de forças, destacando as variações contínuas por meio dos gestos emergentes das/nas descontinuidades. É a partir desta possibilidade de pensamento que se poderá dizer algo acerca da surdez na primeira metade do século XIX.

Já a **regra do duplo condicionamento** pontua que nenhuma ação local ou nenhum esquema de transformação poderia funcionar se, no fim das contas, não estivesse conduzido a uma estratégia global e, inversamente, nenhuma estratégia poderia adquirir efeitos globais se não estivesse apoiada nestas micro-ações e relações precisas que lhes servirão de suporte para suas táticas e estratégias.

É desta forma, a partir da regra do duplo condicionamento, que podemos vislumbrar a possibilidade de imaginar um “dispositivo da surdez”, entendendo o termo dispositivo “[...] como um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante” (Foucault, 2019, p. 365).

Desta forma, pelas ações locais e pelos sistemas de transformação que resultaram em construções de saberes e estratégias de condutas que estão diretamente ligadas a táticas e efeitos globais de poder sobre aqueles que não ouvem é que este dispositivo da surdez pode adquirir materialidade, tendo evidenciada sua relação com os mecanismos de poder que servirá de suporte para as grandes “manobras” de controle, medicalização, psiquiatrização, restauração de linguagem e etc.

Por fim, a **regra da polivalência tática dos discursos** diz respeito à forma como supomos ser o discurso imaginado. Segundo esta premissa, no discurso vemos a articulação entre o poder e o saber. Portanto, “[...] deve-se conceber o discurso como uma série de segmentos descontínuos, cuja função tática não é uniforme nem estável” (Foucault, 2020b, p. 109).

Assim, é preciso evitar imaginar um mundo do discurso dividido entre aquele admitido e o excluído, ou então, entre dominante e dominado, mas ao contrário, entendê-lo como uma multiplicidade de elementos que se imbricam e geram conhecimentos e, também, estratégias diferentes:

É essa distribuição que é preciso recompor, com o que admite em coisas ditas e ocultas, em enunciações exigidas e interditas; com o que supõe de variantes e de efeitos diferentes segundo quem fala, sua posição de poder, o contexto institucional em que se encontra; com o que comporta de deslocamentos e de reutilizações de fórmulas idênticas para objetivos opostos (Foucault, 2020b, p. 109-110).

Destarte, Foucault admite a existência de um jogo complexo e instável onde o discurso pode ser o instrumento e efeito do poder e, de outra forma, ponto de partida para estratégias de resistência. O discurso pode veicular e produzir os efeitos de poder como, também, dirimir, debilitar e barrá-lo (Foucault, 2020b).

Isto posto, interessa para a genealogia não incitar questões que apontem de onde derivam os discursos sobre a surdez (dominante ou dominada), mas, de outra forma, interessa interrogá-los em dois níveis: *i*) produção tática, ou seja, quais efeitos de saber e poder são capazes de proporcionar; e *ii*) integração estratégica, onde podemos pensar quais correlações de forças são necessárias mediante tal e tal episódio de confrontos sociais.

É a partir destas bases, desmembradas nas relações de saber-poder, que Foucault pondera duas assertivas importantes: *i*) o poder é capaz de produzir individualidades; e *ii*) o indivíduo é uma produção resultante dos efeitos de poder e de saber (Foucault, 2019). Em consideração ao dito em *Microfísica do Poder*, entendo que para conseguirmos compreender como o indivíduo pode ser considerado produção dos efeitos de poder, antes se faz necessário pontuar a questão da disciplina para o autor.

Michel Foucault compreende que a disciplina pode ser caracterizada como um conjunto de técnicas de distribuição dos corpos dos indivíduos no espaço, de captação de seu tempo de vida e sua força de trabalho. As disciplinas individualizam os corpos e, também, os classificam, combinam, vigiam e os inserem em espaços ordenados, sendo então consideradas técnicas de poder.

Dito de outra forma, podemos pensar as práticas disciplinares como um “[...] tipo de poder, uma modalidade para exercê-lo, que comporta todo um conjunto de instrumentos, de técnicas, de procedimentos, de níveis de aplicação, de alvos; ela é uma ‘física’ ou uma ‘anatomia’ do poder, uma tecnologia” (Foucault, 2014, p. 208).

As instituições de produção de conhecimento e de campos de saber – apoiadas mutuamente por outras instituições – agem de modo a conduzir tais táticas disciplinares que, ao produzirem seus discursos, serão demasiadamente tratados como regras. Entretanto, aqui reconheceremos suas nuances como “normas” por compreendermos que não se trata de leis naturais, mas sim de um princípio de conformidade daquilo que se deseja opor, ou seja, a norma sempre estará contrária à esquisitice, discrepância, diferença, entre outros.

Isto posto, Foucault entende que a disciplina fabrica corpos submissos e dóceis (que, nas relações de poder, produzem resistência) com táticas de controle, organização, separação, vigilância, punição e treinamentos propostos por suas artimanhas. Pelas palavras do autor:

A disciplina é uma técnica de poder que implica uma vigilância perpétua e constante dos indivíduos. Não basta olhá-los às vezes ou ver se o que fizeram está conforme a regra. É preciso vigiá-los durante todo o tempo da atividade e submetê-los a uma perpétua pirâmide de olhares (Foucault, 2019, p. 181-182).

Disciplinar implica em ter registros. Assim, a anotação e o esquadrinhamento de “quem é o sujeito” se convertem em poderosas formas de exame e de produção de informação. É a partir da elaboração de um saber acerca de determinado sujeito (ou grupos alocados pela norma em espaços ordenados da sociedade) que se espera conseguir esmiuçar absolutamente tudo sobre sua produção, e que nenhum detalhe, acontecimento ou falha escape aos olhos deste aparelho disciplinar e seus saberes.

A consolidação das disciplinas nos espaços de docilização propõe pensar a dimensão da criação da diferença. Ao alocar crianças em um espaço de disciplina escolar, por exemplo, aparecerá aquele outro que não aprende da mesma forma que os demais, aquele que não ouve, que não vê...

[...] é a partir do momento em que há disciplina escolar que vocês vêem aparecer algo como o débil mental. O irredutível à disciplina escolar só pode existir em relação a essa disciplina; aquele que não aprende a ler e a escrever só pode aparecer como problema, como limite, a partir do momento em que a escola segue o esquema disciplinar (Foucault, 2006b, p. 67).

Pode-se inferir, portanto, que as disciplinas definem as relações que os sujeitos possuem com o espaço, com os objetos e outros indivíduos. Há o estabelecimento de uma cuidadosa engrenagem entre tais elementos capazes de produzir, nos corpos controlados, tipos de individualidades, subjetivações e condutas de si com características desejáveis ao poder disciplinar.

Assim, os corpos a serem governados, adestrados, apreendem regulações de comportamentos, controle de gestos, normalizações do que lhes dá prazer, separando e hierarquizando. É onde surge o homem como o resultado das práticas de poder e objeto das ações de saber (Machado, 2019, p. 26).

É desta forma que Foucault compreende que o poder disciplinar é capaz de produzir individualidades e que os sujeitos são uma produção resultante dos efeitos deste poder e de seus

saberes. Seu exercício supõe um aparelho com técnicas elaboradas que induzem efeitos de poder fazendo-os funcionar em um jogo ininterrupto de vigilância e olhares calculados:

A disciplina “fabrica” indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício. Não é um poder triunfante que, a partir de seu próprio excesso, pode-se fiar em seu superpoderio; é um poder modesto, desconfiado, que funciona a modo de uma economia calculada, mas permanente (Foucault, 2014, p. 167, aspas do autor).

A discussão em torno da disciplina se torna importante a partir do momento em que conseguimos ver, aos poucos, o sujeito surdo em território brasileiro, na primeira metade do século XIX, surgir como produto da maquinaria de saberes, no momento em que foram nomeados, individualizados, estudados e, em um limite, desqualificados e invalidados perante a norma disciplinar da audição e da utilidade.

Realizada a composição do solo arqueogenalógico para a elaboração da pesquisa, e a apresentação da envergadura foucaultiana escolhida para a busca por pistas e o constante duvidar/delirar (daquilo que está posto como verdade na concretude das relações de poder e saberes que subjetivam sujeitos em dadas épocas e sociedades) é que, agora, principio como dito por Manoel de Barros a *enxergar antigamente*.

1.2 ABRINDO A CAIXA DE FERRAMENTAS: ESCOLHENDO AS ARMAS PARA O EMBATE

Foucault, em entrevista realizada em junho de 1975 intitulada “*Je Suis um Artificier*”¹, aduz ser um pirotécnico por fabricar coisas que servem para elaborar um cerco, uma guerra ou destruições. Segundo suas declarações, o processo de pirotecnia que realiza se inicia analisando as camadas do terreno que pretende explodir. Observa as dobras, as falhas, as quinquilharias, os modos como as fortalezas estão postas e, então, determina se será fácil ou se encontrará dificuldades ao escavar.

Após essa leitura do campo de análise (aqui materializada nos saberes e imaginários da surdez na primeira metade do século XIX) resta o experimental. Tatear. Vigiar. Reconhecer. Fazer relatórios. Tudo para compreender quais táticas serão empregadas: “O método, finalmente, nada mais é que esta estratégia” (Foucault, 2006a, p. 70).

¹ Tradução: “Eu sou um pirotécnico”.

Para o autor, seus livros podem ser considerados “[...] como minas, pacotes de explosivos... Espero que sejam!” (Foucault, 2006a, p. 79). E, nos delírios produtivos de seu pensamento, ainda aduz que seu sonho é que seus livros sejam “[...] um explosivo eficaz como uma bomba, e bonito como fogos de artifício” (Foucault, 2006a, p. 75).

Sua oficina pirotécnica, então, é um laboratório de produções para a história, com o intento de encontrar rugas e fomentar uma descontinuidade dos acontecimentos. É propor estardalhaços e explosões. Com essa figura em mente, abro a caixa de ferramentas foucaultianas para me alicerçar em suas fabricações e fogueterias. Busquei, inicialmente, estabelecer diálogo com o conceito de governamentalidade. Em Foucault, *gouvernementalité* significa “[...] o conjunto de ações de governo somadas às ações de subjetivação [...]” (Lopes; Fabris, 2013, p. 23).

O encontro de Foucault com as “artes de governar” ocorre a partir de uma compreensão da forma de conduta dos Estados “[...] em que passaram a agir através de uma biopolítica, um governo sobre os viventes, controlando as ações destes através de políticas públicas que estão orientadas para um controle populacional” (Carvalho; Gallo, 2020, p. 148).

Nessa esteira de pensamento acerca das artes de governar, estamos tratando da ação de um conjunto de táticas específicas e refinadas, com o objetivo de conduzir as condutas da população por intermédio de regulações de poder, caracterizadas como um tipo de exercício para a vida da população (Carvalho; Gallo, 2020). Ou seja, é aplicado aos homens em relação às suas coisas; riquezas; recursos; costumes; hábitos; formas de pensar e agir; inclusive em relação à fome, epidemias, acidentes e etc. Dessa forma, detectei certa impossibilidade de trabalhar com a ferramenta governamentalidade. Por se tratar de práticas tão específicas de conduta da população, compreendo que:

A população é um conjunto de *processos* (não pessoas), e a “arte de governar” deve conhecer a fundo esses processos para gerar técnicas específicas que permitam governá-los (o “arranjo correto das coisas”). Estamos, portanto, diante de um objeto de conhecimento *per se*, uma realidade dinâmica cujos processos devem ser compreendidos por conhecimentos especializados como a economia política e por técnicas como a estatística e a medicina social (Castro-Gómez, 2010, p. 61, tradução minha, grifos do autor).

Por intermédio de tais noções, percebo que a ferramenta governamentalidade não seria a mais adequada para utilizar no decorrer desta escrita, por compreender que as técnicas de conduta; controle; economia política; levantamentos estatísticos; de natalidade e etc. ainda não haviam direcionado suas garras para os sujeitos surdos durante a primeira metade do século XIX. Conforme Carvalho e Gallo (2020):

A análise de Foucault foi realizada, evidentemente, a partir do contexto europeu, com centralidade para o Estado francês. Quando pensamos em governamentalização do Estado no Brasil, precisamos estar atentos às particularidades de nossa história. Não podemos falar em Estado brasileiro durante o período colonial e o Estado português, à época, operava, sobretudo, no modelo da justiça, da soberania. Com a independência, no início do século XIX, institui-se um Estado brasileiro. Nessa época, na Europa, já víamos a consolidação dos Estados governamentalizados; aqui, foi necessário construir um Estado e pode-se dizer que os 67 anos de um Estado imperial mesclaram características dos três tipos propostos por Foucault, embora claramente não tenha se consolidado um Estado governamentalizado. Este ganhou força apenas no final do século XIX, com a instituição de um Estado republicano (Carvalho; Gallo, 2020, p. 151).

A partir da percepção dos autores, entendo que podemos encontrar práticas isoladas de governamentalidade na primeira metade do século XIX em território brasileiro. Entretanto, tais ações ainda não haviam irrompido e se consolidado na emergência de noções como as técnicas de estatística, população, transformação do modelo de família, entre outros.

Considerando que tal apetrecho não abrange por si só as análises, considerei viável utilizar como ferramenta o conceito de **norma** e os processos de **normalização** pois, de acordo com a perspectiva de Ewald (2000, p. 87), “a norma, o espaço normativo, não conhecem exterior. A norma integra tudo o que desejaria excedê-la - nada, nem ninguém, seja qual for a diferença que ostente, pode alguma vez pretender-se exterior, reivindicar uma alteridade tal que o torne um outro”.

Portanto, de acordo com Foucault (2010a, p. 213) “A norma é o que pode tanto se aplicar a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar”. Desta forma, a norma adquire, para os corpos dominados, *status* de axioma, verdade absoluta, onde “[...] ele próprio propulsa efeitos de poder. Afinal de contas, somos julgados, condenados, classificados, obrigados a tarefas, destinados a uma certa maneira de viver ou a uma certa maneira de morrer, em função de discursos verdadeiros [...]” (Foucault, 2010a, p. 22).

Compactuo das afirmativas de Foucault (2010b, p. 23) e destaco suas palavras sobre como “[...] a emergência do poder de normalização, a maneira como ele se formou, a maneira como se instalou, sem jamais se apoiar numa só instituição, mas pelo jogo que conseguiu estabelecer entre diferentes instituições, estendeu sua soberania em nossa sociedade”.

Seguindo este raciocínio, podemos pensar que existem diversas normas que atravessam os espaços sociais como emaranhados de fios que circulam e se fundem para constituir as tapeçarias e as peças fiadas pelas mãos de tecelões, ou seja, as normas se imbricam, podendo ser de diversas frentes: normas sociais, industriais, de comportamento, jurídicas e políticas (Ewald, 2000).

Em Foucault (2010b), a norma não se caracteriza como uma lei natural. Sua condição porta uma pretensão de poder, pois exige e exerce coerções nos domínios que está aplicada. Seus processos de coerções estão vinculados às táticas de qualificações e correções. Desta forma, não sugerem rejeitar ou excluir sujeitos, ao contrário, está sempre interligada em processos positivos de intervenção e de transformação dos corpos, uma espécie de poder normativo, agindo como uma regra de conduta.

Portanto, a partir de Ewald (2000), compreendo que não há um objeto social que escape às emergências das táticas de normalização, sendo uma função social primária que acompanha o desenvolvimento da humanidade, tornando típicas e regulares as condutas. Ou seja, a norma é considerada “[...] uma função contínua no tempo; mas acima de tudo, a normalização encontra-se no próprio princípio da comunicação, é ela que faz da linguagem uma linguagem comum” (Ewald, 2000, p. 100).

Segundo o supramencionado autor, a normalização começa pelo vocabulário, pela língua, e as funções desta estratégia buscam simplificar, unificar e, ao mesmo tempo, especificar. Por simplificar, Ewald (2000, p. 102, *sic*), pontua que isso significa “[...] reduzir o número dos modelos de objectos, evitar os produtos demasiadamente vizinhos, reduzir o supérfluo ou o redundante”, ou seja, uma redução da diferença, neste caso, inscrita na língua.

Quando o autor cita unificar, compreende que a normalização carrega consigo uma forma de fixação de determinadas características que podem tornar os objetos compatíveis e intercambiáveis. E, ao utilizar o termo especificar, aduz que precisamos “entendermo-nos no que respeita precisamente à qualidade dos produtos assim como à maneira de a apreciar” (Ewald, 2000, p. 102, *sic*).

Junto a estes conceitos, gostaria de acrescentar novas delineações que acredito serem de extrema importância para analisar os jogos de relações inscritas nas linhas dos documentos selecionados, a saber: **poder**. Em Foucault (2019) o poder não existe. Não possui materialidade. Não pode ser tocado como uma coisa, um objeto ou um indivíduo. Em Foucault, o poder é uma prática social: portanto, pode ser apenas exercido em relação. Sua ação só pode ser vislumbrada em funcionamento, em cadeia. Nunca estará localizado em determinado espaço ou nas mãos de determinados sujeitos, como um objeto. Segundo Foucault, o poder “funciona” no exato momento do desempenho das conexões sociais.

Neste exercício das relações de poder, os sujeitos estão sempre expostos na possibilidade de exercerem ou de sofrerem suas investidas. Desta forma, os sujeitos não são o alvo do poder, são seus intermediários, agentes, ou como dito por Foucault (2019), são “centros de transmissão” pelos quais o poder transita, porém sem se aplicar diretamente. É por isso que:

Dispomos da afirmação que o poder não se dá, não se troca nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação, como também da afirmação que o poder não é principalmente manutenção e reprodução das relações econômicas, mas acima de tudo uma relação de força (Foucault, 2019, p. 274).

Tais relações de poder são instáveis e móveis e, segundo Foucault, só podem existir quando os sujeitos inscritos em tais relações são livres, ou seja, “Se um dos dois estiver completamente à disposição do outro e se tornar sua coisa, um objeto sobre o qual ele possa exercer uma violência infinita e ilimitada, não haverá relações de poder” (Foucault, 2017, p. 270).

Portanto, para o autor, as relações de poder são como jogos estratégicos entre liberdades, jogos onde uns tentam conduzir as condutas de outros e vice-versa. Tal pensamento pode ser preconizado na seguinte assertiva: “[...] se há relações de poder em todo o campo social, é porque há liberdade por todo lado” (Foucault, 2017, p. 270-271). Desta forma, há necessariamente a possibilidade de resistência aos efeitos das relações de poder. Por sermos “centros de transmissão” jamais somos prisioneiros do poder ou de seus resultados. Sempre podemos encontrar formas de modificar suas dominações, de resistir e alterar suas condições mediante o uso de estratégias.

Tal mecânica de poder, como dito anteriormente, fabrica corpos para obedecer, responder segundo as normas instauradas socialmente, e suas ações são executadas de um modo tão sutil que, na extensa maioria das vezes, não se faz necessário recorrer à força física, mas atua em uma camada subjetiva do sujeito em que o próprio indivíduo as torne ativas sobre si. Esse é o princípio de sua própria sujeição.

Em outras palavras, esta mecânica do poder acima descrita se aplica no nível capilar, microfísico dos sujeitos: “[...] atinge seus corpos, vem se inserir em seus gestos, suas atitudes, seus discursos, sua aprendizagem, sua vida cotidiana” (Foucault, 2019, p. 215). Guacira Lopes Louro (2019, p. 28), ao discutir a questão do poder em Foucault, pontua que “[...] historicamente, os sujeitos tornam-se conscientes de seus corpos na medida em que há um investimento disciplinar sobre eles”. Esta sentença pode ser compreendida pela perspectiva de que o poder carrega em sua maquinaria diversas produções de saberes (por isso Foucault considera o poder indissociável do saber) e discursos de verdade que funcionam a partir e através destas relações.

O poder, segundo Foucault (2010a), nos coloca frente a frente com uma produção de verdades, pois sempre está questionando, perguntando, registrando, inquirindo e

institucionalizando-as. Somente exercemos o poder por intermédio de produções de verdades. Desta feita, Foucault compreende o poder como algo produtivo.

O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir (Foucault, 2019, p. 45).

Os conceitos de norma e normalização, pensados juntamente com as mecânicas das relações de saber e poder que criam e moldam verdades e normas que serão reconhecidas por determinado grupo social em delimitado período histórico, são as armas escolhidas para o combate e que possuem bases para propor uma pirotecnia e proporcionar uma detonação barulhenta para estraçalhar as questões que intercorrem os saberes e imaginários da surdez na primeira metade do século XIX.

Apostando em tais conceitos e nas possibilidades produtivas que a explosão proposital ao lançá-los no recorte histórico elegido ocasionaria, no tópico seguinte delineio e apresento as séries organizadas e utilizadas para compor a pesquisa.

1.3 A PERSPECTIVA SERIAL COMO POSSIBILIDADE DE TRATAMENTO DAS FONTES: APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

Como dito anteriormente, é consenso entre os investigadores da área de educação de surdos que o prelúdio do ensino para este público tenha ocorrido na segunda metade do século XIX, traçando as linhas que descrevem a entrada de Edouard Huet ao Brasil e a fundação do atual INES (Diniz, 2011; Rocha, 2007, 2010, 2018; Pinto, 2006; Oliveira, 2011).

Em relação a esta afirmação: sim, podemos pensar que, formalmente ou institucionalmente, a educação de surdos em território brasileiro se constitui com a chegada de Huet e a fundação do INES. Entretanto, essa edificação de uma “gênese”, “princípio” ou “fundamento” propicia a obliteração de outras sinas, saberes e condutas surdas que antecedem este período tratado como marco inicial e, por isso, continuam amordaçadas no tempo.

Por intermédio das análises foucaultianas, sabemos que a eleição de determinado discurso de verdade em detrimento de outros está intimamente ligada a uma série de relações de poder-saber: “A verdade tem poder. Ela possui efeitos práticos, efeitos políticos” (Foucault, 2006a, p. 95). A verdade é capaz de criar imaginários, inclusive, de ditar as formas que serão

reconhecíveis, ou não, acerca da surdez. É, assim, que a invenção da figura de um neto surdo de D. Pedro II se mantém no imaginário das comunidades surdas brasileiras de nosso tempo.

É com esse olhar que procurei as fontes históricas para vasculhar possibilidades dentro de um período notável e, que em uma maioria dos casos, continua descartado pelas pesquisas acadêmicas. Com este olhar e como forma de análise, trago a perspectiva serial descrita por Gilles Deleuze (2019) a partir das obras de Michel Foucault, para organizar os documentos elegidos para a pesquisa.

De acordo com o supramencionado autor, a perspectiva serial seria aquela que permite a construção de séries tendo como base um enunciado como ponto singular de proximidades em busca de outras determinadas séries que se prolonguem a outros pontos. Ou seja, o enunciado é a própria série e, nesta perspectiva, é preciso encontrar as singularidades que formam sua família em meio aos documentos. Segundo Deleuze:

O que “forma” um grupo ou uma família de enunciados são, então, as regras de passagem ou de variação, de mesmo nível, que fazem da “família” como tal um meio de dispersão e de heterogeneidade, o contrário de uma homogeneidade dos enunciados heterogêneos aos quais se liga através de regras de passagem (vetores). E não é apenas dessa forma que cada enunciado é inseparável de uma multiplicidade “rara” e regular ao mesmo tempo; cada enunciado é uma multiplicidade: uma multiplicidade e não uma estrutura ou sistema (Deleuze, 2019, p. 17, aspas do autor).

A partir desta caracterização, dois aspectos são importantes, então, para a adoção e uso desta perspectiva serial, a saber: *i)* “assinalar as singularidades e as relações de forças onde aquelas estão presas”, e *ii)* “construir as curvas integrais, ou seja, as integrações institucionais que produzem enunciados” (Deleuze, 2017, p. 29). O primeiro aspecto traz a problemática do poder e, o segundo, o aspecto do saber, corroborando com a perspectiva arqueogenealógica adotada para a análise proposta.

José Costa D’Assunção Barros (2005, p. 236), traçando considerações entre as especialidades na historiografia contemporânea, pontua que a perspectiva serial se refere “[...] a um tipo de fontes e a um ‘modo de tratamento’ das fontes. Trata-se de abordar fontes com algum nível de homogeneidade e que se abram para a possibilidade de quantificar ou de serializar as informações ali perceptíveis no intuito de identificar regularidades”.

É a partir deste entendimento que passei a selecionar as séries com as quais desejo trabalhar, buscando nos enunciados acerca da surdez suas características familiares, de semelhança, de homogeneidade para, assim, ser possível afetar suas “[...] relações de força regularizando-as, alinhando-as, fazendo suas séries convergirem, traçando uma ‘linha de força geral’” (Deleuze, 2019, p. 80).

Pelo fato de optar pela construção de campos de saberes distintos, esta escolha foi pensada pela possibilidade de criar séries específicas para cada campo, tendo em vista suas proximidades familiares, o que torna possível formar uma transversal móvel como possibilidade de esquadramento da história.

Desta forma, em seguida, apresento uma sequência de quadros ilustrativos criados para pontuar e tornar didática a leitura dos documentos históricos elegidos para a construção de cada um dos campos de saberes identificados no decorrer da investigação, a saber: *i)* campo literário; *ii)* campo legislativo; *iii)* campo imperial; e, por fim, *iv)* campo médico.

A localização destes documentos está, basicamente, situada em dois espaços distintos da Fundação Biblioteca Nacional (FBN): o primeiro de ordem remota, sendo possível acessar livremente por meio da Hemeroteca Digital Brasileira, *site* hospedado pela FBN com financiamento e apoio do Ministério da Cultura, da Ciência e da Tecnologia e Inovação, Governo Federal do Brasil e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep); o segundo espaço diz respeito aos documentos históricos guardados fisicamente nas dependências da instituição.

Desta feita, para a primeira composição de saberes, no quadro 1, apresento a lista documental designada e determinada para atuar na possibilidade de compreensão e busca pelas normas sociais da primeira metade do século XIX dentro do primeiro campo de conhecimento: literário.

Quadro 1 – Documentos coletados para a construção do Campo de Saber Literário

Período	Documentos
1808-1820	<i>Correio Braziliense ou Armazem Literario (ING)</i>
1811-1812	<i>Idade D' Ouro Do Brazil (BA)</i>
1812-1813	<i>Jornal de Coimbra (POR)</i>
1813-1814	<i>O Patriota: Jornal Político e Liberal (RJ)</i>
1820-1830	<i>Diario do Rio de Janeiro (RJ)</i>
1849-1849	<i>O Porto-Franco</i>

Fonte: organização do autor (2025).

Foi possível, dentro da seleção realizada no quadro 1, coletar as narrativas de vidas e corpos indesejados e “inúteis” pelo imaginário deste povo e, também, encontrar possibilidades de existências de normas sociais instauradas que serviram de “pistas” durante a escrita desta

tese para compreender a emergência do sujeito normalizado e adequado aos preceitos e às luzes deste século.

Neste campo de conhecimento é onde a prática da criação de poesia e do teatro serão identificados como potencializadores educacionais de conduta desta sociedade da primeira metade do século XIX em questão. É neste local que surgirá a emergência do patriotismo que se manifesta como a marca de um “bom cidadão”.

Quanto à constituição dos documentos designados para o segundo campo investigativo, a composição do campo legislativo, foi preciso levar em consideração o pensamento de Deleuze (2017) ao mensurar que todo enunciado é uma curva que une singularidades.

Dito de outro modo, foi preciso pensar que o enunciado é uma função que “[...] consiste em regularizar as singularidades traçando as curvas que passam na vizinhança dessas singularidades” (Deleuze, 2017, p. 19).

Assim, na medida em que estes enunciados entravam e se manifestavam nas relações de forças encontradas nas linhas documentais, selecionei os jornais, anais e diários onde tais relações acerca da surdez emergiram durante as leituras e as organizei conforme relação disposta no quadro 2 a seguir:

Quadro 2 – Documentos coletados para o Campo de Saber Legislativo

Período	Documentos
1808-1820	<i>Correio Braziliense ou Armazem Literario (ING)</i>
1823-1823	<i>Diario da Assembleia Geral, Constituinte, e Legislativa do Imperio do Brasil</i>
1830-1833	<i>Diario da Camara dos Senadores do Imperio do Brasil (RJ)</i>
1833-1833	<i>Annaes Do Parlamento Brasileiro</i>
1889-1922	<i>Annaes Da Bibliotheca Nacional Do Rio De Janeiro</i>

Fonte: organização do autor (2025).

A organização para debater o terceiro campo de saber, a irrupção do saber imperial, foi possível de ser rastreada a partir das leituras em busca de um prolongamento da série por intermédio da figura de José Estêvão Grondona, redator da *Sentinella da liberdade à beira do mar da Praia Grande*.

Grondona, um sujeito estrangeiro e surdo, foi um personagem que integrou a história imperial brasileira, sendo dada a seus jornais e pasquins incendiários a responsabilidade pela dissolução da primeira Assembleia Geral Constituinte e Legislativa no ano de 1823. Foi a

conexão inicial com esta gazeta a responsável pelo rastreamento da série que passou a ganhar forma e este campo de saber começou a ser desenhado para compor a seção quatro deste relatório.

A lista da documentação detectada e indicada para a confecção da escrita do campo de saber imperial, a partir dos pressupostos de Deleuze (2017, 2019), para a compilação deste rastreamento de similaridades e famílias, pode ser conferida no quadro 3 a seguir:

Quadro 3 – Documentos coletados para o Campo de Saber Imperial

Período	Documentos
1810-1810	<i>O Analista (RJ)</i>
1812-1820	<i>Jornal de Coimbra (POR)</i>
1819-1821	<i>O campeão Portuguez (POR)</i>
1822-1823	<i>Correio do Rio de Janeiro (RJ)</i>
1823-1823	<i>O Tamoyo (RJ)</i>
1823-1823	<i>Sentinella da liberdade à beira do mar da Praia Grande (RJ)</i>
1827-1839	<i>A Aurora Fluminense: Jornal Politico e Litterario (RJ)</i>

Fonte: organização do autor (2025).

Em sequência, apresento os documentos coletados para a construção do quarto e último campo de saber: médico. Para a realização deste levantamento foram utilizados, em sua extensa maioria, revistas e jornais fundados pela Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro. Portanto, apresentam saberes específicos e direcionados para a área em questão.

Esta sociedade foi responsável pela intervenção e mudança cultural relacionada à higiene pública e privada da sociedade *braziliense* da primeira metade do século XIX, inclusive a mudança das práticas de sepultamento dentro de espaços religiosos para lugares afastados dos centros das cidades.

A seleção e a compilação dos jornais, revistas, semanários e diários selecionados para compor as análises e discussões que brotaram neste campo de saber médico e suas possibilidades de interferência na sociedade *braziliense* podem ser lidas conforme exposto no quadro 4 a seguir.

Quadro 4 – Documentos coletados para o Campo de Saber Médico

Período	Documentos
1831-1834	<i>Semanario de Saude Publica (RJ)</i>
1833-1841	<i>Revista Medica Fluminense (RJ)</i>
1835-1835	<i>Diario de Saude: Ou Ephemerides das Sciencias Medicas e Naturaes do Brazil (RJ)</i>
1837-1844	<i>Museo Universal: Jornal das Familias Brasileiras (RJ)</i>
1841-1843	<i>Revista Medica Brasileira (RJ)</i>
1844-1847	<i>Archivo Medico Brasileiro: Gazeta Mensal de Medicina, Cirurgia, e Sciencias Accessorias (RJ)</i>

Fonte: organização do autor (2025).

A composição das séries dentro destes campos de saberes ocorreu seguindo, inicialmente, os enunciados “surdez” e “surdo”. É preciso levar em consideração, aqui, que o termo “surdo-mudo” não é uma forma gráfica utilizada com frequência durante a primeira metade do século XIX. Esta nomenclatura aparecerá nos jornais, revistas, diários e gazetas deste período somente em textos traduzidos de outros países que já adotaram tal grafia. A emergência e popularização do enunciado “surdo-mudo” será recorrente nos documentos brasileiros a partir da segunda metade do século XIX, com a chegada de Huet e a popularização do conceito importado da França.

Desta forma, os enunciados que dizem respeito à família “surdo” bifurcaram-se em duas frentes de distintos usos, sendo que, para a narrativa proposta nesta investigação somente uma destas familiaridades despertou o interesse para perseguir seus prolongamentos no decorrer do tempo.

Para ilustrar este desmembramento da série “surdo” e demonstrar os motivos levados em consideração para perseguir no tempo da história somente a segunda família pertencente ao enunciado “surdo” elaborei o quadro 5 abaixo com a identificação destas duas correntes. Os grifos são próprios.

Quadro 5 – Ilustração das famílias do enunciado “surdo”

Famílias do enunciado “surdo”	Exemplos de frases detectadas
Família 1	“Taes eraõ as vozes da sabedoria; mas o Governo de Lisboa inteiramente surdo para as ouvir, seguio uma verêda oposta” (Correio Braziliense ou Armazem Literario, 1814b, p. 633).
Família 1	“Todas as familias gemem: toda a França chora: elle he surdo ás nossas misérias” (Idade D’ouro do Brazil, 1814, p. 1).
Família 1	“He escusado dizer que esta medida he util, e necessaria: os factos fallaõ, mas o surdo auctor naõ quer ouvir o que elles dizem” (O Campeaõ Portuguez, 1820e, p. 350).
Família 2	“Em alguns idiotas as funcções dos cinco sentidos são perfeitas; outros são surdos ; outros tem capacidade para as artes mecânicas” (O Guanabara, 1838, p. 174).
Família 2	“Um pobre camponio da Bretanha, por nome Leonardo, o qual era surdo ha bastante tempo [...]” (O Diario Novo, 1844, p. 3).
Família 2	“Estava surdo ha 10 annos, e attribuia esta desgraça a hum ataque de capricho (influenza) que tivera quando servia na Peninsula como soldado” (Revista Medica Fluminense, 1840b, p. 133)

Fonte: organização do autor (2025).

Conforme ilustrado no quadro 5, há duas possibilidades de entendimento acerca dos possíveis significados para o enunciado “surdo” que estão alocadas nesta análise, conforme exemplificado na família 1 e na família 2, representadas e apontadas conforme a necessidade de demonstrar os caminhos percorridos durante a construção desta investigação científica.

Nesta (re)construção, a família 1 diz respeito a exemplos de enunciados “surdo” utilizados como recurso intensificador gramatical ou adjetivado para conceder características de construções frasais que não possuem relação direta com a surdez inscrita como uma falta de absorção de sons ou, então, determinadas como a materialidade de uma diferença em um corpo.

Pensando que, nesta primeira família, a detecção de um “governo inteiramente surdo aos clamores”, “surdo às misérias” e de “surdo autor que não ouve as medidas uteis” não configura um caminho capaz de destrinchar as possibilidades de vidas surdas na primeira metade do século XIX por se configurar como enunciado de uso comum, do dia a dia, e recorrente a este grupo social, sem a intencionalidade de referir-se diretamente a um sujeito que não ouve, esta família não foi perseguida no decorrer dos passos da história.

Já a segunda família apresentada, onde o enunciado “surdo” diz respeito às condições de existência de seres que carregam a impossibilidade de ouvir, adquirida ou de nascimento,

esta é a trilha selecionada para perseguir e identificar as regularidades discursivas dentro deste aparato.

Conforme as leituras se prolongaram dentro do recorte temporal selecionado, os já apresentados enunciados “surdo” e “surdez” passaram a sofrer pequenas variações e, em alguns casos, algumas diferenciações, conforme os anos se passavam e novos conhecimentos eram acrescidos neste recorte. Entender como funciona este processo serial foi de extrema importância para a captação desta mudança no tempo e uso dos enunciados.

Dito de outra forma, estes termos passaram a adquirir e a demonstrar, durante as leituras, suas características de semelhança e de familiaridade, conforme apontado por Deleuze (2019). Algumas destas diferenças, acredito, seja importante mencioná-las e, também, demonstrá-las neste relatório. Para tanto, a título de exemplificação, no quadro 6 a seguir aponto as semelhanças e familiaridades identificadas a partir do enunciado “surdo” e suas transformações detectadas em seu uso no tempo, levando em consideração as possibilidades acrescidas com os novos campos de saberes que passaram a se formar neste recorte.

Quadro 6 – Ilustração das semelhanças de famílias do enunciado “surdo”.

Ano	Enunciado	Campo de Saber
Em torno de 1808	“surdo”/ “surdez”	Literário
Em torno de 1830	“surdo e mudo” “surdo mudo”	Literário
Em torno de 1834	“surdez”	Médico
Em torno de 1838	“surdo-mudo”	Médico
Em torno de 1853	“dysecea” (dureza do ouvido)	Médico
Em torno de 1853	“syrygmus” (zunido dos ouvidos)	Médico

Fonte: organização do autor (2025).

O objetivo deste quadro é ilustrar as diferentes formas de semelhanças que os enunciados “surdo” e “surdez” foram adquirindo com o passar do tempo. Na primeira coluna,

(ano) optei por deixar escrito os dizeres “em torno de” por compreender que os documentos selecionados são pequenos universos deste aparato que é a primeira metade do século XIX.

Desta forma, em jornais e diários não escolhidos para compor esta análise pode-se incorrer que tais enunciados possam existir em diferentes formas, ou seja, o ato de detectar estas novas formas de grafia é algo fluido e não estanque. Por isso o cuidado de dizer que a semelhança foi encontrada “em torno de” ao invés de afirmar que passou a ser utilizada “no ano de”.

Este cuidado também implica em pontuar que a incorporação de um novo termo não significa o desuso do anterior. Estas palavras coexistiram neste momento histórico e seus usos passam a variar a depender do dispositivo em que estão inseridas e da forma de linguagem utilizada para seus registros.

Já na segunda coluna (enunciado) é possível acompanhar as semelhanças de grafias que o enunciado assumiu enquanto foi sendo modificado, e pode-se perceber que, conforme os campos de saberes se debruçam sobre esta questão, as nomenclaturas internacionais também passam a ser incrementadas em solo brasileiro, como é o caso dos três últimos enunciados “surdo-mudo”, “dysecea” e “syrigmus”, incorporados no discurso médico oriundos de termos franceses e americanos.

Vale ressaltar novamente que os termos ‘surdo mudo’, ‘surdo e mudo’ e ‘surdo-mudo’ encontrados no quadro a partir de 1830, aparecem em obras e textos traduzidos ou que fazem referências aos mesmos para o português, ou seja, não são termos que surgem na sociedade *braziliense*, são palavras que se incorporaram ao vocabulário local por intermédio das sutis práticas de normalização que os campos de saberes detectados acabam por efetuar. Por este fato a maior fração de recorrência dos enunciados se encontra no campo literário e médico. As traduções de textos destas áreas importaram tais grafias para as linhas das gazetas locais.

A terceira e última coluna aponta para o campo de saber em que o enunciado foi encontrado pela primeira vez. Entretanto, isso não significa que os seus usos não perpassassem as demais áreas de conhecimento apresentadas: pelo contrário, os termos “surdo” e “surdez” são encontrados em todos os campos, assim como podemos encontrar o enunciado “surdo-mudo” no campo literário, legislativo e imperial.

Outros enunciados foram perseguidos nas letras dos documentos históricos para acompanhar as análises propostas. Em sua totalidade foram trabalhados os seguintes descritores: “surdo”; “surdez”; “surdo mudo”; “surdo e mudo”; “surdo-mudo”; “surdeza”; “mudez”; “mutismo”; “ouvido”; “orelha”; “audição”; “dysecea”; e “syrigmus”.

A partir da leitura dos documentos, senti a necessidade de adotar dois procedimentos de investigação: 1) a criação de um Diário de Bordo, onde narro as sensações que as gazetas me proporcionam e as informações que considerei importantes de serem pontuadas, com minha própria compreensão – entendendo a necessidade de me apropriar do contexto secular do período investigado; e 2) a organização de um fichamento de citações sobre as frentes de saberes elencadas, contendo as seguintes informações: ano; documento; páginas; nome do artigo; temática (área do saber); excerto; e fonte.

O Diário de Bordo contendo as leituras e sensações que me atravessaram durante o percurso investigativo se efetivou no modelo de um caderno *sketch canson*, capa dura texturizada, com folhas de 100 g/m² e sem pautas, próprio para esboços, desenhos e anotações, medindo 14 x 22,5 cm x 3 cm, conforme apresentado na figura 1:

Figura 1 – Diário de Bordo: leituras e pesquisas para a composição da tese



Fonte: acervo do pesquisador (2025).

A respeito das sensações que as leituras me proporcionaram, considero válido registrar, por exemplo, minha anotação inicial acerca do primeiro jornal a correr em solo nacional, o *Correio Braziliense ou Armazem Literario*. Registrei no caderno de sensações que ele pareceu possuir uma abordagem preocupada com as melhorias das ciências, literatura, comércio e das artes. Por isso seu editor, residente em Londres, buscava reunir frentes de informações recebidas dos mais diversos países e, traduzindo-as, compilava-as e enviava as edições para os assinantes do Brasil.

Quanto à sensação que tive acerca da abordagem da *Gazeta do Rio de Janeiro* e do *Diario do Rio de Janeiro*, diferentemente do correio descrito acima, estes eram jornais produzidos em solo nacional. Além de abordar questões diplomáticas, de guerra, negócios estrangeiros e obras particulares possuíam, também, um espaço para as notícias próprias do Rio de Janeiro, internas àquele grupo histórico-social, onde se poderia anunciar a venda de utensílios domésticos, negros escravizados e serviços especializados.

Na *Gazeta do Rio de Janeiro*, geralmente, o espaço para estes acontecimentos locais se situava na última folha, abaixo das notícias marítimas e sob o título de “Avisos”. Já no *Diario do Rio de Janeiro*, sob o título de “Vendas”, pode-se encontrar de três a quatro páginas separadas para tais ocorrências. Dentro de tal campo, ainda, se percebe uma divisão por seções, como: compras; perdas; alugueis; arrematação; *creadas*; ama de leite; *escravos fugidos*; entre outros.

Já na abordagem do *Diario da Assembleia Geral, Constituinte, e Legislativa do Imperio do Brazil* e do *Diario da Camara dos Senadores do Imperio do Brazil* é possível coletar uma visão jurídica e política das decisões discutidas na câmara dos senadores, registradas em detalhes pelos taquígrafos e, portanto, com tais frentes documentais, é possível dimensionar a compreensão de determinados discursos acerca dos modos de vida social e também a emersão de alguns saberes que podem propiciar a constituição de imaginários acerca da surdez e daqueles considerados surdos.

Pouco a pouco, no percurso dos dias dedicados às análises, as relações de saber e poder tencionaram-se a aparecer, discretamente, quase que à paisana. A aparição do enunciado “surdo” mudou, aos poucos, de um simples adjetivo em frases comuns e rotineiras – como, por exemplo, “surdo às súplicas”, “surdo às misérias” – para passar a significar uma distinção sobre quem poderia ser o outro, aquele considerado “incapaz” de ouvir.

No tópico seguinte abordo a visita realizada ao Instituto Nacional de Educação de Surdos e as nuances obtidas a partir da experimentação de estar, pela primeira vez, no espaço que me desperta tantas questões e incógnitas.

1.4 VISITA AO ACERVO DO INES: EXPERIMENTANDO A MATERIALIDADE PESQUISADA

A ideia de estar presente no Instituto Nacional de Educação de Surdos partiu de duas necessidades: *i)* conhecer as dependências da instituição; e *ii)* averiguar a possibilidade de haver documentos em seu acervo que remontassem à primeira metade do século XIX e que, por ventura, não estivessem disponíveis no repositório *online* da FBN.

O INES ocupa em minhas subjetivações um lugar cristalizado por estar diretamente ligado ao meu campo de pesquisa e por ser objeto de diálogo e convívio de tantos membros das comunidades surdas brasileiras. Não há saberes acerca da surdez que não tenham resgatado a importância da instituição para a educação de surdos em território brasileiro. Sua fundação remonta a mais de 160 anos. A instituição torna-se, então, um lugar transportado pela história para os nossos dias. É como um elo que mantém um lembrete do que foi a educação de surdos. Um portal de ligação que assegura passagem para o que restou das tentativas de nos fazer imaginar e ficcionar a materialidade do passado.

Minha chegada ao INES ocorreu na manhã do dia dezessete de abril de 2023. Havia uma ansiedade enquanto aguardava as paradas do metrô. Minhas mãos suavam pela possibilidade de entrar em um lugar que eu havia inventado de tantas formas em minhas leituras anteriores. Como diria Manoel de Barros: “[...] depois me ensinaram que vento não tem organismo. Fiquei estudado” (Barros, 2006, p. 37).

Estranha foi-me a sensação ao chegar ao bairro das Laranjeiras, na Rua das Laranjeiras, 232. Isso me fez pensar que o instituto sorriu para mim no instante em que cheguei ali e entrei no elevador. Não via a hora de encontrar sabe-se-lá-o-quê e terminar aquela conversa que não terminamos ontem² (nas pesquisas passadas).

A imensidão e suntuosidade construída no instituto, edificada da forma como a vemos hoje, iniciou-se no ano de 1913 e foi finalizada em 1915, tendo como projetor o arquiteto Gustav de Lully (Espaço, 1990). A construção foi realizada pela empresa Poley Ferreira e Companhia, mediante edital público, sendo o prédio anterior demolido sob argumento de que as meninas surdas deveriam ser educadas e, portanto, necessitava-se a criação de uma seção feminina (Rocha, 2007).

² Referência à música *All Star*, composta por Nando Reis.

Figura 2 – Fachada de entrada do Instituto Nacional de Educação de Surdos



Fonte: acervo do pesquisador (2023).

Após alguns minutos contemplando a magnitude arquitetônica da instituição, que pode ser vista na figura 2, e observando as movimentações de alunos e professores e demais servidores, subi as escadas em passos bem lentos, quase que indecisos, para a entrada principal.

Na recepção, me concederam um crachá de visitante para que pudesse adentrar e fui direcionado para subir à biblioteca. Os corredores com sua extensa dimensão e altura proporcionavam um eco gélido aos sons emitidos pelos alunos surdos que passavam correndo. Eu sorria sentindo as vibrações e os passos ociosos ao caminhar pelo chão de madeira. A viagem

toda teria sido válida apenas para ter o privilégio de preservar as sensações que percorriam meus sentidos.

Conforme o *flyer* de divulgação da biblioteca, o acervo contém mais de 3.000 livros distribuídos entre as áreas de surdez, pedagogia, literatura, psicologia, fonoaudiologia e linguística, além de teses e dissertações e as edições dos periódicos das revistas *Espaço*, *Arqueiro* e *Fórum*.

Ao sair da biblioteca tive o feliz encontro com alguns professores que, interessados no meu estudo e pelo ineditismo que uma investigação que remonta a 50 anos antes da criação do INES poderia contribuir com a área, me direcionaram para conversar com o professor Dr. Mário José Missagia Junior, formado em Ciências Políticas. Conversamos por alguns minutos sentados em torno de uma mesa circular. Interessado, Missagia Junior me ouviu com atenção. Compreendeu meu intento e foi quem pôde me auxiliar a responder à questão que eu tanto desejava descobrir: haveria algum dado documental arquivado no INES que fizesse referência à primeira metade do século XIX?

Missagia Junior retirou, na recepção, as chaves da capela e da sala onde é mantido o Acervo Histórico do INES e me proporcionou um pequeno e concentrado tour pelas dependências da instituição. A primeira parada foi na capela, que fica situada no prédio principal, primeiro andar, e mantém as peças originais desde sua construção.

As portas da capela se abriram à minha frente e um forte arco de vento saiu desregrado de dentro de suas dependências. Em segundos, sendo atravessado por este portal do tempo, entrevi vozes e vultos em minha mente. Pensei ter ouvido uma multidão infinita de pessoas caminhando pelo chão de madeira e predizendo ações para os céus. Senti-me transportado para uma sensação histórica completamente inusitada.

Ao observar as organizações do espaço da capela, lembrei-me que no ano de 2005 um homem disfarçado de padre conseguiu entrar nas dependências do instituto e furtou alguns apetrechos da capela, a saber: um crucifixo, uma imagem de Santo Antônio e dois castiçais do século XIX (Gov.Br, 2023a).

Em março de 2023, o crucifixo foi recuperado pela Delegacia de Repressão aos Crimes contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico (Delemaph) da Polícia Federal e, no dia 13 de junho de 2023, dia de Santo Antônio, o mesmo departamento conseguiu recuperar a imagem do Santo e os dois castiçais do século XIX (Gov.Br, 2023b). Como minha visita ocorreu em abril de 2023, a imagem de Santo Antônio e os castiçais ainda não haviam sido recuperados pela Delemaph, portanto, estes objetos não aparecem nas figuras 3 e 4, registradas no momento da visita.

Figura 3 – Altar da Capela do INES

Fonte: acervo do pesquisador (2023).

Figura 4 – Oratório da Capela do INES

Fonte: acervo do pesquisador (2023).

Na figura 3 podemos observar, logo acima, na parede de madeira, centralizado, um crucifixo, seguido por um sacrário dourado assemelhando-se a uma pequena caixa, onde a Eucaristia, considerada na tradição católica como presença viva de Jesus, é guardada após as celebrações.

Ao lado esquerdo do tabernáculo, alinhada a ele, há uma luz vermelha apagada. Quando acesa, seu significado aponta a presença de Jesus no sacrário, ou seja, em seu interior há hóstias consagradas. Paradoxalmente, o vivo, inamovível e não transparente, disponível à adoração.

No vão da pequena porta do sacrário dourado há pequenos pedacinhos de papéis brancos bem dobrados e inseridos categoricamente em seus espreitados vãos. Segundo os relatos do professor, são pedidos de alunos surdos de outros tempos, escritos e dedicados a desejos elevados e consagrados à presença de Jesus.

Mais abaixo, há um altar coberto com uma toalha branca e, sobre ele, duas pequenas velas, uma em cada extremidade (imagino que substituindo os castiçais que ainda estavam desaparecidos após o crime ocorrido em 2005). Ao centro da mesa há um pequeno suporte vermelho e almofadado para facilitar a inclinação e leitura do Missal Romano, o livro litúrgico que contém os textos para a celebração da missa na Igreja Católica.

Em frente à mesa, abaixo do presbitério, há dois genuflexórios expostos para oração, contendo uma parte elevada à frente do corpo para apoiar as mãos e braços, também almofadados e no mesmo tom avermelhado que o suporte de mesa para as leituras do Missal Romano.

O uso do genuflexório remonta às minhas leituras nos documentos históricos do século XIX, aparecendo, por exemplo, em um artigo da gazeta *Imperio do Brasil: Diario Fluminense*, datado de 1825, onde a província de Goiás recebeu o Bispo Francisco Ferreira de Azevedo e, este, em honrarias, agradecendo a Jesus Cristo, “[...] entrou na Capella debaixo do Palleo, e feita a Oração no genuflexorio subio á Cadeira, que estava ao lado do Evangelho [...]” (*Imperio do Brasil: Diario Fluminense*, 1825, p. 84, *sic*).

Segundo o depoimento de Solange Rocha para a matéria publicada acerca do furto dos artefatos religiosos do instituto: “Na época do Brasil Império, a Igreja Católica era a igreja oficial do Estado. Por isso, como outras instituições federais fundadas durante esse período, o INES também deveria ter uma capela” (Gov.Br. 2023a).

Conforme figura 4, situado ao lado oposto do altar, há um oratório. Prática comum em capelas e casas de devotos da doutrina católica é ter um lugar onde as orações em agradecimento ou pedidos são depositados em relação ao santo de sua devoção. Na figura podemos contemplar oito imagens de diferentes santidades, sendo que todas estão congregadas em torno da nona figura: de Jesus Cristo crucificado.

A sensação causada pela distribuição das imagens em torno do Cristo crucificado e seus rostos de bondade com expressões de afeto ao calvário da dor suportado pelo filho de Deus permite pensar que as imagens assistem à expurgação de Cristo, enquanto suas mãos denotam afeto e súplicas a Deus em uma tentativa de intervir por seu sofrimento.

Minhas vontades de invenção ficaram imaginando se, nesta capela, também os surdos daqui realizavam a mesma sequência de orações determinadas pelo Instituto Jacob Rodrigues Pereira (IJRP), em Portugal, fundado em 1823 e tornado posteriormente a Casa Pia de Lisboa (CPL).

Conforme o documento *Orações para surdos-mudos, expressadas por signaes*, criado para dirigir os trabalhos sagrados da Casa Pia, havia a oração da manhã e da noite (e também as orações para antes e depois das refeições) onde, em sua primeira etapa, as crianças eram todas colocadas em fileira, realizavam o sinal da Santa Cruz e, com as mãos postas sobre o coração, acompanhavam a primeira etapa da sinalização da oração. Após a execução, levantavam a mão direita ao céu e contemplavam a segunda metade. Depois de concluída com uma “pancada” afirmativa de mãos, se ajoelhavam, renovando o sinal da cruz e, com as mãos

postas e levantadas realizavam suas súplicas guiadas, finalizando com “Em nome de Deos Padre, Filho, e Espirito Santo. Amen. (*Com o signal competente*)” (Lisboa, 1827, p. 1-2, *sic*).

Após as portas da capela se fecharem novamente atrás das minhas costas e sua tranca ser devidamente enclausurada, juntamente com tantas outras fragmentações de vidas, súplicas e pedidos dobrados em pequenos papéis brancos, entrevi novamente em minha mente vozes e vultos de uma multidão infinita de pessoas caminhando pelo chão de madeira e predizendo as mesmas ações para os céus. Desta feita, fui guiado até a sala da direção para conhecer a professora Dra. Solange Maria da Rocha que, infelizmente, não se encontrava nas dependências da instituição.

Em seguida, fui direcionado para um compartimento lateral onde está o Arquivo Histórico do INES (também conhecido como Espaço Memória). Segui os passos do professor para o anexo esquerdo do prédio principal e subimos para uma pequena construção, também com pisos de madeira.

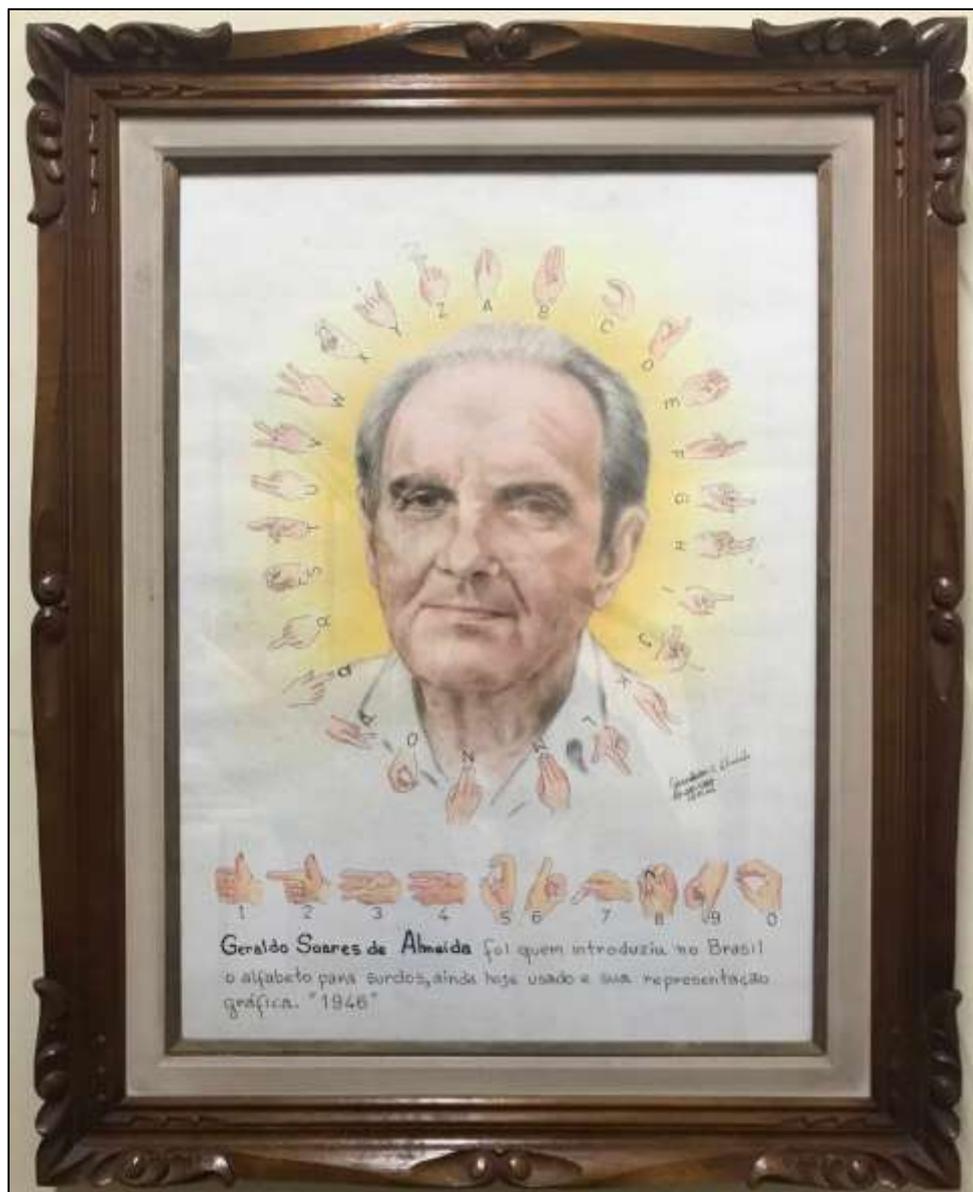
Segundo Rocha (2010), este ambiente foi construído em 1908 com o propósito de servir como residência para o diretor geral da instituição que, seguindo a data de construção dada pela autora à época, seria o Senhor Custódio Ferreira Martins (que ocupou o cargo de diretor do instituto entre 1907 e 1930).

Posteriormente, em meados dos anos cinquenta, o espaço passou a ser utilizado como dormitório feminino; em seguida, foi utilizado como Jardim de Infância, sendo que somente em 1999 foram completamente reformados para abrigar os conteúdos relativos à história iconográfica do instituto (Rocha, 2010).

No *hall* de entrada, observei um quadro que retratava Geraldo Soares de Almeida, um dos ex-alunos do instituto. A legenda dizia: “foi quem introduziu no Brasil o alfabeto para surdos, ainda hoje usado e sua representação gráfica”. Segundo os relatórios de pesquisa de Rocha (2007), em 1933, devido às comemorações do aniversário de 76 anos do instituto, Geraldo Soares de Almeida ganhou um concurso de desenho, aos treze anos de idade. Sua obra, feita à pena, representava a frente do edifício onde a instituição se mantinha, dando-lhe notoriedade por suas habilidades em desenhar.

É dado ao seu trabalho artístico a popularização da obra *Alfabeto Manual dos Surdos Mudos*, realizada em 1946, onde seus desenhos representam as posições das mãos para a realização do alfabeto manual (Rocha, 2017). A reprodução do quadro de Geraldo Soares de Almeida pode ser conferida na figura 5 abaixo.

Figura 5 – Representação de Geraldo Soares de Almeida



Fonte: acervo do pesquisador (2023).

Em seguida, as portas do Arquivo Histórico foram abertas à minha frente e, por alguns instantes, eu não sabia o que esperar ao ser transportado para dentro deste novo espaço que me aguardava em suas estreitas e altíssimas portas. Meu sentimento inicial foi de um imenso respeito e devoção pelo peso histórico que atravessava meus poros.

Acompanhando o professor, começamos a andar pelos cômodos da casa: passamos pela mesa de estudos; pelos bustos de pessoas importantes para a área da surdez; pelas taças e premiações que alunos de outros tempos receberam; caixas e objetos que remontam a períodos transcorridos; pelas peças de fiar, instrumentos utilizados no período educacional onde a

oralidade se manteve como foco em detrimento da língua sinalizada. Chegamos, então, ao final de um corredor onde uma nova porta continha os tão desejosos documentos.

Destrancada a última porta que me separava da resposta esperada, trilhei os caminhos em torno dos documentos organizados em uma estrutura comprida e quase semicircular com várias gôndolas. Nela, os documentos permaneciam fechados e encerrados em seus cobertores de seda, esperando serem libertados. Circulei por suas etiquetas datadas, imaginando que haveria algo que estava fora dos materiais dispostos na FBN. Entretanto, não houve materiais detectados que remontassem à primeira metade do século XIX.

Pelo sentimento de respeito e devoção que o espaço me transmitiu, decidi não registrar a parte interna do acervo, mantendo-a somente em minhas construções imagéticas, como um trunfo pela viagem, pela possibilidade que me foi dada. Despedi-me, assim, de suas moradas, satisfeito por todas as sensações coletadas, para continuar minhas tentativas de enxergar os *antigamentos* deste período secular.

A partir do exposto até aqui, na seção seguinte, *A composição do campo literário: as possibilidades de criação de imaginários da surdez*, apresento o primeiro campo possível de saberes e imaginários acerca da surdez na primeira metade do século XIX.

SEÇÃO 2: COMPOSIÇÃO DO CAMPO DE SABER LITERÁRIO: AS POSSIBILIDADES DE CRIAÇÃO DE IMAGINÁRIOS DA SURDEZ

Nesta seção, dividida em seis tópicos, busco dimensionar as primeiras tentativas de escrever algo a respeito do que era a surdez ou como tais sujeitos eram reconhecidos por intermédio de produções literárias, considerando-as como fontes de produção para um possível imaginário da surdez.

Destarte, no primeiro tópico, *A possibilidade de criação de um imaginário da surdez ou de um mundus imaginalis*, trago para a escrita Jacques Rancière (2009) e sua defesa em relação às possibilidades de ficcionar a realidade, fazendo emergir formas arquetípicas de coisas já existentes sobre determinadas experiências que constituem uma sociedade em determinado momento histórico, ou seja, a manifestação de algo “visível” daquilo que é “invisível”.

Em seguida, no segundo tópico, *Vadios e Enjeitados: a abertura de possibilidades imaginárias para as linhas da surdez*, abro as perspectivas de imaginar e perseguir rastros de saberes surdos a partir de um encontro com documentos que versam sobre as diferenças inscritas em sujeitos considerados *vadios e enjeitados*.

Com o reconhecimento da primeira norma que atua na fabricação de possibilidades de vidas na primeira metade do século XIX – a utilidade – abro o terceiro tópico, *Literatura e as construções sociais: narrativas que formam imaginários*, em uma busca pela criação de um possível imaginário literário edificado por meio das artes da literatura e demais narrativas onde a surdez (ou possibilidades de) principiaram a surgir, tornando possível dizer algo sobre essa materialidade.

No quarto tópico, *Teatro e poesia: as artes como potência educacional de condutas*, adentro nos costumes do povo brasileiro de frequentar e consumir obras teatrais e poéticas. A importância dada para estes dois elementos se torna mais valorada a partir da chegada da Corte Imperial e, aos poucos, torna-se uma arma potencializadora educacional para calcular o espírito da nação.

Em seguida, no quinto tópico, *Patriotismo: o bom cidadão, amante de sua pátria e defensor do Governo*, é abordada uma nova vertente deste sujeito padrão para a primeira metade do século XIX: uma forma de conduzir o povo rumo a um amor desmedido por seu país e por seu rei. A marca do patriotismo identificada nas leituras dos documentos aparece como um forte direcionador para a afirmação da existência de uma diferença entre brasileiros e portugueses e, ao instaurar o desejo excessivo pela pátria, a aversão àquele que não compartilha a mesma ideia se torna alvo para novos embates.

Assim, as diferenças abrem caminho para o sexto e último tópico: *És marinheiro ou branco?: a demarcação da diferença braziliense e portuguesa.*

2.1 A POSSIBILIDADE DE CRIAÇÃO DE UM IMAGINÁRIO DA SURDEZ OU DE UM *MUNDUS IMAGINALIS*

*A turma viu uma perna de formiga, desprezada,
dentro do mato. [...] A perna se mexia ainda.
Ninguém viu o que foi que produziu aquela desunião
do corpo com a perna desprezada.*

Manoel de Barros (2006).

A perna desprezada. O poeta das miudezas me faz pensar em tantas coisas enquanto imagino os movimentos caóticos dado por essa perna de formiga desprezada de seu corpo. É como se a metade outra não se importasse e seguisse seu ciclo sem a parte que lhe falta. O desprezo sofrido pela perna abandonada e a causa da ruptura não poderemos conhecer; entretanto, é passível de ser imaginada. Podemos inventar as causas de seu desprezo.

Seu vilipêndio pode ser resultado de uma luta com um caranguejo que, sem pestanejar, rompeu a perna da formiga que, aos prantos, desabotoou-se a correr pelo mato adentro. Inventar e imaginar o passado menoscabo da formiga de Manoel de Barros é elixir para pensar o imaginário da surdez na primeira metade do século XIX.

Pensando nestas invenções e narrativas, podemos caminhar com Jacques Rancière (2009, p. 53-54) quando este afirma que “Fingir não é propor engodos, porém elaborar estruturas inteligíveis. A poesia não tem contas a prestar quanto à ‘verdade’ daquilo que diz, porque, em seu princípio, não é feita de imagens ou enunciados, mas de ficções, isto é, de coordenações entre atos”.

É com esta imagem em mente que gostaria de abrir as possibilidades de escritas deste trabalho ficcionando as materialidades do primeiro campo de saber acerca da surdez, aquele produzido a partir de obras literárias que corria entre o povo *braziliense* da primeira metade do século XIX, utilizando os enunciados como organismos que “[...] introduzem nos corpos coletivos imaginários, linhas de fratura, de desincorporação” (Rancière, 2009, p. 60).

Ao tratar da construção de um imaginário da surdez por intermédio destas obras produzidas ou incorporadas na sociedade *braziliense* oitocentista, compreendo que, por

intermédio da edificação deste imaginário (ou de um *mundus imaginalis*), podemos fazer emergir formas arquetípicas das coisas existentes, epifanias, hierofanias e, até mesmo demoníacas, sobre determinadas experiências que constituem uma sociedade em determinado momento histórico (Souza, 2019). Ou seja, a manifestação “visível” daquilo que é “invisível”.

Tal questão é abordada por Jacques Rancière (2009) em *A partilha do sensível*, ao apresentá-la como se constituindo de um sistema de evidências sensíveis que apresenta, ao mesmo tempo, um comum compartilhado e partes outras exclusivas, a partir das organizações daquilo que é visível/invisível em determinada sociedade.

Fazendo-se valer dessa partilha do sensível, Victor Galdino Alves de Souza (2019) atua com a noção de uma ‘partilha do imaginário’, fazendo-a funcionar como um complemento: “[...] ela [a partilha do imaginário] organiza as ‘obviedades’ e ‘fatos evidentes’ sobre o que é possível, real ou impossível – não no sentido das modalidades lógicas, físicas ou metafísicas, mas no sentido de uma modalidade propriamente imaginária” (Souza, 2019, p. 272).

Tais partilhas, do sensível e do imaginário, atuam dando manutenção a determinado senso de realidade e reproduzindo-o performaticamente. São esses enunciados que fazem o real ser reconhecido por intermédio da linguagem. Segundo o supramencionado autor, uma das funções mais importantes de um imaginário é dar sustentação: “O imaginário é a cola que segura as coisas no lugar – é o que providencia *unidade e coesão interna* (e o discurso nos lembra todo momento que essa cola não pode ceder)” (Souza, 2019, p. 273).

Corroborando este pensamento, Adriana da Silva Thoma (1997) pontua que o funcionamento de uma sociedade está sempre embasado nos sentidos atribuídos aos objetos, onde suas práticas sociais determinam os imaginários de um determinado grupo, dentro de uma dada época e, dialeticamente, o sistema de representações reconhecíveis determinam as suas práticas sociais, onde estão presentes as crenças, costumes e os valores legitimados pela ordem estabelecida.

É com base em tais partilhas que me proponho a pensar o primeiro campo de saber e inventar os possíveis imaginários acerca da surdez. Compreendo que a sociedade *braziliense* da primeira metade do século XIX possa ter elaborado sentidos sobre este objeto (a surdez) que conduziram suas práticas determinando possíveis imaginários acerca deste grupo, tornando-os reconhecíveis por intermédio de práticas sociais e conduções específicas.

O uso dos termos *imaginário da surdez* para denominar esta seção se torna pertinente na medida em que a tese inicial e para a qual se busca comprovação baseia-se no pensamento de que a viabilidade de criação do atual INES, na segunda metade do século XIX, se tornou possível devido às constituições de tais saberes e imaginários que circularam na primeira

metade do referido período. Interessa, agora, saber quais saberes e imaginários eram e sob quais regras foram alocados nas normas sociais oitocentistas.

2.2 VADIOS E ENJEITADOS: A ABERTURA DE POSSIBILIDADES IMAGINÁRIAS PARA AS LINHAS DA SURDEZ

O primeiro dever do homem em sociedade he ser util aos membros della; e cada um deve, segundo as suas forças Phisicas, ou Moraes, administrar, em beneficio da mesma, os conhecimentos, ou talentos, que a natureza, a arte, ou a educação lhe prestou.

Correio Braziliense ou Armazem Literario (1808, *sic*).

Ao principiar as análises dos jornais históricos, minha atenção foi captada e direcionada para a questão da utilidade dos indivíduos para servir e prestar assistência à sociedade em que estão inseridos: “[...] ser instruído he ser util; e toda a porção de conhecimentos que se lhe communica, redunda em interesse do Governo” (Correio Braziliense ou Armazem Literario, 1812b, p. 441, *sic*).

Este pensamento prescrito me fez entender ser necessário tratá-lo no início desta seção. **Ser instruído é ser útil.** Entretanto, não é qualquer utilidade. É aquela onde o sujeito possa ser considerado apto a determinadas funções para o interesse do governo. Ou seja, ser instruído é ser útil aos processos que mantêm as práticas governamentais instauradas, tolhendo quaisquer ameaças às suas premissas.

Baseado em um dever de utilidade para os membros da sociedade *braziliense*, o homem instruído deveria ser aquele que serve suas aptidões e habilidades em benefício do Estado e da comunidade em que está inserido. Desta forma, o significado de ser instruído se baseia na serventia do sujeito ao governo de sua nação por três modalidades específicas: física, moral ou educacional (Correio Braziliense ou Armazem Literario, 1808).

Quão maior sua contribuição, maior seu prestígio diante da sociedade. Suas luzes, ao se espalharem, por intermédio de seus exemplos, eram capazes de tirar outros seres das trevas, da ilusão, ignorância e, dessa forma, conduzirem à prosperidade o recém-formado povo *braziliense* (Correio Braziliense ou Armazem Literario, 1808).

Nas gazetas locais, atos de cidadãos em prol da sociedade eram noticiados com esmero, pompa e galardão: doação de livros raros para bibliotecas, construção de chafariz e outros

ornamentos para espaços públicos, confecção de mapas fidedignos com a representação do país para as navegações, enfim, toda forma de trabalho físico, moral ou educacional se tornava digna de condecoração pelas gazetas locais que circulavam entre a parcela letrada do povo.

Os jornais que percorriam o *Brazil* imperial me parecem uma forma excepcional de estratificação e reverberação de normas. É um disciplinamento que, materializado em língua(gem), se faz discurso por intermédio de formações discursivas que agenciam os corpos e os tornam dóceis.

O propósito da vida em coletivo estava catalogado nestes periódicos, em sua associação com as normas ditas e escritas que moldaram as regras sociais para sua manutenção onde se propagava “[...] aquellas luzes que tendem principalmente a inspirar o amor á sã moral, e a promover a cultura das Artes, e das Sciencias, caminhos seguros de tornar os homens uteis, assim para os interesses e harmonia da sociedade em geral [...]” (Idade D'ouro do Brazil, 1811a, p. 5, *sic*).

Pelas leituras foucaultianas, a norma pode ser compreendida como um elemento a partir do qual se pode encontrar certa possibilidade de exercício do poder e de práticas que podem ser exercidas sobre um corpo ou uma população que se intenta sujeitar/adestrar. Portanto, é um recurso lançado mão em exercício das relações de poder:

A norma traz consigo ao mesmo tempo um princípio de qualificação e um princípio de correção. A norma não tem por função excluir, rejeitar. Ao contrário, ela está sempre ligada a uma técnica positiva de intervenção e de transformação, a uma espécie de poder normativo (Foucault, 2010b, p. 43).

Percebendo que a norma da utilidade, dentro do recorte elegido, se manifesta como regime de regra social, ela também passa a produzir aqueles que não se adequam. Mostrará, desta forma, os desvios, indisciplinas, distúrbios, excentricidades, enfim, o outro. Todos os que, porventura, não estão alinhados com a serventia solicitada pela comunidade em que estão inseridos. Portanto, aos poucos, procurará modos de incorporar estes “excluídos” nas tramas do aproveitamento.

A norma jamais desprezará: ela atuará na qualificação destes sujeitos e buscará formas de intervir naqueles corpos enquadrados pelos saberes locais da primeira metade do século XIX nas linhas da “inutilidade” para transformá-los positivamente em uma potência ou força refinada para atuar e servir a sua pátria: princípio da utilidade social, uma espécie de poder normativo.

Esta é uma forma de inventar o passado, imaginando suas regras sociais que funcionaram de forma a servir como uma cola que sustentou as coisas em seus lugares e, assim, fomentar as reflexões propostas ao campo da normalização, onde todos aqueles que não correspondiam ao ideal de sujeito, tendo em vista a resistência ao poder que delibera, passam a construir uma categorização para destacar a margem e, o ato e efeito de marginalizar de seu centro todos aqueles que não correspondem com seu perfil padronizado.

Nesse sentido, em se tratando da utilidade dos sujeitos, as gazetas me levaram a prestar atenção em um artigo publicado no *Correio Braziliense ou Armazem Literario* acerca dos **enjeitados**³ em Lisboa. Tal artigo, datado de 1812, período em que D. João VI reinava sobre Portugal e *Brazil* – portanto, com aplicabilidades e validades próximas entre os dois países – despertou minha atenção para as incipientes tentativas de alocarem à norma da utilidade aqueles que estavam à margem de suas linhas.

Estes, os **enjeitados**, eram crianças recém-nascidas que, desprezadas pelos pais, não possuíam vínculos familiares. Para remediar a situação, devido ao constante aumento de expostos em Lisboa, aos olhos do Imperador, era necessário que algo fosse feito. O pensamento, então, era ofertar meios de absorver as despesas que pudessem custear um sistema de regulação e criação de tais infantes. Entretanto, o cuidado destes deveria ser de forma “[...] phisica, e moral destes filhos do Estado, [e que] a os encaminhe á utilidade commum [...]” (*Correio Braziliense ou Armazem Literario*, 1812c, p. 516, *sic*).

Assim, com esta fórmula, se produziria indivíduos úteis, dóceis e sujeitados aos saberes e normas da sociedade em que se encontram inseridos. **Ser instruído é ser útil**. O trecho acima é capaz de apresentar as modalidades de utilidade consideradas essenciais pelos saberes produzidos na primeira metade do século XIX: de forma física, moral e educacional, por intermédio da instrução.

A real intenção de D. João VI em dar asilo aos **enjeitados** e transformá-los em seres úteis para o estado possuía algumas frentes narradas nos documentos, entre elas: 1) a intenção de aumento do número de homens para a proteção do Império, em casos de guerra; 2) formação de mão de obra para atuar em indústrias; e 3) prosperidade pública, limpando o espaço da presença indesejada de tais sujeitos:

³ Segundo Franco (2018), os enjeitados ou expostos são uma categoria completamente diferente dos órfãos, tanto do ponto de vista jurídico quanto assistencial. Designam-se como enjeitadas ou expostas aquelas crianças recém-nascidas e, anonimamente abandonadas, ou seja, onde pais e mães abandonaram a tutela de seus filhos; portanto, sem ascendência, eram consideradas, por definição, livres. Tal prática é considerada pelo autor “imemorável”, podendo ser vista em diferentes momentos da humanidade. A Roda dos Expostos, por exemplo, é uma invenção que remonta à Idade Média, impulsionada pelo cristianismo e instituições ancoradas no ideal de auxílio ao próximo. São considerados órfãos aqueles cujos genitores tenham falecido.

[...] são innumeráveis as crianças enjeitadas, que perecem na primeira idade, não podendo nem ainda contar-se com as que vingão pela sua inutilidade, cumpre verificar a observância das leis, e providências respectivas, e indagar as causas, e motivos por que se não cumprem, e estabelecer o methodo conveniente para se aproveitarem, e se administrarem os meios necessários á sua criação, e tratamento, pelo systema da mais bem entendida economia nas actuaes circumstancias (Correio Braziliense, 1812a, p. 517, *sic*).

No excerto transcrito acima, a falta de serventia dos **enjeitados** é identificada e, também, a emergência da necessidade de se conhecer os motivos desta grande quantidade de expostos pelas ruas de Lisboa para, desta forma, dirimi-los, atuando na correção direta destes indivíduos, ou seja, atuando em seus corpos.

Por consequência, algumas medidas foram tomadas, a saber: ponderar um levantamento de informações acerca desta parcela da sociedade desprezada; procurar maneiras de serventia/rendimento desses sujeitos, produzindo saberes e esquadrinhando suas verdades acerca do quantitativo de **enjeitados** por gênero, valores pecuniários dispensados para seus cuidados, religiosidade, tempo de vida, quantidade de mortos e etc.

Entre estes exames, dava-se foco nas seguintes informações: porcentagem de enjeitados que poderão contrair matrimônio; atuar no exército; desempenhar funções/trabalhos úteis e outras sortes que o destino espreitava lhes conceder. Tais apontamentos, obrigatoriamente, precisavam ser preenchidos mensalmente pelas províncias para o setor responsável pela restituição e serventia dos **enjeitados**.

No *Brazil*, dentro deste universo coletado, no mesmo ano em questão, foram dadas à Santa Casa da Misericórdia, na Bahia, de acordo com os moldes portugueses, as despesas e receitas para cuidar de 102 meninos expostos, cuja justificativa era “[...] para que todos vejão como se cumprem os caridosos designios dos fundadores daquelle asilo da dôr, e da miseria” (Idade D’ouro do Brazil, 1812. p. 2, *sic*).

Fim semelhante ocorreu àqueles considerados “vadios”. Havendo a necessidade de mão de obra para o cultivo das terras e a falta de quem ocupasse esses espaços, o Príncipe Regente, na conformidade do Decreto de 4 de novembro de 1755, Aviso de 27 de janeiro de 1757 e Carta Régia de 25 de fevereiro de 1789, decretou que:

[...] se considerem vadios todos aquelles homens, ou rapazes em estado de se occuparem, que se acharem sem domicilio certo, sem abrigo, ou destino, dormindo debaixo de Alpendres, Tilheiros, Cães, ou Estaleiros, e que logo que se encontrem pessoas assim designadas, sejaõ conduzidas ao Castello da Cidade, e fiquem detidas á Ordem do Intendente Geral da Policia, para que separando aquelles, que forem proprios para o recrutamento, ou para a Real Armada, distribua os outros pelas Comarcas da Estremadura, segundo as informaçoens, que tiver de precisaõ os Jornaes,

que deverãõ vencer, sendo-lhes pago pelos Lavradores, que os occuparem, naõ excedendo os preços de duzentos e quarenta réis; e seraõ obrigados a servir por tempo de seis mezes [...]. E para que esta importante diligencia se cumpra, e execute, com a maior actividade, em beneficio da causa Publica, e os mesmos vadios, tornando-os membros activos e uteis á sociedade (Correio Braziliense ou Armazem Literario, 1813a, p. 14-15).

É possível perceber no excerto acima a construção de um aparato normalizador para a inserção destes seres, atuando como um instrumento capaz de aloca-los, dentro desta contextualização, atuantes nas proximidades das linhas da norma: aquela que aduz e preconiza ser o sujeito, indubitavelmente, útil ao seu país.

Pelas obras foucaultianas podemos inferir que, nos dois casos apresentados, a partir da aplicação de tais formas de conduzir estes corpos para fins determinados e princípios qualificados como positivos para este momento histórico, está em ação a busca de uma “correção” destes indivíduos e/ou de suas formas de vidas **enjeitadas/vadias**.

Nas construções acima é percebida a incipiente tentativa de colocá-los, propositalmente, para um fim positivo à sociedade oitocentista: ser útil. Estas ações possuem um eixo de exercício do poder que encarrega de, continuamente, regular e corrigir a vida destes sujeitos, ou seja, “Já não se trata de pôr a morte em ação no campo da soberania, mas de distribuir os vivos em um domínio de valor e utilidade” (Foucault, 2020b, p. 155-156).

Um poder normalizador, em sua função capilar, tem por objetivo qualificar, hierarquizar, medir, avaliar, e etc., sempre com a necessidade de distribuir os corpos ao abrigo das normas e geridas em torno do sustento da vida, e não mais na manifestação dada ao poder de soberania das sanções de morte (Foucault, 2020b).

Nesta construção, tendo em mente a observância da utilidade para as sociedades oitocentistas *portuguezas e brazilienses*, a surdez estaria atrelada àquelas características vinculadas à “inutilidade” social. Portanto, com este olhar, passei a selecionar as conformidades em que os sujeitos surdos, ou o imaginário do que seja a surdez neste momento – e até mesmo acerca da possibilidade de educação destes – começaram a aparecer nas linhas das produções literárias.

Assim, tateando as brechas, portas e fechaduras da história, alguns entendimentos passaram a emergir em distintas frentes de conhecimento. Suas vertentes tornaram-se possíveis de identificação a partir da busca pelas normas que conduziram os pensamentos, imaginários e possibilitaram as existências de discursos acerca da falta de audição.

No tópico seguinte adentro o primeiro campo de saber identificado. Estando edificado por meio das artes, literatura, poesia, teatro e demais narrativas onde a surdez (ou possibilidades

de) principiaram a surgir, tornando possível dizer algo sobre essa materialidade e, com ganas de *enxergar antigamente*, intento uma forma de narrá-las.

2.3 LITERATURA E AS CONSTRUÇÕES SOCIAIS: NARRATIVAS QUE FORMAM IMAGINÁRIOS

*A Poesia é a musica da alma.
A poesia deve assemelhar-se ao ouro puro.
O pensamento, é o peso, é a correcção;
o som é a harmonia.*

O Porto-Franco (1849a, *sic*).

Sabemos que na França, por exemplo, modelos educacionais para pessoas surdas, como o proposto por L'Épée, para educar e trazer ao mundo da comunicação aqueles sujeitos que, de algum modo, eram “párias” da sociedade no século das Luzes, tiveram reverberações que, aos poucos, principiaram a ser introduzidas em solo nacional.

Como possibilidade de produção de conhecimento, imaginários e de conduções por intermédio da arte, Rancière (2009) aponta haver três formas de partilha do sensível: por intermédio da superfície dos signos pintados, pelo teatro e pelo ritmo de coros dançantes. Nas análises do autor: “Essas formas definem a maneira como obras ou performances ‘fazem política’, quaisquer que sejam as intenções que as regem, os tipos de inserção social dos artistas ou o modo como as formas artísticas refletem estruturas ou movimentos sociais” (Rancière, 2009, p. 18-19).

A epígrafe escolhida e que abre este tópico apresenta um pequeno trecho publicado na gazeta *O Porto-Franco*, demonstrando o quanto as artes da poesia se constituem em um elemento caro, inclusive, sendo comparado ao ouro puro, para a sociedade *braziliense*, diferenciando os membros da corte dos demais moradores do país:

E noto primeiramente, que huma cousa he estilo popular, outra estilo plebeo. O estilo popular em frase de Cicero he o estilo de toda a Nação, em quanto o nome de Povo comprehende todos os Estados d'ella, e este he o que devemos seguir, fallando e escrevendo popularmente, isto he, como fálla e escreve toda a Nação bem disciplinada. O contrario he o que se chama estilo affectado e exotico (Jornal de Coimbra, 1813, p. 17, *sic*).

Neste recorte percebe-se haver a demarcação entre um modo (ou estilo) popular do dizer, aquele utilizado pelo povo – ou seja, compreendendo todos os estados da nação e, portanto, sendo aquele que os bem disciplinados devem seguir – e, em contrapartida, um jeito *plebeo* de manifestar-se mediante a palavra – considerado exótico, afetado e de baixo tom.

Vale acrescentar que, para além do modo popular e *plebeo*, qualidades outras poderiam ser acrescidas para valorizar a arte da palavra. Dois outros atributos podem ser mencionados: os estilos nobre e sublime. A constituição destes estilos estava baseada na “[...] propriedade das palavras, clareza da dicção, a valentia das metáforas, e outras figuras de translação e proporção, e ultimamente o pêso das sentenças [...]” (Jornal de Coimbra. 1813, p. 17, *sic*).

Todas estas particularidades descritas dos estilos nobre e sublime de uso da língua poderiam ser encontradas no modo popular de manifestar-se socialmente. Como já mencionado, a regularização das condutas começa pelo vocabulário, ou seja, “[...] a normalização encontra-se no próprio princípio da comunicação, é ela que faz da linguagem uma linguagem comum” (Ewald, 2000, p. 100).

Desta forma, podemos entrever que um estilo *plebeo* e outro considerado popular do ato de dizer, da palavra, passam a demarcar as maneiras e formas de grupos sociais lidarem com a realidade e com o imaginário, agrupando os seus e demarcando os limites de quem são os outros pela particularidade carregada no ato de uso da linguagem.

A eloquência da palavra dita e escrita para a sociedade *braziliense* da primeira metade do século XIX se converte, então, em uma “máquina normalizadora” e produz a possibilidade de dar “[...] às crianças e aos espectadores cidadãos uma certa educação e se inscrevem na partilha das ocupações da cidade” (Rancière, 2009, p. 28-29).

Neste sentido, a produção literária produzida e/ou introduzida no país, tanto de forma escrita como encenada, entendidas como mantenedoras do uso popular da palavra, precisariam ser controladas pelo império para regulamentar ou proibir (censura) a sua circulação. Isso devido às possibilidades de instauração e fortificação das normas que as artes carregam consigo, por atuarem diretamente na construção dos imaginários do povo e, desta forma, de alguma maneira, precisariam ser reguladas:

D. João &c. Mando a vos Juiz da Alfandega da Cidade-- que pondo em inteira observancia a minha lei de 16 de Dezembro de 1794, e as mais leis e ordens que ella manda guardar, não admitaes a despacho livros nem papeis alguns impressos, que nessa alfandega entrarem, sem que se vos apresente licença da meza do Dezembargo do Paço do Brazil [...]. Joaquim Jozé da Silva a fez no Rio de Janeiro a 14 de Outubro de 1808 (Correio Braziliense ou Armazem Literario, 1809, p. 339-340, *sic*).

A imprensa, na primeira metade do século XIX, encontrava-se em fase de nascimento. Momento em que, também, passou por uma proibição de liberdade de impressão. Para se publicar ou traduzir alguma coisa em território nacional “[...] deverãõ primeiro trazer estes [...] á Secretaria de Intendencia Geral da Policia, para nella serem vistos, e examinados, e se lhes permittir êsta liberdade, e conhecer-se se tem ou naõ obtido a approvaçaõ [...]” (Correio Braziliense, 1809, p. 340-341, *sic*).

Caso alguém realizasse a impressão de obras sem o consentimento real, ficariam presos em cadeia pública, devendo pagar multa no valor de duzentos mil réis. Entre as proibições que podem ser lidas como dispositivos disciplinares que corroboram com as formações discursivas em território autóctone, estavam incluídas as seguintes obras: 1) que insultasse a reputação dos soberanos, parentes e aliados da Família Real; 2) que dessem suporte a fatos caluniosos contra cidadãos, podendo resultar em graves inconvenientes; e 3) também aquelas que atacassem, direta ou indiretamente a religião.

Dentre as obras com temáticas aceitas, estavam aquelas que narram as descobertas das ciências, artes, indústria, administração e demais utilidades capazes de fazer bem à nação. O discurso contido nesta motivação **fazer bem à nação** possui um marco hegemônico, ou seja, “fazer bem à nação” significa não ter um cunho revolucionário, não ser capaz de incitar pensamentos mobilizadores contra a forma de governo instaurada, entre outros prejuízos aos sistemas de organização imperial.

No momento de maior vigilância entre as obras impressas, existiu uma tentativa de publicação traduzida do livro *Victor ou o menino da selva*, no ano de 1804⁴. Segundo o relatório existente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), a obra foi censurada e a justificativa pode ser lida abaixo:

O Conselho Geral do Santo Officio me ordena remetta a V. M. a obra intitulada Victor ou o menino da Selva, com a copia da Censura que lhe for feita, e por ser a Obra, e a Traducção tal que **por sua pouca importancia, e nenhuma utilidade pareceo não ser digna de serio exame**. Não mandou dar vista da referida censura na conformidade do par. 9 do Alvara de 30 de julho de 1795; o que participo a V. M. de ordem do mesmo Conselho [etc.] (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 1804, *sic*, grifos próprios).

No trecho destacado, a obra é censurada por sua “pouca importância” e por “não ser digna de um sério exame”. Sabemos que o referido livro, cuja autoria do original é dada a François Guillaume Ducray-Duminil (1761-1819), retrata a história de Victor, um garoto de

⁴ Torna-se interessante pontuar que a obra foi publicada em Lisboa, pela tipografia Rollandiana, no ano de 1807 “com licença da Meza do Desembargo do Paço” (Ducray-Duminil, 1807, p. 1).

olhos expressivos, cuja “[...] língua quer articular algumas palavras que não póde pronunciar” (Ducray-Duminil, 1807, p. 5, *sic*).

O menino da selva foi encontrado em Aveyron, no sul da França, e adotado pelo educador francês Jean Marc Gaspard Itard (1774-1838) que realizou uma descrição minuciosa de suas ações e comportamentos. A obra de Ducray-Duminil (1807) se baseia em uma narrativa literária integrando Victor como uma personagem juntamente com Rogero e Madama Wolff.

A censura da obra foi executada pelos preceitos do alvará de 30 de julho de 1795. Tal marco regulatório, realizado ainda no século XVIII, concedia a censura ao “poder espiritual da Santa Igreja” a quem cabia decretar as censuras, e utilizava uma produção de saber baseada na:

[...] Censura Doutrinal sobre as Materias de Religião; e ao Nosso Supremo Poder Temporal os dois Direitos essenciaes, inseparaveis da Soberania; quaes são os da Censura Doutrinal nas Materias Civís do Estado, e o da Permissão, ou Proibição externa dos Livros, e Papeis, já estampados, ou que hajão de se estampar, ou introduzir [...] (Colleção da Legislação Portugueza, 1795, p. 225, *sic*).

Destarte, a publicação de uma obra ou sua introdução dependeria de sua utilidade para o Estado e também para a Igreja, sendo esta última a detentora das virtudes de um poder divino e sagrado sobre o direito de censura de tais livros. Caso a obra fosse considerada, direta ou indiretamente, contrária aos dogmas da fé e da moral cristã ou às disciplinas praticadas por toda a igreja, seria terminantemente proibida de circular.

Neste sentido, compreendendo a norma da utilidade instaurada na sociedade *braziliense* da primeira metade do século XIX, e entendendo que ela torna visível os desvios, as diferenças e tudo o que materializa a dissimilitude (lugar ocupado pela surdez), a censura da obra *Victor ou o menino da selva* por sua “pouca importância” e por “não ser digna de um sério exame” pode ser compreendida pelo fato de a igreja não encontrar utilidade nestes seres para seu sistema doutrinal.

A sensação que o trecho “não ser digna de um sério exame” causa é a de que a obra em questão sequer foi completamente lida ou, ainda, mal foi avaliada e já deliberada como impossível para publicação e divulgação. Essa interdição está arraigada de saberes (já estereotipados) que discursivizavam quais posições de sujeito deveriam manter-se inexistentes para que outras permanecessem em estado de superioridade.

Deveriam ser censurados aqueles trabalhos que insultassem aos soberanos, que caluniassem os cidadãos e que atacassem a religião. *Victor ou o menino da selva* não se enquadra nos critérios de censura. Talvez, penso eu, a desaprovação maior cometida pela obra tenha sido não corresponder a nenhuma espécie de valoração que pontuasse ser produção de

importância sociocultural no entendimento deste momento histórico. Tamanha “inutilidade”, então, superou qualquer critério a ser censurado. Sua justificativa foi a proibição por não haver utilidade. Isso demonstra que, em solo *braziliense*, dentro deste recorte, não interessava os processos de educação de sujeitos dissidentes, neste caso, inscritos na categoria surdez.

“Recuperar” e trazer para a norma da linguagem aqueles sujeitos alocados na perda do silêncio eterno não era uma preocupação das igrejas instauradas neste território. A surdez e os corpos surdos ainda não se tornaram objetos governáveis neste recorte. Logo, por que autorizar a publicação e a circulação de obras que qualifiquem ações educacionais para tais categorias?

Destarte, a censura sofrida pela obra *Victor ou o menino da selva*, no ano de 1804, pelo subterfúgio de possuir “pouca importância” e por “não ser digna de um sério exame”, mesmo não correspondendo aos critérios de ferir ao império, aos cidadãos ou a religião, pode ser considerada uma forma de preservação da norma da utilidade: não há benefício na produção de tal composição para uma sociedade que (ainda) não possui intenção de governar sobre essa diferença. As produções deveriam ser eficazes em produzir conhecimentos humanos:

Os jornaes literarios tem sido olhados em todo o tempo, como os meios mais eficazes, e proprios de derramar os conhecimentos humanos. He por elles que se diffundem aquellas luzes que tendem principalmente a inspirar o amor á sã moral, e a promover a cultura das Artes, e das Sciencias, caminhos seguros de tornar os homens uteis, assim para os interesses e harmonia da sociedade em geral, como para a felicidade domestica, sem a qual os Cidadãos vivirão em hum estado de reciproca estranheza, senão em guerra (Idade D’ouro do Brazil, 1811a, p. 5, *sic*).

Destarte, a surdez e suas possibilidades não estavam enquadradas nos critérios do que seja “conhecimentos humanos”, não inspiravam o “amor à sã moral” e não tornavam os homens úteis. Ler a obra *Victor ou o menino da selva* seria um desperdício de tempo que poderia ser empregado em ações e leituras de outras produções de cunho frutuoso e com maior possibilidade de contribuição para a “harmonia da sociedade”.

Já à Mesa do Desembargo do Paço, ainda segundo o alvará de 30 de julho de 1795, cabe a função de examinar e censurar aquelas obras que se encaminham a corromper os costumes públicos da nação, perturbar a tranquilidade do Estado e conjecturar contra as leis e demais ordens vindas diretamente da Coroa. Tais obras censuradas eram suprimidas e guardadas na Secretaria da Revisão da Mesa do Desembargo do Paço.

O apoio mútuo entre Igreja e Estado, duas instâncias normalizadoras, lido pelas obras foucaultianas, demonstra como os saberes produzidos em cada qual se unem para manterem-se na regência da história. Como dito anteriormente, as obras produzidas (gazetas, livros,

literatura, poesia) são capazes de construir imaginários e produzir normas que regem a conduta de determinada sociedade. Controlar a produção literária, impressão de obras, gazetas, pasquins, entre outros, é controlar as condutas dos sujeitos em nome da manutenção de uma engrenagem social construída em prol de uma sã doutrina e moralidade que submete os cidadãos a uma relação de verdade, tanto da fé e de Deus, quando de si e dos que habitam a sua volta.

De outra forma, esta regulação incide sobre os sujeitos e passa a ajustar-se sobre seus corpos, atuando em suas individualidades, ou, como dito por Foucault (2006b, p. 69) “[...] vem se ajustar exatamente à singularidade somática: o corpo, seus gestos, seu lugar, suas mudanças, sua força, seu tempo de vida, seus discursos [...]”.

O período de censura, segundo Silva (2011), seguiu forte nos primeiros anos do século XIX, começando a dirimir a partir de 1820. Com o afrouxamento da vigilância, aqueles que sabiam ler o faziam com paixão, lendo “[...] não apenas obras importadas da Europa, mas principalmente jornais, panfletos e livros editados no Brasil pela Impressão Régia, com um catálogo rico de obras literárias, políticas e científicas, e por outras gráficas que se instalaram no país” (Silva, 2011, p. 29).

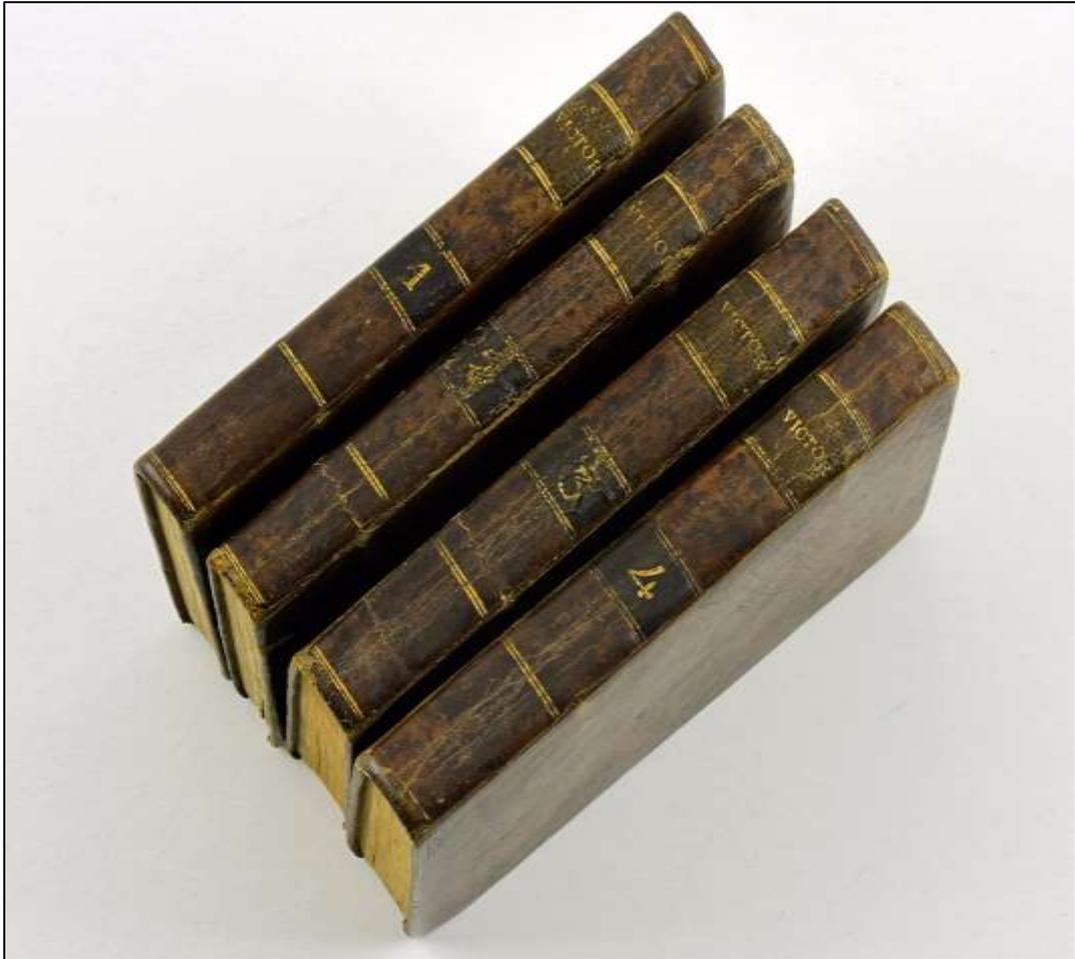
O afrouxamento das garras da censura que, segundo Silva (2011, p. 29), se deu graças à “[...] revolução de 1820 [que] criou tanto em Portugal quanto no Brasil, um clima de liberdade que favoreceu a discussão das ideias políticas”. Desta forma, tal “clima” permitiu que a obra *Victor ou o menino da selva* fosse introduzida e vendida em solo nacional a partir de 1825 (vinte e um anos depois de sua censura), sendo impressa em quatro volumes e vendida a 2\$000 réis (Diário Mercantil, 1825).

Devido à grande quantidade de publicações encontradas nas gazetas divulgando a produção literária sobre Victor e anunciando a sua venda por um período demasiado longo, dá-se a entender que *Victor ou o menino da selva* obteve um bom aceite entre a população.

Pode-se encontrar recortes em jornais locais de oferta da criação de Ducray-Duminil desde 1825, quando entra em território *braziliense*, até meados de 1845, ou seja, um período que perdurou vinte anos. A inferência feita é ainda mais forte quando vislumbramos anúncios nas gazetas que percorriam o Império de pessoas manifestando o desejo/intenção em comprar/adquirir volumes determinados da obra.

A imagem da produção literária de Ducray-Duminil com sua encadernação de época foi encontrada em um site de leilão na internet e, pela descrição apresentada, a capa da obra sobre *Victor ou o menino da selva* foi construída inteiramente de pele, tendo como adornos ferros decorativos a ouro nas lombadas. A composição descrita pode ser vista conforme na figura 6 a seguir:

Figura 6 – Victor ou o menino da selva, em quatro volumes



Fonte: Bestnet (2023).

Atrelado a esse evento, aloco, também, a tradução da obra do próprio Roch-Ambroise Cucurron Sicard (1742-1822), *Curso de instrução de hum surdo mudo* que, diferentemente do trabalho de Ducray-Duminil, não possuía um cunho literário, mas sim científico a respeito de Victor. O livro continha um único volume e foi vendido no Rio de Janeiro “[...] na loja de papel e tintas superiores de escrever, rua do Ouvidor n. 78” (Diário do Rio De Janeiro, 1834, p. 2, *sic*).

Estas obras, ao transitarem em solo *braziliense* contando as boas novas alcançadas ao se realizarem experimentos e práticas normalizadoras e educacionais de ensino para Victor e a possibilidade de inscrevê-lo na norma da linguagem, são capazes de atuar na construção de uma viabilidade de produção de imaginário sobre a surdez.

É importante salientar que tal constructo se ergue impregnado de relações de poder-saber, não emergindo de modo inocente ou ingênuo, mas decorrente de um movimento de

embate entre as relações de forças que prezam pela (in)visibilidade de uns em detrimento de outros.

O fato ocorrido com o “Selvagem do Aveyron”, por exemplo, reforça as tentativas de inscrição do sujeito surdo nas linhas da norma. O garoto indomável recebe um nome, princípio de sua humanização. Victor, logo, humano. Michel Foucault (2007) em *As Palavras e as Coisas*, aborda o caso do garoto e sua relação com a linguagem/palavra/signo:

O que erige a palavra como palavra e a ergue acima dos gritos e dos ruídos é a proposição nela oculta. Se o selvagem de Aveyron não chegou a falar é porque as palavras permaneceram para ele como as marcas sonoras das coisas e das impressões que elas causavam em seu espírito; não haviam recebido valor de proposição. Ele poderia, decerto, pronunciar a palavra “leite” diante da tigela que se lhe oferecia: isso não passava da “expressão confusa desse líquido alimentar, do vaso que o continha e do desejo de que era o objeto”; jamais a palavra se tornou signo representativo da coisa, pois jamais ele quis dizer que o leite estava quente, ou pronto, ou esperado. É a proposição, com efeito, que destaca o signo sonoro de seus valores imediatos de expressão e o instaura soberanamente na sua possibilidade linguística (Foucault, 2007, p. 129).

Seguindo o pensamento do autor, o selvagem estava fora da norma da língua (ou da linguagem), pois a própria ação do corpo que comunica não é dada, assim, logo de início, ou seja, entre os “gestos” ou movimentos do rosto, do corpo e, talvez, gritos inarticulados; ainda não havia linguagem (e nem mesmo signos), mas “[...] efeito e sequência de nossa animalidade” (Foucault, 2007, p. 147).

Itard, designado para educar Victor, de acordo com Galvão e Dantas (2000), estava impregnado e alicerçado nos saberes iluministas e nas ideias epistemológicas empirista-sensualistas de Étienne Bonnot de Condillac (1714-1780), o que lhe dava a convicção teórica necessária para suplantar as possibilidades educativas utilizadas com o garoto de Aveyron. Sua filiação rigorosa a este método o impediu de vislumbrar outras possibilidades de educação para seu pupilo. Desta forma, a atuação de Itard e sua fidelidade a esta “fórmula” engessada não proporcionou uma abertura para novas formas de remanejar suas ações “[...] ou quando efetuava uma tentativa nesse sentido, era sempre permanecendo fiel aos mesmos princípios básicos, aceitos *a priori*, e, portanto, estranhos à própria relação que se desenrola entre o mestre e o aprendiz” (Banks-Leite; Souza, 2000, p. 59).

Luci Banks-Leite e Regina Maria de Souza (2000) discutem as possibilidades educacionais de Victor a partir das abordagens educacionais propostas por Itard e, conforme suas análises, afirmam que:

O fato de Itard ter se apoiado nos saberes do Iluminismo - nas idéias filosóficas de Condillac, em particular - para pensar a educação de Victor, nos parece dificilmente evitável, pois tais idéias eram prevaletentes e se coadunavam bem com o espírito revolucionário da época da primeira República. É também compreensível, até certo ponto, que tenha se baseado e/ou se inspirado nelas, para estabelecer os métodos e fins da instrução/educação. Entretanto, a filiação rigorosa a tais saberes, impediu-o de considerar como importantes as novidades que surgiam na relação com Victor [...] (Banks-Leite; Souza, 2000, p. 58-59, *sic*).

A partir destes enunciados, portanto, podemos inferir que dentro de um grupo social tem-se início à inscrição na linguagem quando a possibilidade de leitura de si e de seus companheiros passa a ser notada. Assim, o grito do outro, o trejeito, as nuances de seu rosto, suas movimentações passam a denotar marcas do pensamento. Um signo. É o início do processo de compreensão. Enquanto tais sinais permanecem somente como prolongamento do corpo, tais ações não podem ser consideradas linguagem (Foucault, 2007).

Desta forma, podemos inferir que Victor não entrou no “mundo da linguagem”, não devido a uma inabilidade natural de sua surdez ou de seu estado de selvageria, mas sim porque “Itard simplesmente foi incapaz de perceber nessas realizações espontâneas de seu discípulo, ou seja, no que acontecia independentemente do seu ensino metódico, um caminho fecundo a ser explorado” (Banks-Leite; Souza, 2000, p. 74).

Para continuar a empreender estes imaginários juntamente à atuação destas impressões literárias aqui materializadas nos livros que remontam à história de Victor, acrescento também, no tópico seguinte, a “imitação” ou a arte da representação da realidade estabelecida por meio do teatro e da poesia como uma nova maquinaria produtora de normas e regras sociais.

2.4 TEATRO E POESIA: AS ARTES COMO POTÊNCIA EDUCACIONAL DE CONDUTAS

Com a mudança da corte para o *Brazil*, como dito por Silva (2011, p. 25), “de um dia para outro, o Rio de Janeiro transformou-se na capital portuguesa”. Desta forma, os modos de vida da classe dominante passaram, gradativamente, a sofrer algumas alterações, e a prática de ir ao teatro foi introduzida na corte, tornando-se uma das artes mais prestigiadas pelos seus membros.

Aos poucos o povo *braziliense* incorporou a beleza de frequentar as portas teatrais como uma afirmação do estilo popular de vida. Frequentar os umbrais da encenação tornou-se, paulatinamente, um hábito elegante e pomposo, exercido por todos aqueles que desejavam ter seus nomes marcados na memória da recém formada corte.

As mulheres que antes possuíam o costume de ficar dentro de casa ou, quando necessário sair, precisavam fazê-lo embuçadas como as muçulmanas e acompanhadas de seus maridos, a partir do fim da guerra na Europa e da chegada de profissionais de moda vindos diretamente da França, encontraram outras possibilidades de existência (Silva, 2011).

A abertura de lojas francesas de tecidos, chapelarias, cabeleireiros e modistas tornou de bom tom ir às compras nas ruas Direita e do Ouvidor. Também convencionou-se ser elegante frequentar as confeitarias e as casas de chá. As senhoras passaram a se pentear em salões para apresentarem-se à noite no teatro: era onde todos esperam ver a presença do Rei (Silva, 2011).

Esta, a presença do Rei, principalmente em datas comemorativas de aniversários natalícios, era marcada como um grande evento. Os homens e mulheres de renome e com importância na cidade chegavam com antecedência às dependências do teatro, alterando o hábito comum de dormir cedo, por volta das 18h, e concedendo vida noturna para a capital (Teixeira, 2013).

Em dias de apresentação, o teatro se encontrava com iluminação específica, com grande número de lustres de vidros, refletindo e esbanjando elegância e sofisticação. A preparação incluía o espetáculo da representação da chegada do rei e da família imperial. Um show à parte. Momento aguardado para aqueles que, desejosos, queriam ser vistos e ver a imagem da chegada do soberano.

Quando a carruagem imperial, com todo o seu esplendor, banhada em prata e fios de ouro, estofamentos e revestimentos em veludo, chegava às dependências do teatro e a família imperial se apresentava ao povo, irrompiam-se pelos ares sons repetidos de “vivas ao Rei” e, ao mesmo tempo, ouvia-se também os acordes angelicais de músicas que espriavam-se por todo o ambiente, entoando notas para a entrada de figuras tão ilustres e esperadas. Pelas descrições encontradas nas gazetas, tal aparecimento se convertia em um acontecimento marcado pela exuberância e magnificência:

[...] EL-REI Nosso Senhor Se Dignou de Honrar com a Sua Augusta Presença. Pelas 8 horas da noite, SUA MAGESTADE, Acompanhado da Sua Real Família, Se transportou em grande estado ao mencionado Theatro [Real Teatro de São João], que se achava illuminado com profusão e elegancia. Ao chegar EL-REI Nosso Senhor á Real Tribuna, romperam os espectadores em repetidos Vivas á Sagrada Pessoa de SUA MAGESTADE, e á Sua Real Família, e a musica tocou o hymno nacional. Seguio-se a representação da excellente Opera Seria intitulada a *Vestal*, musica celebre *Puccita*. No intervallo do 1.º ao 2.º Acto se executou o novo Baile, *Acis e Galatée*. O respeito e a satisfação, que se divisava nos semblantes de todos os espectadores, erão correspondidos pela Amabilidade de SS. MM. e AA. RR (Gazeta Extraordinaria do Rio de Janeiro, 1820, p. 5, *sic*).

O Real Teatro de São João foi construído em 1813, fruto de decreto imperial e, conforme as palavras do comerciante inglês John Luccock (1770-1826) em seu escrito *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*: “as distrações do teatro progrediam de par com os assuntos de maior importância. Não somente o Regente dava largas ao que nêle parecia ser uma forte inclinação pessoal, comparecendo assiduamente aos espetáculos, como nêles aparecia acompanhado de sua família” (Luccock, 1951, p. 163, *sic*).

Luccock (1951) pontua que se tornou prática comum entre os moradores da província do Rio de Janeiro que queriam passar por “pessoas de destaque” comparecer nas apresentações teatrais, compartilhando do prestígio de estar no mesmo ambiente que o imperador e sua augusta família, auxiliando a quebrar a velha cultura de reclusão do lar de senhoras e moças *brazilienses*.

As jovens moçoilas que, antes, não podiam sair sozinhas, que ficavam à janela vendo os rapazes passar pelas ruas no intuito de encontrar um admirador, comunicando-se, quando os olhos se encontravam, por intermédio de um lenço que se esvaia no sopro do vento ou por um leque acelerado que indicava o aumento da pressão arterial devido à química dos encontros visuais, encontravam esperanças de um toque, um cumprimento, uma palavra trocada, nas dependências do teatro e de suas representações (Silva, 2011).

Para a sociedade analisada, a força do teatro era utilizada como potencializadora educacional, como um termômetro com o qual se poderia medir o espírito da nação e onde as representações manifestas eram consideradas espelhos que refletiam raios na subjetividade dos espectadores. Sendo assim, o teatro se tornou “[...] hum objecto digno da mais escrupulosa vigilancia do Governo [...]” (Idade D’ouro do Brazil, 1813, p. 7, *sic*).

Entendendo o teatro como uma espécie de escola que forma e conduz para um “espírito nacional”, a escolha das peças que poderiam ser representadas para instruir e divertir o povo era minuciosamente vigiada, onde, preferencialmente, contava-se a história dos heróis da pátria e seus feitos, ou, “[...] nas peças que se representavam, ridicularizam-se as maneiras, vícios, dialetos e outras peculiaridades da colônia, o que corrigiu os gostos do público [...]” (Luccock, 1951, p. 163).

A prática de frequentar o teatro, divertimento digno de seres racionais (Mawe, 1922), estava interligada e sob as dominâncias dos governadores das províncias e sob os olhares vigilantes daqueles que perseguiram a sã decência da moral e da utilidade social. Os próprios atores e atrizes, em condições de dependência destes governadores, poderiam apenas representar as peças que lhes fossem aprovadas para tal intento.

Segundo Gonçalves (2017), o espaço ocupado pelo teatro era, antes de tudo, um lugar da ordem e da decência. Em preservação a esta premissa, em setembro de 1823, por exemplo,

período sob a regência de D. Pedro I, ao intentar assistir um espetáculo no *Theatrinho*, uma casa de espetáculo não oficial ou subsidiada pelo império: “Maria Domitila de Castro Canto e Mello, a Marquesa de Santos, foi barrada [...] por não ser ‘mulher honesta’” (Gonçalves, 2017, p. 14).

Maria Domitila fora impedida de frequentar o espaço por sua relação extraconjugal com o imperador. Quando o escândalo ganhou notoriedade, D. Pedro I deu ordens para comprar o referido teatro e, expulsando a companhia, fechou o edifício. A narração deste episódio elucida como o ambiente teatral e os conteúdos das peças representadas e aqueles ditos frequentadores das peças estavam, por assim dizer, relacionados a ações de política, exigindo-se das pessoas o respeito a convenções (ou normas) para adentrar em tais casas (Gonçalves, 2017).

O mesmo ocorria com os profissionais das casas de representação. Caso os atores e atrizes destes espaços fugissem ou burlassem as ordens determinadas para a execução das peças teatrais, também eram repreendidos por suas façanhas imorais. Episódio elucidador é narrado no seguinte trecho:

[...] no mesmo ano de 1823, a atriz Ana Campomanes, a despeito de seu talento e beleza, não conseguia atrair o público a suas representações e benefícios, nem mesmo os periódicos conseguiam perdoar seu passado. A folha *Teatro de La Opinión* refere-se à atriz e sua reputação como “essas três partes de orgulho e cinco de grosseria em todos os seus papéis”. Campomanes é apenas um exemplo entre muitos de atrizes que tiveram suas carreiras postas em cheque e, em alguns casos, suas vidas desmoronadas, em função do julgamento de plateias que hora aplaudem, hora apedrejam (Gonçalves, 2017, p. 15).

Esta vigilância e controle por parte do Estado possui como foco norteador a necessidade de direcionar e potencializar os sujeitos que habitam neste recorte social. Ou seja, um princípio do desbloqueio das artes de governamentalidade que serão instauradas com maior afinco a partir da segunda metade do século XIX.

Os discursos passíveis de serem ditos pelos ritos teatrais são geradores de efeitos de verdade. Portanto, precisavam estar regulados pelos olhos normalizadores do Governo e do Império. Compreendo serem tais simulacros uma nova “máquina normalizadora” passível de desenvolver nos sujeitos *brazilienses* formas de conduta, moldando as condições de reconhecimento das coisas como boas/ruins.

O processo de normalização, nesse sentido, precisa ser entendido não por “[...] ações de imposição sobre os indivíduos, mas ações dos sujeitos sobre si mesmos” (Lopes; Fabris, 2013, p. 46). Em meio a tais saberes, corria-se pelos palcos do *Brazil* oitocentista, entre as representações teatrais, a história educacional de surdos na França.

A peça coletada nos jornais locais, *O Surdo e Mudo ou o Abade de L'epee*, dividida em cinco atos, já havia sido evocada nos palcos da Europa e ficou em cartaz no Imperial Theatro de São Pedro de Alcântara no ano de 1830, conforme ilustra a figura 7 a seguir.

Figura 7 - Divulgação de peça teatral em 1830

IMPERIAL THEATRO
DE S. PEDRO DE ALCANTARA.
 Domingo 7 do corrente, a Companhia Portugueza representará o novo, e optimo Drama, dividido em 5 actos, e que tem por titulo.
O SURDO E MUDO.
 OU
O ABBADE DE L'EPEE.
 Esta Peça pelo seu bom enredo, excellente locução, Scenas delicadas, util moral, ha merecido decisiva approvação em os Theatros da Europa. A exemplo desses mesmos Theatros, o character do Surdo, e Mudo, foi distribuido á primeira Dama, Ludovina Soares, o qual he hum tanto difficil; porém a Actriz confia na indulgencia de hum Publico generoso, e na falta de perfeição espera merecer aquella desculpa, que ella já mais denega, a quem sollicito no desempenho de suas obrigações, ardentemente deseja, e firma toda a sua gloria em lhe agradar.
 A Direcção nada omittio para que este Drama subisse á Scena com a propriedade, e decencia, sempre devida a hum Publico Illustrado.

Fonte: Diario do Rio de Janeiro (1830, p. 8).

Ludovina Soares (1802-1868), atriz trágica que desempenhava o papel principal da peça, nasceu em Coimbra e deu início em sua carreira ainda criança, aos nove anos de idade, mudando-se para o Brasil em 1829. Aqui, “arrancou elogios do jovem crítico Machado de Assis, e estabeleceu nos palcos brasileiros a continuidade profissional” (Klafke, 2016, p. 23).

A peça supramencionada voltou a ser encenada de 1835 a 1841 em diversos palcos brasileiros, como no Teatro da Praia de Dom Manoel⁵ (de 1835 a 1838), Teatro de São Januário (de 1838 a 1841) e em oportunidades pontuais para benefícios de determinados órgãos, como o Colégio D. Pedro II.

Por intermédio da divulgação do espetáculo nas gazetas, depreende-se que a peça foi criada com a áurea de uma tragédia; entretanto, com momentos agradáveis, de ensinamentos de utilidade ética e uma chamada para o despertar da humanidade e da caridade para estes seres desafortunados pela história, conforme segue:

O caracter da quelle amigo da humanidade [L'epée], seo estudo, e desvello a favor do seo semelhante, em todos os tempos farão seo nome recommendavel tanto, quanto ainda hoje interessa a todos os corações senciveis, um dos mais brilhantes passos da sua vida, qual o que offerece o presente drama. A jovem beneficiada, animada do socorredor applauzo com que o benigno publico se tem dignado acolhel-a; tem a honra de offerecer os seguintes dançados, que, serão executados nos intervallos dos actos; a saber: do 1.º ao 2.º - A Romana. Do 2.º ao 3.º - A Caxuxa. No fim do drama - O Solo inglez (Diario do Rio de Janeiro, 1838, p. 2, *sic*).

Aqui, gostaria de destacar alguns enunciados do trecho acima associados à figura 7: “*scenas delicadas*”, “*util moral*” e “*caracter da quelle amigo da humanidade*”. A materialização de um apelo de cunho emocional e moral na divulgação do espetáculo propõe pensar a constituição de um dispositivo pedagógico de educação ética e moral do público oitocentista: uma normação.

Quanto à *normação*, Lopes e Fabris (2013) a compreendem como um processo de enquadramento de todos à norma onde, desde o início da sociedade disciplinar, esta se torna uma eficiente engrenagem, assim como a escola, dedicada a conduzir os sujeitos para as malhas ordenadas de poder. Uma condução que regula seus corpos. Ou seja, em sociedades disciplinares, a norma opera na população por meio das práticas de normação.

Seguindo este pensamento, ainda em busca de possibilidades de inventar narrativas possíveis acerca da surdez nas linhas de produções da linguagem teatral, dentro deste aparato deparei-me com a obra *Sapateiro Surdo*, vendida no Rio de Janeiro “[...] na loja de livros da rua d’Alfandega n. 5 A” (Diario do Rio de Janeiro, 1841a, p. 3, *sic*).

A proposta essencial da peça, difundida em texto de roteiro teatral, apresenta a pacata vida de um sapateiro surdo que sonha um dia conseguir ser o esposo de Joana, sobrinha de Dona Susana. No decorrer da narrativa, momentos de confusão acabam sendo materializados ao

⁵ “O Teatro da Praia de Dom Manuel surgiu por um coletivo de artistas portugueses, tendo como líder João Evangelista da Costa e Ludovina Soares, e foi inaugurado em 2 de agosto de 1834” (Conceição, 2021, p. 55).

mesmo tempo em que o sapateiro lustra os calçados de determinadas figuras como, por exemplo, um religioso. Tais desentendimentos ocorrem devido à surdez do sapateiro. Em um dos diálogos, o padre lhe questiona:

Eu suponho que você
que me pertende dar chascos.
Diga-me, sô carambola,
você é surdo ou é asno? [...]
Que desatinos são estes?
Este homem é o diabo,
haverá ou pode haver
no mundo todo tal asno? [...]
Homem, tu deves ter o diabo,
que te não posso sofrer
embustes tão temerários,
e assim por te não ouvir
antes quero ir sem sapatos.

(Entribericos, 2023, *sic*)

E, então, retira-se tal personagem, exaltado, deixando para trás os sapatos lustrados pela aflição em estabelecer interlocução com o personagem principal. A peça segue dando ar cômico para as explicações ilógicas do sapateiro para com as perguntas de seus clientes, estabelecendo uma característica própria de *Arlecchino*, com pitadas de servidão, desnorteamento e larápio.

Joana é uma moça entristecida por não ter pai, por lhe faltar a consolação e o amparo da representação masculina. Sua tristeza é aumentada pelo fato de sua tia querer casá-la com seu sobrinho, o sapateiro surdo, sem antes, permitir conhecê-lo. A única informação que recebe é ser o pretendente “rico e que faz lindos sapatos” (Entribericos, 2023). Quando Joana encontra o sapateiro e percebe que seu aspirante eleito à marido é um sujeito surdo, deseja desfazer o contrato. A aversão de Joana se apresenta da seguinte forma:

Tenho entendido que é surdo.
Não quero já tal noivado. [...]
Este homem é insensato,
fazes de mim zombaria,
dize, louco, mentecapto? [...]
Acuda-me, minha tia,
livre-me deste magano. [...]
Minha tia, esteja certa
que com tal home não caso.

(Entribericos, 2023, *sic*)

No último ato do espetáculo, o sapateiro e Joana concretizam o matrimônio e a comemoração é concluída com um baile entoado pelo padre e por um velho: “Já que ‘tamos de

baile, digamos tudo. Joana está casada com um homem surdo/ Ainda que é surdo sempre a mulher anima e não é sapateiro de obra-prima” (Entribericos, 2023, *sic*).

As confrontações realizadas pelo Cura evocando o sapateiro com a semelhança de um asno, dando-lhe qualidade de indouto, pedante e obtuso, é elucidada ao alocá-lo nesse lugar de escarnecimento. Pode-se inferir, também, o quanto o apagamento do sujeito “sapateiro” é afirmado na construção das falas. A peça gira em torno do sapateiro que não possui um nome. Sem identificação.

As demais personagens protagonistas (Joana e Susana) são apresentadas com materialidade, existência; entretanto, tal marcação é negada ao sapateiro surdo. Diferentemente do garoto Victor do Aveyron, o sapateiro será sempre o sapateiro. Sem o registro que o torna indivíduo. Sem nomeação, apenas um adjetivo: surdo.

Entendo que as peças teatrais possíveis de serem representadas em solo *braziliense* passavam por vigilância extrema do governo, tanto pelo conteúdo que poderiam interpretar, quanto por quem iria fazê-lo. Portanto, é provável que a divulgação desta representação, como troça e flauteio do sapateiro, esteja inteirada no que se entendia como “divertimento” para a corte.

Essas representações, em suma, onde “[...] ridicularizam-se as maneiras, vícios, dialetos e outras peculiaridades da colônia, o que corrigiu os gostos do público [...]” (Luccock, 1951, p. 163), constituem o caminho que me leva a dizer que as artes do teatro funcionavam com o objetivo de direcionar os comportamentos do povo, demonstrando o que poderia ser aceitável, o que precisaria ser repellido de seu cotidiano, e o objeto que poderia se tornar risível.

A profissão de sapateiro neste período, por exemplo, era destinada às pessoas escravizadas e pobres. A representação de um sujeito sapateiro e surdo nos palcos *brazilienses* estava destinada a servir como uma forma de “correção dos gostos do público”, ao passo que a fabricação subjetiva do sapateiro, frente a tantas categorizações, passa a ser, então, marca de posição de sujeito, ou seja, “surdo” deixa de ser o qualificador identitário e identificatório do sapateiro.

Sapateiro surdo passa a representar um substantivo que nomeia o sujeito junto ao bojo social. Um efeito de sentido possível à ordem do discurso imposta pelo construto disciplinar é a relação de saber estabelecida em que o sujeito surdo é “insensato”; causa de zombaria à noiva; “louco”; “mentecapto”; “magano”; “asno” e, por categoria mais intensa entre os seres: *Este homem é o diabo*. A representação do horripilante submundo, do monstro e suas monstruosidades, fruto do pecado e de todos os males espirituais e terrenos. A criação de tal

personagem só pôde ser possível de materializar-se por haver, antes, uma experiência qualitativa que constrói o imaginário surdo como passível de ser ridicularizado.

As peças teatrais tinham por função principal instruir e divertir o povo. Para instruir, contava-se as histórias dos heróis da nação e, para diverti-los, ridicularizavam-se as maneiras, vícios e demais particularidades daquilo que não deveria fazer parte de seus hábitos, ou seja, uma normalização de suas condutas. A representação vem do hábito, da naturalização das relações do sujeito com as normas que direcionam seus comportamentos, ideias, sentidos e desejos, construindo/corroborando/reverberando, assim, em suas subjetividades.

A dimensão apresentada nesta obra apoia a compreensão das possibilidades de existências surdas na primeira metade do século XIX em território *braziliense*. A profissão dada ao surdo, como dito acima, corresponde àquelas ocupadas pelas classes desabastecidas da sociedade, inclusive, concedida aos escravizados.

A obra produz um sujeito desengonçado e marginalizado que anda “com seus trastes”, que trabalha e está sempre “rebentado”. Mas, para conseguir matrimônio, inventa e mente ser “bem afazendado, bem criado, gentil-homem, filho de pais muito honrados” e também endinheirado, abastado e “bem nascido como el rei” (Entribericos, 2023, *sic*).

A construção de tais diálogos possibilita perceber outra produção acerca do imaginário da surdez: por intermédio do escárnio. A surdez como fonte de ridicularização e entretenimento. Se, de um lado, percebemos sua produção como uma chamada para a luz da humanidade por intermédio da obra *O Surdo e Mudo ou o Abbade de L’eepe*, por outro, sua imagem é colocada juntamente às desgraças humanas, com características de tolice e de comicidade: diferentes modos de sujeição e de “posição” acionada ao surdo pelas duas perspectivas adotadas para a surdez.

Portanto, compreendo que a construção destes imaginários da surdez, na primeira metade do século XIX, é capaz de constituir determinada compreensão acerca deste processo e nos auxilia a ficcionar a realidade e, até mesmo, delirar na construção de como nós, hoje, podemos *enxergar antigamente*, tanto da suplicação à sua humanidade quanto à margem da sua “inutilidade”.

Se, para esse período, ser útil é ser instruído, a surdez não se enquadra em tal imperativo. Logo, esses sujeitos passam a serem vistos como sujeitos “sem nome” e sem possibilidades de existência, encaixaram-se no representável daquilo que está ao “abrigo da norma” (Veiga-Neto, 2001, p. 29). Essa situação caracteriza o não-lugar dos sujeitos surdos no enquadramento normativo deste período e ao mesmo tempo a posição dada pelo “comparativo” e adjetivações que só são possíveis pela norma produzida naquele momento.

Alfredo Veiga-Neto (2001) pontua que a norma é saturante, ou seja, jamais admitirá um exterior. Portanto, o anormal ou o diferente, aquele “outro”, será sempre seu produto, estará sempre ao seu abrigo, mesmo que opondo-se aos ditos “normais”. É a norma que permitirá tirá-los da exterioridade selvagem, do desconhecimento. A norma é quem começa a capturá-los e lê-los por intermédio da desgraça humana e do irrisório.

Há pouco estivemos diante da construção de um dos possíveis inícios da captura do desconhecido que era a surdez na primeira metade do século XIX em território brasileiro. A formação de tal imaginário permite conjecturar quais os perigos e desconhecimentos que rondam a questão da surdez e, a partir do estranhamento e da diferença, propor e elaborar um saber, capturando-os e tornando-os passíveis de leituras e de enquadramentos. Porém, sempre com zelo e com determinada distância para que o dito incomum não se torne o lado “positivo” da norma. Por isso o apagamento do nome do sapateiro.

Em se tratando da representação de sujeitos surdos mediante a arte da poesia, esta se concretiza nas linhas dos documentos e, como diria Rancière (2009), parece fabricar e orquestrar uma intriga em ações que representam os homens e sua forma de ser. Um trecho que considero ser capaz de apreender a invenção da surdez nesse contexto é o seguinte:

He máo ter sarna, surdo ser, ou mudo,
Soffrer hum testemunho, ou hum enredo,
Toureadores soffrer peor que tudo.

Melluzzino.

(Jornal Do Comercio, 1840, p. 3, *sic*).

Esse recorte se constitui em um excerto poético em que é apresentada uma sequência de factíveis tribulações às quais os seres humanos estão suscetíveis. Alguns dos exemplos apresentados na obra são: quando se está comendo, morder a língua ou engasgar com um pedaço de osso; chover na cama e, concluindo, ser surdo ou mudo. A poesia apresentada aloca a surdez, associadamente a signos e adjetivos vistos como funestos de acontecer ao ser humano. Logo, corrobora com a construção de um saber determinado.

A argumento do zelo e do apreço dado à poesia, suas comparações ao ouro puro, a importância da palavra, do sublime, falar ao estilo popular – e não plebeu –, a utilidade do indivíduo para a sociedade e todas as demais características até aqui debatidas corroboram para a destinação da surdez entre os infortúnios da humanidade, e ocasionam a criação de peças de arte que a trabalhe como apetrecho de agouro/lástima, auxiliando na criação de um imaginário da surdez mofino e desprezível.

Nesse sentido, levando em consideração as obras de literatura impressa e efetivamente encontradas em solo *braziliense*, materializadas nos livros *Victor ou o menino da selva* e *Curso de instrução de hum surdo mudo*, juntamente às peças teatrais encenadas nos palcos de teatros nacionais, assim como as poesias narradas e contadas acerca de sujeitos surdos, enfim, todo este aglomerado forma um imaginário capaz de conduzir a população a criar certos efeitos de verdade acerca da surdez.

Partindo de tal noção, concordo com Jorge Larrosa (1994, p. 57) quando menciona que “[...] qualquer lugar no qual se aprendem ou se modificam as relações que o sujeito estabelece consigo mesmo. Por exemplo, [...] uma assembleia em um colégio, [...] o que ocorre em um confessionário, [...] ou em uma comunidade religiosa [...]” pode ser considerado um **dispositivo pedagógico**.

Desta forma, as percepções sobre a surdez, enunciadas nestes dispositivos pedagógicos, acionam seus saberes e os tornam ativos, normalizando as ações e condutas dos sujeitos que passarão a compreender a materialidade da surdez pelo viés de suas representações: tanto pelo olhar de escárnio e zombaria quanto pelo viés da caridade e da possibilidade de sua inscrição na norma da linguagem.

A obra *O Surdo e Mudo ou o Abbade de L'epée* retrata o caráter do “amigo da humanidade” e seus estudos em prol da educação de surdos na França. Portanto, ao apelar para a delicadeza e moralidade da plateia, atua diretamente na constituição ou transformação da atuação e conduta que os sujeitos terão, direcionando suas escolhas e decisões.

A produção e divulgação das artes em formato de poema, literatura, espetáculos e a circulação de obras educacionais acerca de sujeitos surdos entre a sociedade *braziliense* da primeira metade do século XIX são capazes de produzir saberes acerca de tais corpos para determinada parcela da população, dando-lhes o entendimento de que existe a possibilidade de trazê-los para a norma da linguagem.

Digo “determinada parcela da população” por compreender que a criação/invenção deste imaginário não integra a maioria dos habitantes da Corte *braziliense* composta, principalmente, de pessoas iletradas, escravizadas e desprovidas de acesso a espaços considerados privilegiados. Desta forma, infiro que tais grupos sociais não puderam desfrutar dos adventos aqui mencionados.

Há, então, duas alternativas de conduções surdas, sendo a primeira pelo viés da educação e possibilidades de civilizá-los, ou seja, alocá-los aos pés da norma e, ao contrário, a segunda baseia-se na zombaria, escárnio e troça, dando-lhes personalidades subservientes, atarantadas e

burlescas, retirando-lhes os seus nomes e tornando-os arquétipos de uma representação naturalizada pelas normas oitocentistas.

No tópico seguinte apresento, adentrando em novos protótipos e normas sociais identificadas, o que se espera de um cidadão de bem e com bons frutos para o período oitocentista analisado. Entretanto, desta vez, debatendo a necessidade de uma construção e edificação de um ser patriótico que esteja pronto e apto para defender a sua nação, seu povo e seu imperador.

2.5 PATRIOTISMO: O BOM CIDADÃO, AMANTE DE SUA PÁTRIA E DEFENSOR DO GOVERNO

*Quando os Soberanos assim olham pela felicidade dos vassallos,
e os subalternos desempenham com patriotismo as commissoes,
que lhes são confiadas, attendendo para a honra d'aquelles,
e para o bem dos seus concidadaõs, a prosperidade,
e por consequencia, a gloria, e a grandeza
são o futuro da nação, que os possuie.*

Correio Braziliense ou Armazem Literario (1820a, sic).

Em meio às leituras dos documentos históricos, a emergência de uma segunda norma social surgiu. A figura de um sujeito “patriota”, defensor de sua nação, se apresentou como um forte catalisador possível para a construção do imaginário social da primeira metade do século XIX.

O *Correio Braziliense ou Armazem Literario* de 1813a aponta que, durante a Revolução Francesa (1789-1799), por uma “perversão insensata”, o significado do termo “patriota” fora atrelado à definição do que seria um indivíduo *revolucionista e monarcômaco*⁶, corrompendo e contaminando a definição original do termo para este período.

Inicialmente os patriotas, em oposição a essa figura instaurada pela Revolução Francesa, eram considerados aqueles que, como um fantasma, colocavam os povos de uma única nação em oposição ao seu governo, ou seja, tal noção encontrava-se carregada de um significado

⁶ Segundo Carvalho (2007) o termo monarcômaco provém do grego μονάρχος *monarchos* e μάχομαι *machomai*. O termo surge para caracterizar aqueles que se manifestam contra o sistema dominante e seus tiranos que, no caso, estava inscrito no absolutismo monárquico.

indesejado, sendo considerada uma “mancha” à condição do que representava ser patriota para o *Brazil* oitocentista:

Um dos maiores deveres do homem civilizado, é o patriotismo. O patriotismo estreita os laços da sociedade; o espirito de partido os relaxa. O patriotismo não costuma desmaiar na esperança dos obstaculos; e por toda a parte onde elle existe opera prodigios. Sem culto do passado, não ha verdadeiro patriotismo. O homem de partido, raras vezes é o homem da patria (O Porto-Franco, 1849b, p. 3, *sic*).

Talvez, em uma tentativa de resgatar o conceito inicial deste enunciado, nasceu em 1813 em solo nacional uma gazeta intitulada *O Patriota*, por meio da Impressão Régia e vendido na loja de Paulo Martin, pelo cômodo preço de 800 réis, ou por uma subscrição semestral de 4.000 réis.

A criação desse jornal foi vista com bons olhos. Havia esperança de ressignificação do termo entre o modo popular de comunicação da classe opulenta da corte, pois “[...] esta honrada denominação [patriota], começa a surgir do opprobio em que se achava” (Correio Braziliense ou Armazem Literario, 1813a, p. 924, *sic*). Segundo as linhas do Correio Braziliense:

Ha dez annos, estando a Corte em Lisboa, que ninguem se atrevia a dar a um Jornal o nome de Patriota; e a Henriada de Voltaire entrava no numero dos livros que se não podiam ler sem correr o risco de passar por atheo, pelo menos por Jacobino. E temos agora que em tão curto espaço ja se assenta, que o povo do Brazil pode lêr a Henriada de Voltaire; e pode ter um jornal com o título de Patriota, **termo que estava proscripto, como um dos que tinham o cunho revolucionario** (Correio Braziliense ou Armazem Literario, 1813a, p. 924, *sic*, grifos próprios).

O resgate do enunciado patriota, deixando de estar associado às “maléficas rebeldias” dadas durante a Revolução e voltando a adquirir seu conceito usual de “defensores da pátria” foi benquisto pelos moradores da coroa. Quase uma “restauração linguística”. Um significado que não deveria ter sido modificado ou cambiando de sentido.

O Patriota, gazeta editada por Manuel Ferreira de Araújo Guimarães (1778-1838), pode ser considerada a primeira a publicar obras densas e analíticas acerca das artes, ciências e cultura. Em sua página inicial são apresentados os seguintes dizeres: “Eu desta gloria só fico contente, que a minha terra amei, e a minha gente”, de Antônio Ferreira (1528-1569), poeta quinhentista (*O Patriota*, 1813, p. 1).

A epígrafe do jornal, versos do poeta, refere-se a um amor por sua terra e sua gente, remetendo a um espaço geográfico e uma população determinada – princípio do patriotismo. A própria palavra, pelas linhas das gazetas, é utilizada para caracterizar “[...] o bom cidadão, o

amante de sua pátria; e por consequencia o defensor do Governo, e das instituições do país” (Correio Braziliense ou Armazem Literario, 1813a, p. 924, *sic*).

Nota-se, na premissa do patriotismo, uma forma de conduzir os *brazilienses* rumo a um amor desmedido por seu país e por seu rei. Nas tramas das questões foucaultianas, que permeiam o conceito de normalização, a instauração de uma conduta patriota, ao se converter em uma norma, evoca efeitos de verdades que poderão tanto “[...] se aplicar a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar” (Foucault, 2010a, p. 213).

Portanto, esta forma de raciocínio passa a gerar e gerir o outro: aquele que não expressa o amor descomedido por sua terra e que não tem origem. Este outro é aquele “[...] ‘que não tem pátria nem data’, aquele cujo nascimento jamais é acessível porque jamais teve ‘lugar’” (Foucault, 2007, p. 458).

A gazeta supra apresentada parte do princípio de que deseja fornecer ao povo *braziliense* instrução e utilidade, desta forma, tendo como objetivo funcionar como um dispositivo pedagógico, seu redator passa a tensionar suas produções. Este jogo pode ser entendido da seguinte forma:

Tenho curado de misturar noticias nacionaes com estrangeiras, preferindo as primeiras. Algumas Obras que era impossivel caberem nos limites de hum jornal, forão divididas pelos N.º seguintes. Deste genero hei dado algemas que são da mais decidida utilidade; vindo desta arte a abranger neste periodico escritos, que lhe escapavão pela sua extensão (O Patriota, 1813, p. 7).

Diferentemente dos demais jornais e pasquins que circulavam no Rio de Janeiro (contendo entre quatro e oito páginas) com limite de informações possíveis, a proposta d’*O Patriota* era comportar obras mais extensas, volumosas em conteúdo, funcionando como poderosas algemas da mais decidida utilidade e nada tendo de “[...] conotação de radicalismo político, como foi o caso na França durante a Revolução” (Kury, 2007, p. 11).

Contextualizar o enunciado *patriota* se torna necessário por ser um termo capaz de disciplinar os corpos, torná-los submissos e dóceis mediante ações das relações de poder. Entretanto, ao instaurar o desejo desmedido pela pátria, instaura-se, também, a aversão àquele que não corrobora a mesma ideia. Esta superfície se torna palco para novos embates.

Como dito por Alexandre Filordi de Carvalho (2015, p. 180), “o simples fato de um indivíduo ser identificado a um grupo social produz disciplina [...]” e, ao discipliná-los, esta simples identificação do outro “[...] é o elemento mais sagaz e poroso da vigilância disciplinar”. Desta forma, no tópico seguinte, serão debatidas as marcações encontradas para apresentar “quem somos nós e quem são eles”.

2.6 ÉS MARINHEIRO OU BRANCO⁷?: A DEMARCAÇÃO DA DIFERENÇA BRAZILIENSE E PORTUGUEZA

A chegada dos *portuguezes* ao *Brazil* tornou possível os registros de narrativas sobre “quem são eles” e “quem somos nós”. A identidade de um país, segundo Kathryn Woodward (2000), é uma construção relacional. Logo, para uma identidade nacional existir, precisará que a outra, exterior a ela (*portuguesa*) esteja em relação. Uma identidade que não seja a “nossa”, para que a “vossa” seja reconhecida.

Nesse sentido, ainda segundo os apontamentos de Woodward (2000), a identidade de um país é marcada pela diferença e, esta, suplantada por meio da exclusão. Desta forma, ser *braziliense* significa não ser *portuguez*. Esta afirmação, portanto, determina a criação de uma identidade coletiva ou autóctone. Assim, fabricam-se símbolos nacionais, marcas de cada região, formas de linguagem, enfim, institui-se um “patriotismo” tanto por sua terra quanto por seu povo, e gere-se a manutenção de determinadas práticas e costumes em nome de normas reconhecíveis como regras sociais e axiomas coletivos.

A exemplo destas diferenciações entre *brazilienses* e *portugueses*, nas páginas das gazetas analisadas pode-se, por exemplo, apontar algumas formas usuais de nomear uns e outros. No *Certão do Seará Grande*, o sotaque local já havia sido registrado pelas viagens e explorações de Portugal por aquelas bandas. Para os habitantes desta localidade, ao encontrarem-se com os “outros”, havia uma curiosa questão a ser indagada: *és marinheiro ou branco?*

A interpelação, geralmente indagada pelos *Searenses* aos forasteiros, possuía uma explicação: os nascidos e habitantes de Portugal eram denominados, neste recorte social, como *marinheiros*, por terem chegado em navios pelo mar aberto. Vindos de outra pátria mãe para a terra *braziliense*. Já os filhos nascidos e viventes em solo vernáculo, ou seja, oriundos do *Brazil*, foram denominados pelos *Searenses* de *brancos*.

A diferença entre um e outro estava no limiar da relação. Era preciso, desde o início, demarcar quem era o outro e, então, nomeá-lo. Ser *marinheiro* significava ser pertencente a outra pátria, não a minha. Ser *marinheiro* significava não ser *branco*. Uso este recorte simplório acerca de uma nomenclatura específica para designar *portuguezes* e *brazilienses* com o propósito de demonstrar o quanto a demarcação da diferença entre os dois povos esteve presente nas linhas das gazetas.

⁷ O uso do termo *branco* para identificar os nascidos em território brasileiro, neste contexto, não possui relações com as marcações que dizem respeito às relações étnico-raciais.

Assim como *marinheiro*, também o termo *lusitano*, palavra que designava os sujeitos nascidos na Lusitânia, por extensão, fora utilizado para caracterizar os nativos de Portugal. Semelhantemente, foram esses estrangeiros reconhecidos como *reinóis*, termo utilizado pelos fluminenses para caracterizá-los. Tal demarcação torna-se mais forte a partir da saída do Imperador D. João VI de Portugal e sua instalação em terras *brazilienses*.

A partir de 1808, com a chegada da família imperial, aconteceram diversas mudanças e transformações na vida social de seus habitantes. As decisões, agora, passaram a se concentrar no Rio de Janeiro, impondo uma unidade ao país. Aos poucos, as capitânicas (nome dado no período colonial) passaram a ser tratadas por províncias e, segundo Silva (2011), o Rio de Janeiro passou a substituir Lisboa, onde até mesmo os impostos recolhidos na antiga sede do Império eram convertidos e escoados para a capital *braziliense* para custear as despesas da corte e do governo.

Tal deslocamento, com o tempo, veio a tornar-se problemático. Em um pequeno intervalo, passaram a surgir pessoas que promulgavam a ideia de uma separação entre *marinheiros* e *brancos*: a intenção de Portugal era tornar o recém-criado país novamente uma colônia, deserdando-o da condição de pertencente ao *Reyno* Unido de Portugal, *Brazil* e Algarves – edificado em 1815. Os patriotas *brazilienses*, por sua vez, não concordaram com a possibilidade de regressar ao antigo estado de colônia *portuguesa*.

Sempre é preciso ter em mente que as práticas de identificação e de diferença que formam as identidades nacionais, seus símbolos e marcas estão envoltos em relações de poder, incluindo de decidir quem (ou qual grupo) será pertencente e quem (ou qual grupo) será desprezado em nome da preservação identitária de um ou de uma comunidade imaginada pura e sem mácula.

Nesse sentido, as gazetas que percorriam a corte *braziliense* estavam atropeladas de informações acerca desta divisão: *marinheiros* e *brancos*. As reflexões publicadas no *Correio Braziliense* ou *Armazem Literario* ponderavam que, se Portugal não tivesse tratado por tantos anos o *Brazil* como terra de gente conquistada (de quem se deve temer uma sublevação) mas, ao contrário, se o tivesse considerado desde sempre uma província da monarquia, com os mesmos direitos daqueles ditos *portuguezes*, agora não estaria se preocupando com uma rebelião.

Portugal, buscando legitimar sua identidade nacional, demarcou a autenticidade de sua história como “superior” em detrimento do recém formado *Brazil*, constituído como colônia e terra de gente conquistada. Deve-se levar em consideração que, juntamente à mudança da sede

do império de Portugal para o Rio de Janeiro, as ordens da corte passaram a proibir aqueles naturais nascidos no *Brazil*, os *brancos*, de assumirem cargos acima do posto de capitão.

Tais funções (que podemos considerar de exercício de poder) eram efetivamente preenchidas por *portuguezes*, os *marinheiros*. Desta forma, soma-se a esta impossibilidade de ascender em seu próprio país, onde as marcas de sua recém e adorada pátria passam a ser desconsideradas, o monopólio comercial:

O habitante do Brazil não podia mandar vender os seus productos senão a Portugal: não podia obter os productos de nação alguma, senão por via de Portugal: mais ainda, prohibia-se ao Brazil que tivesse fabricas, e se obrigavam seus habitantes a usar das manufacturas estrangeiras, que fossem por via de Portugal (Correio Braziliense ou Armazem Literario, 1820b, p. 85, *sic*).

A soma de tais eventualidades tornava o *Brazil* uma máquina a vapor pronta para explodir e os jornais *brazilienses* foram um grande catalisador e, em alguns casos, incendiadores de opiniões públicas. O patriotismo estava sendo narrado e incitado em todo o território. Nas palavras de Neves (2011, p. 95): “Iniciou-se, assim, uma guerra de palavras travada entre escritores brasileiros e portugueses d’além-mar”.

Alguns fatos históricos são importantes de se pontuar neste momento como, por exemplo, o retorno de D. João VI a Portugal, em abril de 1821, em razão do falecimento de sua mãe, D. Maria I, deixando seu filho, D. Pedro I, como regente (o que principiou o processo de emancipação do país).

D. Pedro I passou a deter em suas mãos a administração da justiça e da fazenda, dos empregos civis, militares e das competências eclesiásticas, além de ser a figura de maior importância e respeito. Em D. Pedro I, pode-se dizer, estava concentrado o “[...] direito da soberania [que] é, portanto, o de fazer morrer ou de deixar viver” (Foucault, 2010a, p. 202).

Além de manter os deveres sociais do homem civilizado, sendo seu marco hegemônico o patriotismo – amar sua terra, sua gente e seu soberano –, há de se manter em mente, também, as características já trabalhadas no início desta seção, que auxiliam na composição deste caráter do que pode vir a tornar-se um cidadão útil e defensor do país.

A noção de homem patriótico e ferrenho defensor de sua nação continua sendo a marca de conduta presente na efervescência dos últimos anos causada pela Revolução de 1820 em Portugal; pelo monopólio comercial sofrido, onde os cidadãos *brazilienses* só poderiam vender e comprar seus produtos com a metrópole de Portugal; a proibição de instalação de fábricas em solo nacional e, por fim, a proibição de nascidos no *Brazil* ocupar quaisquer cargos acima do

posto de capitão, aumentando a tensão e o desejo de parte da população de um desmembramento da união entre *Brazil* e Portugal.

O patriotismo de cidadãos *brazilienses*, somado com a frouxidão da censura ocorrida em meados de 1820, segundo Silva (2011), favoreceu a criação de diversas gazetas de cunho político com o objetivo de defender a causa da pátria. Entre as gazetas analisadas encontra-se o *Sentinella da liberdade à beira do mar da Praia Grande*.

Fator importante a ser narrado é que, devido ao período conturbado e o risco de ser considerado traidor da pátria, tanto os periodiqueiros quanto os cidadãos civis que enviavam correspondências para tais gazetas costumavam não assinar as cartas com seus nomes, utilizando, então, pseudônimos como: *Brasileiro Resoluto; O Amigo da Ordem; O Verdadeiro Amigo; O Amigo da verdade; Brasileiro por dentro e por fora*, entre outros.

As narrativas coletadas no *sentinella* atuaram com uma escrita de cunho político. A gazeta publicou, em suas edições, matérias contrárias à admissão de portugueses para funções de importância na corte e nas forças militares do *Brazil*, denunciando infrações das legislações vigentes, despotismo, abuso de autoridade e demais ações realizadas por servidores, ministros e outros colaboradores contra o país e a sua independência das mãos de Portugal.

Assim, iniciava o *Sentinella da liberdade à beira do mar da Praia Grande* uma guerra de palavras, sendo seguido por outros periódicos, como *O Tamoyo*. Alguns dos termos elegidos pelo narrador dos textos inseridos na *sentinella* para caracterizar aqueles que praticavam tais atos contra o povo e a própria pátria eram “abutres esfaimados” com “línguas viperinas”.

O uso destes termos que alardeavam o imaginário da população inscrita na primeira metade do século XIX tinha como foco a produção de uma incitação na camada civil do povo para a compreensão da emergência das conjecturas propostas por governadores e servidores das casas de leis que “descaradamente” as estavam apunhalando.

A grande máquina à vapor dos periódicos *brazilienses* encontrava-se inclinada a uma explosão a qualquer momento, devido ao grande número de jornais catalisadores das opiniões públicas e incitações patrióticas em defesa (e contra) o desmembramento do império. Essas tensões refletiam nas ruas a hostilidade entre *brazilienses* e *portuguezes* e manifestava-se, cada vez mais, com um furor incontrolável.

A necessidade da exortação ao patriotismo nesta seção, apresentado como regra de conduta, como lei informal, norma social e princípio de conformidade, auxilia a materializar o sujeito idealizado para viver de acordo com as prerrogativas imperiais. A construção deste corpo útil, instruído e dócil, normalizado pelos interesses de um governo, ou seja, útil quando

aplicado às funcionalidades das engrenagens de um poder que requer a sua sujeição, é evocada para delinear o ser *braziliense* comum da primeira metade do século XIX.

Um sujeito com um falar em estilo popular, com requintes de pompa e defensor de sua terra e de sua gente, útil para a manutenção das malhas sociais em que está inserido. Aquele que não é revolucionário, pois suas luzes ao brilharem através de suas ações puras possuem força para dissipar todas as trevas, ignorância e ilusão.

Estamos falando de cidadãos civis construídos e inventados por meio das gazetas que, ao entoarem louvores a estas ações, bradarem com galardão suas conquistas e serventia ao país, aprovam tal conduta e incitam o desejo aos demais em aproximar-se destas, de segui-las e, a qualquer custo, mostrarem-se legítimos cidadãos *brazilienses*.

Ficam de fora todos aqueles que não podem estar na norma da serventia, da pátria e da utilidade social: os expatriados, sem moral, que levam a vida levemente, os enjeitados e órfãos. São desprezados os vadios e sem lar, os coxos, com moléstias e qualquer marca que esteja fora da aprovação social.

A surdez, materializada até o presente momento, está encerrada entre estes gentios. O apoio mútuo entre igreja e Estado censurou, em 1804, produções literárias que promoviam a inscrição da surdez nas linhas da linguagem, tendo sua aprovação somente a partir de 1825; entretanto, possibilitou peças teatrais capazes de colocá-las entre as desgraças humanas, capaz de compará-los ao diabo e torná-los risíveis.

Aqui, nesta seção, os sujeitos surdos ainda não aparecem inscritos nas linhas da governamentalidade. Entretanto, remontam à construção de um imaginário da surdez mofino e adoentado, perpassado pelas relações de poder e amparado por dispositivos institucionais e pedagógicos que (ainda) não olharam para as possibilidades de esquadrihar tais sujeitos e torná-los legíveis mediante a linguagem, a utilidade e o patriotismo.

Na seção seguinte abordo uma nova concepção, por intermédio do campo legislativo que, a partir de seus saberes, elabora condições de pensar a surdez neste período por meio do trabalho e da possibilidade de ocupar espaços durante a primeira metade do século XIX.

SEÇÃO 3: COMPOSIÇÃO DO CAMPO DE SABER LEGISLATIVO: REGIMES DE CONSTITUIÇÃO DE VIDAS SURDAS NO BRASIL

Abro esta seção para discutir a composição do segundo campo de saber identificado nos documentos analisados: legislativo. Desta forma, para discorrer acerca da constituição de vidas surdas na primeira metade do século XIX, no primeiro tópico, *Cortem as cabeças: marcas da inconfidência e a punição como espetáculo*, apresento uma introdução às marcas do pior delito que um sujeito poderia cometer (tirando o crime da blasfêmia contra Deus e todos os seus santos).

Esta abertura, contextualizando o conceito de *inconfidência*, tornou-se necessária para a imersão no segundo tópico desta seção, *Conjuração Baiana: condições de imersão no campo legislativo*, onde é abordada brevemente os acontecimentos do Levante de 1798 que terminou com 41 presos, sendo quatro condenados à morte e executados em patíbulos, tendo seus corpos esquartejados e expostos em locais visíveis da cidade e suas cabeças espetadas em praça pública e outros lançados na costa da África, degredados e presos.

Consequentemente, no terceiro tópico desta seção, *O sistema de Preferência de Serviços: a lógica do merecimento e da capacidade*, proponho uma análise por intermédio de novas normas encontradas dentro deste recorte, para além da utilidade social e do patriotismo. Nesta área é acrescida as normas do *merecimento* e da *capacidade*.

Para exemplificar tais noções, apresento casos de sujeitos surdos que viveram na primeira metade do século XIX e tiveram seus episódios de vida narrados pelas linhas dos documentos do campo legislativo e proporcionaram a possibilidade de compreender as condições de vidas surdas neste recorte.

O acontecimento de João Antônio da Silva Leitão, que próximo à morte e com um filho surdo pequeno, recorre à corte pedindo asilo para sua esposa por compreender que seu filho não poderá gerir trabalhos e se manter com o ofício de seus antepassados, fazendo com que sua família pereça após sua partida, aponta um direcionamento dado a estes sujeitos.

Os espaços a serem ocupados por sujeitos surdos neste recorte se apresenta de forma limitada, entretanto, ainda é possível encontrar recortes de surdos que furaram a bolha e, efetivamente, ocuparam cadeiras e cargos públicos. Estes casos são debatidos no quarto e quinto tópico desta seção, analisando os casos do taquígrafo surdo João Caetano de Almeida e Silva e do senador surdo Estevão José Carneiro da Cunha.

3.1 CORTEM AS CABEÇAS: MARCAS DA INCONFIDÊNCIA E A PUNIÇÃO COMO ESPETÁCULO

Fomos rever o poste. [...]
Eu quis filmar o abandono do poste.
O seu estar parado. O seu não ter voz.
O seu não ter sequer mãos para
se pronunciar com as mãos. [...]
Tivemos saudades de nós.

Manoel de Barros (2006).

Em Manoel de Barros (2006), o fato de que postes não possuem voz e estão sempre parados, sem ter mãos para se pronunciar, gera saudade. O silêncio, nas linhas das gazetas, aparece como uma ideia questionável por ser considerada meramente a não existência de sons. Desta forma, indagavam-se: poderia o silêncio converter-se em uma linguagem capaz de notar as cogitações de quem se cala? (Correio Braziliense ou Armazem Literario, 1814a).

Seguindo este pensamento, o uso das palavras entre os homens ocorreu para que, por meio delas, pudessem manifestar seus sentimentos, transmitindo ideias e os seus próprios juízos, sendo o silêncio uma das partes comunicacionais, capaz de demonstrar suas declarações de vontades como quaisquer expressões ditas mediante os sons (Correio Braziliense ou Armazem Literario, 1814a).

As palavras não são as unicas vozes concedidas aos homens para se communicarem: os sinais foram certamente a sua primeira linguagem; e ninguem há que deixe de ter conhecido muitas vezes os sentimentos dos outros, ainda antes d'elles lhos terem declarado por meio das suas palavras (Correio Braziliense ou Armazem Literario, 1814a, p. 478, *sic*).

Assim, a linguagem primeira da humanidade seria baseada em sinais e, pelas multiplicações de relações que o homem passou a estabelecer, pela utilidade que havia na comunicação por meio dos sinais (que aumentavam gradativamente em proporção ao número de relações que o ser encontrava) germinou no uso das palavras que, entre todos os seres vivos, foram concedidas privativamente aos seres humanos (Correio Braziliense ou Armazem Literario, 1814a).

Entretanto, a linguagem que os enriqueceram enquanto seres inteligíveis fez com que adormecesse a linguagem primeira, aquela dada no berço do gênero humano. Dentro de seu silêncio, os sinais continuaram a ser intérpretes de seus sentimentos, manifestos de suas vontades e cogitações e, se nesses casos, quem fala é o silêncio, este o faz com a mesma segurança daquele que expressa suas intenções mediante o som. É por isso que Manoel de Barros sente saudade. Ele sabe que o silêncio do poste está dizendo tanto e com a mesma segurança daqueles que bradam a partir de sua utilidade.

O poste carrega marcas, cicatrizes e rachaduras. Está contando sua história dentro de um silêncio que o faz recordar de si. Propõe identificações de nós com quem fomos. A linguagem trouxe consigo, no decorrer da história, a necessidade de organizar o espaço social, legislar, executar e julgar sobre este corpo público. Funções que, geralmente, podem se confundir em uma mesma pessoa:

[...] como se a imperfeição do homem participasse dos atributos da Divindade, ou se dos caprichos de um devessem pender os destinos de todos. Nenhuma demarcação bem determinadas limitam as esferas dos varios corpos activos da sociedade. Faltam barreiras, que resistam às tentações do Poder Executivo, tam ardentes por seus incentivos, e efficazes pela facilidade dos meios, quanto perigosas por suas fataes, e transcendentis consequencias (Correio Braziliense ou Armazem Literario, 1820c, p. 612, *sic*).

Desta forma, entre os delitos passíveis de se cometer, aquele pior (tirando o crime da blasfêmia contra Deus e todos os seus santos – que ocupava o topo da lista dos atos ilícitos da primeira metade do século XIX) era a inconfidência. Tal palavra possuía a capacidade de alarmar toda uma população, um reinado inteiro e desmantelar a defesa de um povo.

A leve possibilidade de existir um inconfidente era tão grave que quebrantava as relações e deixava a população em um constante estado de alerta. O crime da inconfidência partia da premissa de que, entre um povo, havia um delator. Entretanto, nestes casos, as artimanhas e articulações do poder entre a multidão se manifesta descontroladamente.

Cada palavra dita; fatos; acontecimentos; olhares; cogitações; possibilidades; conjecturas; cochichos; gestos; tudo e qualquer situação se tornava matéria para as imputações de tal crime: “o governo da multidão hé a tyrannia popular; e por isso não há coiza que seja [...] mais frequente do que hé repetirem-se n'estas crizes as mesmas horriveis scenas que se representaraõ nós tempos dos imperadores tyrannos” (Correio Braziliense ou Armazem Literario, 1814a, p. 489, *sic*).

A possibilidade de repressão enchia o povo de medo e, agindo por esse instinto fatídico, se produziam as desconfianças e as suspeitas. É a partir desta produção que surgiam as delações

do crime de inconfidência. Tais acusações partiam, quase sempre, de enunciados vagos, histórias inventadas e mal entendidas.

O medo dominava o povo, nascia a desconfiança. Destas, era gerada a denúncia e, então, materializava-se o crime e, com ele, várias perseguições arbitrárias e tirânicas. Fruto das caçadas a esses mártires, os cárceres se mantinham lotados de vítimas inocentes que, por erros populares, eram conduzidas às habitações do crime.

A vigilância extenuante. O olhar do vizinho que espreita. A amizade que se extingue. A convivência que se limita. Ninguém reconhecia ninguém. Os documentos narram a inconfidência como uma *moléstia* e, aqueles que apresentavam seus sintomas, eram chamados *enfermos*. A materialidade da “doença” era descrita da seguinte forma:

O enfermo tinha um accésso da sua molestia, quando lhe parecia vêr traidores e inconfidentes; então reluziaõ os mais graves symptomas de sua doença! Pois desviem lhe todas quantas causas lhe podem excitar estas imagens provocadoras dos seus accidentes [...]. A doença [inconfidência] consiste em sonhos e preocupaçoens no môdo de ser vêr atraído! Não confirmem o doente na existencia dos seus fantasmas; desvaneçaõ-lhe os seus prejuizos, tirem-lhe todas as suspeitas de perfidias; tragaõ-o sempre no meio da luz mais clara, para que elle, entre as sombras se não figure vêr os monstros que receia [...]” (Correio Braziliense ou Armazem Literario, 1814a, p. 632-633, *sic*).

A irracionalidade da multidão, da plebe, dava vasão para a *ochlocracia*, e tornava esses momentos críticos. A fragilidade do povo abria precedente para inimigos instaurarem confusões, criarem inconfidentes e traidores, e plantarem a discórdia entre um reinado a fim de atacá-lo. Essa estratégia foi utilizada por Portugal para libertar Lisboa das mãos da França (Correio Braziliense ou Armazem Literario, 1814a).

A inclinação do povo para a tendência da *ochlocracia* possuía uma característica epidêmica (talvez por isso fosse tratada como moléstia), se alastrava entre as províncias e seus sintomas apareciam instantaneamente. A voz do Rei, aquela “detentora do poder”, precisava então assumir o exercício público de autoridade. Seus sujeitados passavam a infestar as ruas das cidades buscando e prendendo aqueles que lhes pareciam inconfidentes, e a tranquilidade dos moradores desmoronava.

Abriam-se os precipícios. Destrancavam-se as masmorras. As tratativas aos criminosos eram iniciadas. O povo em polvorosa exigia o castigo. Verificando e comprovando o ato inconfidente, o reinado afiava suas armas contra os traidores pela necessidade de mostrar o exemplo do que se lhe aconteceria a quem contraísse tal moléstia.

A punição se tornava uma cena. Um espetáculo. O corpo supliciado era marcado simbolicamente, amputado, esquartejado e/ou exilado. Uns saíam das prisões e eram

assassinados escandalosamente; outros, sacrificados à morte em patíbulos⁸, e tantos outros exilados. Um completo espetáculo do corpo flagelado, lacerado, esfolado, marcado e exposto – vivo ou morto.

Abro esta seção tratando de contextualizar o enunciado *inconfidência* pois, a partir desta compreensão, integrada aos saberes da primeira metade do século XIX, por extensão, aponto uma relação direta com os caminhos desmembrados para a compreensão deste novo campo de saber a ser formado. Iniciaremos com a Conjuração Baiana de 1798.

3.2 CONJURAÇÃO BAIANA: CONDIÇÕES DE IMERSÃO NO CAMPO LEGISLATIVO

Em Michel Foucault (2020b), onde há poder, existe, também, resistência. Desta forma, nunca seremos exteriores a estas relações, pois as correlações que os pontos de poder exercem funcionam como uma teia invisível em sua multiplicidade e, enquanto seres em posição de executar ou sofrer suas ações, podemos resistir sob as artimanhas do adversário e sobre suas maquinarias.

Os pontos de resistência estão inseridos e presentes em todas as redes de poder e, como dito pelo supramencionado autor: “Elas são o outro termo nas relações de poder; inscrevem-se nessas relações como o interlocutor irreduzível” (Foucault, 2020b, p. 104). Desta forma, a depender de seus nós históricos, a resistência, às vezes, pode provocar o levante de grupos, a inflamação de povos ou de certos corpos em detrimento das malhas de poder em que se encontram inseridos.

Inspirados no fim da Revolução Francesa (1789-1799) que havia acabado com os privilégios da monarquia, a Conjuração Baiana, também conhecida como Revolução dos Alfaiates; Inconfidência Baiana; Levante de 1798; Revolução dos Búzios; entre outros, foi um movimento de resistência, inicialmente, de pessoas abastadas da metrópole baiana, ao qual se juntaram, posteriormente, artesãos, soldados e escravizados para conspirar contra os impostos cobrados por Portugal e a falta de liberdade comercial sofridos pelo povo *braziliense* (Tavares, 2012).

A estas razões, também, pode-se acrescentar o privilégio que os reinóis recebiam nas disputas para ocupar cargos públicos no *Brazil* (apenas por serem europeus). Até mesmo aqueles mais pobres se valiam da condição de lusitano para reivindicar cargos no serviço público, militar e eclesiástico (Lene, 2016).

⁸ Patíbulo: do latim *patibulum*, é uma estrutura de madeira, também associada ao termo cadafalso, utilizada para executar condenados à morte em público, suspendendo o criminoso pelo pescoço por uma corda.

A população baiana, neste recorte, era composta por, aproximadamente, 50 mil habitantes sendo, em sua extensa maioria, negros e mestiços; mas, também, contando com um contingente considerável de pessoas brancas pobres, excedentes da metrópole europeia e da população *braziliense*, extremamente diversificada em tons de cor e condições financeiras (Lene, 2016).

Os sintomas que caracterizavam a moléstia da inconfidência (leia-se princípios de uma prática de resistência) começaram a surgir na manhã do dia 12 de agosto de 1798. Um domingo comum onde as pessoas se preparavam para ir à missa. As ruas amanheceram com papéis afixados em vários pontos movimentados da cidade. Ao total, onze papéis considerados “sediciosos” pelas autoridades foram recolhidos (Teixeira, 2017).

Seu conteúdo conclamava o povo. O teor dos papéis, em suma, continha brados de comunhão ao povo bahiense e de repulsa à Coroa de Portugal: “Animai-vos Povo Bahinense que esta para chegar o tempo felis da nossa Liberdade: o tempo em que todos seremos irmaons: o tempo em que todos seremos iguaes [...]” (Biblioteca Virtual Consuelo Pondé, 1798, *sic*).

Em fins do século XVIII e início do século XIX não existia a imprensa no *Brazil*. Tais papéis foram produzidos à mão, com tinta e papel. Nas primeiras horas do dia, os burburinhos e as conversas entre aqueles que se preparavam para ir à missa, sentados na frente de casa ou no mercado, começaram a aparecer.

A epidemia principiava o alastramento. Para além da conclamação de tal comunhão ao povo, os papéis, também, vociferavam contra qualquer sacerdote que, em exercício de função, seja em confessionário, púlpito ou exortação, pregasse contra ou tentasse persuadir qualquer cidadão civil a uma defesa contrária aos atos de liberdade do povo.

Para evitar esta prática por parte dos sacerdotes, homens comungados à ideia da Conjuração assistiam aos rituais realizados pela igreja e, caso o crime fosse vislumbrado, exigia-se que fosse punido com morte “[...] todo aquele e qualquer sacerdote que no pulpito, confecionario, exortação por qualquer forma, modo, maneira de persuadir aos ignorantes e fanaticos como com que for contrario a Liberdade e bem do Povo” (Biblioteca Virtual Consuelo Pondé, 1798, *sic*).

A divulgação de tais manuscritos resultou na imediata abertura de uma devassa⁹, a mando do governador da capitania, D. Fernando José de Portugal. Fruto de tal caça, comparando as letras dos delatados com os manuscritos espalhados pela cidade, foram

⁹ Devassa pode ser considerada uma espécie de processo judicial, de natureza criminal e com características inquisitórias, ou seja, sem oportunidades de defesa para os acusados. Sua prática foi permitida no Brasil até a promulgação do Código Criminal do Império, em 1830.

capturados, inicialmente, dois homens: Domingos da Silva Lisboa, mulato, escrevente e nascido em Portugal, e Luiz Gonzaga das Virgens, soldado de milícia (Teixeira, 2017).

Devido a essas prisões, reuniões às escondidas foram estabelecidas entre os adeptos da causa para planejarem a liberdade de Luiz Gonzaga das Virgens. Ficou acordado, então, reunião para o dia 25 no Campo do Dique Desterro. Os adeptos convocaram várias pessoas no intuito de inflamar ainda mais a concentração de pessoas a favor da causa. Entre os convidados estava José Raimundo Barata de Almeida, escrevente de cartório e irmão do médico Cipriano José Barata de Almeida.

Dentre os reunidos/convidados, havia delatores. Deu-se início, então, às perseguições. As prisões dos membros denunciados ocorreram até o início de 1799, totalizando 41 presos, dos quais 33 chegaram até o final das devassas. A figura monárquica, então, exigiu a mais severa punição para os culpados (Teixeira, 2017).

Dentre eles, quatro foram condenados à morte e executados em patíbulo na Praça da Piedade, no centro de Salvador: Lucas Dantas de Amorim Torres e Luís Gonzaga Virgens, soldados; Manuel Faustino Santos Lira e João de Deus do Nascimento, alfaiates. Seus corpos foram esquartejados e expostos em locais visíveis da cidade. Suas cabeças espetadas em praça pública. Outros sete foram condenados à morte e lançados na costa ocidental da África. Aos demais, suas penas variaram entre o degredo e a prisão temporária.

Este aparato inicial, com marcas de resistência de um corpo social e a descrição de fatalidades remontando à Inconfidência Baiana e sua reconstrução histórica, foi necessário para chegar à pena dada ao senhor José Raimundo Barata de Almeida, irmão do médico Cipriano José Barata de Almeida.

Por mais que José Raimundo não tenha ocupado um lugar de destaque ou liderança durante os fatos ocorridos, sua existência, para esta investigação, se configura como uma materialidade necessária de ser apresentada. Durante as leituras, em específico na cópia do termo de prisão do réu, encontra-se descrita a seguinte narrativa:

[...] he solteiro se ocupava em escrever tem idade trinta annos, nunca teve ordens nem beneficio ecclesiastico, e he sujeito a Jurisdicção Real. Dou fé ser homem branco, e bastantemente claro, de baixa estatura seco do corpo, tem a cabeça redonda, e examinando-a lhe não achei coroa ou sinal della, e sim o canello, que he louro, crescido por igual, tem orelhas pequenas, rosto comprido testa alta, olhos pardos e pequenos sobranceiras finas naris afilado, boca pequena labios finos, e pouca barba, **he bastantemente surdo** (Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro, 1922a, p. 159, *sic*, grifos próprios).

O termo de prisão ainda condenava José Raimundo Barata de Almeida ao exílio de três anos na atual Ilha de Fernando de Noronha, mencionando o motivo “[...] por ter a punível condescendência de dar ouvidos as loucas ideias do co-reo Manoel Faustino” (Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio De Janeiro, 1922b, p. 390, *sic*).

Por seu delito ser considerado das mais leves imputações, José Raimundo teve sua pena proporcional, em uma tentativa de coibi-lo voltar a “dar ouvidos” a vãs e inconfidentes traições. A experiência do interrogatório ainda registrou a possível inocência de José Raimundo por entender que, em grandes delitos, os verdadeiros culpados sempre costumam envolver inocentes na esperança de se evadirem e confundirem as averiguações.

O supramencionado termo de prisão ainda aponta que interrogar o réu se converteu em um ato dificultoso, pois ele “he tão surdo, q. com m.ta dificuldade percebe o que se lhe diz, e fala em voz alta; e por isso incapaz p.a conventiculos e cabalas secretas” (Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro, 1922b, p. 391, *sic*).

José Raimundo Barata de Almeida, filho do tenente Raimundo Nunes Barata, era um sujeito surdo, negociante mascate que vivia de comércio. Quando suas negociações não obtiveram sucesso, motivo que o levou de volta a Salvador vindo do Rio Grande do Sul, passou a trabalhar como escrevente no cartório de seu irmão, o tabelião Joaquim José Barata de Almeida (Tavares, 2016).

Percebe-se que José Raimundo provinha de uma família abastada: filho de tenente, irmão de um tabelião e de um médico que também era jornalista e político (Cipriano José Barata de Almeida). A aparência caucasiana de José Raimundo, seus cabelos louros, olhos pardos e lábios finos associados a uma família opulenta, ainda assim o tornara um mascate que, posteriormente, regressou ao seio familiar para atuar como escrevente no cartório de seu irmão.

Sua surdez, conforme os relatórios apresentados nos *Anais da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro* (1922b), era causadora da dificuldade de perceber o que se lhe dizia e sua fala, por sair sempre em voz alta, quase gritada, podem ser consideradas manifestações da diferença que o alocam em uma profissão desvalorizada, se comparada aos demais homens de sua família.

Ironicamente, a forma como os documentos retratam sua condição me traz à mente a obra teatral do sapateiro surdo. O diálogo confuso estabelecido entre os inquisidores e o réu, por serem suas respostas sempre dificultosas de entendimento, confere-lhe caráter de incapacidade para cabalas secretas, assim como as respostas do sapateiro surdo são sempre consideradas desconexas da realidade questionada.

A profissão de mascate e de sapateiro podem, até mesmo, confundirem-se quando se pensa em quais corpos estariam ganhando a vida com tais ofícios. A invenção da peça teatral e

da representação do sapateiro surdo só poderia ser possível de materializar-se no imaginário social desta época mediante a uma existência, uma experiência qualitativa anterior que tornou possível construir tal ficção.

Duas diferenças, entretanto, podem ser registradas entre José Raimundo e o sapateiro surdo, a saber: 1) materialidade das características humanas: tais características são negadas ao sapateiro. Seu adjetivo será sempre “surdo”. Jamais terá um nome ou qualidades. Não terá descrições físicas. Não é possível imaginar ou ficcionar os traços do sapateiro. Sabe-se, apenas, que é surdo. Causará risos pelas respostas ilógicas e incoerentes e ocupará na história, no imaginário da surdez, um lugar visto por intermédio do escárnio. Diferentemente, José Raimundo, apesar de dividir com o sapateiro as mesmas sensações causadas pelas respostas incongruentes, possui materialidade distinta: sabe-se que é um homem branco; bastante claro; magro e baixo; com cabeça redonda; pelos louros; orelhas pequenas; rosto comprido; olhos pardos e sobrancelhas finas; nariz afilado e pequenos lábios.

A segunda diferenciação aparece acerca das: 2) condições de posses em sociedade: enquanto o sapateiro mente ser rico, gentil, bem criado como o rei e vir de uma família de pais honrados, José Raimundo realmente vem de uma estrutura familiar instruída e útil para a sociedade *braziliense*. É filho de tenente, irmão de um tabelião e de um médico que também atua como jornalista e político.

Suas qualificações físicas e familiares deveriam colocá-lo entre as profissões destinadas ao maior prestígio social. Entretanto, mesmo sendo um *homem branco, e bastantemente claro*, de traços finos e europeus, vindo de família abastada, é o único de seu seio familiar que, atuando como mascate, não conseguiu sobreviver e atuar de forma frutífera para a sociedade, regressando à casa dos pais e trabalhando com seu irmão como escrevente.

Percebo que a marca que aloca José Raimundo fora da norma da utilidade oitocentista é a surdez. A profissão de mascate e sapateiro, seguindo as materialidades discursivas registradas nas gazetas, são dadas como ofícios a corpos escravizados. Entre as profissões levantadas para estes sujeitos também estão: serrador, fundidor de tipos, servente, entre outros trabalhos braçais considerados pelo saber da época, subalternos.

A partir da narrativa descritiva acerca da existência de José Raimundo Barata de Almeida, meus olhos passaram a se voltar para as fechaduras do passado, afim de *enxergar antigamente* juntamente a outras vidas surdas que existem dentre as páginas da história. Estas possibilidades são narradas nos tópicos seguintes, onde busco entender como os saberes do campo legislativo a respeito da surdez podem auxiliar a pensar as condições de vida e de condutas surdas.

3.3 O SISTEMA DE PREFERÊNCIA DE SERVIÇOS: A LÓGICA DO MERECEMENTO E DA CAPACIDADE

Aqui, inicialmente, preciso lembrar alguns saberes já inscritos no imaginário da sociedade *braziliense* da primeira metade do século XIX, a saber: a instauração de uma norma acerca da instrução e da utilidade para o seu país de nascimento e, por conseguinte, também por sua gente e por seu imperador.

A utilidade do sujeito poderia ser “medida” de acordo com seu nível de instrução; suas habilidades com a palavra; clareza de dicção; uso do estilo popular da língua e de suas obras em prol do país, administrando seus conhecimentos de forma física, moral ou educacional; gracejando suas luzes por intermédio de seus exemplos de prosperidade.

Tais elementos, amparados pelos saberes e imaginários que percorrem o senso comum do povo *braziliense*, se encontram sustentados, também, no dispositivo legislativo, funcionando como outra potente maquinaria produtora de normas, transmitindo ao povo condições de possibilidades de se narrarem, conduzirem, olharem a si mesmos e julgarem-se mediante tais produções.

Dito de outra forma, esta maquinaria produtora de comportamentos desejáveis, apoiada nas potências jurídicas, passa a encontrar novas formas de atuar sobre o organismo que se deseja normalizar e expor “[...] o corpo humano asfixiado pelos nós do poder - preso em sentimentos e valores próprios e, acima de tudo, fruto de todas as relações de aprisionamento da sociedade” (Osório, 2010, p. 97).

Para aqueles sujeitos correspondentes a tais expectativas (princípio da norma do cidadão adequado e esperado pela sociedade *braziliense*) agora lhes serão acrescidos novos saberes produzidos pelo recorte legislativo. A leitura dos documentos que versam sobre tal campo preconiza algumas novas qualidades, a saber: *merecimento e capacidade*.

A questão inicial pautada na utilidade, princípio da fabricação do sujeito da norma que será reconhecida e aceita como espécie de lógica modular, neste campo, é absorvida e integrada a novas características que se manifestam por intermédio de um raciocínio de *preferência de serviços*.

Por “preferência de serviços” quero dizer que, para a atuação de um membro da sociedade *braziliense* em órgãos governamentais, como Assembleia, Câmara, Senado e outros, havia uma hierarquia a ser seguida, e seu primeiro critério era baseado em merecimento e capacidade.

As bases constitucionais afirmavam que todos os cidadãos, por lei, possuíam direito a empregos públicos. Entretanto, estes seriam concedidos, preferencialmente, para aqueles com mais virtude e talento, ou seja, será preferível o corpo que apresentar e obtiver o maior merecimento¹⁰.

O merecimento, neste sentido, possuía relação direta com serviços já prestados à nação, como atuação anterior em outros órgãos, juntas, companhias – regularmente documentadas –, formação em academias, comércio e outras especialidades, além de possuir as marcas já pontuadas do que seria o sujeito padrão para este período: estilo de fala e escrita popular correta, com costumes e subordinação aos superiores, entre outras características levadas em consideração:

Além de escrever elegante, desembaraçada, e correctamente he mister que tenha costumes, e seja affavel e cortes para com as partes, subordinado, e prompto ao mando dos seus superiores. [...] são bases Constitucionaes: 1.º que todo o cidadão tem direito aos empregos publicos; 2.º que he preferível aquelle que mais merecimento tem (Diario da Assembleia Geral, Constituinte, e Legislativa do Imperio do Brasil, 1823a, p. 620-621, *sic*).

Neste ínterim, além do merecimento, dentro da lógica proposta pelos saberes legislativos, por *capacidade* entendia-se, por exemplo, que os cavalheiros que alegassem ser pai de família, porém sem os merecimentos comprovados (serviços prestados anteriormente ao país), não eram desprezados. Sua capacidade como pai de família entrava no *rol* de virtudes para os saberes legislativos.

Desta forma, a lógica da capacidade aduzia que, mesmo sem comprovação documental de suas ações em prol da pátria, ser pai de família requeria certa aptidão. Dentro da hierarquia, esses pais eram preferíveis em relação a homens solteiros e sem obras para a nação. Ser pai de família constituía-se, então, como uma característica que demonstrava a utilidade e idoneidade do sujeito. Criar e manter um lar, educar seus filhos para servirem aos preceitos da madre terra que os sustém, qualifica-o para ocupar os cargos “rendosos” em detrimento de jovens que, sem construção de laços familiares, ainda não puderam, efetivamente, mostrarem-se úteis ao sistema governamental.

Pensar a materialidade da surdez dentro deste campo exprime algumas possibilidades de diálogos com José Raimundo Barata de Almeida e sua trajetória. A perspectiva de existência de vidas surdas neste recorte precisava passar pelo crivo da utilidade e do patriotismo, mas

¹⁰ Art. 179. § XIV. “Todo o cidadão pode ser admittido aos Cargos Publicos Civis, Politicos, ou Militares, sem outra diferença, que não seja dos seus talentos, e virtudes” (Brasil, 1824, *sic*).

agora deveria passar, também, pelo merecimento e capacidade. Termos que estavam para além das mãos de José Raimundo fazer tornar uma realidade e se adequar a este sistema.

Como não infringir tais regras sociais em sua diferença? José Raimundo não pôde seguir a profissão de seu pai ou de seus irmãos; ao contrário, saiu mundo afora como caixeiro, regressando ao seio familiar para viver como escrivão na repartição de seu irmão. Ocupar espaços requeria, antes, mostrar capacidade e merecimento para ali estar, e a materialidade da surdez era considerada um impedimento.

Observemos o recorte abaixo extraído dos *Annaes do Parlamento Brasileiro*, do ano de 1833, onde é retratado o pedido de um servidor da Casa da Moeda, João Antônio da Silva Leitão que, se encontrando enfermo e próximo da morte, recorreu à corte, implorando em prol de sua esposa e de seu filho:

De João Antonio da Silva Leitão, 1º cunhador da casa da moeda desta côrte, representando que serve há 46 annos, sendo 11 destes sem percepção de emolimento algum, e achando-se hoje com 65 annos de idade, cheio de moléstias, onerado de família e um filho mudo e surdo, e ele próximo á sepultura sem ter nada a deixar á sua pobre família por viver de seu triste ordenado de 1\$ por dia, vem suplicar á esta augusta câmara, que em remuneração dos seus serviços e de seu pai José Alberto da Silva Leitão, que sérvio por muitos annos na mesma casa da moeda, se lhes faça a graça de continuar sua mulher e o seu filho mudo a receberem depois de sua morte o mesmo ordenado que ora percebe. A comissão observa que pelo art. 102 § 11 da constituição, é ao governo á quem compete semelhantes graças, portanto deve o suplicante requerer ao mesmo governo (*Annaes do Parlamento Brasileiro*, 1833, p. 303, *sic*).

O caso de João Antônio deixa claro a questão da *capacidade* como requisito para atuar na sociedade *braziliense*. Sua profissão, cunhador de moedas, que foi passada de geração em geração, constituía-se em uma força de trabalho que, entretanto, ele não poderia ensinar a seu filho *mudo e surdo*. Estava quebrada a tradição familiar por seu filho ser considerado “incapacitado” para atuar de forma útil neste corpo social de sua época.

A instauração da norma da capacidade excluiu a possibilidade de que seu primogênito pudesse desenvolver a mesma atividade que as duas primeiras gerações dos homens “uteis” de sua família na Casa da Moeda da corte imperial. Entretanto, temendo a morte próxima e o desamparo de sua esposa, João Antônio recorreu à mesma corte onde sua família prestou serviços. Seu medo partiu do conhecimento de que seu filho não poderia galgar espaço para exercer atividade de forma remunerada. Logo, sua esposa e prole estariam fadadas a uma vida miserável.

Este caso, assim como o de José Raimundo, aponta algumas dimensões e compreensões dos espaços e das possibilidades de vidas surdas. Na seção anterior, percebemos que a surdez

estava encerrada como uma moléstia. Aqui, é negada a condição de subsistência a estes sujeitos por meio do trabalho, assim como aos “vadios” e “sem lar”, aos “coxos” e toda a marca da diferença visível.

Dentro de tal contexto, nos tópicos seguintes, desejo pontuar outras possibilidades de existências surdas materializadas nos arquivos e extraídas dos documentos analisados, que conseguiram furar esta bolha social e que, efetivamente, ocuparam espaços públicos dentro deste recorte: os casos do taquígrafo e do senador surdo.

3.4 O TAQUÍGRAFO SURDO: JOÃO CAETANO DE ALMEIDA E SILVA

A taquigrafia, arte milenar que remonta ao ano 70 a. C., pode ser considerada uma forma de escrita por base em códigos fonéticos, ou seja, em que cada símbolo taquigráfico geralmente retirado da geometria (retas, círculos, semicírculos, etc.) representa determinado som, servindo para a elaboração de registros simultâneos e de grande rapidez de discursos orais como palestras, aulas, sessões parlamentares e jurídicas, entre outras (Pontes; Alves, 2012).

No Brasil, a arte da taquigrafia foi introduzida no reinado de D. Pedro I, em meados de 1822, com a finalidade de registrar as atividades que seriam realizadas no ano seguinte com a abertura dos exercícios da Assembleia Constituinte, inaugurada em 1823. A introdução dessa arte se deve ao brasileiro José Bonifácio de Andrade e Silva:

Portaria instituindo a Aula de Tachigraphia - Manda Sua Alteza Real o Príncipe Regente pela Secretaria de Estado dos Negócios Exteriores participar ao Oficial Maior Simeão Estellita Gomes, que o mesmo Augusto Senhor, Houve por bem encarregar ao Oficial da mesma Secretaria Isidoro da Costa Oliveira Junior, de reger temporariamente uma Aula de Tachigraphia, que mandou abrir; não devendo por isto ser extranhada a falta de sua residência na Secretaria, se faça á mencionada Aula de Tachigraphia os fornecimentos rigorosamente indispensáveis ao seu expediente. Paço, 16 de agosto de 1822. (a) José Bonifácio A. Silva (Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores, 1822, *sic*).

José Bonifácio foi encarregado de dar providências para a execução das aulas de taquigrafia, que foram realizadas sob a orientação do lente Isidoro da Costa Oliveira Junior. Para garantir a assiduidade dos alunos, o imperador concedeu diárias de duas patacas para que cada um dos estudantes que se dedicassem a essa arte pudesse aprender e desempenhar tais ofícios. Desta forma, oito foram os primeiros profissionais de taquigrafia em solo *braziliense*, a saber: Possidônio Antônio Alves; João Caetano de Almeida e Silva; Pedro Affonso de Carvalho; Manoel José Pereira da Silva; João Estevão da Cruz; José Gonçalves da Silva; Victorino Ribeiro de Oliveira e Silva; e Justiniano Maria dos Santos (Pontes; Alves, 2012).

Assim que as atividades da Assembleia Constituinte se iniciaram, os oito taquígrafos formados, discentes de Isidoro (com menos de dez meses entre a formação e a abertura da assembleia) passaram a ocupar seus cargos públicos registrando as falas ocorridas durante as sessões da assembleia para produzirem e publicizarem o *Diario da Assembleia Geral, Constituinte, e Legislativa do Imperio do Brasil*.

João Caetano, então, em julho de 1823, elaborou um requerimento alegando que os taquígrafos empossados não estavam conseguindo realizar suas atribuições devido ao fato de que “[...] não he possível decifrar-se e copiar-se o trabalho de uma Sessão no curto espaço de um dia, vindo por consequencia a ficar muito trabalho atrasado (*Diario da Assembleia Geral, Constituinte, e Legislativa do Imperio do Brasil, 1823b, 372, sic*).

Encontrada esta fragilidade, João Caetano solicitou a criação de um novo turno de taquígrafos na assembleia para conseguirem melhorar o desempenho das funções. Assim, o caso foi analisado e as fragilidades dos taquígrafos – erros de informação, falhas nas notas pelos profissionais por não possuírem conhecimento político, entre outros – foram debatidas pelos integrantes da assembleia, e o pedido foi reprovado.

Entretanto, devido à necessidade de que as publicações atrasadas do diário da assembleia fossem organizadas com certa urgência, chegaram à proposta de que deveria ser indicada pela comissão outro meio de remediar os atrasos das edições do diário e, em setembro de 1824, foi publicada a portaria que encarregava João Caetano e Pedro Affonso de Carvalho como “Lentes de Taquigrafia”, com o ofício de ensinar as lições aprendidas, gratuitamente, para aqueles que desejassem conhecer e que quisessem ser empregados em trabalhos futuros da assembleia.

João Caetano e Pedro Affonso passaram a se destacar na taquigrafia, sendo reconhecidos como “peritos nesta arte”. Durante o ano de 1826 os senadores debatiam um regimento interno para amparar e estruturar o setor dos taquígrafos e da redação dos diários, incluindo o lugar onde poderiam ficar durante as sessões, pois João Caetano e Victorino Ribeiro de Oliveira e Silva encaminharam uma representação dizendo que não conseguiam ouvir os debates entre os senadores do lugar onde ficavam e, por este motivo, não conseguiam taquigrafar para compor as edições do diário.

No ano de 1827, o ponto de frequência de João Caetano começou a ser preenchido da seguinte forma: “não compareceu por enfermo” (*Imperio do Brasil: Diario Fluminense, 1827, p. 407*). Pelo fato de o servidor estar à frente dos taquígrafos, sua ausência atrasou ainda mais a publicação dos diários que estavam sendo produzidos ainda relativos ao ano anterior.

Assim, a resolução e a indicação encontrada pelos membros e representantes da câmara dos senadores foi alocá-lo para trabalhar em meio a vacância das sessões oficiais da Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça e Eclesiásticos, para atuar diretamente na redação do referido diário.

A Câmara dos Senadores do Império, em junho de 1827, levou a pauta de João para discussão. Neste debate, foi pontuado acerca de sua doença, sua formação, se o Estado havia gasto para formá-lo enquanto taquígrafo, e outros sintomas pertinentes para o conhecimento da real motivação e recusa do servidor em ir trabalhar. Entre as falas registradas, destaco as seguintes:

O Sr. *Borges*: - [...] a nação não havia alimentado este homem para que não viesse agora trabalhar, e que por consequência não lhe era licito desonerar-se, quando quizesse, deste trabalho. Que a nação sustentou este homem não só para se aperfeiçoar, mas também para ensinar, he huma verdade.

O Sr. *Marquez de Caravellas*: - A nação não gastou com este: elle se apresentou ao Governo dizendo que sabia Tachigraphia, e então foi nomeado Mestre dos Tachigraphos, no tempo da Assembléa Constituinte, e tem dado alguns discipulos. [...] Além disso vamos que o obrigão; elle diz que não ouve, e está acabado o negócio, porque **Tachigrapho surdo não sei para que possa servir**.

O Sr. *Borges*: - O Nobre Senador está enganado. Este homem teve Mestre de Tachigraphia estabelecido pelo Governo, que foi Isidoro da Costa e Oliveira, Official da Secretaria d'Estado dos Negócios Estrangeiros, o qual ensinou os Tachigraphos que trabalharão na Assembléa passada, e em cujo numero tambem este entrava (Diario da Camara dos Senadores do Imperio do Brasil, 1827, p. 221-222, *sic*, itálico original, grifos próprios).

As falas acima transcritas demonstram a efetivação de alguns modos da população da primeira metade do século XIX. Uma prática comum era que o império arcasse com a formação de alguns sujeitos para que pudessem aprender determinados ofícios escassos no país e úteis para o seu desenvolvimento. Esta será uma prática comum, também, na formação da medicina em solo *braziliense*.

É esse costume que faz o Sr. Borges questionar se por acaso a nação havia alimentado a formação desse sujeito. Em caso afirmativo não poderia ele, agora, desonerar-se do contrato firmado com o país: deveria ser útil baseado na instrução que recebera pelo benefício ofertado pelo Governo. João Caetano servia como Lente e Mestre dos taquígrafos na assembleia. Por suas faltas nas sessões, estava sem proventos, recebendo somente pela função de formador de taquígrafos. A moléstia que lhe alcançou e que o fez parar de frequentar as sessões foi a surdez, conforme pontuado no relato do Sr. Marquês de Caravelas: “*Tachigrapho surdo não sei para que possa servir*”.

A surdez, encarada como uma moléstia, assim como a inconfidência, retirava do sujeito a função da utilidade, capacidade e merecimento que o campo legislativo exigia. Dessa forma, não mais adiantava João Caetano ser reconhecido como perito na arte da taquigrafia e ter merecimentos para ocupar este espaço: sua *capacidade* estava em xeque por não haver mais aptidão em si a partir da inscrição da surdez. Somente corpos considerados patriotas, capacitados, úteis e com merecimento poderiam preencher esses espaços.

Isto posto, João Caetano, que poderia continuar com a função de transcrever os códigos taquigrafados para a redação do diário, ou assumir a frente do processo de correção ortográfica e, ainda, revisão dos manuscritos, apurando as notas, riscando repetições, vícios de palavras, concordâncias gramaticais, entre tantas outras ações, não pudera obter uma readaptação por seu corpo ser considerado inutilizado.

Assim como o caso de João Caetano, no tópico seguinte, trago o cenário onde o Senador Estevão José Carneiro da Cunha esteve envolto pelos saberes e poderes de seu tempo e as possibilidades que lhe foram possíveis enquanto um corpo surdo lidando com os costumes da primeira metade do século XIX.

3.5 O SENADOR SURDO: ESTEVÃO JOSÉ CARNEIRO DA CUNHA (1762-1832)¹¹

Nos trabalhos da Câmara dos Senadores, na sessão de 21 de junho de 1826, sob a presidência do Sr. Visconde de St. Amaro, abriu-se as funções do dia com a leitura da ata referente às discussões antecedentes pelo senhor secretário que, após aprovada pelos presentes, deu lugar ao seguinte parecer, lido por Visconde de Baependy:

A Comissão de Poderes, examinando o Diploma, que apresentou o Sr. Senador *Estevão José Carneiro da Cunha*, o achou legal. Paço do Senado, 21 de junho de 1826. - *Visconde de Baependy*. - *João Antonio Rodrigues de Carvalho*. Sendo aprovado o Parecer, e achando-se fora o Sr. *Carneiro de Cunha*, o Sr. Presidente o mandou receber na forma do costume, e introduzir na Salla, onde, prestado o juramento, tomou assento (Diario da Camara dos Senadores do Imperio do Brasil, 1826, p. 267).

Dentro dos recortes analisados, este foi o primeiro registro encontrado acerca de Estevão José Carneiro da Cunha, militar, nascido em Recife e ocupante do cargo de Senador no Império Brasileiro, de 1826 a 1832. Como de costume, os diplomas dos Senadores, para a posse de seu

¹¹ “Era oficial do exército. Participou da Revolução de 1817 de Pernambuco. Foi liberal, inicialmente votou contra a vitaliciedade do Senado. Foi o primeiro a se manifestar, no Senado, quando da abdicação de D. Pedro I, que se desse conhecimento da mesma ao Império, e às nações estrangeiras e que se nomeasse uma regência imediatamente” (Brasil, 1986, p. 707).

assento, precisavam passar por uma comissão específica de cinco integrantes para examinar a procedência e determinar sua validade.

Após a análise do diploma de Estevão José, o parecer foi lido para toda a câmara dos senadores e, prestando juramento, pôde tomar assento pelo estado da Paraíba. O senador, então, atuou de 1826 a 1827, e encaminhou, em maio de 1828, um ofício comunicando que “[...] por motivo de moléstia deixa de comparecer na presente Sessão” (Diário da Camara dos Senadores do Imperio do Brasil, 1828a, p. 39). A mensagem de moléstia, inicialmente não declarada, é exposta na sessão de 28 de maio:

A Commissão de Constituição vio a participação que faz o Senador *Estevão José Carneiro da Cunha*, de como por molestia não pode comparecer este anno; e entende que a ella se deve todo Credito.

He pois de parecer que se lhe accuse simplesmente o recebimento da sua participação, sem se lhe fallar na necessidade da sua presença, porque tendo a inhabilidade de perpetua surdez, he um Membro completamente inutil, como ja o Senado reconheceu, não o contando como presente na votação, ou antes he verdadeiramente hum Lugar vago. Paço do Senado 28 de maio de 1828. - *Marquez de Queluz* - *Marquez de Maricá* - *Marquez de S. Amaro* - *Marquez de Caravellas* - *Marquez de Inhambupe* (Diário da Camara dos Senadores do Imperio do Brasil, 1828b, p. 96, *sic*).

O caso de Estevão José fora levado para discussão na Câmara dos Senadores durante a sessão do dia 2 de junho de 1828. Para dar sequência a esta discussão, inicialmente, elegi alguns possíveis recortes e falas dos Senhores Paranaguá, Borges e Caravelas para suplantar e trazer a materialidade da discussão realizada:

O Sr. *Marquez de Paranaguá*: - Penso, Sr. Presidente, que o Parecer da Commissão he muito bem fundado. Esse Senador acha-se com impedimento, ou impossibilidade tal, que não pode preencher as funções a que he obrigado como Membro desta Camara. Elle aqui assistio ás Sessões passadas, mas não podia ouvir a discussão, nem votava: era hum ente inteiramente nullo: portanto para que ha de elle aqui vir, se não está nas circunstancias de poder ser Senador? Voto pois pelo Parecer da Commissão.

O Sr. *Borges*: Não contrario a opinião do Illustre Peropinante, quanto ao não ser chamado este Senador; não me conformo contudo com a proposição que emittio, em quanto diz que elle não está nas circunstancias de ser Senador. Supponhamos que hum Senador, depois de ter sido nomeado, e haver tomado assento nesta Camara, adquire huma molestia pela qual se torna surdo: ha de ser excluido este homem? Não: no mesmo caso pois está este de que se trata. Supponhamos tambem que a molestia do Senador de que estamos tratando he curavel, e que elle adquire o ouvir, que arbitrio tomaria o Senado no caso de ter sido excluido? Isto não he impossivel, porque nós ainda não temos documentos que digão que a sua queixa he absolutamente incuravel: portanto, conformando-me com o Nobre Preopinante quanto ao não ser chamado este Senador, não concordo todavia com o mais que expendeo.

O Sr. *Marquez de Caravellas*: - Huma coisa he uma molestia accidental, da qual pode haver esperança de restabelecimento; outra coisa he huma molestia habitual, de que nunca se pode esperar tal restabelecimento. Este Senador ja era surdo antes da sua nomeação, e por consequencia não está no mesmo caso daquelle que he nomeado, e

depois se impossibilita. Se acaso neste Senado não houvesse discussão, e cada hum de nós desse o seu voto por escripto, poderia servir; porem da maneira por que as coisas estão reguladas, não. Alem disto. S. M. I. nomeou-o; mas na Lista em que o Povo o tinha elegido, não se declara este impedimento, que muito bem se sabe existir ja no tempo dessa eleição, que por este motivo se pode reputar nulla, visto não haver recahido em pessoa apta: voto portanto pelo Parecer da Commissão (Diario da Camara dos Senadores do Imperio do Brasil, 1828c, p. 119, *sic*).

Estevão José provinha da importante família *Carneiro da Cunha*. Filho legítimo do sargento-mór João Carneiro da Cunha. Sua história de contribuição, merecimento e utilidade para a sociedade de seu tempo era larga em feitos e conquistas. Em 1801 já era o 2º tenente no regimento de artilharia da guarnição de Recife.

Em 1808 fora elevado a capitão, promovido a sargento-mór efetivo e com graduação de tenente coronel comandante do batalhão de infantaria pela província da Paraíba, sendo que, como reconhecimento de suas ações em prol da pátria, já havia recebido “[...] como galardão dos seus serviços o habito da ordem militar de S. Bento de Aviz” (Publicações do Archivo Nacional, 1925, p. 44, *sic*). Acerca dos adjetivos e honrarias concedidas à Carneiro da Cunha, segue o trecho abaixo:

Estevão José Carneiro da Cunha, prestou também imensos serviços no período das lutas constitucionaes da independencia na provincia da Parahyba, a qual reconhecida e grata por tantos titulos, o elegeu deputado, e na primeira eleição para a organização do Senado incluiu o seu nome na lista dos senadores apresentados á corôa, **merecendo elle ser escolhido** por Carta Imperial de 22 de Janeiro de 1826. **Homem de merecimento e de prestígio, patriota distincto, militar brioso**, Estevão José Carneiro da Cunha illustrou o seu nome entre os parahybanos. Senador do Imperio, brigadeiro, distinguido por outros titulos e condecorações [...] (Publicações do Archivo Nacional, 1925, p. 45, *sic*, grifos próprios).

Pelos adjetivos dados a Estevão José, pode-se compreender que sua condição de vida estava dentro daquela considerada adequada para o sujeito padrão de seu tempo: era um homem com frutos úteis para a sociedade, patriota, defendendo a independência de seu país, lutando pela província da Paraíba, recebeu títulos, condecorações e honrarias.

Casado com uma estimada e digna senhora, de família com dotes e refinamento, Estevão José estava, portanto, apto pelo merecimento a galgar espaço como senador dentro de uma organização tão importante como a Câmara do Império do Brasil. Diante destes fatos, a discussão na sessão continuou:

O Sr. *Carneiro de Campos*: - Sr. Presidente, não posso convir no que tenho ouvido. Annuiria de certo ao que se tem ponderado, se na occasião em que se apresentou o Diploma deste Senador, se demonstrasse que elle estava ja surdo; mas não succedeeo assim. Verificou-se esse Diploma, julgou-se legal, não se apresentou obstaculo nenhum, o homem foi admittido, foi encarregado de funcções da Camara, foi nomeado

para Deputações, finalmente teve o exercicio de Senador, como he que esta Camara o pode agora excluir? [...] Fosse a Camara mais cautelosa na occasião em que verificou aquele Diploma, agora o mal não tem nenhum remedio.

O Sr. *Marquez de Caravellas*: - Sr. Presidente, eu não sei como he que a Comissão havia de saber, e declarar este impedimento, quando verificou o Diploma deste Senador. Apresentou-se aqui este homem, verificarão-se os seus Poderes, vio a Camara que estava legitimamente nomeado, chamou-o para tomar assento, como havia a Comissão de saber que elle era surdo? Somente por documento, porem nenhuns se apresentarão. O Imperador também o não sabia, e entre os da Lista que subio á Sua Presença, nomeou aquele. Isto foi hum engano: todos nós estamos sujeitos a enganar-nos; e a todo o tempo que o engano se conhece, deve emendar-se [...] **A Constituição não quer que se dem empregos a homens que tem incapacidade physica, como este**; e emprego de tal ordem, que até pode causar grande perigo; porque o Senado ás vezes rosolvia, sem estar verdadeiramente installado. Contavão-se vinte e seis Senadores, e havia Sessão, quando hum delles era nullo. He claro que este homem não está nas circunstancias de ser Senador; e se a Comissão de Poderes foi enganada, a esta Camara pertence agora remediar este engano (Diario da Camara dos Senadores do Imperio do Brasil, 1828c, p. 119, *sic*, itálico original, grifos próprios).

Ao realizar a leitura da Constituição de 1824, no título 2º sob o nome “*Dos Cidadãos Brasileiros*”, em seu art. 8 pontua-se que: “suspende-so o exercicio dos Direitos Políticos: I. Por incapacidade physica, ou moral. II. Por Sentença condemnatoria a prisão, ou degredo, emquanto durarem os seus effeitos” (Brasil, 1824, *sic*).

Desta forma, compreende-se que, para os saberes legislativos, as pessoas com incapacidades físicas estavam fora do esperado para as normas do merecimento e da capacidade. Logo, desconsideradas enquanto sujeitos de direitos políticos. Portanto, não poderiam exercer funções nas casas de leis do império.

Entretanto, na mesma Constituição, no capítulo III, art. 40, é dito que o Senado é composto por membros vitalícios, elegidos de acordo com as organizações provinciais (Brasil, 1824). Sendo assim, seguindo estes dois pontos elencados da legislação, do mesmo modo como não poderia ter ingressado como senador, agora Estevão não poderia, também, ser exonerado.

Voltando à sessão em que o caso de Estevão José Carneiro da Cunha esteve em discussão, surgiu nas argumentações dos senadores qual havia sido a compreensão acerca do conceito da “função” que um senador “apto” deveria desempenhar para ocupar um assento na Câmara do Império do Brasil. Segue abaixo alguns trechos seleccionados especificamente para abordar esses novos argumentos:

O Sr. *Borges*: - Não posso de maneira alguma annuir a esta resolução que se quer tomar agora. Logo que este Senador entrou, conhece-se que era surdo, poisque, para dar o juramento, foi preciso o Sr. Secretario repetir-lhe a formula ao ouvido em voz mui alta. Por que motivo pois se não tomou então similhante resolução, mas se deixou passar toda a primeira Sessão, e a segunda, para se vir agora com taes considerações? Então tinha isto lugar, porem agora de nenhum modo. Se o fizermos, a Camara não

pode deixar de ser taxada de nimiamente descuidada, poisque, conhecendo desde logo o impedimento do Senador, agora he que toma esta medida. Demais disso elle exercitou funcções de Senador, e se nunca votou, contudo exerceo todas as mais, foi em Deputações, fez numero para se abrirem as Sessões, e deo o seu voto para nomeações: portanto não subscrevo a que se diga que deve ser expulso, que pode continuar nas suas funcções.

O Sr. *Marquez de Paranaguá*: - Sr. Presidente, estou em que este homem não he, nem pode ser Senador. A Constituição diz: (Leo): Ora, se lhe falta esta qualidade, como he que havemos de reputar Senador? Se o considerarmos como Senador, então temos infringido a Constituição por outro lado [...]. Mas, não, Sr. Presidente: **a Camara conhece logo o impedimento deste homem, e devia immediatamente excluir-o**; teve porem contemplação com elle, esperança em que pediria a sua demissão, como alguém lhe tinha indicado; mas não a pediu até hoje: portanto he justo que se tome esta deliberação, pois não se ha de conservar aqui hum Membro que nem pode discutir, nem votar, que são as principaes funcções do Senador.

O Sr. *Marquez de Paranaguá*: - Ainda estou na mesma opinião, visto que não temos documentos authenticos do impedimento deste homem. [...] Elle foi feito Senador não só por eleição do Povo, mas tambem por escolha do Imperador; está na regra, o **seu Cargo he permanente, e não pode ser excluido**, tanto mais que elle exercitou funcções daquelle Cargo (Diario da Camara dos Senadores do Imperio do Brasil, 1828c, p. 120, *sic*, itálico original, grifos próprios).

O Sr. Borges, em seu momento de fala, pontuou firmemente que, desde o ingresso de Estevão no Senado, sabia-se que se tratava de um sujeito surdo pois, no momento de juramento para tomar assento, ele não foi capaz de ouvir os atos ritualísticos para pronunciar as palavras solenes, tendo um secretário que soprá-las em tom muito alto para, assim, conseguir repeti-las.

Entretanto, não concordando com a exoneração, o Sr. Borges afirmou que, ainda com a surdez, Estevão exerceu suas funcções de Senador; mesmo não votando, estava presente nas deputações; somou em quantidade para que as sessões pudessem ser abertas; foi assíduo em nomeações. Portanto, cumpriu a função que lhe foi entregue.

Já para o Marquês de Paranaguá, em oposição ao Sr. Borges, Estevão não cumpriu as incumbências do cargo constatando que, segundo a Constituição, lhe falta uma qualidade. Logo, caso se quisesse considerá-lo como tal, estaria infringindo a lei. Em seu discurso, o Marquês de Paranaguá pontuou que não foi feito nada anteriormente por haver tentado persuadir Estevão a exonerar-se.

Como não obtiveram sucesso em suas investidas para incentivar Estevão a pedir exoneração de seu cargo, haviam chegado a esse limite do embate acerca do que fazer com um senador surdo que, nulo para o sistema legislativo de sua época, não se deixou ser conduzido pelos conselhos de demitir-se de seu cargo.

Infiro neste ponto que, para os demais senadores da casa, a história de honrarias e galardões concedidas a Estevão pela sua bravura e patriotismo em defender a nação, juntamente com o renome e peso que a família Carneiro da Cunha carregava nos arredores do império,

causavam certo constrangimento de o excluir ou de impedi-lo de tomar assento no momento do juramento.

A tentativa de persuadi-lo a exonerar-se corrobora com este pensamento, pois assim não recairia à câmara ter de excluir um membro com tantas ações úteis e honradas para o país e, de um outro modo, permitiria a ela ter novamente cinquenta membros úteis e proveitosos para as sessões do que quarenta e nove nessas qualidades e um único inteiramente inábil e supervacâneo. Destarte, segundo a Constituição de 1824, as qualificações para ser um senador eram as seguintes:

Art. 45. Para ser Senador requer-se: I. Que seja Cidadão Brasileiro, e que esteja no gozo dos seus Direitos Politicos. II. Que tenha de idade quarenta annos para cima. III. Que seja pessoa de saber, capacidade, e virtudes, com preferencia os que tivirem feito serviços á Patria. IV. Que tenha de rendimento annual por bens, industria, commercio, ou Empregos, a somma de oitocentos mil réis (Brasil, 1824, *sic*).

Ao levar em consideração o artigo 45 da Constituição de 1824 e aplicá-lo sobre o caso de Estevão José Carneiro da Cunha, este infringe ao primeiro item: ser brasileiro no gozo de seus direitos políticos, pois conforme a Constituição: “suspende-so o exercicio dos Direitos Políticos I. Por incapacidade physica, ou moral” (Brasil, 1824, *sic*); e, conforme visto até o presente momento, a surdez estava entre as proibições ou desqualificações do que viria a ser um cidadão de direitos políticos.

Estevão José ingressou no senado aos sessenta e quatro anos de idade. Portanto, cumpre a segunda exigência do que se espera de enquadro para exercer a função de senador: possuir mais que quarenta anos de idade. Já no terceiro quesito, existe outra restrição para o caso analisado, pois apesar de acumular serviços para a pátria, sendo pessoa de grande saber e merecimento, não possuía mais a virtude da *capacidade*.

A fala dos demais senadores durante a discussão da referida sessão concedeu a Estevão características que demarcavam sua impossibilidade, como: “um ente inteiramente nulo”; “não é recaído em pessoa apta”; “um membro que nem pode discutir, nem votar”; e a seguinte afirmação “este homem não está nas circunstâncias de ser Senador”, além de outros termos, como “defeito da natureza”.

Entretanto, mesmo ferindo os princípios necessários para a função, Estevão perfurou a bolha e alcançou o cargo de senador, como dito pelo Sr. Paranaguá: “Ele foi feito Senador não só por eleição do Povo, mas também por escolha do Imperador; está na regra, o seu cargo é permanente, e não pode ser excluído” (Diario da Camara dos Senadores do Imperio do Brasil, 1828c, p. 120, *sic*).

Após a conclusão dos debates, a câmara levou a discussão para uma segunda sessão, realizada no dia 6 de junho de 1828. Nela, chegou-se a um denominador comum e, aprovando o parecer apresentado no dia 28 de maio, mesmo com senadores de opiniões contrárias e a favor à expulsão de Estevão, foi a ata aprovada; entretanto, suprimindo os seguintes dizeres: “porque tendo a inabilidade de perpétua surdez, é um membro completamente inútil, como já o Senado reconheceu, não o contando como presente na votação, ou antes é verdadeiramente um Lugar vago” (Diario da Camara dos Senadores do Imperio do Brasil, 1828b, p. 96, *sic*).

A aprovação do parecer, suprimindo o trecho citado acima, permitia que Estevão não fosse obrigado a comparecer ao Senado, conforme segue a decisão tomada pelos membros da comissão: “[...] é pois de parecer que se lhe acuse simplesmente o recebimento da sua participação, sem se lhe falar na necessidade da sua presença” (Diario da Camara dos Senadores do Imperio do Brasil, 1828b, p. 96, *sic*).

Desta forma, Estevão manteve sua conexão com a Câmara dos Senadores, encaminhando officios justificando sua ausência até meados de 1830, momento em que foi requerido à proposição de uma forma de preencher a câmara com os cinquenta senadores quando tais infortúnios a longo prazo ocorressem, já que “[...] nem a lei se lembrou de prevenir as faltas” (Diario da Camara dos Senadores do Imperio do Brasil, 1830, p. 4).

Os senadores fizeram levantamento de casos anteriores para averiguar quais tratativas haviam feito. Entretanto, Estevão foi o primeiro surdo a ocupar este espaço em território brasileiro e, sem haver precedentes, decidiu-se dar sequência ao requerimento encaminhado pelo Marquês de Barbacena para encontrar uma alternativa para a “brecha” aberta na lei.

Neste mesmo ano, Estevão José informou ao senado que se encontrava adoentado e, em 1833, “o Sr. 1º Secretario declarou, que o Officio dirigido ao Sr. Estevão José Carneiro da Cunha, em consequencia da circular, havia regressado por haver fallecido o dito Sr. Senador” (Sessão Extraordinaria da Camara dos Snrs. Senadores, 1833, p. 4, p. 2-3, *sic*).

As possibilidades de vidas surdas encontradas nos saberes que regem o campo legislativo apontam que estes sujeitos não poderiam galgar espaços nas instituições nacionais, baseada na Constituição. Este marco regulatório não reconhecia os indivíduos surdos como sujeitos de direito político: portanto, corroborando os saberes dos imaginários literários da surdez, com o apoio dos preceitos da religião, e amparados pelos poderes constitucionais.

Os trabalhos destinados a surdos, na primeira metade do século XIX, podem ser considerados os mesmos concedidos aos corpos escravizados, como sapateiro, caixeiro, mascate, entre outros. Nos excertos analisados, relacionados ao taquígrafo e ao senador surdo,

que tiveram suas histórias interpeladas por esses saberes, ocuparam espaços públicos em um período em que eram considerados incapacitados, inúteis, inaptos e “defeituosos da natureza”.

Estes homens reais deixaram suas cicatrizes e registraram suas insígnias na história, apontando para suas concreticidades e contando suas trajetórias como formas de vidas surdas que estiveram materializadas em solo brasileiro antes da chegada de Huet, da criação do atual INES, e da invenção de uma educação de surdos em território nacional.

Na seção seguinte, em busca de outras possibilidades e normas oitocentistas para detectar as condutas e as relações em que sujeitos surdos puderam existir dentro do recorte pretendido, trato de narrar e descrever as possibilidades de construção da composição do campo de saber imperial.

SEÇÃO 4: COMPOSIÇÃO DO CAMPO DE SABER IMPERIAL: MARCAS SURDAS NA CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA DO *BRAZIL*

Para a composição deste campo de saber, imperial, caminhando em direção a um levantamento das normas sociais que conduzem às possibilidades de existências surdas, debruço-me sobre a monarquia para compreender como o poder de soberania, com o passar da história, de uma monarquia absolutista dá lugar para uma monarquia constitucional e como esta mudança abre o viés para a instalação dos quatro poderes: legislativo, executivo, judiciário e moderador (sendo este último emanado da figura do Rei).

As produções elegidas para este levantamento de normas sociais, neste campo de saber, apresentam-se da seguinte maneira: alocando os sujeitos deste recorte social dentro de uma congruência conhecida neste momento como *obediência passiva*, ou seja, uma “obediência de escravos”. Desta forma, a resistência passa, aqui, a ocupar um lugar de crime em oposição a esta nova virtude detectada.

A partir da detecção dessa organização social obediente em torno deste campo de saber imperial, aponto a importância do Poder Real para a dissolução dos três demais poderes, agindo de forma a manter a concentração da soberania e a dizimação de qualquer ameaça (leia-se desobediência ou resistência) ao trono e à coroa, considerados, agora, extensão de Deus sobre a Terra.

Nesse recorte, a figura do imperador é criada mitologicamente para ser confundida com os seres celestes, tendo seu poderio de governança sobre a corte por eles concedido. Sendo assim, a imagem desse rei, agora, será suplantada pela imagem de um pai, um pastor que conduz seu povo em meio ao caos da vida terrena.

Essa demarcação dos poderes reais, passíveis de serem acionados por intermédio do Poder moderador, nos levará ao advento da dissolução da primeira Assembleia Constituinte e Legislativa do Brasil, ocorrida no ano de 1823 e conhecida entre os pesquisadores e estudiosos do campo da história como “a noite da agonia”.

É dentro dessa representação que surge a figura de José Estêvão Grondona (1783-1850), um periodiqueiro surdo e estrangeiro (nascido na Sardenha, Itália) que, em sua luta patriótica em defesa do *Brazil*, publica e publiciza em sua gazeta *Sentinella da liberdade à beira do mar da Praia Grande* ações déspotas de reinóis contra o governo e suas necessidades.

4.1 A CONSTRUÇÃO DE UMA MONARQUIA CONSTITUCIONAL: VIVA À SUA MAJESTADE IMPERIAL!

*Latas são pessoas léxicas pobres porém concretas. [...]
E, se você jogar um objeto abstrato na terra por
motivos de traste, ninguém quer pegar.
Por isso eu acho as latas mais suficientes. [...]
Agora eu queria que os vermes iluminassem.
Que os trastes iluminassem.*

Manoel de Barros (2006).

Para a composição/invenção de um Campo de Saber Imperial e a possibilidade de extração de normas e condutas de vidas surdas dentro deste dispositivo, faz-se necessário uma breve recapitulação dos achados entre as seções anteriores para compreendermos o quanto as latas (leia-se indivíduos subalternizados) são realmente pessoas léxicas, porém, concretas.

O campo literário apresentou, presumivelmente, as normas da utilidade e do patriotismo do sujeito mediante suas contribuições para a nação, sua forma de falar ao estilo popular, suas obras e brio indiscutíveis. Um sujeito construído para estar alinhado/docilizado aos preceitos de seu país. Neste campo, os sujeitos surdos estavam encerrados como objeto de escárnio e zombaria, formas de condução/construção de imaginários da surdez.

Os saberes do campo legislativo acrescentaram novas normatividades: o merecimento e a capacidade. Dentre esses moldes, aqueles ditos surdos estavam proibidos de ocupar cargos públicos, desempenhar atividades remuneradas fixas e, como visto no pedido de João Antônio da Silva Leitão, cunhador da casa da moeda, em prol de seu filho surdo, estavam destinados a uma vida miserável por serem considerados seres “molestos” e “improdutivos”.

É por isso que Manoel aduz acreditar que as latas são mais suficientes. As latas, pessoas pobres, porém concretas, são o alvo da estima do autor, principalmente aquelas que viviam como mendigos, cozinheiras e poetas (Manoel, 2006). O cronista, “entendedor de miudezas”, continua a ensinar como *enxergar antigamente* e, por este fato, a primeira narrativa para a composição do campo imperial pauta-se em sua organização.

A abertura da seção anterior apresentou a Inconfidência Baiana (1798-1799) ocorrida ao final do século XVIII e suas características de *ochlocracia*, moléstia e suplícios. Estes

processos de exposição de corpos supliciados e espalhados pelas cidades como lembrete de suas traições são característica de uma Monarquia Absolutista.

Aos poucos, pela virada do século, estes suplícios passaram a ser dirimidos. Ou seja, a Monarquia Absolutista que, em síntese, poderia ser descrita como tendo o “direito de fazer morrer” ou de “deixar viver”, como dito por Michel Foucault, deriva “[...] formalmente da velha *patria potestas* que concedia ao pai de família romano o direito de ‘dispor’ da vida de seus filhos e de seus escravos; podia retirar-lhes a vida, já que a tinha ‘dado’” (Foucault, 2020b, p. 145, itálicos do autor).

Entende-se, desta forma, que na Monarquia Absolutista (ou despótica) o Estado é o próprio “príncipe” e a lei é a sua vontade. O cerne desta forma de governo é baseado em uma *obediência passiva*¹², tendo como sua força as táticas de punição e morte. Nestes sistemas “[...] não há rasão, nem consciencia nacional; a consciencia e a rasão politicas são só para o uso do poder” (A Aurora Fluminense: Jornal Politico e Litterario, 1827, p. 43, *sic*).

Este regime monárquico esteve vinculado a um direito de apreensão de posses, tempo e corpos que acionando devassas, executando em patíbulos, praças públicas e gerindo vidas, culminava em um apoderamento desta para suprimi-la, se necessário. Ou seja, sob “[...] a vontade do Soberano, nenhuma prescripção lhe resiste” (Correio Braziliense ou Armazem Literario, 1820c, p. 614, *sic*).

Foucault pontua na obra *História da Sexualidade I* a virada desta chave de pensamento que pondera o ato de poder “fazer morrer” para uma outra forma de mecânica de ação do poder que, aos poucos, passa a gerir a vida e o poder de “deixar viver”:

Ora, a partir da época clássica, o Ocidente conheceu uma transformação muito profunda desses mecanismos de poder. O “confisco” tendeu a não ser mais sua forma principal, mas somente uma peça, entre outras com funções de incitação, de reforço, de controle, de vigilância, de majoração e de organização das forças que lhe são submetidas: um poder destinado a produzir forças, a fazê-las crescer e a ordená-las mais do que a barrá-las, dobrá-las ou destruí-las. Com isso, o direito de morte tenderá a se deslocar ou, pelo menos, a se apoiar nas exigências de um poder que gere a vida e a se ordenar em função de seus reclamos. Essa morte, que se fundamentava no direito do soberano se defender ou pedir que o defendessem, vai aparecer como o simples reverso do direito do corpo social de garantir sua própria vida, mantê-la ou desenvolvê-la (Foucault, 2020b, p. 146-147).

¹² A *obediência passiva* é a primeira e mais importante virtude encontrada na Monarquia Absolutista e “[...] sem obediencia passiva, isto he obediencia de escravos, não pode entre elles haver salvaçãõ!” (O Campeão Portuguez, 1819c, p. 201, *sic*). Neste sentido, sendo a obediência passiva a primeira virtude, a resistência aparece como o primeiro e pior de todos os crimes.

Destarte, as leituras das fontes fizeram emergir pistas da organização imperial para a manutenção do império *brazileiro*. Inicialmente, o enunciado *Governo* aparece nas linhas documentais sendo entendido como “[...] uma força sempre subsistente que véla sobre os membros do corpo político, e que se pode deffinir a força, ou poder da sociedade destinado a obrigar aos seus membros a cumprir as promessas, e obrigações do pacto social” (O Analista, 1810, p. 2, *sic*).

Esse pacto ou contrato social, em todos os governos, incluindo os antigos e completamente absolutistas, é baseado em uma prática solene entre o Rei e seu povo. É a origem do que passou a ser conhecido como Monarquia. Esse ato é realizado no momento em que um soberano ascende ao trono, sendo aclamado como tal, e concede ao povo um juramento de guardar suas leis, liberdades e privilégios e, de igual forma, recebe um juramento por parte dos governados prometendo-lhe guardar o trono, obedecer-lhe às suas leis, liberdades e privilégios. O juramento por parte dos reis pode ser conferido a seguir:

Juramos e promettemos de, com a graça de nosso Senhor, vos reger, e governar bem, e vos administrar inteiramente justiça, quanto a humana permite; e de vos guardar vossos bons costumes, privilegios, graças, mercês, liberdades, e franquezas, que pelos Reis passados, nossos antecessores, foraõ dadas, outorgadas, e confirmadas (O Campeão Portuguez, 1819b, p. 120, *sic*).

Desta forma se estabelecia o pacto social. Um juramento solene do rei para com seu povo e *vice-versa*. Por consequência, os direitos da Coroa estavam diretamente atrelados aos direitos do povo “[...] porque sem povo não ha throno nem Coroa, quando pode haver e tem havido povo sem haver throno ou Coroa [...]” (O campeão Portuguez, 1819b, p. 112, *sic*).

A partir destes documentos lidos para a composição deste campo de saber, é possível dizer que o governo, para este período, carrega consigo uma característica de força/poder que deveria velar pelos membros da sociedade brasileira e que esta instituição possuía como objetivo primeiro conduzir seus constituintes a seguirem os pactos sociais.

Tais medidas não poderiam mais ser efetivadas por intermédio do medo, repressão e suplício. Os costumes das vidas presentes no século XVIII deveriam, de alguma forma, ser “pedagogizados” para serem preenchidos com um novo saber: não mais poderia haver a antiga liberdade concedida ao Rei para que pudesse roubar, vender ou doar seus vassallos, ou seja, atuar diretamente sobre a decisão de “fazer morrer”. Caso assim o fizesse, “[...] quebraria por esse acto o seu juramento, e cessaria immediatamente de ser Rei, porque elle tinha jurado de governar o povo, guardando-lhe suas leis, privilegios e liberdades, e não de o *vender, trocar, ou doar*, segundo suas conveniencias ou caprichos” (O Campeão Portuguez, 1819a, *sic*).

Dentro dessa vertente de transformação de uma Monarquia Absolutista ou despótica para uma Monarquia Constitucional (e hereditária), corroborando a esta mudança estratégica, uma das medidas imperiais foi a retirada da lista de crimes odiosos de serem cometidos pela nação àquela moléstia, sintoma da doença que consiste em ver traidores e traições por toda parte, a inconfidência:

[...] o Príncipe Regente Nosso Senhor tinha assignado muitos Decretos destes Perdões Geraes, e n'outras occaziões felizes que haviaõ dezafiado a Sua Real Clemencia; e em todos elles se acha exceptuado logo depois do crime de blasfêmia contra Deos e os seus Santos, este de Inconfidencia, que agora se ommitti no Decreto expedido da Côrte do Brazil. E a alteraçã de um estilo seguidamente observado, mostra indubitavelmente uma deliberada tençaõ, e um medittado proposito. [...] O lugar, que este delicto occupava n'esses anteriores Decretos, era o primeiro depois dos crimes commetidos directamente contra a Divindade: elle era desta sorte considerado, e justamente considerado como o mais grave de todos os que se perpetravaõ contra os homens. E hé logo este que se ommitte, tractando-se de referir os crimes graves, que não haõ de ser exceptuados em um perdaõ geral? (Correio Braziliense ou Armazem Literario, 1814a, p. 481, *sic*).

Considerado o pior crime de ser cometido por alguém, uma doença/moléstia, ficando atrás apenas da blasfêmia contra Deus e todos os seus santos, a inconfidência deixou de figurar entre a lista de crimes, e D. João VI, nas gazetas locais, passou a ser aclamado como uma figura comparada àquela de um pai, como a potestade que sempre ouve as vozes da nação – leia-se de seus filhos – e responde a todos os súditos e vassallos com clemência e misericórdia:

Tal havia sido e tal era o estado politico de Portugal, quando S. A. R. publicou o seu indulto de vinte e dois de Outubro de mil oitocentos e déz; e exceptuando n'elle os crimes graves, não quiz contar no numero d'elles a inconfidencia. O vosso soberano, oh Portuguezes! taõ distante como está de vós, conheceu a vossa enfermidade. [...] Ouvi as suas vozes; saõ ternas vozes de um pay que vos ama; saõ virtuosas e sabias vozes de um soberano, que tem o seu Augusto Trono sustentado pelas virtudes e pela sabedoria (Correio Braziliense ou Armazem Literario, 1814b, p. 635, *sic*).

A evocação da figura do Imperador como um pai, benigno e clemente, parte do entendimento de que o temor/medo com que se obriga os súditos a obedecer é menos eficaz do que a evocação de uma obediência voluntária. Essa seria a forma segura de conduzir a corte *brazileira*.

Surge, então, a primeira norma social possível de ser elencada neste campo de saber: a obediência. Esta norma, lida na Monarquia Absolutista como passiva, obediência de escravos, continua da mesma forma a figurar na Monarquia Constitucional; entretanto, agora não mais pela via do medo, mas sim pela benevolência imperial.

A mudança que vai figurar na história como diferenciadora entre as duas formas de monarquias recomendava não haver manifestações de violências, seja de força física imposta de homens ricos contra homens pobres, mas que houvesse prudência e moderação entre as partes, uma forma de intervir no apagamento dos costumes inveterados e escandalosos dos saberes passados (Correio Braziliense ou Armazem Literario, 1814b).

Em outros momentos, a feição do imperador era evocada e comparada àquelas de homens briosos da bíblia sagrada, como Josué que fez o movimento do sol e das luzes parar. A invocação de tais figuras auxiliou a dismantelar a construção do antigo soberano absolutista, implacável, arbitrário e despótico.

Para a manutenção desta invenção mítica e sublime onde a autoridade imperial provém de Deus, conforme narrações encontradas nas gazetas, alugaram-se escritores para que pudessem criar livros associando a imagem dos Reis com esses seres descidos dos céus, dando a entender, portanto, que seu poderio provinha diretamente do próprio Deus celeste e, por consequência, deveria ser estendido a todos os povos e domínios da Terra, conforme excerto a seguir:

Para isso se alugaram escriptores, e se compuseram muitos livros para provar ao mundo que os Reis tinhaõ descido immediatamente do céu, que seu poder e auctoridade vinha immediatamnte de Deus, e que a servidaõ e obediencia passiva dos governados se derivavaõ immediatamente da existencia dos governantes (O campeão Portuguez, 1820a, p. 343, *sic*).

Essa produção busca assemelhar a figura do Rei a uma espécie de ser criador, dando-lhes características de um prolongamento do próprio Deus na Terra, com qualidades e atributos específicos para governar seus súditos com a franqueza e autoridade necessárias (um poder pastoral) onde o povo, lido como seu rebanho, depende exclusivamente de sua potência para existir.

Vemos, então, surgir uma segunda norma instaurada socialmente para este período analisado: a reverência. Para além da obediência de forma passiva, é possível dizer que a reverência aparece, também, instaurada como um viés normalizador de vidas encerradas neste momento histórico. Neste recorte é possível observar a chamada para a reverência e, também, obediência:

Disse que a Dignidade do Chefe Supremo da Nação reclama, que o Povo exerça o seu direito de eleger na mesma fôrma que a Constituição, e actual Regulação prescreve; e que o Senado sempre manifeste sua Veneração, e observancia immovel, á Lei Fundamental, e ás Instituições Liberaes do Imperio, para que tambem todos os

Cidadãos lhes consagram a devida **reverencia, e obediencia** (Diario do Rio de Janeiro, 1833, p. 1, *sic*, grifos próprios).

A junção entre obediência e reverência consagrava a figura do rei com este ar paternal e divino, resultando na força e na unidade da nação e, ao mesmo tempo, colocava seus súditos em estado de completa subordinação, a concretização do que era entendido como os sentimentos corretos e brio de um “bom cidadão”, benfazejo para com o seu país e para com o seu rei.

Dito de outra forma, pode-se entender que a junção dessas duas novas normas sociais, obediência e reverência, era o que sustinha a figura e representação do imperador como um “pastor” que, para existir, também dependia da existência de um rebanho a fim de fazer funcionar todo o seu arsenal celeste. O poder, neste sentido, colocava a figura do pastor em um lugar salvacionista, quase de condução desses discípulos obedientes e veneradores para a garantia de uma vida eterna.

Vieira-Machado (2012) pontua que um dos aspectos deste tipo de poder, por definição, é a benevolência, onde o pastor guia por verdes pastos suas ovelhas, cuidando de cada uma individualmente, conhecendo suas aflições e problemas, ao mesmo tempo em que observa todo o rebanho.

Entretanto, para que a figura do soberano passasse a ocupar este lugar sagrado, imaculado, bondoso e pastoril, sem as sombras absolutistas de impérios passados, outras novas instâncias sancionadoras/punitivas precisariam ser instituídas para realizar aquilo que não mais caberia à figura imperial.

A criação, organização e funcionamento destas instâncias de poder (executivo, representativo ou legislativo, judiciário e moderador) para a estruturação e manutenção de uma Monarquia Institucional com o propósito de corroborar com a materialização da possibilidade de colocar o representante de Deus na Terra, o Rei, como uma “força neutra” são debatidas no tópico a seguir.

4.2 ESTRUTURAÇÃO MONÁRQUICA E A DESCRIÇÃO DOS QUATRO PODERES

Prescrevam-se por tanto (diz Plataão, no dialogo IX Das leys)
 leys ás cidades, de tal maneira, que o Legislador
 pareça como pay ou mãy na sua familia;
 tenham mais de caridade e de virtude,
 do que de dominio, ou imperio de tyranno,

que so ameaça, e não assgna a razão do que prescreve.
 Este character do bom Legislador he o que atribuímos
 ás piedosas intençoens de S. A. R.

Correio Braziliense ou Armazem Literario (1813b, *sic*).

A construção de um imaginário onde o soberano possa ser edificado como um pai/mãe da nação, ou como uma deidade vinda dos céus, com qualidades inatas de virtudes e caridades para contrapor a antiga figura do soberano tirano, perverso e ameaçador passou a ser divulgada nas gazetas e jornais que circulam pela corte do *Brazil* na primeira metade do século XIX.

Assim, a beneficência paternal do Rei deveria se estender aos quatro cantos da Terra, inclusive, suas mercês deveriam alcançar aqueles corrompidos, criminosos e degradados da classe de cidadãos. Suas luzes imperiais deveriam procurar formas de transformar as penas, não pelo viés da morte, mas do reaproveitamento social.

Quanto às formas encontradas por este novo arsenal de saberes para se trazer esses indivíduos considerados tortuosos e réus da culpa de seus crimes para os frutuossos caminhos do arrependimento, podemos apreendê-los da seguinte forma:

[...] Se a sua Indefectivel Justica o constringe a Decretar penas, a Piedade compassiva do Seu Animo Paternal lhe não permite esgotar o rigor da Lei, que sempre ameaça mais do que na realidade determina. Representante do Deos de Paz deseja, e acolhe a resipiscencia do culpado com o prazer de Pai amoroso; concede-lhe que viva, e que recôlha tranquilo os fructos do seu violentado arrependimento. Com esta Brandura, quantos Cidadãos se recuperão á Patria! ! ! O que estava apodrecendo na masmorra, recobra a vida, cujas esperanças tinha inteiramente perdido; e a grave lição da sua triste experiencia lhe ensina a conter na órbita da Lei a soltura dos seus desejos, e as arriscadas tentativas da sua indiscreta curiosidade. O castigo de qualquer destes réos presente a toda a hora aos olhos dos seus parentes, amigos, e concidadãos he o mais poderoso freio para conter, e reprimir os impulsos anômalos d'huma indole depravada (Idade D'ouro do Brazil, 1811b, p. 2-3, *sic*).

Destarte pode-se inferir que, agora, a tática de tratamento para os criminosos não mais consistia em manter o direito de “fazer morrer”. O ato de *fazer morrer*, neste momento, é acolhido em uma nova forma de gerir e prolongar a vida (fazer viver), recolhendo os frutos que possam brotar de seu arrependimento: ou seja, abram-se as masmorras para que a experiência do erro seja vista por todos os olhos de seus familiares e cidadãos.

Para esse novo entendimento da realidade, aplicado a este contexto histórico e social, a exposição vergonhosa destes criminosos e demais infratores da lei passa a ser considerada,

como dito no excerto acima, “o mais poderoso freio para conter, e reprimir os impulsos anômalos de uma índole depravada”.

Por conseguinte, estes corpos culposos que necessitam de expiação e expurgação de seus pecados, portanto, réus de suas maldades (que nessa nova forma de compreensão institucional passaram a ser chamados em algumas gazetas de sujeitos *forçados*), tinham suas penas de reclusão nas masmorras convertidas em penas públicas (também chamadas de *trabalhos públicos*), expostas aos olhos dos cidadãos. Um excerto onde tal acontecimento é narrado pode ser lido a seguir:

A pena, que se-deve substituir á de morte, he a dos trabalhos publicos por annos, ou por toda a vida. A perspectiva de uma escravidão lugubre e laboriosa, em que ha privação de tudo o que póde lisongear os sentidos do homem, em que elle satisfaz todos os dias á Justiça soffrendo uma porção de castigo pelo seu delicto; em que, pelo estado peroso em que se-acha, he horror a si mesmo e aos outros, e em que pelas repetidas impressões, que excita o espetaculo do seu supplicio serve a todos de exemplo e de escarmento, parece ser o castigo mais proprio, fallando geralmente, para substituir o de sangue, e produzir o saudavel effeito, que se-procura nas penas (Jornal de Coimbra, 1814, p. 122, *sic*).

O aproveitamento desses *forçados* em trabalhos públicos como substituição à pena de morte, execuções em patíbulos e enforcamentos em praças públicas, possuía múltiplos tipos de aplicação e dirigindo-se sempre a uma infinidade de formas de torná-los *úteis* socialmente, a depender dos pesos e graus da pena concedida ao detento.

As justificativas para o uso desta nova forma de condução de corpos criminalizados remontavam exemplos de sociedades antigas como, por exemplo, o fato de a maior parte dos monumentos egípcios ter sido construída mediante a força de homens condenados (Jornal de Coimbra, 1814). Logo, havia precedentes para se pensar punições semelhantes a esses trabalhos já demonstrados em outros recortes históricos.

Desta feita, as formas de punição pontuadas nas gazetas e jornais eram baseadas em uma submissão dos *forçados* a um regime de trabalho para a construção e “[...] reparo dos caminhos e calçadas, o arroteio de terras, a cultura dos terrenos, a abertura de fósos, dos portos [...] e de muitas outras obras laboriosas da indústria e da arte podem ocupar os Forçados, e fazer com que se-poupem muitas sommas ao Estado (Jornal de Coimbra, 1814, p. 123, *sic*).

Para além dessas funções, ainda podemos citar a escavação de lugares pantanosos para edificarem-se passagens; expansão das cidades; estradas; obras em edifícios públicos, civis e militares; em mineração; fundições; engenhos; navegações; salinas; entre outras frentes. Um exemplo dessas formas de aproveitamento de *forçados* em obras pode ser lido a seguir:

Já em observancia deste beneficentissimo Indulto se achão trabalhando muitos destes réos nas diversas obras do Forte do mar, e Bateria de morteiros, que de novo se constroe na eminencia sobranceira ao Forte da Cambôa, e que domina todo o anchoradouro, e a entrada deste Porto. O principio transcendente a todas as producções humanas de associar, quanto for possivel o proveito com o decóro, foi adequadamente observado nesta obra tão indispensavel á defesa deste Porto (Idade D'ouro do Brazil, 1811b, p. 3, *sic*).

Entretanto, para que a imaculada figura de sua Majestade Imperial continuasse a ser complacente e benevolente, nesse Estado monárquico, outras instancias punitivas deveriam surgir e, desta forma, foram reconhecidos outros poderes ou autoridades constitucionais, emanados desta centralidade do poder real.

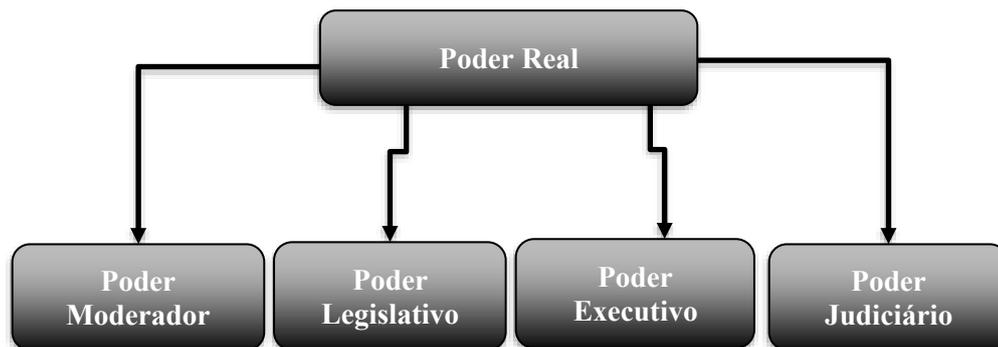
O primeiro é descrito pelo nome de Poder Representativo ou Legislativo. Este seria aquele poder responsável em confeccionar as leis; em seguida, aparece o Poder Executivo, caracterizado como aquele que, em nome do Rei e dos cuidados do império, executará todas as leis e fará os atos públicos. A terceira instância manifesta-se no Poder Moderador, ou seja, aquele controle concedido à figura e autoridade do Rei; e, por fim, o Poder Judiciário, onde há em sua finalidade uma sanção voltada para o julgamento e para a punição de abusos cometidos pelos agentes públicos e civis do reino¹³.

Essa organização dos poderes levou o nome de Monarquia Hereditária, Constitucional, e Representativa diferenciando-se do sistema da Monarquia Absolutista, aquela onde todas as instâncias estão concentradas unicamente no Poder Real, autorizando à figura do rei o direito de “fazer morrer” ou de “deixar viver”.

A Constituição Política do Império do *Brazil* de 1824, em seu título terceiro denominado *Dos Poderes, e Representação Nacional*, divide os poderes entre as quatro frentes supramencionadas sendo que, com essa organização, objetiva-se a conservação “[...] dos Direitos dos Cidadãos, e o mais seguro meio de fazer effectivas as garantias, que a Constituição offerece” (Brasil, 1824, *sic*). Desta feita, os representantes da nação passaram a ser o Imperador e, também, a Assembleia Geral. Esse esquema descrito pode ser observado por intermédio da figura 8 abaixo:

¹³ A Constituição Política de Portugal, organizada em 1821, tendo o Brasil como integrante de seu território, apresenta um modelo com os mesmos quatro poderes; entretanto, denominados como poderes legislativo, executivo, judiciário e administrativo (Gazeta Universal, 1821).

Figura 8 – Organização da Monarquia Constitucional



Fonte: organização do autor (2025).

Na representação acima esquematizei os quatro poderes partindo de um mesmo eixo superior: Poder Real. A intenção em deixá-lo demarcado como uma instância proeminente partiu de uma preocupação encontrada nas gazetas em diferenciá-lo dos demais, tratando-o como uma “força ou poder neutro” que, quando precisa assumir alguma posição ou realizar determinada ação, o exerce no formato de um Poder Moderador:

A monarquia Constitucional tem pois a grande vantagem de crear esta força ou poder neutro na pessoa de um Rei que, ja respeitado por tradiçoens e lembranças, goza ainda de um poder de opiniaô, que serve de baze ao seu poder politico. Nem he do verdadeiro interesse deste Rei que algum dos poderes destrua os outros, mas antes so he que todos se auxiliem, se entendaõ, e obrem de concerto (O Campeão Portuguez, 1820a, p. 348-349, *sic*).

O artigo 98 da Constituição de 1824 pontua ser este Poder Moderador “[...] a chave de toda a organização Política, e é delegado privativamente ao Imperador, como Chefe Supremo da Nação, e seu Primeiro Representante, para que incessantemente vele sobre a manutenção da Independencia, equilibrio, e harmonia dos mais Poderes Politicos” (Brasil, 1824, *sic*).

Este poder dominante concedido à figura do Rei não deve interferir nas demais instituições após criá-las. Entretanto, se por ventura entrarem em desordenamento e, por consequência, realizarem atos despóticos, neste caso o Poder Moderador entra em ação para restabelecer a ordem. Ou seja, seu poder é “ativado” como uma medida extrema e acionada somente em último caso para dissolver a instância corrompida e criar uma nova organização em seu lugar.

Os demais artigos da Constituição que regem o Poder Moderador apontam ser Sua Alteza Real inviolável, *nunca estando sujeito a responsabilidade alguma*. Portanto, um ser figurado e “neutro”. Para que sua Majestade Imperial possa tomar alguma decisão sobre os

demais poderes, precisa estar revestida da “capa” do Poder Moderador. As ações que lhe competem são:

- Art. 101. O Imperador exerce o Poder Moderador
- I. Nomeando os Senadores, na forma do Art. 43.
 - II. Convocando a Assembléa Geral extraordinariamente nos intervallos das Sessões, quando assim o pede o bem do Imperio.
 - III. Sancionando os Decretos, e Resoluções da Assembléa Geral, para que tenham força de Lei: Art. 62.
 - IV. Approvando, e suspendendo interinamente as Resoluções dos Conselhos Provinciaes: Arts. 86, e 87. (Vide Lei de 12.10.1832)
 - V. Prorogando, ou adiando a Assembléa Geral, e dissolvendo a Camara dos Deputados, nos casos, em que o exigir a salvação do Estado; convocando immediatamente outra, que a substitua.
 - VI. Nomeando, e demittindo livremente os Ministros de Estado.
 - VII. Suspendendo os Magistrados nos casos do Art. 154.
 - VIII. Perdoando, e moderando as penas impostas e os Réos condemnados por Sentença.
 - IX. Concedendo Amnistia em caso urgente, e que assim aconselhem a humanidade, e bem do Estado (Brasil, 1824, *sic*).

Conforme as funções descritas acima para o Poder Moderador, estava nas competências do Rei a faculdade de nomear e demitir os agentes dos demais poderes. Neste lugar, o Rei não pode ser confundido com a instância executiva e penalizadora. Todo e qualquer ato praticado pelas demais formas de poder deve ser de responsabilidade das próprias instâncias em nome da manutenção da neutralidade do Rei e de sua bondade celeste.

Dito de outra forma, a partir do momento em que os demais poderes são nomeados, eles passam a operar independentemente. Assim, as consequências de suas ações, como instâncias representativas, recaem sobre si, isentando o Rei de qualquer ação punitiva. Tais organizações só dependem do Rei para suas nomeações; após este ato ocorrido, possuem responsabilidades próprias e independentes de qualquer outra autoridade.

Essa independência, porém, não significava que os nomeados fossem inamovíveis; pelo contrário, eram passíveis de serem demitidos caso seus procedimentos como agentes do poder não agradassem ao Magistrado Supremo que os empregava (o Rei podia demiti-los, mas não puni-los) ou caso cometessem atos despóticos contra a nação.

Por este entendimento torna-se necessário “[...] que o poder executivo seja diverso do poder Real, e que possa ser dissolvido ou por Rei, ou, em cazo de grandes delictos, por o poder legislativo, sem que neste transtorno corra risco alguma a Realeza, ou perca um so quilate de sua necessaria majestade” (O Campeão Portuguez, 1820b, p. 381, *sic*).

Vale ressaltar, dentre as funções possíveis do Poder Real, a prerrogativa do direito de perdoar e moderar as penas impostas aos réus condenados¹⁴. De fato, esta intervenção pode gerar uma desconfiança: mas não era o Poder Real “neutro”? Como pode, então, intervir em uma sentença dada pelos demais poderes constituintes?

Esse direito especial pode ser entendido de duas formas, sendo a primeira pelo viés de que uma lei geral não consegue abranger as particularidades de cada caso, ou seja, “quanto mais geral he uma lei (e esta generalidade he o primeiro caracter das leis) muito mais ella se desvia de mil casos particulares sobre os quaes está destinada para decidir” (O Campeão Portuguez, 1820d, p. 138, *sic*).

Desta feita, o direito de perdoar nada mais seria do que uma conciliação ou equiparação das leis gerais para proporcionar uma equidade entre as particularidades de cada caso, e este viés se encaixa perfeitamente na segunda vertente: a manutenção da bondade e piedade da figura do Rei, com suas características de pastor que sempre acolhe a ovelha perdida de seu rebanho e a perdoa de seus atos falhos:

Em geral, convem que as instituições politicas concedaõ ao poder Real todos os meios racionaveis de fazer bem: pois que um Rei constitucional he sempre politicamente inpeccavel, deve entaõ ser ornado com todas as prerogativas de uma tutelar divindade na terra; e nenhuma della he mais nobre e mais digna de fazer adorar o reinado do que o direito de perdoar, e salvar muitas vidas (O Campeão Portuguez, 1820d, p. 140, *sic*).

Outra característica importante concedida ao Poder Moderador é a prerrogativa de adiar ou dissolver as assembleias eleitas pelo povo quando houver o entendimento de apresentar-se um perigo constituído nessa instância: “Uma assemblea, que não poder ser reprimida, será de todas as auctoridades a mais cega em seus movimentos, e a mais incalculavel em seus resultados por a natureza mesma dos membros que a compoem” (O Campeão Portuguez, 1820c, p. 5, *sic*).

Esta característica específica dada ao Poder Real, adiar ou dissolver as assembleias, se torna um importante fio condutor para a emersão de um diálogo deste campo com as conduções de vidas surdas na primeira metade do século XIX. Esse limiar e as suas possibilidades são narradas no tópico a seguir.

¹⁴ A prerrogativa dada ao Poder Real de perdoar é, em todo o caso, precedida de uma votação de um Conselho de Estado ou de outro tribunal qualquer, contanto que não seja composto dos juizes que sentenciaram, nem dos acusadores que promoveram o processo e, ao final, a condenação do réu (O Campeão Portuguez, 1820d).

4.3 A NOITE DA AGONIA: A DISSOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE E LEGISLATIVA DE 1823

Segundo José Theodoro Mascarenhas Menck (2023), a Assembleia Geral Constituinte e Legislativa foi criada em solo *brazileiro* como uma resposta para as articulações de Portugal e para a Constituição Política criada por esta nação, concebida na cidade de Lisboa durante o ano de 1821.

Nessa constituição *portuguesa* o Império do *Brazil* estava sendo integrado como membro de seu território. Entretanto, suas normativas direcionavam-no para um pretense esvaziamento de sua centralidade do poder real e dissolvia todo o governo regencial que estava ativo no país sob os cuidados de D. Pedro I.

Pode-se pontuar, por exemplo, que nessa constituição *portuguesa* havia a exigência da volta do príncipe para a Europa sem que seu lugar fosse ocupado em território *brazileiro*, abolindo, assim, a figura imperial nas dependências do *Brazil* e tornando-o, novamente, uma colônia de Portugal. Nesse sentido, reagindo a essas medidas legislativas, abriu-se o leque para a ideia de fazerem-se cortes, também, em solo *brazileiro* para definir o que seria melhor e adequado à realidade do país.

D. Pedro I, sendo pressionado pelo povo, acabou por aderir à ideia. Desta forma, “o reino do Brasil precisava ter suas próprias cortes, uma vez que a distância e o desconhecimento da realidade local impossibilitariam que uma obra legislativa votada em Lisboa fosse realmente adequada ao Brasil” (Menck, 2023, p. 24).

Destarte, o Príncipe Regente Constitucional e defensor perpétuo do reino do *Brazil* dirigiu ao seu povo o decreto de 3 de junho de 1822 onde “manda convocar uma Assembléa Geral Constituinte e Legislativa composta de Deputados do Brazil, os quaes serão eleitos pelas Instrucções que forem expedidas” (Câmara dos Deputados, 1822, *sic*).

Dentre as instruções para a organização dessa assembleia, pode-se destacar que cada província elegeria seus deputados para constituir a composição da referida assembleia, tendo o direito de votar todos os cidadãos casados e os solteiros que já tivessem completado 20 anos de idade.

Todo votante deveria ter, no mínimo, um ano de residência fixa na freguesia em que votaria. Estavam proibidos de votar os criminosos, estrangeiros não naturalizados, religiosos e todos os que recebessem salários (exceptuando-se os guarda-livros, caixeiros de casas de comércio, criados da casa real e administradores de fazendas rurais e fábricas).

As eleições foram organizadas pela Igreja, sendo denominadas de “eleições paroquiais”. Estava sob sua responsabilidade a contagem dos votantes, a inscrição em editais de tal quantitativo nas portas de suas paróquias e, no dia aprazado para ocorrer o processo eleitoral, o povo deveria se reunir em suas freguesias e celebrar a missa solene ao espírito santo onde, após concluído o santo ofício, o pároco, então, direcionaria um discurso exortando os modos de organização para a votação.

A Mesa ou Junta Paroquial de cada província, responsável por repassar as informações pertinentes e garantir a decência durante o processo eleitoral, foram formadas por um presidente, o pároco, os secretários e os escrutinadores. Os votos deveriam ser assinados e reconhecida a sua identidade e veracidade pelo pároco. Caso o votante não soubesse escrever, deveria chegar à mesa e comunicar ao secretário seu voto para evitar fraudes, e sua assinatura seria selada com uma cruz (Câmara Dos Deputados, 1887).

Com as eleições finalizadas, no dia 3 de maio de 1823, a solenidade de instalação da primeira Assembleia Constituinte Brasileira se iniciou sob a presidência do bispo D. José Caetano da Silva Coutinho. A casa estava lotada. O Imperador se encontrava presente e fez a primeira fala do trono:

É hoje o dia maior que o Brasil tem tido; dia em que ele, pela primeira vez, começa a mostrar ao mundo que é Império e Império livre. Quão grande é o meu prazer vendo juntos representantes de quase todas as províncias fazerem conhecer umas às outras seus interesses, e sobre eles basearem uma justa e liberal Constituição que as reja. [...] O Brasil, que por espaço de trezentos e tantos anos sofreu o indigno nome de colônia, e igualmente todos os males provenientes do sistema destruidor então adotado, logo que o senhor D. João VI, rei de Portugal e Algarves, meu augusto pai, o elevou à categoria de reino pelo decreto de 16 de dezembro de 1815, exultou de prazer: Portugal bramiu de raiva, tremeu de medo. [...] Parece-me que o Brasil seria desgraçado se eu as não atendesse, como atendi; bem sei que este era meu dever, ainda que expusesse minha vida; mas como era em defesa deste Império, estava pronto, assim como hoje e sempre se for preciso. [...] O Exército não tinha nem armamento capaz, nem gente, nem disciplina: de armamento está pronto perfeitamente, de gente vai-se completando conforme o permite a população; e de disciplina, em breve chegará ao auge, já sendo em obediência o mais exemplar do mundo. [...] Graças sejam dadas à Providência, que vemos hoje a nação representada, e representada por tão dignos deputados. [...] Afinal raiou o grande dia para este vasto Império, que fará época na sua história. Está junta a assembleia para constituir a nação. Que prazer! Que fortuna para todos nós! [...] Uma assembleia tão ilustrada e tão patriótica olhará só a fazer prosperar o Império, e cobri-lo de felicidades; quererá que seu imperador seja respeitado não só pela sua, mas pelas mais nações; e que o seu defensor perpétuo cumpra exatamente a promessa feita no 1º de dezembro do ano passado, e ratificada hoje solenemente perante a nação legalmente representada (Marques; Ferreira, 2019, p. 29-39).

Após a instalação da Assembleia, nomeou-se então a comissão de deputados que seria responsável por elaborar a Constituição do Império. Entre os membros, pode-se destacar:

Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, Antônio Luiz Pereira da Cunha, Francisco Muniz Tavares e José Bonifácio de Andrada e Silva (Almeida, 1972).

Devido às dificuldades de votação, comunicação e deslocamento do período em questão, a Assembleia, convocada em junho de 1822, só pode estar reunida em abril do ano seguinte, dez meses após o decreto imperial. Nesse meio tempo, segundo Menck (2023), D. Pedro I já havia proclamado a ruptura total com Portugal e já havia sido aclamado em 12 de outubro de 1822, e consagrado imperador em 1º de dezembro do referido ano. Devido a essas fatalidades:

Quando da solene abertura da Assembleia Constituinte, em 3 de maio de 1823, data escolhida a dedo, o principal intuito já não era contrapor-se às cortes de Lisboa, mas consolidar a Independência do Brasil, no sentido de promover uma ruptura total com o reino de Portugal e consagrar o regime constitucional de governo. Essa consagração se daria com a edificação de um Estado baseado na separação dos poderes, porém dentro de uma órbita monárquica. Lendo-se os Anais da Constituinte de 1823, percebe-se que eram esses objetivos compartilhados unanimemente por todos os constituintes e também pelo imperador, que reiteradas vezes manifestou sua firme adesão aos princípios constitucionais (Menck, 2023, p. 24).

A partir de então, diversos detalhes e discursos foram somando-se a ponto de criar uma rusga entre a Assembleia e o próprio imperador. Entre estas peculiaridades, pode-se mencionar a dissolução do Gabinete Andrada, em 17 de julho, sendo substituídos, em sua maioria, por agentes *portuguezes*, deixando o povo espantado e decepcionado com as ações do novo imperador.

É necessário lembrar a rivalidade existente entre reinóis e *brazileiros*, discutida na segunda seção deste relatório. A retirada dos irmãos Andradas, de acordo com Menck (2023), significava que agora o Imperador seria aconselhado por servidores lusitanos, o que colocava em cheque as verdadeiras intenções do imperador para com a nação *brazileira*. A desconfiança aumentou quando D. Pedro I determinou, em portaria de 2 de agosto de 1823, a incorporação de soldados *portuguezes*, que estavam como prisioneiros na Bahia, ao exército do país.

Essas ações foram consideradas impolíticas pela Assembleia Constituinte que se formava e, fazendo uso de seu poder, pediram contas ao governo para ter adotado medidas tão graves. A recepção do governo a esse enfrentamento gerou uma irritação extremamente crescente entre a Assembleia e o governo de D. Pedro I. A rivalidade entre as nacionalidades chegou a tal ponto que o Imperador bradou em carta para seu pai: “de Portugal nada, nada; não queremos nada” (Arquivo Nacional, 1973, p. 312).

Nesse momento houve uma cristalização entre as províncias do país, onde algumas passaram a apresentar resistências ao governo de D. Pedro I (Bahia, Maranhão, Grão-Pará e Cisplatina). Esses agitados trouxeram posicionamentos e, assim, alguns lusitanos tomaram

parte ao lado da independência do *Brazil*, enquanto alguns *brazileiros* tomaram parte das cortes de Lisboa.

Enquanto isso, na Assembleia, entrou em debate um projeto de lei onde os *portuguezes*, residentes no *Brazil*, que pudessem provar sua luta em prol da causa da independência, poderiam ser bem recebidos. Mas, caso tivessem condutas suspeitas, deveriam, em um espaço de três meses, ser retirados do país. A proposta lançada em um ambiente repleto de reinóis gerou intensas polêmicas.

A demasiada maioria do exército *brazileiro* e, inclusive, o próprio rei, possuíam ascendência europeia, fator que acalorou as discordâncias seguintes. Ao fim das discussões, a proposta foi rejeitada. Entretanto, abriu viés para que essa extensa maioria de lusitanos influentes, vivendo no país, passasse a olhar com certa desconfiança para as decisões da Assembleia.

Conforme Menck (2023, p. 127): “Foi a rivalidade entre lusos e brasileiros o pano de fundo do incidente que envolveu o boticário David Pamplona Corte Real, que, conforme veremos, serviu de estopim para a dissolução da Assembleia Constituinte de 1823”. Esse estopim fez com que toda a situação em torno da Assembleia e do governo explodisse no que ficou conhecido na história como “a noite da agonia”.

No periódico *Sentinella da liberdade á Beira do Mar da Praia Grande* (gazeta já mencionada nesta investigação durante a composição do campo de saber literário), começaram a ser publicados artigos de injúria aos lusitanos ingressantes nas corporações e cargos de poder do *Brazil*, difundidos anonimamente e assinados pelo pseudônimo “Brasileiro Resoluto”.

Por sua identidade estar oculta, bisbilhotava-se a quem poderia ser dada a autoria de tais artigos inflamadores. A ira que o autor passou a despertar na “facção *portugueza*” que, preponderantemente, se constituía de agentes do Rio de Janeiro, principalmente de soldados e comandantes, tornou-se maior quando, em uma carta específica, ofendeu a honra dos militares lusitanos e ainda citou diretamente os nomes de dois oficiais do Exército do *Brazil* que conspiravam contra a independência.

Aurelino Leal (2014) pontua que os capitães, em reunião convocada para este fim, decidiram que o primeiro a encontrar o *Brasileiro Resoluto* iria puni-lo. Ocorreu, então, na noite de 5 de novembro de 1823, por volta das oito horas da noite, que o Major José Joaquim Januário Lapa e o Capitão Zeferino Pimentel Moreira, ambos da Brigada de Artilharia da Corte e à paisana, souberam pelo discurso de um amigo que, apontando um sujeito em uma botica como sendo o *Brasileiro Resoluto*, estavam próximos do inimigo de quem tanto ansiaram descobrir a identidade.

Motivados pela ira das leituras e incitações patrióticas escritas em carta publicada na gazeta, conspirados pelo desejo de descobrir a identidade secreta do *Brasileiro Resoluto*, ambos caminharam em direção à botica, tendo o Major Lapa uma bengala na mão, esperando que o sujeito apontado como o autor saísse de dentro da loja.

Entretanto, como o sujeito demorou em pôr-se para fora do estabelecimento, deslocaram-se para o interior da botica e, dando-lhe bastonadas com a bengala, seguiu o Senhor Major dizendo: “O sñr. he o Brasileiro resoluto? pois vejamos se he tão resoluto em apanhar pancadas como em escrever patifarias” (Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro, 1885 [1889], p. 138, *sic*).

O atentado realizado pelos dois *portuguezes* pertencentes à Brigada de Artilharia da Corte contra o sujeito da botica foi matéria das gazetas locais. O agredido, David Pamplona Corte Real, morador do largo da Carioca, dono da loja, vivia de sua arte como boticário e, segundo as gazetas, era partidário dos interesses e prosperidade de sua pátria. A gazeta *O Tamoyo* narrou os fatos da seguinte forma:

Armados, e bem armados, na noite de 5 do corrente entraraõ na casa do miseravel Brasileiro, amassarão-lhe a cabeça e o deixaraõ quazi morto. Monstros! [...] Um cidadão Brasileiro cruelmente atacado, e maltratado em sua casa por dois Vandalos, por dois perfidos assassinos, que até por obrigação deviaõ proteger a nossa segurança [...] Naõ sejais indiferentes a enormidade do crime, ¿Que orgulho naõ será o destes monstros se a sua atrocidade, e perfidia ficar impune? (O Tamoyo, 1823a, p. 144, *sic*).

Em resposta à narração dos fatos exposto pela gazeta d’*O Tamoyo*, o Major José Joaquim Januário Lapa, um dos agressores citados no ocorrido do dia 5 de novembro de 1823, escreveu para o redator do jornal em questão, narrando suas versões do acontecimento e detalhando o ocorrido por sua perspectiva:

Senhor Tamoyo [...] agradeço muito a VV. MM. o favor que me fizeram na sua folha Nº. 34. chamando-me monstro, assassino, vandalo, etc. etc. por meia duzia de bastonadas que dei na pessoa de David Pamplona, julgando ser o revolucionario infame Francisco Antônio Soares¹⁵, que se tem assignado em algumas cartas da desorganisadora Sentinella “o Brasileiro Resoluto”. [...] mas como VV. MM. chamão sobre mim o odio dos bons brasileiros denegrindo o facto, e isto carece prompto remedio [...] he necessario que eu os desmintam neste papel. [...] Por desgraça do Boticario na noute de 5 (como me lembram os sñrs. Tamoyos) passando eu com o capitão Moreira pela Carioca ambos á paisana, e eu por acaso com uma bengala na mão, me disse o meu amigo mostrando-me um homem de careca que estava dentro da

¹⁵ Devido ao fato de que o autor da gazeta *Sentinella da liberdade à beira do mar da Praia Grande* não a assinava com seu real e verdadeiro nome, apenas a rubricava como o “Brasileiro Resoluto”, sua autoria, por um longo período da história, foi dada a Francisco Antônio Soares, que chegou a sofrer agressões por essa função de autoria e, também, a Cipriano José Barata de Almeida, médico e irmão de José Raimundo Barata de Almeida, surdo exilado do Brasil por participar da Conjuração Baiana. Entretanto, as análises mais detalhadas nos levam a reconhecer que o verdadeiro autor da gazeta era José Estêvão Grondona (Vianna, 1960).

Botica, eis alli o bregeiro author da carta [...] julguei por melhor partido convidal-o dentro mesmo da Botica, onde teria promptos os remedios se ficasse em consequencia [...] acompanhadas de meia duzia de bastonadas. [...] Fugiu o sujeito para dentro como pôde, gritando que eu estava enganado [...] por cujo motivo eu o chamei e lhe pedi perdão, que elle me não quiz dar de modo algum, como era de esperar da sua generosidade. Ora, eis aqui sñrs. Tamoios, o caso verídico que VV. MM. escurecem com a sua caluniadora penna, dizendo que íamos armados, e bem armados, e que deixamos o homem com a cabeça quebrada. e quasi morto, o que tudo he falso (Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro, 1885 [1889], p. 137-138, *sic*).

As discussões e embates narrativos pioraram na medida em que o agredido, David Pamplona Corte Real, denunciou o atentado apresentando requerimento para a Assembleia Constituinte, reclamando providências acerca da segurança pública e individual dos cidadãos devido à agressão que sofrera.

A Assembleia Geral Constituinte Legislativa do Império levou a pauta para discussão em sessão aberta ao público. A casa estava lotada de cidadãos. Todos desejavam acompanhar o desenrolar da história e se encontravam ansiosos para ver as sanções que seriam decretadas para os agressores.

A defesa de David Pamplona, como a figura agredida, pautava-se sobretudo em falas como: “¿Foi o cidadão ultrajado e espancado por ter offendido aos individuos agressores, ou foi por ser *Brasileiro*, e ter aferro e afinco á Independencia do seu Paiz, e não amar o bando de inimigos que, por descuido nosso, se tem apoderado das nossas forças?” (O Tamoyo, 1823b, p. 151, *sic*).

Como efeitos a essa fala da defesa, inculcou-se que o ofendido não foi apenas David Pamplona ou Francisco Antonio Soares (também agredido, em 8 de novembro do referido ano, em frente à sua casa pelos mesmos agentes do governo, por ser confundido com o verdadeiro *Brasileiro Resoluto* que escreveu as cartas). A defesa lutava para provar que a razão motivacional do crime tinha cunho patriótico, ou seja, dessa forma toda a nação brasileira estaria em perigo, pois o que estava em jogo era a honra e a vida de cidadãos *brasileiros*. Segue, assim, o pedido elevado ao presidente da Assembleia:

Ainda he tempo. Sr. Presidente, de prevenirmos o mal, em quanto o volcão não arrebenta; desaprove-se o parecer da Comissaõ, reconheça-se a natureza publica e aggravante do ataque feito ao Povo do *Brasil*, punam-se os temerários que ousaram ultrajal-o abusando da sua bondade, não polluam mais com a sua impura presença o sagrado solo da liberdade, da honra, e do brio: renegue-os o Imperio, e os expulse de seu seio (O Tamoyo, 1823b, p. 151, *sic*).

O povo, manifestando apoio à defesa de Pamplona, exaltava-se em palavras. Devido a essas constantes intervenções dos espectadores em meio às galerias da Assembleia, o presidente

da sessão, de forma abrandada, considerou por bem suspendê-la e adiá-la para o dia seguinte, evitando, assim, maiores tumultos.

O ocorrido chegou ao conhecimento do Imperador D. Pedro I que, manifestando sua indignação, reuniu todos os corpos militares no palácio de São Cristóvão e expediu ordens para se levantar os fatos legais do ocorrido que ofendeu ao sagrado direito que deveria todo cidadão usufruir: segurança e tranquilidade pública.

As discussões na Assembleia, iniciadas calorosamente no dia 10, perfizeram sequência no dia 11. Nessa seção, espantados com o aglomerado e movimentação militar na capital e sem entender os motivos, os deputados se reuniram para continuar as deliberações. Logo de início, o deputado Antônio Carlos expôs a proposta para que a Assembleia passasse a estar em um concílio permanente:

Sr. Presidente, tenho que fazer uma proposta, que requeiro se tome logo em consideração para se deliberar sobre ela. A situação da capital do Rio de Janeiro me determina a fazê-la. O dia de ontem foi um dia muito notável; as tropas estiveram em armas toda a noite e, correndo a cidade, a puseram em geral inquietação; os cidadãos pacíficos não dormiram; e propagando-se vozes de se atacarem alguns deputados, foi preciso tomar cautelas, e velar em defesa própria.

A vista disto, cumpre-nos, como sentinelas da nação, vigiar pela sua segurança.

Sua Majestade acha-se atualmente no seu palácio rodeado de todos os corpos, até dos de artilharia, o que indica haver causa que, suposto a não conheçamos, deve ser da mais alta consideração. E como nós somos responsáveis à nação, proponho que esta Assembleia se declare em sessão permanente, e que se destine uma deputação para pedir a Sua Majestade que pelo governo se nos transmitam os motivos de tão extraordinários movimentos nas tropas, e o que obriga a que os corpos estejam com cartuchos embalados como prontos para ataque, quando não aparece razão para isto. (Brasil, 1884, p. 287, *sic*).

A Assembleia Constituinte iniciou, então, sua derradeira e última sessão: uma sessão permanente. Os debates seguiram até a chegada de um oficial trazendo um comunicado do Imperador exigindo satisfações “[...] por haver sido atacada na sua honra por certos Periodicos, e nos quaes se fallava semelhantemente com menos decoro da Sua sagrada Pessoa; que portanto a Assembléa desse providencias” (Imperio do Brasil: Diario do Governo, 1823a, p. 530, *sic*).

Uma nova e inesperada pressão recaiu sobre a assembleia. Essa demanda implantada pelo pedido real foi a responsável pela elaboração, em regime de urgência, de uma comissão dentre os presentes, com cinco membros, para analisar a situação e oferecer uma resposta para a solicitação do Imperador.

De acordo com as proposições de Menck (2023, p. 136), foram os membros escolhidos para compor esta comissão “[...] os deputados Araújo Lima, Vergueiro, Caldeira Brant, barão

de Santo Amaro e José Bonifácio. A comissão retirou-se logo em seguida para desempenhar sua função”.

Feitas as discussões necessárias, a comissão preparou, então, uma resposta para o Imperador solicitando maiores informações acerca do ofício encaminhado para, assim, entender como dar prosseguimento ao pedido e então entregar uma resposta digna de sua majestade imperial. O retorno do Imperador para a Assembleia Constituinte chegou a 1h da madrugada do dia 12.

S.M., o imperador, manda responder que sente infinito que a Assembleia Geral Constituinte e Legislativa desconheça a presente crise, em que se acha esta capital, crise que até se manifestou nesse augusto recinto a ponto de suspender ontem a mesma Assembleia os seus trabalhos extemporaneamente; o que, junto à representação dos oficiais de todos os corpos da guarnição desta corte, por meio de uma deputação que veio à augusta presença do mesmo senhor, deu motivo à prudente medida que S.M. Imperial tomou de fazer marchar as tropas para o campo de São Cristóvão, onde se conserva em toda a paz.

Desejando, porém, o mesmo senhor satisfazer em tudo à literal requisição da mesma Assembleia, manda declarar que os periódicos, a que se refere a representação mencionada, são os denominados *Sentinella da Praia Grande* e o *Tamoyo*, atribuindo-se na mesma representação aos Exmos. Deputados Andrada Machado [Antônio Carlos], Ribeiro de Andrada [Martim Francisco], e Andrada e Silva [José Bonifácio], a influência naquele e a redação neste; o que muito custa a crer a S.M. Imperial, sendo a consequência de suas doutrinas produzir partidos incendiários, de que o governo não pode calcular a força que têm, e poderão adquirir [...] (Brasil, 1884, p. 294, *sic*).

O ofício dado pelo Imperador congelou os ânimos dos membros da constituinte. Um dos periódicos, o *Tamoyo*, mencionados por D. Pedro I, era redigido pelos irmãos Andradas que, por infortúnio, eram membros da Assembleia. Se esse jornal, considerado sedicioso, redigia textos contra servidores do governo, logo estavam servindo como incendiários da aclamação popular.

A resposta vinda do imperador gerou divisões. Alguns deputados quiseram se retirar, outros quiseram continuar a sessão permanente. José Bonifácio chegou a pontuar: “O Tamoyo é redigido por três deputados, entre os quais eu tenho a honra de ser nomeado, e, portanto, reputado incendiário” (Brasil, 1884, p. 295).

Pouco mais de duas horas após a comissão se reunir, por volta de 3h45 da madrugada, foi anunciado que a tropa real marchava do império em direção à Assembleia. Haviam chegado os últimos instantes da Constituinte. Os deputados presentes mantiveram-se em tudo com tranquilidade até o anúncio da chegada, à porta, de um oficial em nome de Sua Alteza Real para a entrega de um decreto:

DECRETO

Havendo eu convocado, como tinha direito de convocar, a Assembleia Geral Constituinte e Legislativa, por decreto de 3 de junho do ano próximo passado; a fim de salvar o Brasil dos perigos que lhe estavam iminentes; e havendo esta Assembleia perjurado ao tão solene juramento que prestou à nação de defender a integridade do império, sua independência, e a minha dinastia, hei por bem, como imperador e defensor perpétuo do Brasil, dissolver a mesma Assembleia, e convocar já uma outra na forma das instruções feitas para convocação desta, que agora acaba, a qual deverá trabalhar sobre o projeto de Constituição que eu lhe hei de em breve apresentar, que será duplicadamente mais liberal do que o que a extinta Assembleia acabou de fazer. Os meus ministros e secretários de estado de todas as diferentes repartições o tenham assim entendido e façam executar a bem da salvação do império.

Paço, 12 de novembro de 1823, segundo da Independência e do Império. Com a rubrica de S.M. Imperial

Clemente Ferreira França
José de Oliveira Barbosa (Brasil, 1884, p. 145).

A noite da agonia, como ficou conhecida na história a madrugada do dia 12 de novembro de 1823, momento em que a assembleia constituinte estava em fase de criação da primeira constituição nacional, teve como estopim de sua dissolução as intempéries causadas pelas gazetas *O tamoio* e a *Sentinella da liberdade à beira do mar da Praia Grande*.

Os artigos incandescentes de José Estêvão Grondona, o Brasileiro Resoluto, publicados na dita *Sentinella da liberdade*, foram considerados o estopim para a dissolução da assembleia. Em uma tentativa de manter a história viva, no ano de 2023, a Câmara dos Deputados publicou um livro chamado *O Tamoyo & Sentinella da Liberdade à Beira Mar da Praia Grande: coletânea de jornais que levaram à dissolução da Assembleia Constituinte de 1823* (Brasil, 2023).

Todo esse aparato reconstrutivo da “noite da agonia” e das artimanhas realizadas neste momento histórico para a emancipação e independência do país foram construídos e inseridos nessa investigação por ser a gazeta *Sentinella da liberdade* um jornal escrito por um periodiqueiro surdo. No tópico seguinte sua materialidade é trabalhada para compreendermos a importância deste sujeito nos caminhos que o país tomou em sequência aos processos de independência.

4.4 O PERIODIQUEIRO SURDO: JOSÉ ESTÊVÃO GRONDONA (1783-1850)

Os fragmentos históricos analisados para discorrer acerca de José Estêvão Grondona¹⁶, coletados em meio às gazetas da primeira metade do século XIX, apontam para o entendimento

¹⁶ Também conhecido como Giuseppe Stephano Grondona e Joseph Stienno Grondona. As referências ao seu nome, em alguns casos, aparecem também escritas como Grondoni, Grondoreo, Grondini ou Grondono.

de que sua nacionalidade não era *brazileira*. Logo, surge a primeira marca de sua diferença em meio ao povo do império.

Grondona era considerado um sardo, nascido na Sardenha, uma ilha localizada no mar Mediterrâneo e sob os domínios da Itália (algumas outras referências atreladas ao seu nome o tratam como sendo um genovês – oriundo de Gênova, cidade localizada a noroeste da Itália).

Grondona chegou ao *Brazil* no ano de 1818, aos trinta e cinco anos de idade, dizendo ser comerciante e conseguindo vender ao governo imperial uma coleção de pinturas antigas sem autorias. Essas obras, em 2017, sob curadoria de Anaildo Bernardo Baraçal, foram (re)descobertas e, neste mesmo ano, colocadas para visitação em uma exposição chamada *Esquecimentos e lembranças: a coleção Grondona e a pintura genovesca* no Museu Nacional de Belas Artes.

Segundo matérias vinculadas   exposição, Grondona era descendente de uma família de nobres e pintores da Itália, chegou em solo nacional com cerca de 11 quadros que foram vendidos para a Coroa e destinados ao recém-criado Museu Nacional que,   época, funcionava no Campo de Santana (fundado em 1818 por D. João VI, o primeiro museu brasileiro).

Junto às obras, a exposição também colocou em exposição alguns documentos do Arquivo Histórico do Museu Nacional da Quinta da Boa Vista, da Biblioteca Nacional, do Arquivo Nacional e do Center for Research Libraries, com sede em Chicago (EUA), perfazendo um total de 25 itens (Bahia, 2017).

As obras trazidas por Grondona, em suma, apresentavam características e marcas de cunho religioso como, por exemplo, a pintura *Adoração do menino Jesus* ou a *Alegoria   virtude*, escolhida para ilustrar esse aparato de obras introduzidas no *Brazil* por intermédio de Grondona. A reprodução da obra pode ser conferida na figura 9 a seguir:

Figura 9 – Tela “Adoração do Menino Jesus”, da exposição Grondona



Fonte: Bahia (2017).

A partir de sua chegada e da venda dessa coleção de obras para o império, D. João VI, por intermédio do presidente do real erário, Tomas Antônio de Vila Nova Portugal, nomeou Grondona, em 30 de dezembro de 1819, como restaurador e conservador de quadros do primeiro museu construído no *Brazil* fixando sua pensão em 400 mil réis.

No ano seguinte, em 10 de julho, Grondona obteve *exequatur*¹⁷ para ser reconhecido como Vice-Cônsul da Sardenha. Sobre essas ocupações, veiculadas ao título que recebera, Grondona escreveu em sua *sentinella*:

¹⁷ Termo de origem no latim, cujo significado pode ser entendido como “cumpra-se” ou “execute-se”. É uma autorização para que uma determinação ou pedido realizado por um país estrangeiro, por carta rogatória, seja cumprido ou reconhecido como verídico em outro país, neste caso, no Brasil.

[...] antes que occupassemos o Consulado Sardo, tem sido assignado por S. M. a nosso respeito, o qual era alguma cousa mais que naturalisação; pois nos concedia hum bem distincto Emprego, que não temos occupado pela obstinação da opposição de hum dos primeiros válidos (*Sentinella Extraordinaria a' beira mar da Praia Grande*, 1823, p. 69, *sic*).

Entre sua chegada e os anos subsequentes, os relatos coletados nos documentos da história relataram que Estêvão Grondona encontrou dificuldades com a polícia devido a uma ordem de prisão que recebeu, acusado de ser um impostor por parte de um rendeiro de sua fazenda (Vianna, 1960).

Após esse ocorrido Grondona fundou, em solo nacional, a *Sentinella da liberdade à beira do mar da Praia Grande*, periódico produzido no Rio de Janeiro, tendo 27 exemplares conhecidos (de 5 de agosto a 25 de outubro de 1823), tratando de apresentar assuntos de cunho político visto que “[...] dispõe-se a informar a nação denunciando as infrações das leis e arbitrariedades praticadas por qualquer funcionário público, ministro ou dependente” (CEDAP, 2023).

A *Sentinella* de Grondona, desde sua primeira edição, passou a gerar embates diretos com outras gazetas, causando discussões calorosas entre os redatores e leitores que compravam as brigas discursivas e escreviam para os pasquins a fim de posicionarem-se. Dentre essas extensas discussões, no *Correio do Rio de Janeiro*, há a manifestação de um leitor que escreveu com o pseudônimo de “O Rabugento Velho Curioso”:

[...] ha tempos que me tem trazido hum outro papel com o titulo de “Sentinella á beira do mar da praia grande” cujos últimos números tem a primeira pagina occupada com o titulo, hum paspalham com huma espingarda; humas casinhas, e hum barquinho a vela [...] Pela lingoagem tem-me parecido algum negrinho ferro, que andasse na escola para poder vir a ser fiel de feitos, e que aproveitando a mare em que todos dão á taramela, também elle metesse o bedelho [...] em todas estas duvidas me tinha a exquisita, e mixta lingoagem daquelle papel, que nem sei como se consente que appareça, sem ao menos passar pela revisam precisa para destruir nelle o aviltamento, e bastardia que tal impresso introduz na pureza de nosso idioma (*Correio do Rio de Janeiro*, 1823, p. 134, *sic*).

Deste excerto, gostaria de destacar algumas marcações. A primeira é a forma como a linguagem empregada na escrita na *Sentinella* de Grondona é considerada pelo Senhor “Rabugento Velho Curioso”. Suas palavras caracterizam-na como uma “coisa exquisita”, assemelhando à linguagem empregada por algum “negrinho ferro” que, por ventura, teria aprendido a ler e escrever.

A segunda demarcação é o questionamento sobre porquê o redator do *Sentinella* não submete seus manuscritos a uma revisão de escrita para remover toda a degeneração que tal impresso introduz na “pureza de nosso idioma” e, por fim, a crítica ferrenha sobre a aparência do jornal de Grondona, com suas letras de título que ocupam a primeira página, pelo paspalhão de espingarda, algumas casinhas e um barquinho a vela, conforme ilustra a composição da figura 10 abaixo:

Figura 10 – Capa da Sentinella da Liberdade à beira mar da Praia Grande



Fonte: *Sentinella da Liberdade à beira mar da Praia Grande* (1823a, p. 1).

Desta feita, aqui vale buscar novamente as normas oitocentistas já instaladas e discutidas anteriormente nas seções desta análise. A forma de falar, neste momento histórico, diz respeito a constituição de um cidadão que seja considerado “padrão” ou um modelo de sujeito elegido para ocupar o espaço da norma social linguística.

É desta forma que o ato de falar em um estilo popular (linguagem utilizada pelo povo cujos membros disciplinados devem seguir), contrapondo a uma linguagem *plebea*, considerada exótica e de baixo tom (características dadas para a escrita de Grondona), faz com que o Senhor *Rabugento Velho Curioso* se incomode a ponto de encaminhar uma carta para a redação do

Correio do Rio de Janeiro indagando quem era este redator da tal *Sentinella* e por quais razões este manchava a “pureza de nosso idioma”.

O princípio da normalização, como dito por Ewald (2000), se encontra na linguagem e, aqui, é possível perceber o embate pela manutenção do uso e estilo popular de conduta esperada para a gazeta de Grondona. Até mesmo a tipografia escolhida pelo redator é criticada por não seguir os padrões esperados: letras miúdas, sem desenhos, e o aproveitamento de cada espaço para o preenchimento por palavras.

A *Sentinella* em questão, pensada e divulgada por Grondona, apresenta em sua primeira página um título com letras demasiadamente grandes, que ocupa a metade da página inicial, com o desenho de um sentinela em posição de guarda que foi considerado pelo Senhor *Rabugento Velho Curioso* um paspalhão de espingarda em torno de casinholas e um barquinho a vela.

A linguagem e as escolhas empregadas por Grondona não se aproximavam do estilo popular, nobre e sublime em suas metáforas e, conforme suas edições passavam a incomodar, até mesmo o imperador D. Pedro I chegou a escrever cartas para esses pasquins com pseudônimos para “defender” sua imagem frente às acusações que apareciam na *Sentinella* e no Tamoio: “Desgraçadamente, na nossa pátria vemos o nosso chefe todos os dias atacado direta e indiretamente por êsses infames redatores dos *Tamoios*, da *Sentinela*, e não irem a Jurados” (Vianna, 1960, p. 6).

O fato de “não irem a jurados”, na lástima do Imperador, se dava ao fato de que, ainda, a identidade de Grondona não havia sido descoberta e este ainda não havia sido denunciado para ser julgado pelos juízes da corte em razão dos conteúdos que publicizava. A descoberta de sua autoria e o eminente julgamento por suas ações passaram a existir devido as edições de n. 6 e 7 da *Sentinella*, de 20 e 22 de agosto de 1823.

Por essas edições, Grondona foi acusado pelo promotor José da Veiga de haver faltado com o devido respeito à figura de D. João VI, entre outros delitos discursivos. Em 26 de setembro de 1823 Grondona foi levado perante o Tribunal de Jurados para responder por suas matérias. A sentença dada ao redator da *Sentinela* foi publicada na edição nº 19 de 7 de outubro de 1823, na íntegra, em seu periódico. Segue abaixo um trecho de seu discurso:

Senhores, pela setima vista passa o Redator da *Sentinella da Liberdade da Praia Grande*, trazida perante o Tribunal dos Jurados: reparem, Senhores, como este surdo, cachetico, perseguido por um inexoravel Promotor de Justiça que quer á força, que seja enforcado pelo menos, ainda que de crime não tenha nem a mais pequena apparencia, intrepido deffende a sua cauza, e mostra, que a inocência, e consciencia illibada fazem o homem impavido, por mais timido que seja, assim como eloquente o

mais acanhado (Sentinella da Liberdade a beira mar da Praia Grande, 1823b, p. 104, *sic*).

Grondona incluiu na *Sentinella* do dia 7 de outubro um texto expondo sua gratidão aos juízes que realizaram seu julgamento, ao povo patriota que compareceu ao júri e todas as demonstrações de afeto, amor e benevolência que recebeu durante os momentos em que esteve sob exame do juizado. Nesse texto também apontou ter escolhido, por livre e espontânea vontade, estabelecer moradia em solo *brazileiro* e expôs seu ufanismo em defender os interesses da pátria.

José Estêvão Grondona, na edição n. 19 da *Sentinella*, transcorreu sua fala defendida diante do júri e do povo presente, solicitando indulgências àqueles que o ouviam, devido ao uso que poderia fazer de trocas de termos, palavras, sentidos ou vocábulos adequados. Esse cuidado inicial, com tons de piedade e clemência, foi complementado com as seguintes assertivas:

Pouco experto no idioma Portuguez, assim como os meus escriptos o attestão, e até expressamente o declarão, [...] Possessor de poucos termos, não acho as vezes os que me são precisos, para render as minhas idéas: occupo-me em procurar os sinonimos, no em tanto, afrouxa a imaginação; a oração esmorece; e o efeito se perde. Não posso igualmente deixar de manifestar, que **tenho a infelicidade de ser surdo**; e isto porque, se as vezes precisasse de pedir alguma repetição, ou fosse tardío alguma coisa em responder, não me viesse imputado á malícia, ou ao subterfúgio (Sentinella da Liberdade a beira mar da Praia Grande, 1823c, p. 82-83, *sic*, grifos próprios).

Grondona pontuou haver problemas com o idioma *portuguez* por não ser sua primeira língua e, também, materializou sua dificuldade em estabelecer diálogo devido à surdez. Esses elementos podem ser considerados a causa das reclamações do Senhor *Rabugento Velho Curioso*. Estamos falando de um sujeito estrangeiro; logo, visto com desconfiança pelos *brazileiros*. Essa tal desconfiança e descontentamento se manifestaram abruptamente nos jornais e gazetas locais conforme espalhou-se a notícia de que sua identidade foi descoberta: “[...] hum Estrangeiro era o tal Sentinella. Ah Sr. Redactor! Postos tão importantes como o de Sentinella da liberdade occupados por hum Estrangeiro; aqui há coisa! (Correio do Rio de Janeiro, 1823, p. 134, *sic*).

Ser surdo e estrangeiro e não dominante da linguagem popular utilizada pela elite *brazileira* colocava Grondona em um lugar de perscrutação e até mesmo de deslegitimação. As gazetas inquiriam saber sobre os *merecimentos* e as *capacidades* de José Estêvão. Buscavam informações sobre sua naturalização como *brazileiro*, se possuía bens, empregos, postos sociais, etc.

A gazeta *Correio do Rio de Janeiro* publicou que Grondona não era naturalizado e que esteve 14 dias preso devido ao problema que teve com a polícia por acusação de impostor e, também, que recebeu o título de Vice-Cônsul da Sardenha. Entretanto, “[...] o ex-Ministro José Bonifácio reconhecendo a falsidade de suas credenciaes, abandonou-o como Ente nullo e despresível, pelo haver enganado com reverendas falsas” (*Correio do Rio de Janeiro*, 1823, p. 135).

O supramencionado periódico arguiu, ainda, que as matérias e artigos que o redator escrevia na *Sentinella* eram consideradas coisas de *estrangeirinhas*, deslegitimando seus posicionamentos e reduzindo-o a um “forasteiro” incapaz de articular posicionamentos em questões nacionais relacionadas aos processos de independência do Brasil e de suas vertentes nacionalistas.

Em sua edição extraordinária, Grondona rebateu as acusações do *Correio do Rio de Janeiro* e apontou as causas de sua prisão; esclareceu as questões acerca de sua naturalização, emprego e posses, deixando que o público decidisse quem estava com a razão e quem estava usando de má fé, calúnias injuriosas e falsidades.

Em vias de finalizar este tópico, voltemos para o julgamento de Grondona e a sentença final após rebater cada uma das acusações que lhe foram feitas pelas gazetas locais. No dia de sua deliberação, todos os espaços do tribunal se encontraram repletos de pessoas: sala, escada e o lado adjacente por completo. Dentro desta construção, Grondona redigiu na *Sentinella* a seguinte asserção:

A huma hora e meia da tarde reaparecerão os oito nossos juizes Jurados, com os seus unanimes votos por escrito, o qual, tendo sido que não constava que fossemos criminosos nem que tivessemos excedido os limites da Liberdade da Imprensa. Pelo Ilmo. Sr. Jury de Direito fomos absolvidos da accusação que tinha sido dada contra nós: Então foi que se conheceu bem quão foi conforme aquella decisão, com a espectação universal: pois foi geral o applauso dado aos Ilmos. Srs. Juizes, e generalissimos os VIVAS a eles e ao BRASIL! (*Sentinella Extraordinaria a’ beira mar da Praia Grande*, 1823, p. 91, *sic*).

A multidão, correndo para cumprimentar Grondona, em um entusiasmo patriótico, o suspendeu pelos ares e o carregou até a sua casa. No mês seguinte, a Assembleia Constituinte foi dissolvida devido aos artigos publicados pelo “Brasileiro Resoluto” na *Sentinella*. Desta feita, Grondona, para evitar ser preso, fugiu do país para Buenos Aires.

A construção dessa narrativa aponta para a existência de uma personagem secular que é estudada na história do Brasil Império. Lê-se e escreve-se sobre tal redator em produções

científicas, e sua atuação é atrelada diretamente ao fim da primeira Assembleia Constituinte de 1823 por seus discursos incendiários, mas mantém-se sua surdez anulada de seu corpo histórico.

A materialidade das diferenças que compõe Grondona (estrangeiro e surdo) só puderam persistir no decorrer da história por sua inscrição nas páginas do tempo, efetivadas por intermédio de sua *Sentinella* e, agora, reavivadas pelo desejo de devolver à sua trajetória sua surdez para que, assim, se saibam que tal personagem **surdo** atuou diretamente na construção da história do Brasil.

Na seção subsequente, ainda tendo em mente as normas sociais de condutas de corpos detectadas no decorrer das seções desta investigação, adentro em outras possibilidades de busca a partir de uma nova composição: a invenção de um campo de saber médico.

SEÇÃO 5: COMPOSIÇÃO DO CAMPO DE SABER MÉDICO: CARIDADE E REPUTAÇÃO COMO CONDIÇÕES PARA A CRIAÇÃO DE INSTITUIÇÕES ESPECIALIZADAS

Para dizer algo acerca deste último campo de saber, inicialmente, remonto à consolidação do conhecimento médico em território nacional dentro do recorte da primeira metade do século XIX, descrevendo a formação da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro que, posteriormente, passou a ser denominada pelo beneplácito de D. Pedro II como Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro.

Desta forma adentro às práticas de higiene pública preconizadas pela academia para acompanhar a movimentação causada por ela em prol de uma limpeza do espaço público e privado da corte, trasladando os cemitérios das igrejas para fora do ambiente urbano e condicionando a vida da população *brazileira* a novos ritos e culturas incorporados da Europa.

A partir de então, busco dentro das normas sociais oitocentistas entender como o aperfeiçoamento do campo médico traz, em seu bojo, as práticas de *memórias* e *observações* das doenças e dos corpos molestados para, desta forma, atuar sobre suas materialidades. Este caminho levará à necessidade de acúmulos de conhecimentos sobre cada área médica especializada, o que permitirá que saberes acerca da surdez na Europa passem a ser traduzidos e incrementados em solo nacional por intermédio de uma “representação europeia”.

Esta importância dada aos saberes especializados e alimentada por esta forma de representação faz com que, em um longo espaço de tempo, os profissionais de medicina do *Brazil* passem a solicitar a criação de “hospícios” específicos para o tratamento direcionado à cada moléstia. Assim, é possível ver o apelo para a criação de instituições voltadas para a categoria de sujeitos “surdos” e “mudos”.

Acompanhando a possibilidade de criação de tais espaços para as demais moléstias, ilustradas nesta pesquisa com a criação de um “hospício” para alienados, tanto de forma privada quanto de forma pública, é possível entender as regras de condutas e as possibilidades de materializar estes institutos, além de conseguir detectar por quais motivos a educação de surdos, em solo *brazileiro*, não foi possível de acontecer na primeira metade do século XIX, mas somente em sua segunda metade.

Desta forma, seguindo a tese inicial desta pesquisa, é possível encontrar na insurgência deste campo de conhecimento as respostas para compreender a irrupção do surgimento do atual INES, no ano de 1856, na cidade do Rio de Janeiro, durante a segunda metade do século XIX.

5.1 A CONSTRUÇÃO DE UM SABER MÉDICO BRASILEIRO: A REPRESENTAÇÃO DAS ARTES DE CURAR

*A gente morava no Sítio, duas léguas da Capital [...]
 Meu avô queria passear na Capital
 Mandou encilhar Floripa. E saiu. [...]
 Logo Floripa estacou em frente de nossa casa.
 Meu avô entrou e disse: Gostei de ver a Capital.
 Já tem até vaca na rua!
 É fruto de progresso.*

Manoel de Barros (2006).

Em Manoel de Barros há uma sabedoria de pequenices teorias. Há um frasear alternativo para contar as histórias rotineiras do Pantanal, sua ligeireza em passos de rã. A égua Floripa de sua história engana o avô que pensa ter chegado à capital. E lá, nesse lugar a duas léguas, o progresso já havia se manifestado. Até vaca na rua se era possível de encontrar.

O progresso, para o século XIX, era vocábulo caro. Carregava luz em sua trincheira. Impedir que esta palavra chegasse a todo canto do mundo era uma perfídia. O progresso das *sciencias*; do tempo; das ações humanas; das civilizações; das luzes sobre as trevas; das rendas públicas e das conquistas da humanidade. O caminho “natural” do desenrolar das coisas.

Todo este aparato acerca do vocábulo “progresso” é resultado da explosão do processo do renascimento, entendido como o “século das luzes” na história do pensamento europeu, entre os séculos XVII e XVIII. Este momento histórico, segundo Morin (2005), é marcado pelo renascimento da filosofia, não mais como servo fiel da religião, mas sim em um desabrochar de procedimentos empírico-rationais.

A importância deste período diz respeito ao fato de que as “luzes” deste momento histórico convertem a razão em um caminho consagrado para se conhecer a verdade e, desta forma, passa a validar a ciência como produtora do autêntico conhecimento. Assim, a razão “[...] guia a humanidade na direção do progresso e assim o Progresso torna-se a lei inexorável da história” (Morin, 2005, p. 25).

É a partir deste pensamento, com a chegada de D. João VI em solo nacional, que a importação das “luzes” da Europa começa a ser introduzida na corte brasileira com maior

afinco. A introdução dos modelos de educação, modos de vida, teatro, música, vestimentas passa por uma mudança e, pode-se inferir, um momento de “mímese europeia”.

Podemos entender por mímese, ou *mimesis* (em sua tradução latina, *imitatio*) não apenas um processo de “imitação” de algo, mas “[...] tradicionalmente, como aquilo que opõe a representação artística às formas de reflexão teórica” (Carvalho, 2019, p. 17). Ou seja, podemos dizer, por exemplo, que a arte da música, teatro, poesia, entre outros (campo de saber literário) são formas de mímese na medida em que se tornam uma *imitação* da moral, uma sátira dos costumes passados e de formas de vidas outras. Deste modo, ao dizer sobre uma “mímese europeia”, é possível afirmar que:

Combina mal com os fatos da vida brasileira não perceber que nossa produção artístico-literária possuía história longa, chegando ao século XX com as marcas deixadas pela situação colonial e subserviente do Brasil. O fenômeno da “mímese” europeia, da inautenticidade artística que havia caracterizado um aspecto desta evolução, teria de ser explicado, estudado e corrigido, não apenas condenado. Especialmente porque não foi total. Revelou-se mais intenso e firme no nível da elite letrada, isto é, dos ascendentes de nossos modernistas. Foi, portanto, fenômeno de classe (Souza, 2015, p. 7-8, *sic*).

Michel Foucault, segundo os apontamentos de Rocha e Coito (2023), se afasta da ideia de mímese (*imitatio*) para trabalhar em seu lugar, a partir do quadro de René Magritte *Isto não é um cachimbo* a construção do que viria a ser uma “representação”. Segundo os autores, podemos compreendê-la da seguinte forma:

Finalmente, da discussão empreendida até aqui destacamos que para Foucault (1999) a representação e a *mimesis* estão presentes em momentos históricos distintos. Somente com o nascimento da episteme clássica, a diferença entre real e representação se torna possível. Há um distanciamento da palavra e da coisa, bem como da concepção platônica de linguagem como representação, na qual somente a linguagem primeira era fruto da representação direta e clara do real (Rocha; Coito, 2023, p. 207).

Desta forma, pensando que a representação e a mímese, em Foucault, estão presentes em momentos díspares da história e, somente a partir do nascimento da episteme clássica podemos dizer que a representação passa a ocupar espaço de diferenciação é que, nesta investigação, opto por utilizar, para dimensionar a grande aceitação da sociedade brasileira da primeira metade do século XIX dos bens e formas de vida europeia, não o termo “mímese”, mas sim a possibilidade de mensurar uma “representação europeia”, levando em consideração que “Lá onde há discurso, as representações se expõem e se justapõem; as coisas se reúnem e se articulam” (Foucault, 2007, p. 428).

Acionar neste tópico a noção e o entendimento de uma aceitação de toda forma de produção europeia nos auxilia a pensar as possibilidades de invenção de um saber médico para este recorte temporal. Entretanto, se torna pertinente mencionar que, aqui, não estamos lidando com o nascimento da medicina no Brasil. Pelo contrário, conforme a biblioteca do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o primeiro hospital construído em solo nacional foi a Santa Casa da Misericórdia de Santos, fundado em 1542 e sendo inaugurado em 1º de novembro de 1543 (IBGE, 2024).

Desta mesma forma, ao se tratar da capital do Império, Rio de Janeiro, ela já possuía hospitais e saberes específicos acerca da “arte de curar” que remontam ao período jesuítico, sendo o seu mais antigo prédio o Hospital da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro. Dentre as narrativas encontradas nos documentos analisados, vale a pena destacar que:

O Hospital da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro, teve o seu principio no anno de 1582, sendo seu pio fundador, segundo as melhores tradições, o veneravel padre José Anchieta, da extincta companhia de Jesus. A Irmandade da Misericordia devia já então existir, ou foi instituida pouco tempo depois, como consta de huma provisão passada em 1591 a favor do seu Provedor e mesa, pelo prelado Administrador Ecclesiastico da Frequezia que se intromettesse nas eleições da mesma Irmandade, por ser isenta da sua jurisdicção. Com o andar dos annos, á proporção que a cidade foi crescendo em população e riqueza, recebeu o Hospital augmento de patrimonio e edificios: mas infelizmente todas as obras se forão fazendo sem plano: daqui provém, que, a pesar de contar mais de dous seculos e meio de existencia, está muito longe de satisfazer ás necessidades publicas, e póde dizer-se que não temos Hospital que mereça este nome! (Revista Medica Fluminense, 1839a, p. 262, *sic*).

A chegada da família imperial, em 1808, propôs uma (re)construção e a importação de uma nova possibilidade de insurreição destes saberes, não somente em detrimento da medicina, mas de outras áreas já existentes em grande variedade em Portugal. Neste tratamento de representação europeia foram criados no Brasil, então, a Imprensa Régia, a Biblioteca Nacional, periódicos e jornais para circular os saberes produzidos e, também, instituições de ensino superior.

Dentro desta movimentação, o edifício do Hospital Real Militar e da Marinha da Corte do Rio de Janeiro também passou a ser incorporado pela coroa para a realização de práticas da medicina. Para título de ilustração, o então Príncipe Regente, D. João VI “[...] em beneficio da conservação, e saude dos seus vassallos”, mandou estabelecer, por intermédio de decreto, neste hospital “[...] huma Escóla Anatomica, Cirurgica, e Medica, com os Lentes, e correspondentes Cadeiras, para se proceder ao ensino [...]” (Gazeta do Rio de Janeiro, 1809, p. 4, *sic*).

O processo de incentivar uma nova formação médica local criando cadeiras e escolas, durante as leituras realizadas, pareceu-me ocupar duas frentes importantes, a saber: *i*) a

preocupação do Príncipe Regente de que estes estabelecimentos médicos escolhidos para a glória da nação e bem do povo brasileiro, no futuro, fossem dirigidos por professores formados em solo nacional, auxiliando na apropriação de sujeitos patriotas cujos conhecimentos estivessem a par do que havia de melhor na Europa. Esta preocupação pode ser sintetizada no recorte abaixo:

[...] foi o Mesmo Augusto Senhor servido determinar que se escolhessem tres Estudantes dos mais habeis da Escóla de Cirurgia do Hospital desta Côrte para serem mandados fazer os seus estudos de Cirurgia na Cidade de Edimburgo na Escocia [...]. e dignou-se S. A. R. nomear a Manoel de Lisboa Rodrigues, a José Caetano Vaz, e José Eustaquio Gomes que havião dado provas de distincto talento nas Escólas que S. A. R. creou no Hospital Militar de Anatomia, Physicologia, Cirurgia, Materia Medica, e Farmacia, e que também são sujeitos instruidos na Lingua Latina, e em algumas linguas vivas da Europa, e que ja tinhão feito os seus cursos de Rhetorica, Logica, e Geometria (Gazeta do Rio de Janeiro, 1810, p. 3, *sic*).

O envio de estudantes que se destacavam para estudar em países europeus, como no excerto apontado acima, ou então o favorecimento de pensões para auxiliar nos meios de subsistência de alunos durante seus processos de formação na primeira e segunda década deste período (1810-1820) não era uma prática desprovida de interesse.

Surge, então, a segunda frente encontrada para compor este arsenal de saberes: *ii*) o envio destes alunos em destaque para a Europa ou o recebimento de proventos para manterem-se estudando possuía um eixo normalizador vinculado diretamente com o princípio da utilidade (primeira norma social detectada na abertura desta investigação).

Desta forma, por exemplo, estes alunos com ótimo aproveitamento, ao receberem o favorecimento da coroa, seja por intermédio de formação exterior, seja por proventos pecuniários para continuarem estudando, deveriam, em retorno, ser úteis à sua pátria, servindo como cirurgiões nas tropas e nas demais províncias onde não existiam profissionais. Este pensamento pode ser lido no recorte abaixo:

Querendo Eu favorecer a util applicação a Estudos tão necessarios ao bem publico, e com o fim de habilitar pessoas, que possuão depois ser convenientemente empregadas, como Cirurgiões, nas Minhas Tropas, e nas diversas Provincias deste Reino, onde haja falta de Professores de Saúde: Sou Servido estabelecer doze Pensões de nove mil e seiscentos réis mensaes para doze Alumnos da referida Academia [...] (Gazeta do Rio de Janeiro, 1820, p. 1, *sic*).

Assim, começa a tomar forma uma nova possibilidade de surgimento das “artes de curar” em solo brasileiro. Com a volta de D. João VI para Portugal e a permanência de D. Pedro

I como seu sucessor direto ao trono, o entendimento para a época era de um Brasil recém-nascido, portanto, apto às representações de todas as artes construídas pela Europa.

Surge, desta forma, durante o fim da década de 1820, uma nova necessidade: a criação de uma Sociedade de *Sciencia* da Medicina. A partir desta demanda, sete médicos com interesse em fundar tal sociedade reuniram-se na casa do Dr. Joaquim Candido Soares de Meirelles, em um encontro preparatório. Nesse agrupamento uma reunião foi planejada para compartilhar a ideia com possíveis doutores com interesse em participar desta criação.

No agrupamento realizado para se pensar a criação da Sociedade estavam presentes “[...] todos os 7 membros da Reunião Preparatória, e juntamente com elles 7 dos 10 individuos convidados [...]” (Semnario de Saude Publica, 1831a, p.1, *sic*). Ao fim da reunião, guiada pelo Senhor Dr. Meirelles, todos, sem exceção, aceitaram participar da edificação desta sociedade filantrópica.

Encontrados os membros para dar corporificação a esta causa, era necessário pedir o favor imperial à D. Pedro I. O apelo feito em carta para o amparo da Sociedade pelas asas da proteção da coroa levou em consideração as vantagens que tal criação daria ao Império fazendo-se valer das seguintes narrativas:

Senhor. - Os abaixo assignados Facultativos da Arte de curar, tendo por fito o bem publico d'este Imperio, e o da humanidade em geral; considerando as grandes vantagens que ás mais nações civilizadas tem resultado da instituição de Sociedades Scientificas, e principalmente d'aquellas que se dedição á Sciencia da Medicina; e reflectindo sobre a falta que ha n'este Imperio nascente de huma Sociedade d'este genero, a qual promova e favoreça a illustração, progresso, e propagação das Sciencias Medicas, o melhoramento da saude publica e o alivio dos pobres, unirão-se de commum accordo, e formarão a *Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro*, [...] =Os Supplicants animados pelas virtudes philanthropicas que distinguem a V. M. I., e pelo patrocínio que V. M. I. liberaliza ás Sciencias, e ás instituições uteis, respeitosa e supplicação a V. M. I., para que Dignando-Se considerar a grande, e manifesta utilidade que esta *nova* Sociedade Medica promette com o tempo, seja servindo animar o zelo com que os Supplicants a instituirão, e concorrer com o poderoso auxilio da Sua Alta Protecção, para que a mesma Sociedade subsista, e prospere debaixo da Authorisação, e Auspicios de V. M. I. gozando assim da consideração, e privilegios de huma Sociedade Publica, a qual faça para o futuro a gloria e o lustre do Brasil, a salvação do seu povo, e a gloria do Monarca que tiver formado, e protegido a sua instituição.= (Semnario de Saude Publica, 1831b, p.1, *sic*).

Neste recorte, a representação aparece no apelo realizado em relação às demais nações civilizadas que angariaram vantagens por terem à disposição uma Sociedade Médica que as direcionasse e refletisse sobre a promoção do progresso e propagação das *sciencias*, assim como o apelo à utilidade social deste órgão para o auxílio e salvação de seu povo.

Estas temáticas foram levantadas com pompa e esmero para dignar-se sua Majestade Imperial de que, no futuro, receberia as glórias de ser o Monarca que formou, protegeu e amparou sob seus auspícios a constituição da primeira Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro.

Foi, então, encaminhado para o Imperador um catálogo com todos os nomes dos participantes e os estatutos criados para servirem de base ao trabalho filantrópico da Sociedade. Tais estatutos foram inspirados nos regulamentos da Academia de Medicina de Paris e preconizavam, basicamente, as inspeções sanitárias do Brasil.

Em resposta a esta solicitação, por intermédio da Secretaria de Estado dos Negócios do Império, D. Pedro I aprovou o Decreto Imperial de 15 de janeiro de 1830 contendo a fundação da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, com seus estatutos e corpo integrante. As letras da provação podem ser lidas a seguir:

Tendo subido á minha Augusta Presença huma Representação de alguns Medicos, e Cirurgiões d'esta Côrte que, para o importante fim de promover por todos os meios a Saude Publica, formarão huma associação com o titulo de - Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro - pedindo-Me a Graça de Authorisação com o Meu Imperial Beneplacito: E reconhecendo Eu que d'esta fundação muitas vantagens devem resultar pelos esforços reunidos de seus membros, para a formação de regulamentos Sanitarios, estabelecimento de Hospitaes, e reformas dos existentes, e também pela propagação de conhecimentos uteis levados a todas as partes do Imperio, por meio das correspondencias da Sociedade sobre os differentes ramos da mesma Sciencia: Hei por bem Approval-a, e igualmente os seus Estatutos que com este baixão assignados pelo Marquez de Caravellas do Meu Conselho d'Estado, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, que assim o tenha entendido, e expeça os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em 15 de Janeiro de 1830 (Semario de Saude Publica, 1831c, p. 1-2, *sic*).

A partir desta breve introdução à edificação desta área de saber, na primeira metade do século XIX a medicina passou a ganhar campo e prestígio entre o povo brasileiro. Assim como nos países europeus, pelas luzes do século, a medicina passou a elevar-se ao lugar de conhecedora da verdade humana.

É possível encontrar, por exemplo, nos discursos de posse dos presidentes da Sociedade, menções de que antes a este momento histórico a medicina no Brasil poderia ser considerada apenas um tipo de “ramo do comercio” (Semario de Saude Publica, 1832a) e, agora, resplandecia como um novo nascer do sol.

Em pouco tempo, o campo de saber médico ampliou suas possibilidades e, com o beneplácito imperial, regulou as escolas e faculdades de medicina. Dentre as regulações, é possível destacar que o aluno pretendente a cursar a faculdade deveria ter como requisitos: *i)*

ter completado 16 anos; e *ii*) saber latim, francês ou inglês; filosofia racional e moral; aritmética e geometria (Semanao de Saude Publica, 1833).

Para as mulheres que desejassem se matricular para receberem o título de parteira, estas deveriam, assim como os homens, ter a idade de 16 anos completa; mas, diferentemente dos primeiros, bastaria saber ler e escrever corretamente, apresentando um atestado de “bons costumes” passado por um juiz da Paz da freguesia em que vivia (Semanao de Saude Publica, 1833).

Ainda dentro destas regulações, em seu artigo 30 há os seguintes dizeres: “De quatro em quatro annos haverá hum Concurso, para se escolher hum individuo **Doutorado pelas Escolas do Brasil**, que viaje á custa do Estado, a fim de colher os conhecimentos, que as mesmas julgarem convenientes” (Semanao de Saude Publica, 1833, p. 5, *sic*, grifos próprios). Este trecho aponta para a direção que a medicina brasileira escolheu para compor suas referências nas artes de curar.

Segundo os documentos, nas escolas e faculdades de medicina fundadas no Rio de Janeiro e, posteriormente, na Bahia, a literatura francesa foi adotada como um clássico a ser estudado, com pequenas modificações e intervenções. Essa lógica, do envio de doutores formados pelo Brasil para o exterior com a finalidade de colher os conhecimentos que julgarem convenientes, está pautada na necessidade de manter atualizados os saberes incorporados da Europa aos meios educacionais formadores do Brasil.

Feita esta introdução de como foi iniciado o germe do saber médico dentro deste recorte temporal, no tópico seguinte serão abordadas algumas práticas e ações desta Sociedade para intervir nas formas de elevar o *status quo* da capital do Império para uma representação do que era considerado o século das luzes.

5.2 PRÁTICAS DE HIGIENE PÚBLICA E A REORGANIZAÇÃO ESPACIAL DA VIDA EM SOCIEDADE

Posteriormente, sob o consentimento de D. Pedro II, a partir de 1835 a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro passou a ser chamada de Academia Imperial de Medicina em razão de uma “[...] offerenda de remuneração feita pelo governo á sociedade, acto de transformação organica no sentido literal e scientifico” (Diario de Saude, 1835a, p. 217, *sic*).

À vista disso, como uma instancia científica, a Academia Imperial passou a intervir nas práticas culturais do povo brasileiro concernentes aos modos de vida do período colonial que, a partir da irrupção deste novo campo de saber, deveriam ser combatidas. Entre algumas das

ações pode-se destacar a retirada dos cemitérios de dentro dos espaços das igrejas e freguesias e o seu estabelecimento fora do perímetro das cidades.

Culturalmente, mudar a forma como o sepultamento do povo acontecia se converteu em um embate ferrenho travado pela Academia de Medicina e os sacerdotes das igrejas. Três anos após a aprovação da lei que validava o posicionamento da academia, nada ainda havia se concretizado para a transição desta mudança de comportamento da sociedade local.

Essa dificuldade de transposição dos cemitérios para outra região poderia ser apresentada segundo os posicionamentos dos sacerdotes eclesiásticos pois, na letra da lei imperial, para a aprovação da retirada destes cemitérios dos cuidados da igreja exigia-se a aquiescência da autoridade máxima sacerdotal que estava à frente destes espaços de fé.

Em oposição a esta necessidade, os sacerdotes constituídos na capital não queriam renunciar ao costume de enterrar seus fiéis dentro das dependências da igreja, costume este que remonta tempos remotos e que os documentos afirmam ter surgido com o Imperador Constantino, em Roma (o primeiro imperador convertido ao cristianismo).

Quando Constantino abraçou a religião cristã, pôs fim às perseguições, transformando os templos considerados edificadas para a “idolatria” em igrejas cristãs e onde se tornou permitido “[...] transportar unicamente o corpo dos martyres, e dos que pelas suas virtudes merecessem as honras da canonização” (Semanaio de Saude Publica, 1831d, 59, *sic*).

Com o passar do tempo, o privilégio concedido de ser enterrado nas igrejas passou a ser estendido aos bispos e, em sequência, aos imperadores (lembrando que, historicamente, os imperadores passaram a ser vistos como uma extensão de Deus na Terra e, portanto, enviados para guiar seu povo em sabedoria). Desta forma, conforme seguia a superstição:

[...] hum dos meios de bem merecer, perante Deos, era ser sepultado ao pé dos Santos, não houve quem não aspirasse ao mesmo privilegio. Elle começou pois a estender-se a todos aquelles que deixassem grandes exportulas ás Igrejas quer fossem Christãs, quer Pagãs. Alguns tempos depois tornou-se commum, e o direito de sepultura ainda que fosse diminuindo, como todos o pagavão, avultava em grandes sommas como era para desejar. O mesmo costume se espalhou entre todos os povos que abraçarão o Christianismo, e apezar de reiteradas prohibições; porem a experiencia de muitos seculos tendo constantemente mostrado os funestos effeitos de tão nocivo costume, a maior parte dos povos Christãos o tem hoje de todo abandonado comprehendida mesmo Roma, que tem o seu cemiterio não só fora do recinto dos templos mas, como deve ser, fora do recinto da Cidade, para o que muito concorreu o celebre Scipião Piattoli com os seus escriptos (Semanaio de Saude Publica, 1831d, p. 59, *sic*).

Assim, historicamente, a edificação de sepulturas dentro das dependências das igrejas passou a ser uma forma de estar mais “próximo” de Deus e de todos os seus santos. Para

conquistar um espaço dentro destes limiares, costumava-se dar *exportulas*¹⁸ às igrejas, ação responsável por uma grande soma de dinheiro levantada pelos templos – pois todos os fiéis mantinham suas *exportulas* ofertadas, mesmo que a tradição tivesse uma tendência a diminuir, alimentado o costume que, chegando aos tempos da primeira metade do século XIX, permaneceu instaurado como uma prática firme e resistente.

Nesse viés, as casas próximas às igrejas passaram a tornar-se inabitáveis e, quando alguma família intentava viver nelas, acabava se afastando por motivo de pestilência. Os documentos retratam o caso de uma residência em específico em uma das freguesias da corte onde havia mudança de moradores de dez em dez dias, e todas essas famílias a descreviam como sendo “má e pestilenta”.

Isso ocorria devido ao fato de que “[...] As materias, que resultão da decomposição dos cadaveres, exsudão continuamente de huma das paredes contigua ao cemiterio dessa Igreja” (Revista Medica Fluminense, 1836, p. 59, *sic*), invadindo as casas vizinhas, infertilizando seu solo e poluindo seus ares.

Conforme a experiência passada pela Europa, esta prática foi a causa de muitas epidemias, doenças, pestes e outras enfermidades. Aqueles que se mantinham próximos ao cheiro em decomposição de uma soma de cadáveres putreficados geralmente sofriam de mal súbito e, em alguns casos, mortes instantâneas:

Tem-se visto coveiros cahirem mortos ao tempo em que descobrem algum cadaver, e respirão por minutos o ar apenas infeccionado: tem-se visto milhares de epidemias ocasionadas por bem poucos cadaveres: a Europa toda o atesta: ella conserva a memoria de hum sem numero de pestes sobrevindas depois de batalhas e de epizoocias (Semario de Saude Publica, 1831d, p. 59, *sic*).

Uma das causas apresentadas da resistência, tanto pelo povo quanto pelas igrejas, para a mudança deste hábito é a noção e a tendência desses grupos a pensar que este costume não deveria ser alterado por causa de uma “simples inovação” implantada pela recém-nascida medicina brasileira, desconsiderando que, para o entendimento da academia, se tratava de uma utilidade pública e bem social.

A Academia Imperial de Medicina, então, passou a realizar um longo, repetitivo e árduo trabalho de conscientização da sociedade brasileira por meio de suas publicações científicas

¹⁸ Na Igreja Católica compreende-se por *exportulas* um tipo de “presente” em dinheiro ofertado aos sacerdotes com o objetivo de obter um retorno particular, seja intenções sobre si ou outra pessoa que possam ser levados em consideração pelo padre ou sacerdote no momento de execução da missa (FSSPX, s.d.)

ancoradas no Semanario de Saude Publica (1831-1834), Revista Médica Fluminense (1833-1841) e no Diario de Saude (1835):

No entanto se não deve deixar de clamar, e dizer ao povo e ás Autoridades no Jornal, e por todas as formas e meios, que isto de enterros nas Igrejas e Cidades he máo. Embora já tenha sido dito e redito: huma lição, nem duas bastão para ensinar: he preciso repetil-as: com isto evita-se que as primeiras cahião no esquecimento, e que as boas praticas cahião em desuso. Diga-se pois á Camara Municipal que o tempo de executar tem chegado, e que toda a dilação he prejudicial e pouco honrosa (Revista Medica Fluminense, 1836, p. 4, *sic*).

Para conseguir realizar a transição destes cemitérios com a autorização das autoridades religiosas foi necessário pensar em medidas que pudessem diminuir seu prejuízo financeiro em consequência das *exportulas* que deixariam de receber, e também minimizar o desgosto das ordens religiosas pela perda de uma tradição antiquíssima.

Dentre as medidas encontradas nas gazetas pode-se mencionar, por exemplo, consentir que somente os fundadores dos estabelecimentos religiosos ou benfeitores que tivessem realizado grandes serviços às ordens religiosas fossem enterrados dentro destes espaços de fé, desde que soterrados em caixões forrados de chumbo e de difícil destruição.

Outra medida tomada para diminuir as perdas pecuniárias das ordens religiosas foi a concessão de pedaços dos novos cemitérios implantados fora da cidade, definidos pela extensão da grandeza de cada igreja, para que pudessem construir os jazidos de seus fiéis, entretanto, seguindo as orientações da Academia Imperial em relação aos preceitos da higiene pública (Revista Medica Fluminense, 1840a).

Outras orientações também passaram a ser adotadas, mediante os esforços da Academia, como a noção de que nenhum corpo deveria ser sepultado sem a devida análise para se produzir um atestado no qual se declarasse o motivo da morte (por qual moléstia?), sua causa provável ou presumível, o tratamento que foi empregado ao doente, entre outros detalhamentos necessários (Semanario de Saude, 1831d).

Entre as frentes encampadas pela Academia, a reorganização dos hospitais, prisões, fábricas, matadouros e açougues também eram frisadas nos documentos. Os hospitais, nesse sentido, “[...] são os que podem ser mais damnosos á saude publica, e porque de todas as emanações prejudiciaes nenhuma ha, que mais o sejão das que sahem de corpos que já existem em estado morboso (Semanario de Saude Publica, 1831e, 64, *sic*).

Para além da saúde e higiene pública, a Academia Imperial, por extensão, procurou reger normas para a higiene privada, acionando em suas publicações nos jornais, semanários e diários a necessidade de observar com maior atenção a educação moral e física das crianças, o uso de

ginástica diária e o fim do casamento extemporâneo, ou seja, o matrimônio, amparado por lei, de meninas a partir de 12 anos de idade com homens adultos, gerando graves danos físicos aos corpos das garotas entregues para serem mães em tenra idade (Semanario de Saude Publica, 1831f).

A partir destes apontamentos, no tópico seguinte, partindo da expansão e crescimento da área médica em solo brasileiro, é analisado como este campo de saber passa a atuar de forma intensa sobre o corpo molestado, sobre as observações das doenças e a importância de suas áreas especializadas.

5.3 PRÁTICAS DE *MEMÓRIAS* E *OBSERVAÇÕES* DAS DOENÇAS E DO CORPO MOLESTADO

*Não é porque caiu doente que o homem morre;
é fundamentalmente porque pode morrer
que o homem adocece.*

Michel Foucault (2003a).

Michel Foucault (2003a) em sua obra *O nascimento da clínica* encontrou no século XVIII uma mudança fundamental para a irrupção dos hospitais. Ao contrário do que imaginamos, essas instituições surgiram na Idade Média não para o auxílio do ser doente (ou molestado): pelo contrário, surgiram como uma prática de exclusão.

Nesta lógica, por exemplo, “[...] o leproso era alguém que, logo que descoberto, era expulso do espaço comum, posto fora dos muros da cidade, exilado em algum lugar confuso onde ia misturar sua lepra à lepra dos outros” (Foucault, 2019, p. 156).

A gênese do surgimento dos hospitais está intimamente ligada ao exílio do corpo molestado em favor da purificação do espaço urbano. Desta forma, “medicalizar” alguém significava confiná-lo para manter a pureza dos corpos considerados sadios. Assim, anteriormente ao século XVIII, a figura do hospital estava indubitavelmente relacionada a uma instituição de separação, exclusão e assistência aos pobres (Foucault, 2009).

A leitura de Michel Foucault, proposta para este período anterior ao século XVIII, era baseada no fato de que o personagem ideal para estar apartado dos espaços públicos, encerrado nos hospitais, não era o doente a quem era preciso curar, mas sim o sujeito pobre que estava morrendo. O hospital nasce para “[...] alguém que deve ser assistido material e espiritualmente,

alguém a quem se deve dar os últimos cuidados e o último sacramento. Essa é a função essencial do hospital” (Foucault, 2019, p. 174-175).

Podemos inferir, a partir dessas leituras, que esse surgimento está extremamente ligado às missões das igrejas: consolar as almas e promover o alívio de seus sofrimentos carnis. Nessa lógica, os curas das ordens religiosas eram considerados “médicos” da alma por buscarem assistir às necessidades desses pobres e molestos seres, dentro de hospitais, dando-lhes sacramentos, rezando e auxiliando para que sua morte acontecesse em paz (Foucault, 2003a).

O assistencialismo concedido a esses corpos doentes e desprovidos de meios de subsistência funcionava de modo gratuito e obrigatório: um serviço que a nação tinha como tarefa sagrada. Nesse funcionamento, o médico não transitava dentro de espaços hospitalares. Sua função era observar o doente e a doença, analisar os sintomas, as crises, realizar a leitura de sua evolução e determinar se o estado da moléstia era para a vida ou para a morte. Pelas próprias palavras de Foucault:

Vê-se, assim, que nada na prática médica dessa época permitia a organização de um saber hospitalar, como também nada na organização do hospital permitia intervenção da medicina. As séries hospital e medicina permaneceram, portanto, independentes até meados do séc. XVIII (Foucault, 2019, p. 176).

A união da figura do médico e do hospital acontece a partir do aperfeiçoamento de uma tecnologia chamada disciplina que, compreendida pelas obras foucaultianas, pode ser considerada uma técnica de exercício do poder que passa a ser afinada em meados do século XVIII. Essa prática de poder implica em uma vigilância constante dos corpos, ou seja, incluirá, agora, as táticas de exames, registros contínuos, anotações, transferência de saberes acerca destes indivíduos de forma que nenhum detalhe escape a esta “pirâmide” de saber (Foucault, 2019).

Assim, é com a chegada dos mecanismos disciplinares dentro dos espaços de curadoria de pobres e molestos, da figura hospitalar, que a inserção da medicalização passará a atuar dentro destas dependências filantrópicas. A união destas duas figuras, distintas em sua origem, do médico e do hospital, tornará possível a existência de uma “disciplina hospitalar” que terá por função:

[...] assegurar o esquadramento, a vigilância, a disciplinarização do mundo confuso do doente e da doença, como também transformar as condições do meio em que os doentes são colocados. Os doentes serão individualizados e distribuídos em um espaço onde possam ser vigiados e onde seja registrado o que acontece; ao mesmo tempo se modificará o ar que respiram, a temperatura do meio, a água que bebem, o regime, de

modo que o quadro hospitalar que os disciplina seja um instrumento de modificação com função terapêutica (Foucault, 2019, p. 183-184).

Em solo brasileiro, algumas semelhanças podem ser vistas acerca do cuidado ofertado aos sujeitos do recorte histórico da primeira metade do século XIX. Desta forma, para dizer algo acerca deste campo de saber, faz-se necessário apontar as normas sociais identificadas que caracterizam a medicina brasileira.

A primeira norma encontrada nos documentos históricos diz respeito à caridade. Como vimos na construção histórica realizada por Michel Foucault, a figura do hospital surge com uma aproximação intensa com as práticas religiosas (e não com a medicina e com a figura do médico). Desta forma, pelos documentos lidos é possível inferir que a caridade era vista como uma premissa universal; portanto, não se deveria excluir nenhum tipo de pessoa. Assim, passa a ser comum encontrarmos recortes de ofertas de atendimentos gratuitos para a classe desassistida da sociedade:

*Manoel Peixoto Lopes, Cirurgião Aprovado, faz publico que elle se oferece a curar gratuitamente em sua casa, ou fóra della, aquellas pessoas a quem faltarem os meios necessarios, e até dará esmolas áquellas, que mais precisarem; de manhã das 7 hras até ás nove, e de tarde das 3 horas até ás cinco; sua residencia he na rua dos *Quarteis de Bragança*, hindo para *S. Bento*, do lado dos mesmos Quarteis N.º 4, que he a primeira caza de sobrado (Gazeta do Rio de Janeiro, 1820, p. 4, *sic*, itálico original, grifos próprios).*

A caridade desses profissionais, lida nesta pesquisa como uma possibilidade de esquadriñar este campo de saber, aparece alocada juntamente às “regras de conduta do médico no exercício de sua profissão”. Dentre os deveres concernentes à essa ocupação, é possível apontar a utilidade deste domínio para a humanidade, tendo como base da profissão a necessidade de que estes profissionais vivam “caridosamente” para os seus:

*A medicina he pois huma das artes mais sublimes e mais divinas, porque os deveres que ella prescreve se allião estreitamente ás primeiras e **mais santas leis da religião e da caridade**, e seu exercicio exige, sobretudo, a abnegação do pessoal, e o desprezo das fantasticas considerações da vida. **Só o homem puro e moral pôde ser medico**, na genuina accepção da palavra, e só hum medico semelhante pode achar a felicidade em sua profissão, porquanto só elle vê em sua existencia hum fim mais sublime que o eleva ácima da propria vida, dos prazeres e penas que ella comsigo arrastra (Revista Medica Fluminense, 1839b, p. 23, *sic*, grifos próprios).*

Conforme retratado no recorte acima, o médico deveria viver para seus semelhantes, e não para si, conservando a vida e a saúde destes, sacrificando seu descanso, interesses sociais e sua glória. Realizando essas ações, estaria “enobrecendo sua alma” e espalhando o bem. Mas,

caso não as cumprisse, se por ventura sua conduta mirasse a glória e a fortuna, seria considerado “desgraçado” e teria suas ações “amaldiçoadas”, manchando a profissão (Revista Medica Fluminense, 1839b).

Entre as regras de condutas aparece, em consonância, a orientação de que o médico não deveria fazer distinção entre ricos e pobres. Tal normativa pontua que, havendo padecimentos, aquele que apresentasse perigo à vida deveria obrigatoriamente ser objeto de sua atenção, independentemente de seu posicionamento, riqueza e esfera na hierarquia social (Revista Medica Fluminense, 1839b).

A segunda norma instaurada neste campo e reconhecida durante as leituras são as práticas de reputação ou de moral. Durante este momento histórico, os erros de um médico não eram passíveis de serem julgados por um tribunal. Portanto, a reputação ou a moral que um profissional da medicina angariava dizia sobre sua maneira de proceder e se conduzir.

Assim, sendo sua reputação ou sua moral de boa qualidade, seria recomendado ao povo e, adquirindo a sua confiança, teria a opinião pública favorável e inspiraria dignidade, decência, seriedade, fidelizando seus pacientes (Revista Medica Fluminense, 1839b).

A fidelização dessa clientela e o dever de obrar sobre sua saúde conduzia os profissionais da medicina a uma prática comum e de bom grado ao médico que preza pela qualidade de seu trabalho e pelo nome de sua profissão: a redação de um *jornal dos doentes*. Essa prática diz respeito a uma forma de exame que esse especialista deveria realizar quando os seus atendimentos diários fossem finalizados:

Quando o tumulto do dia for substituído pelo socego da noite, que convida á reflexão, o medico deve ainda consagrar á seus doentes algumas horas de trabalho, escrever os pontos mais salientes da molestia, as mudanças occorridas, suas observações, e sua opinião sobre a origem e o tratamento das enfermidades, os medicamentos por elle empregados, e de novo pesar maduramente tudo quanto tem feito e observado. Não consinta pois esvair-se huma só noite sem o ter deixado quite deste ultimo dever para com seus doentes, e ter, para assim dizer, posto a ultima de mão em sua obra. Isolado no silencio, muitas cousas lhe apparecerão sob hum aspecto diverso; terá idéas e inspirações, que as distrações do dia roubarão ao seu espirito. Só quando a vida interior (*a reflexão*) desperta, he que se pôde penetrar cada objecto, e comprehender a importancia e o interesse que elle apresenta [...] (Revista Medica Fluminense, 1839b, p. 27, *sic*).

Tais apontamentos, registros e anotações realizadas pelos médicos, após a finalização de seu trabalho diário, para o acompanhamento do quadro de seus pacientes e da evolução das moléstias, oferecia certas vantagens ao sistema da medicina como um todo, não só nacionalmente, mas também internacionalmente.

A partir destas anotações diárias era possível formar uma coleção completa acerca da história de cada doença, criando uma base sólida para um compendio de experiências onde essas notas poderiam ser comparadas, contrariadas, aceitas ou refutadas e, desta forma, os remédios aplicados e com efeito positivo, de acordo com o tipo de enfermidade, poderiam ser compartilhados e a cura para o doente ser encontrada com maior eficiência (Revista Medica Fluminense, 1839b).

Dito de outra forma, as leituras dos profissionais de medicina sobre seus pacientes e o acompanhamento da evolução da moléstia e do corpo molestado, ao serem examinadas pelo saber médico, geravam informações acerca dos conhecimentos adquiridos sobre o tipo de enfermidade, suas possíveis causas e o tratamento mais adequado e elaborado para combatê-la da melhor forma possível (conforme as descobertas de medicamentos pelas luzes do século).

Tais escritos médicos passaram, então, a ser publicados nos jornais locais para que esse tipo de conhecimento fosse acessado de forma simples por toda a categoria e, conforme o seu tempo, ganharam o título de *memórias* ou de *observações*. Para o século das luzes, a divulgação de qualquer novo saber, método ou remédio descoberto deveria ser popularizada.

Caso o profissional guardasse a cura ou o medicamento descoberto para si e, procurando uma glória ou vantagem pecuniária, não fizesse o compartilhamento de sua descoberta, perderia sua reputação ou moral (segunda norma detectada neste campo de saber) e passaria a ser contado entre os números de charlatões da corte que, em nível de especulação, vendiam curas milagrosas para doenças diversas e, muitas vezes, com recomendações nocivas à saúde humana:

He certamente triste encontrar, nesta cathegoria, homens que terião podido adquirir huma honrosa illustração, senão tivessem deixado a senda longa e trabalhosa do estudo, pela estrada larga e facil do charlatanismo; mas já que elles fizerão hum uso criminoso dos talentos de que forão dotados; e já que souberão, pelos seos sophismas, não só evitar a vindicta das leis, mas ainda obter algumas vezes huma fama ephemera, justo he que se derrame sobre elles a vergonha e a confusão, unico castigo que a sociedade lhes póde infligir (Revista Medica Fluminense, 1841, p. 440-441, *sic*).

É a partir desta gama de conhecimentos que a prática de publicação das *memórias* e das *observações* sobre as doenças e corpos molestados, sob o risco de ser incorporado ao número dos praticantes do charlatanismo, se torna corrente e comum dentro dos jornais de medicina que circularam o império.

Assim, os saberes produzidos em território local eram compartilhados em gazetas correntes em outros países civilizados, principalmente europeus e, em contrapartida, os conhecimentos e as novas descobertas internacionais, feitas por grandes médicos consagrados,

também eram traduzidas e publicadas nos jornais brasileiros, introduzindo novos saberes e representações europeias para a comunidade médica local.

Em se tratando do objeto foco desta análise, foi possível coletar algumas *observações* de médicos internacionais e renomados para sua época, que trataram e/ou fizeram descobertas voltadas para a cura da surdez e da mudez; de doenças relacionadas ao ouvido; perda da linguagem; empregos de remédios na cura da mudez ou da surdez, como a creosote e a quinina; fraturas parietal e do aparelho auditivo.

Segue, no quadro 7, uma síntese das memórias coletadas durante as análises. Sua estrutura está dividida em três colunas: na primeira consta o ano em que o recorte foi encontrado; na segunda, o título do jornal coletado; e, na terceira, o título da observação realizada.

Quadro 7 – Observações médicas acerca de situações relacionadas à surdez

ANO	JORNAL	TÍTULO DA OBSERVAÇÃO
1831	Semanario de Saude Publica	Acção da Quinina sobre os orgaos do ouvido, e sobre alguns ramos nervosos
1832	Semanario de Saude Publica	Amnesia ou perda da linguagem curada com emissões sanguineas
1835	Diario de Saude	Mudez curada pela galvanisação.
1835	Diario de Saude	Observação sobre hum caso de introducção d'huma pedrinha na caixa do tympano, e de sua expulsão por meio de huma injeção na tromba d'eustachio; pelo doutor Deleau, Junior.
1839	Revista Medica Fluminense	Observação de huma otite (inflamação do ouvido) interna aguda, colhida pelo Dr. Frederico Barandon
1840	Revista Medica Fluminense	Do emprego da creosote na surdez; por Harrison Curtis, medico de Londres; traduzido of the Lancet, Nov. 1838, por Q. . . . D. M. -
1841	Revista Medica Brasileira	Observação sobre huma fractura do parietal direito, complicada de contusão e ferida irregular das partes molles e outras lesões graves, por Jose Pedro de Oliveira, Dr. em medicina e cirurgia

Fonte: organização do autor (2025).

A partir das observações coletadas no quadro 7, todas traduzidas para os jornais locais porque publicadas originalmente em países europeus, pode-se afirmar que foram introduzidas nas gazetas da corte por despertarem o interesse e serem consideradas de importância para o arsenal de saber médico brasileiro que ganhava corpo e forma durante as décadas de 1830 e 1840.

A primeira memória, *Acção da Quinina sobre os orgaos do ouvido, e sobre alguns ramos nervosos*, colhida no ano de 1831, foi coletada nos Anais Universais de Omodei, publicada originalmente em junho de 1829 e observada pelo Dr. Domingos Orsini que, após realizar diversos experimentos, concluiu que a quinina possui alguma ação especial sobre os órgãos do ouvido:

[...] elle notou que os enfermos curados de febres intermitentes com a quina, queixavão-se por alguns dias na convalescença de huma ligeira alteração no sentido do ouvido, comparando-a a hum rumôr surdo de vento; e que os que tinham sido tratados com o sulfato de quinina, experimentávão esta alteração em gráo mais notavel, logo que a dose chegava a ponto de cortar os paroxismos, e sempre em proporção á maior, ou menor quantidade da mesma: e que esta alteração chegava ás vezes a parecer-se com hum choque electrico; durando isto por alguns dias, e produzindo cophose, e desordens mentais, cephalalgias, sede. &c. assim como huma ligeira alteração no systema circulatório (Semanario de Saude Publica, 1831g, p. 5, *sic*).

A segunda memória, *Amnesia ou perda da linguagem curada com emissões sanguíneas*, coletada no ano de 1832, foi retirada da Gazeta Médica de Paris, publicada originalmente em 1831 e observada pelo Dr. Jackson. Esta observação conta a história de um reverendo de 48 anos de idade que, um dia, amanheceu com fortes dores de cabeça e, por algum motivo, conservava todos os seus sentidos; entretanto, se encontrava impossibilitado de pronunciar quaisquer palavras.

O reverendo entendia todas as questões que lhe eram direcionadas e as respondia por intermédio de sinais: “[...] o enfermo queixava-se por signaes de huma violenta cephalalgia frontal” (Semanario de Saude Publica, 1832b, p. 352, *sic*). Tentando fazer com que escrevesse suas queixas, o dito enfermo rabiscava palavras ininteligíveis, o que fez o médico pensar que também essas escaparam de suas habilidades.

Nessa memória, traduzida em solo brasileiro, o Dr. Jackson realizou a retirada de 40 *onças de sangue* do paciente, o que fez com que recuperasse sua fala e memória, apontando que a perda da habilidade da transmitir ideias por palavras faladas ou escritas não interferiu na possibilidade de comunicar-se por intermédio de sinais (Semanario de Saude Publica, 1832b).

A terceira memória, *Mudez curada pela galvanização*, coletada no ano de 1835, foi ensaiada e publicada pelo Dr. M. Fabr -Palaprat que, ao ser introduzido   história de Julio Roula, de 45 anos de idade, um sujeito “mudo” em decorrência de um ataque de apoplexia, internado em um hospício para incuráveis, decidiu aplicar-lhe o método da galvaniza o:

A 27 de novembro ultimo, M. Fabr -Palaprat praticou neste homem a acupuntura na nuca, em a direc o da base do cerebro. Poz-se a agulha em communicac o com o pólo negativo de huma pila voltaica, forte, de correntes interrompidas. Collocou-se em toda a extensão da lingoa huma lamina de platina envolvida em panno embebido d'agoa salgada. A lamina estava em communicac o com o pólo positivo da pila. O doente começou a ser acometido de commo es graduadas; e bem depressa assaz fortes se torn r o as commo es, para que fizessem resentir a Julio vivas faiscas, gosto metallico insupportavel, e violentas contrac es de lingoa e boca-posterior. Em fim chegarão a tal ponto as commo es, que excit r o a contrac o do estomago e dos musculos que servem ao vomito. Foi então que o mudo, dando hum desusado grito, se arreme ou longe do aparelho, articulando de modo bem distincto, e repetindo sem cessar estas palavras: "Eu fallo; muito agradecido, Sr. Medico, eu fallo." (Diario de Saude, 1835b, p. 39, *sic*).

Segundo os relatos e escritos feitos pelo Dr. M. Fabr -Palaprat, foram concedidas palavras e frases para que Julio as tentasse pronunciar e, mesmo não conseguindo pronunciar as letras *j* e *r*, foi levado   presença da academia para demonstrar seu feito. Esse acontecimento ficou classificado entre a família das paralisias curadas por intermédio da eletricidade.

A quarta memória, *Observa o sobre hum caso de introducão d'huma pedrinha na caixa do tympano, e de sua expulsão por meio de huma injecc o na tromba d'eustachio; pelo doutor Deleau, Junior*, foi coletada, originalmente, da *Gazette Medicale*, e conta a trajetória de Julio Gaultier que, brincando com seus colegas, colocou uma pequena pedra na orelha esquerda.

A pedrinha, por Julio se debater para retir -la, acabou por soterrar-se no fundo do conduto auditivo. Todos os modos de tentar extra -la, devido ao comportamento da criança, fizeram com que houvesse sangramento e, cada vez mais, a situa o complicava a possibilidade de extra o. Foi aplicado azeite para facilitar a remo o da pedrinha, sanguessugas atrás das orelhas, injeccões emolientes, entre outros modos, mas a extra o não foi possível por meio desses procedimentos (Diario de Saude, 1835c).

Alguns dias depois, o lado esquerdo de Julio amanhece paralisado e, dadas as propor es, foi encaminhado   Paris onde foi atendido pelo Dr. Deleau Junior que, após analisar o caso, decidiu introduzir uma sonda pela trompa de Eustáquio, aprofundando em torno de uma polegada que, inserindo jatos de água, retornaram a pedra para a concha do pavilhão da orelha (Diario de Saude, 1835c).

A quinta memória, *Observação de huma otite (inflamação do ouvido) interna aguda, colhida pelo Dr. Frederico Barandon*, diz respeito ao processo ocorrido com o Sr. José, de idade de 30 anos, marinheiro, que sofria há uns dias de dores na orelha direita. Entre seus sintomas, pode-se pontuar: dores vivas na orelha direita, zunido, atordoamento e a mucosa do conduto auditivo externo vermelha e inchada (Revista Medica Fluminense, 1839c).

Com o passar dos dias, a otite se estendeu para a parte interna da orelha, causando *surdeza* completa do lado direito, olhos vermelhos, agitação, insônia e sinais de delírio. Tais sintomas foram minimizados somente:

Depois de me ter convencido por hum exame minucioso da presença de hum fóco purulento atraz da mucosa do tympano, introduzi hum bisturi de lamina estreita e comprida, e por huma pequena incisão dei sahida a huma grande quantidade de pús. Como acontece sempre em iguaes circunstancias, logo depois da opperação, o doente achou-se aliviado, os symptomas diminuirão de huma maneira sensivel, e perderão immediatamente o caracter de gravidade, que antes appresentavão. No fim de alguns dias por meio de injeçções no principio emollientes, e ao depois deterrentes, o doente se achou fóra de perigo, e quasi inteiramente restabelecido (Revista Médica Fluminense, 1839c, p. 186-187, *sic*).

Quando entramos na década de 1840, foi possível coletar a sexta memória, *Do emprego da creosote na surdez; por Harrison Curtis, medico de Londres; traduzido of the Lancet, Nov. 1838, por Q. . . . D. M. -*, de autoria do Dr. Harrison Curtis e seus estudos acerca do uso da creosote na cura da surdez (quando o problema está nas glândulas ceruminosas).

Segundo os dizeres do supramencionado doutor, há um preconceito enraizado que, desgraçadamente, faz com que os homens deem pouca importância para os sintomas da *surdeza*: é considerada, em seu princípio, como irrelevante; entretanto, incurável após haver feito significativos progressos, sendo considerado este o motivo por haver, a cada ano, um crescente número de pessoas surdas que, paliativamente, recorriam a instrumentos acústicos (Revista Medica Fluminense, 1840b).

Um das causas principais das ocorrências da surdeza, para o Dr. Harrison Curtis, era a ausência de secreção do cerume, em consequência de algum mal funcionamento nas glândulas ceruminosas: “Muitas vezes em minha clinica, quando mesmo a surdeza datava de longo prazo, reconheci não existir outra causa, e destruindo-a, fiz desaparecer a enfermidade (Revista Medica Fluminense, 1840b, p. 132, *sic*).

Para estimular as glândulas ceruminosas, Dr. Harrison Curtis utilizava, em sua clínica particular, uma solução de creosote com óleo de amêndoas, misturando-as em pequenas porções aplicadas pela manhã e à noite diretamente no meato auditivo com um pincel. A ação da

creosote, segundo suas investigações, não causava dor alguma, a não ser uma sensação de calor agradável (Revista Medica Fluminense, 1840b).

Em vias de comprovar suas pesquisas com a *surdeza*, o médico apresentou cinco casos de pacientes curados de suas queixas, quando detectadas que a problemática partia da ineficiência das glândulas ceruminosas. O primeiro caso era de um sujeito surdo há 10 anos, de 53 anos de idade, sendo curado em seis semanas (Revista Medica Fluminense, 1840b).

O segundo caso era de um sujeito surdo de 24 anos de idade, e já com a *surdeza* do ouvido há cinco anos, e que foi curado em 15 dias. O terceiro caso: uma senhora de 77 anos de idade, surda há seis anos, curada com menos de um mês de aplicação da creosote. E, por último, o caso de uma camponesa de 27 anos de idade, surda desde a infância que, ao utilizar a fórmula da creosote por 15 dias, não obteve resultado nenhum.

Desta forma, introduzindo estes exemplos de atendimentos realizados em sua clínica, Dr. Harrison Curtis finalizou sua memória pontuando que a creosote é um meio eficaz na maioria dos casos de *surdeza*; entretanto, não se pode esperar dela sempre a cura irrefutável (Revista Medica Fluminense, 1840b).

Por último, no ano de 1841 foi colhida a sétima memória, *Observação sobre huma fractura do parietal direito, complicada de contusão e ferida irregular das partes molles e outras lesões graves, por Jose Pedro de Oliveira, Dr. em medicina e cirurgia*. Nesta narrativa é apresentada a história de um menino, Adolfo Vidal, de Montevideu, que sendo atropelado por um cavalo, ficou estendido ao chão como morto.

Os sintomas pareciam condizentes com derrame cerebral. Entre as manifestações apareceram: mudez; câimbras involuntárias; boca húmida; tendencia ao sono; lágrimas nos olhos; entre outros. Conforme os dias se passaram e o médico assistia à manifestação dos sintomas e intentava intervir para sua melhora, o jovem “[...] não articulava palavra, nem parecia perceber o que se lhe dizia, o que se podia attribuir á falta de audição” (Revista Medica Brasileira, 1841a, p. 183, *sic*).

Após seis meses em recuperação e vencida a *hematomose*, a persistência da mudez se intensificou. O Dr. Jose Pedro de Oliveira descreveu em suas observações que a criança, que já sabia ler e escrever, não conseguia explicar a si mesma mediante a palavra, mesmo tendo comprovado por intermédio dos exames que fez que os órgãos da audição já haviam se recuperado (Revista Medica Brasileira, 1841a).

O jovem Adolfo Vidal, então, passou a inventar *gestos* e *signos* para realizar sua forma de comunicação. Seus pais viam, pesarosos, o crescimento de um filho “mudo” e nutrindo receios de que ficasse sempre restrito ao dom da palavra. Entretanto, o pequeno paciente,

conforme retrata a observação “[...] ja elle sabia explicar por signos suas pretenções, quando eu levado a crêr que nenhum meio therapeutico lhe era exclusivamente applicavel, propendia a esperar o complemento da sua cura do mais acabado restabelecimento das funções organicas e vitaes” (Revista Medica Brasileira, 1841a, p. 186-187, *sic*).

Adolfo havia criado uma gama de sinais para expressar seus sentimentos, dizer suas vontades e chamar por pessoas do seu convívio, inclusive o próprio Dr. Jose Pedro de Oliveira recebeu um sinal: “[...] tinha adoptado o signal de deitar as duas mãos ao pescoço deixando-as correr até a altura do estomago, com que queria denotar a corrente do relógio que eu uso por fóra do collete para indica-lo” (Revista Medica Brasileira, 1841a, p. 187, *sic*).

Após oito meses de acompanhamento, Adolfo principiou esboçar algumas letras e vogais. Tempo depois, pronunciou com cadência devida os sons ao soletrar cartas e, em seguida, retornou para a escola realizando progressos lentos, como se recomeçasse a apreender a vida (Revista Medica Brasileira, 1841a).

A coleta dessas sete *memórias* ou *observações* internacionais durante esse momento histórico se torna pertinente de ser traçada para compreendermos a noção de passagem do tempo desde o início de nossa investigação até o presente momento. Vimos, inicialmente, que por intermédio dos atos de censura, a tentativa de produção de uma obra literária com foco no sujeito surdo, em 1804, foi considerada “sem nenhuma utilidade” e de “pouca importância”.

Desta forma, pode-se entender que não havia sido despertada nos achados deste campo de saber uma tentativa de intervir e examinar o corpo surdo. O surgimento do saber médico, ao contrário, importa e traduz das gazetas internacionais memórias e observações de médicos renomados que estão atuando e construindo saberes específicos para a “cura” da *surdeza*.

A importação desses saberes para os jornais locais interessa na medida em que despertará o interesse de construir, também no Brasil, conhecimentos acerca deste tema que, em civilizações avançadas, era objeto de estudo recorrente. Nasce, assim, um desejo discreto de entender como a *surdeza* podia acarretar e acometer a vida da sociedade brasileira.

É possível notar, nas observações levantadas, que já foi criada e circulava pelos jornais de diversos lugares do mundo a noção e o estudo de como funcionavam os órgãos do ouvido; formas de atuar sobre a surdo-mudez por intermédio do galvanismo, da quinina e do emprego da creosote; conhecimento das partes que compõe o sistema auditivo e, inclusive, o uso de sinais como alternativa comunicacional.

No tópico seguinte, pensando em todo este aparato e nas possibilidades de imersão das questões concernentes à surdez neste recorte, voltaremos a atenção para a importância das

criações de áreas especializadas do campo de saber médico, auxiliando na irrupção de um olhar voltado para a construção de conhecimentos acerca da surdez em solo brasileiro.

5.4 A IMPORTÂNCIA DAS ÁREAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS: IRRUPÇÕES DE SABERES BRASILEIROS

A área da medicina no Brasil, conforme sua importância social e prestígio passaram a ser legitimados nesse momento histórico, seguiu realizando a prática de exame sobre o povo brasileiro: construindo e elaborando saberes, levantando dados, produzindo tabelas, estatísticas e perscrutando a irrupção dos novos conhecimentos, em consonância com as luzes do século e com a representação de todo saber colhido, traduzido e divulgado em solo nacional.

É comum encontrar nos documentos, por exemplo, a exortação para um acúmulo dos saberes específicos, conforme no recorte que segue: “[...] e para se dár hum novo passo em huma destas sciencias, he preciso anticipadamente conhecer-se o espaço percorrido por todos aquelles, que tem já deixado pegadas na carreira” (Revista Medica Fluminense, 1835a, p. 21, *sic*).

A partir das leituras realizadas nos documentos históricos, é possível dizer que o progresso da *sciencia* dependia, em demasia, da apropriação de todo este conhecimento já produzido e da verificação de sua veracidade. A consequência desta absorção seria a comprovação ou refutação das teorias. Aquelas confirmadas seriam divulgadas pelos frutos de suas experiências e, por extensão, as consideradas não validadas seriam rejeitadas (Revista Medica Fluminense, 1835a).

Para fomentar esta produção de saber em território nacional, a partir deste acúmulo das áreas específicas de saberes médicos e da busca por respostas para questões ainda sem interpretação, é possível notar algumas ações em prol deste fim. A primeira e talvez a mais eficaz sejam os prêmios propostos pela antiga Sociedade e atual Academia Imperial de Medicina.

Em um ajuntamento, os membros da academia debatiam quais eram as moléstias, doenças ou demais problemáticas que necessitavam de uma investigação aprofundada e das quais ainda não havia uma explicação plausível para as causas. A partir de então eram ofertados prêmios como, por exemplo, medalhas de outro no valor de 50\$000 em metal para quem resolvesse as problemáticas levantadas.

Como possibilidade de ilustrar tais ações, segue abaixo um excerto acerca deste modo de incentivar a pesquisa em solo brasileiro, levando em consideração as particularidades e

necessidades locais como, por exemplo, a descrição de substâncias naturais utilizadas pelos povos indígenas:

PREMIOS PROPOSTOS PELA SOCIEDADE PARA O ANNO DE 1836.

1.º Dar huma descripção dos pantanos da Provincia do Rio de Janeiro, e dos meios mais faceis e economicos de os dessecar, ou tornar menos insalubres.

2.º Dar huma descripção das substancias indigenas, empregadas vulgarmente como purgantes.

Huma medalha de ouro, á quem melhor resolver qualquer destas questões.

N. B. – As memorias deveraõ ser enviadas ao Secretario, até o fim de Maio de 1836, acompanhadas de huma epigraphe allusiva, a outra igual escripta sobre hum rotulo fechado, com o nome do concorrente (Revista Medica Fluminense, 1835b, p. 48, *sic*).

Desta forma, os saberes especializados começaram a ser difundidos e o olhar da representação sobre os profissionais de outras civilizações que dedicaram suas vidas ao cuidado e estudo de uma única moléstia passou a figurar com maior intensidade entre os profissionais da medicina no Brasil.

É deste modo que a literatura produzida por Laënnec, por exemplo, produtor de conhecimentos acerca das moléstias do peito e inventor do *stethoscopy*¹⁹, passou a circular em jornais locais. Semelhantemente apropriação ocorreu com M. Louyer Villerma, que tratou filosoficamente sobre as moléstias dos nervos (Diario de Saude, 1835d).

Nessa esteira de pensamento, os saberes acerca da surdez e das moléstias da orelha e do sistema de audição também passaram a ser importados para o Brasil sob a roupagem desta necessidade de somar todo conhecimento produzido acerca das áreas específicas de saber em cada ramo da medicina:

Assim he que os nossos medicos dão-se huns ás molestias da pelle, do estomago, do cerebro; outros ás dos olhos, dos dentes, e do peito. **Os medicos Itard, e Deleau, seguindo diferentes methodos, se entregão com felicidade ao tratamento das molestias da orelha**, ao passo que M. Louyer Villermay trata philosophicamente das molestias dos nervos (Diario de Saude, 1835d, p. 54, *sic*, grifos próprios).

Os saberes a quem o trecho acima aponta, em negrito, diz respeito ao trabalho de Jean Marc Gaspard Itard (1774-1838), que cuidou e tratou de compreender o menino batizado com o nome de Victor, conhecido como o selvagem do Aveyron, cuja obra literária *Victor ou o*

¹⁹ A título de conhecimento: quando o estetoscópio foi inventado por René Laennec, em 1816, sua aceitação entre os médicos não aconteceu de forma positiva. “Este medico tinha até inventado para facilitar suas indagações favoritas, e fazel-as mais exactas, hum instrumento que muita bulha fez, chamado *stethoscopy*, de que porem se usa bem pouco hoje, porque se ha conhecido, que não assenta bem ao medico fazer uso de outros instrumentos, que não sejam os sentidos, e a razão (Diario de Saude, 1835d, p. 53, *sic*, itálicos do autor).

menino da selva foi censurada em 1804 por ser considerada sem “nenhuma utilidade”. Agora este saber interessava para a irrupção deste campo de conhecimento.

Juntamente a esses fatos, se torna pertinente acrescentar uma nova informação: concomitantemente a essa divisão dos saberes médicos para suas áreas especializadas, alguns novos pedidos passaram a ser materializados nas linhas dos documentos históricos e, nesse sentido, vigorou a necessidade de uma melhor análise acerca da irrupção da medicina e seu atrelamento com as artes da cirurgia. Segue um excerto exemplificador deste tensionamento:

Do que precede apressamo-nos por concluir, que he desarrasoado collocar os praticos de nossos districtos na dura alternativa, ou de **practicar operações das quaes não tem podido contrahir habito**, ou de deixar sem soccorros efficazes os doentes que os tem chamado para a sua cabeceira. Tal he entretanto, hum dos inconvenientes devidos á recente confusão da cirurgia com a medicina. (Diario de Saude, 1835d, p. 56, *sic*, grifos próprios).

Existe aqui uma união necessária de ser pensada para compreender os alinhamentos históricos para que a surdez passasse a figurar nas malhas deste campo de saber como possibilidade de governmentação de corpos. Estamos vendo surgir diante de nossos olhos um alinhamento entre a medicina nacional e os saberes específicos de outros países que já perfizeram conhecimentos elaborados acerca da surdez.

Essa absorção das produções internacionais acerca da surdez exigiu a prática entre os médicos locais para a execução de suas pesquisas e experimentos, ou seja, reivindicou a existência da materialidade da surdez, de forma física, viva, humana, para constatar a eficácia ou a inaplicabilidade dos métodos propostos pelos médicos de outras nações.

Sem a chance de experienciar com o corpo *molestado*, não se criaria o hábito da prática para o aperfeiçoamento das artes especializadas de saberes médicos que, agora, passam a surgir em demasia em solo brasileiro. É assim que vemos irromper os pedidos de criação de vários tipos de *hospícios* no Brasil. Seguem abaixo dois recortes considerados importantes:

A direcção actual dos hospitaes do Brasil he huma mina fecunda de observações criticas, objecto especial de hum Jornal. As escolas chamão igualmente nossa intervenção: o estado das prisões, das cazas de disciplina, a falta de Lazaretos, de Hospitaes para os surdos e mudos, os cegos, os velhos enfermos, de Depositos para os affogados, **eis aqui huma serie de instituições sobre as quaes não devemos cessar de pensar, e escrever** (Semenario de Saude Publica, 1831h, p. 2-3, *sic*, grifos próprios).

Esta tarefa, em cuja prosecução deve e póde a Academia perseverar, comprehende a creação de novas instituições que ainda faltam, e cuja fundação deve harmonizar o systema de estudos scientificos posto em pratica desde o reinado do Imperador o Sr. D. Pedro II. Um complexo de novas instituições, taes como os dispensatorios, as enfermarias especiaes, os estabelecimentos de caridade, ou **hospícios para os surdos-**

mudos, meninos cegos, e velhos enfermos; a criação de novas sociedades, e mais que nem-uma, a das *Sciencias Naturaes*, são o meio mais formidavel de salvação para o o paiz contra a invasão do charlatanismo (Archivo Medico Brasieliro, 1845, p. 257, *sic*, grifos próprios).

A importância destes dois recortes apresentados está em suas datas. O primeiro remonta ao ano de 1831 e o segundo é de 1845. São quatorze anos em que há pedidos insistentes do campo de saber médico por instituições específicas e pela criação de hospícios, não só para a surdez, como também para cegos, velhos, sífilíticos, entre outros.

Os repetidos pedidos de criação destes estabelecimentos pela Academia de Medicina fazem parte do processo de representação europeia apontada no início desta seção. Há uma necessidade entre os médicos brasileiros de acompanhar as luzes das *sciencias* produzidas na Europa e, desta forma, passa a figurar, aqui também, o desejo de criação destes *hospícios*, tanto para a higienização da cidade quanto para o estabelecimento de conhecimentos específicos em torno destas diferenças.

Conforme o interesse nacional por estas questões principiava a se instalar, em se tratando das temáticas concernentes à surdez, é possível encontrar nos documentos históricos a tradução de matérias publicadas em gazetas europeias que passam a incorporar no Brasil a noção e o quantitativo de sujeitos surdos espalhados pela Europa e as instituições de educação criadas para a educação destes.

De acordo com os achados, durante as análises, tipos de informações como esta passaram a existir neste imaginário e, seguindo tal narrativa, o quantitativo de *surdos e mudos* espalhados pelos principais *estados* da Europa pode ser visto conforme os apontamentos da figura 11:

Figura 11 – Quantitativo de surdos e mudos existentes em 1830

Quadro dos surdos e mudos existentes em 1830 nos principaes estados da Europa, segundo M. Eduardo Schmalz de Dresde.

PAIZES.	Pop. total.	N. de surdos e mudos.	Relac. à pop. hum mudo sobre
Portugal.	3,000:000	1,950	1,539 hab.
Hespanha	11,000:000	7,150	1,539
França.	32,000:000	20,800	1,539
Italia	20,000:000	13,000	1,539
Suissa.	2,000:000	4,000	500
Allemanha	41,223:000	31,657	1,397
Hungria.	9,444:000	6,139	1,539
Paizes-Baixos.	6,000:000	3,900	1,539
Dinamarca	1,800:000	1,260	1,420
Suecia e Norwega	3,800:000	2,470	1,539
Russia Europea.	44,118:000	28,667	1,539
Polonia.	5,700:000	2,405	1,539
Gran-Bretanha.	21,000:000	13,650	1,539
	214,000:000	145,131	1,474

Fonte: Diario de Saude (1835f, p. 23).

A existência deste saber elaborado, trazendo o quantitativo de *surdos* e *mudos* espalhados pela Europa, e a presença de instituições próprias para a educação desta parcela específica da sociedade, é uma realidade que, ainda, não é possível de se colher ou vislumbrar em solo brasileiro. Uma falta que deverá ser suprida em nome das luzes do século. Este aprofundamento aponta para a irrupção das malhas do poder inserindo os sujeitos *surdos* e *mudos* em seus esquadrinhamentos.

Este exame acerca dos corpos surdos, ou seja, a vigilância, classificação de tipos de surdez, a distribuição destes indivíduos, a forma de educá-los e de utilizá-los ao máximo para, de alguma forma, estarem “uteis” para o período de seu tempo é uma possibilidade que tem seu embrião a partir da apropriação que o campo médico realiza destes saberes incorporados no

processo de representação europeia, mas que, entretanto, ganhará caráter de formalidade somente após a virada da primeira metade do século XIX.

De acordo com o Diário de Saúde (1835), entre os países elencados, a maior concentração de *surdos* e *mudos* estão, principalmente, a Alemanha, Rússia e França. Essa tradução também traz em seu bojo o quantitativo de instituições voltadas para a educação desta parcela da população. A Confederação Germânica²⁰ aparece tendo 48 instituições; França figurando 26 espaços educacionais; Inglaterra contendo 11 estabelecimentos; Suíça com cinco escolas e a Rússia com dois locais voltados para a educação dos *surdos* e *mudos*.

Em se tratando das possibilidades de educação destes sujeitos, tal preocupação se manifesta no jornal Museo Universal (1838) que, em uma tentativa de conscientizar seus leitores acerca desta importância, apresentou uma matéria chamada *Alphabeto manual dos surdos-mudos*, onde buscava dar significado às especificidades deste modo comunicacional:

Os surdos-mudos, entre si, fazem uso quasi exclusivamente da linguagem mimica; recorrem ao alfabeto manual sómente para os nomes propios e algumas palavras technicas difficeis de caracterisar por hum sinal especifico. Mas com as pessoas que não estão habituadas á linguagem mimica servem-se de ordinario da dactylogia. Por este meio póde conversar-se com todo o surdo-mudo que tiver recebido educação, huma vez que se lhe falle a lingua em que elle tiver sido instruido; porque, como a dactylogia só representa palavras, com o alfabeto manual o surdo mudo francez falla francez, o Allemão allemão, o inglez Inglez, Hesinpanhol (*sic*) hespanhol, etc. (Museo Universal, 1838, p. 356, *sic*).

No recorte acima é possível ver a irrupção do termo *dactylogia* para explicar a diferenciação entre o que seria a *mímica* (uso dos sinais) e a utilização do alfabeto manual para a comunicação com pessoas que não estavam familiarizadas com o uso dos sinais, servindo como um meio de comunicação com qualquer sujeito *surdo-mudo* que, em alguma medida, “tiver sido educado”.

Nesta lógica, a definição encontrada para o *Alphabeto manual* é caracterizada como sendo “[...] huma serie de posições ou de fórmias diversas que se dá á mão para representar huma a huma as letras do alfabeto” (Museo Universal, 1838, p. 356, *sic*). Já a *dactylogia* seria a *linguagem dos dedos*. Essa diferenciação demonstra ser interessante na medida em que há o apelo para não se confundi-las ou tratá-las como iguais:

²⁰ A Confederação Germânica surge por intermédio do Congresso de Viena, procurando estabelecer um novo equilíbrio europeu para assegurar a paz, após os abalos da Revolução Francesa. O tratado fora assinado em 1815 pelos delegados da Áustria, Espanha, França, Inglaterra, Portugal, Prússia, Rússia, Suécia e Noruega. Segundo Esteves e Gomes (2008, p. 2) “No lugar do Sacro Império Romano-Germânico, composto por 350 Estados, é criada a Confederação Germânica, composta por apenas 39 Estados. Dentro desta, o Império Austríaco e, acima de tudo, a Prússia, aumentam os seus territórios e a sua influência”.

Cumprer não confundir, como acontece muitas vezes, a dactylogia com a linguagem dos gestos, a linguagem mimica, verdadeira linguagem dos surdos-mudos. A dactylogia não he mais que huma especie de escritura no ar, que dispensa a penna ou o lapis, e apenas figura letras; a linguagem mimica representa pensamentos. Com o gesto imitamos a fórma dos corpos, os seus movimentos, todas as acções phisicas, e, por metaphore, os actos intellectuaes e moraes. A nossa phisionomia reflecte nos olhos tudo aquillo que em nós se passa; o gesto animado da phisionomia, constitue huma linguagem natural, rica, flexivel, energica, que se presta a todas as gradações do pensamento. Na expressão das paixões, nenhuma linguagem a pôde igualar em força e calor (Museo Universal, 1838, p. 356, *sic*).

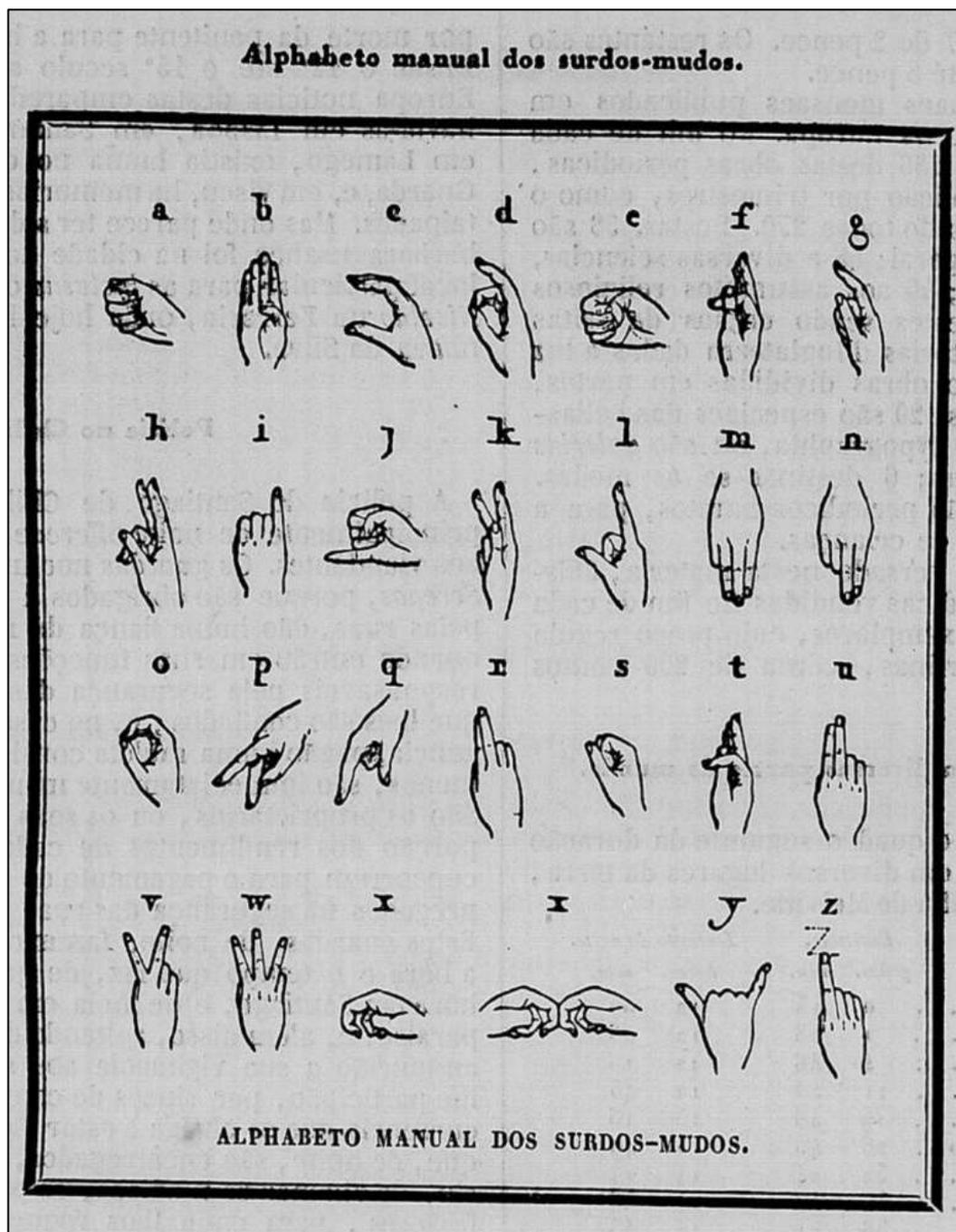
Cumprer neste momento reforçar os saberes apresentados no recorte acima para poder afirmar que, na primeira metade do século XIX, em solo brasileiro, é possível encontrar recortes, a partir da existência do campo de saber médico, da inserção de conhecimentos específicos que divulgam a importância de conhecer e forjar uma educação de surdos pensada pelos moldes europeus de seu tempo.

Tal possibilidade, igualmente, aparece na apresentação de termos específicos que configuram os saberes acerca da educação de surdos e da diferenciação existente, por exemplo, entre o uso da palavra *mimica* e *dactylogia*. É possível, inclusive, averiguar definições para o significado de *linguagem mimica* ou *linguagem dos gestos* como sendo a “verdadeira *linguagem dos surdos-mudos*”.

Além destes apetrechos, a ideia preconizada nos achados deste campo de saber acerca de que “a *linguagem mimica* representa pensamentos”, ou seja, metáforas, ações morais e intelectuais, entre outras, são apresentadas como sendo passíveis de serem exercidas e compreendidas pelos sujeitos surdos que, como visto pela lente do pelo campo de saber legislativo produzido em solo brasileiro, ainda são considerados, neste momento, como sujeitos “incapazes” e “molestos”, onde seus direitos como cidadãos são suspensos.

Com base nestes posicionamentos, em uma representação desejável de que as luzes do século chegassem a todos os seres da humanidade, o Museo Nacional (1838) publicou e circulou em solo brasileiro uma imagem do *Alphabeto manual para surdos-mudos* utilizada na Espanha, reconhecendo sua importância e sob a justificativa de que: “[...] julgamos que, vulgarizando-o, faziamos hum serviço aos surdos-mudos e a todos os que com elles tem relações” (Museo Nacional, 1838, *sic*). Segue abaixo a representação do alfabeto na figura 12.

Figura 12 – Alfabeto manual dos surdos-mudos



Fonte: Museo Universal (1838, p. 356).

Vale destacar a consideração do texto coletado para o uso dos sinais como uma “*linguagem natural*”, validando-a com adjetivos positivos como “rica”, “flexível” e “enérgica”. A importância dada a estes ideais, no decorrer do jornal, é conclusa apontando as felicidades conquistadas por abade de l'Epée, na França, onde seus ensinamentos passaram “[...] para todas as escolas de surdos-mudos de França, Italia, Allemanha, Russia, Suecia, e America, e mesmo para o maior numero das de Inglaterra” (Museo Universal, 1838, p. 356, *sic*).

Este aparato apresentado pelo Museo Universal (1838) é justificado, nas linhas da gazeta, de ser merecedor de tradução para a língua portuguesa, a partir dos progressos e aperfeiçoamentos que essa perspectiva educacional já havia alcançado na cidade de Hartford, onde é possível encontrar pessoas habilitadas em utilizar a *dactylogia* com sujeitos surdos em ambientes comuns da sociedade de seu tempo. Segue abaixo o trecho elucidador desta realidade:

Na cidade de Hartford, a primeira que nos Estados Unidos teve huma instituição de surdos-mudos, em qualquer lugar que se apresente hum mudo, em huma loja ou em huma sala de visitas, encontra sempre alguém que sabe o alfabeto manual, que o comprehende, que o escuta com interesse, que sabe responder-lhe, e o infeliz quasi que se esquece da sua desgraça (Museo Universal, 1838, p. 356, *sic*).

A divulgação deste aparato de saber e o desejo de que este conhecimento se tornasse vulgar, ou seja, que passasse a ser conhecido pela grande maioria do povo brasileiro, nos leva a uma pergunta importante de ser respondida neste momento: por quais motivos o apelo da Academia Imperial de Medicina, durante 14 anos, solicitando um hospício de *surdos e mudos* (e para todas as outras frentes apresentadas nos recortes trabalhado nesta seção) não foi atendido na primeira metade do século XIX?

A resposta para esta questão precisa ser pautada pensando nas normas sociais coletadas neste campo de saber: caridade e reputação ou moral. Os espaços de filantropia necessitavam passar por estes crivos para serem criados. Em tom de ilustração de como estas normas se aplicavam, observemos o pedido da Academia para a criação de um “hospício de doidos”:

Por que medidas a camara municipal pode prevenir a presença dos doidos nas ruas? por que meios coercivos pode impedir que elles sirvão de divertimento aos que transitão? Só hum existe; he a fundação de hum hospicio de doidos, ou o estabelecimento de huma casa de saude, primeiramente em ponto pequeno, e que gradualmente se vá augmentando (Diario de Saude, 1835e,7-8, *sic*).

É possível observar a orientação para a Câmara Municipal da criação desta *Casa de Saude*, levando em consideração todo o aparato de higienização dos espaços públicos e privados da corte imperial, onde tais sujeitos pudessem ser abrigados e tratados. O pedido coletado e transcrito acima foi feito em meados de 1835, e somente em 1841 é possível verificar que algo foi feito em prol da criação deste espaço.

Para possibilitar de que algo fosse feito, era necessário surgir uma figura que tomasse a iniciativa de fundar a instituição. Deveria ser um sujeito civil que, partindo dos preceitos da religião e dos deveres médicos, fosse um ser de extrema caridade e, para além disso, possuísse

reputação entre os membros da sociedade para arcar com a árdua tarefa de conduzir este espaço específico.

Este homem, que esteve à frente da primeira *Casa de Saude*, no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XIX, foi o Dr. Antônio José Peixoto (1816-1864). De acordo com os documentos, Antônio encaminhou uma representação para o Imperador ponderando a insuficiência do Hospital da Misericórdia que tratava os alienados encerrados em suas dependências como trancafiados em cárceres:

Representação.

SENHOR. - A insufficiencia do unico hospital, que existe nesta côrte, para o abrigo dos enfermos necessitados, que sollicitão a philantropica generosidade do Governo, sendo bem conhecida por V. M. I., excusado he mostrar circunstanciadamente a necessidade e utilidade de huma Casa de Saude, semelhante á - Maison Royale de Santé - de Paris, onde se possa receber, não só as pessoas que aprouver o Governo mandar tratar, como aquellas, que, tendo falta de meios, não se podem tratar em casas particulares, e repugna-lhes entrar em hospitaes de caridade Minguem poderá negar, Senhor, que huma das primeiras necessidades da capital de hum Imperio, he a criação de hum asylo, onde, sem corar de vergonha, possão achar allivio aos seos males os militares invalidos, os empregados publicos, cujos ordenados apenas chegão para a subsistencia de suas numerosas familias [...] V. M. I. não deixará de reconhecer, como na França, e a Inglaterra, a utilidade de hum tal estabelecimento, logo que ponderar que, não obstante aquelles paizes poderem dispôr de hum grande numero de hospitaes, sustentão á sua custa Casas de Saude, onde mandão tratar as pessoas empregadas em seo serviço, que recorrem á sua philantropica administração (Revista Medica Brasileira, 1841b, p. 92-93, *sic*).

É possível perceber no apelo realizado pelo Dr. Antônio José Peixoto a representação europeia sendo evocada novamente. A comparação traz em seu discurso o desejo de ver as luzes das sociedades desenvolvidas resplandecerem, também, sobre o Brasil. O pedido foi apreciado pelo Imperador D. Pedro II e encaminhado para avaliação e veredito da Academia Imperial de Medicina:

Portaria.

Manda S. M. o Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, remetter á Imperial Academia de Mecedina desta Côrte, a inclusa representação do Dr. Antonio José Peixoto, na qual propõe estabelecer nesta Cidade huma casa de saude, semelhante á Maison Royale de Santé de Paris, sob as condições que acompanhão a mesma representação; e Ha por bem que a referida Academia dê a sua opinião sobre este objecto. Palacio do Rio de Janeiro, em 5 de novembro de 1840 - *Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva* (Revista Medica Brasileira, 1841b, p. 92, *sic*).

A Imperial Academia de Medicina fez a análise e emitiu um parecer favorável à intenção do Dr. Antônio José Peixoto, passando este proponente pelos crivos normativos instaurados pela academia que lhe solicitou algumas alterações para ajustar seus fins, concluindo o relatório

da seguinte maneira “[...]declarando que o projecto do Sr. Dr. Antonio José Peixoto he especialmente util para a humanidade e para a sciencia, e que a Academia a ambos servirá, aconselhando ao Governo que o auxilie e proteja [...]” (Revista Medica Brasileira, 1841b, p. 99, *sic*).

Desta feita, nas letras do contrato, pode-se ler que: “O Dr. Antonio José Peixoto, obriga-se a estabelecer, no espaço de hum anno, huma Casa de Saude que será denominada - Imperial Casa de Saude e Instituto Gymnastico Orthopedico²¹ [...]” (Revista Medica Brasileira, 1841b, p. 93-94, *sic*), sendo este o diretor da instituição obrigado a morar no estabelecimento.

A trajetória descrita para a concretização da *Casa de Saude* empenhada e forjada pelo envolvimento do Dr. Antônio José Peixoto, de cunho particular, é semelhante ao modelo necessário para a criação de instituições de cunho filantrópico: a figura de um ser caridoso e de boa reputação.

Em se tratando da criação de uma instituição de forma filantrópica para os corpos “alienados”, esta ocorreu em 1841, quando a figura de José Clemente Pereira, provedor da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro, por intermédio de um officio, propôs ao Império a criação deste estabelecimento para alienados. Considerando os beneficios que este empreendimento poderia significar, cumpriu a D. Pedro II conceder seu beneplácito imperial e fundar o Hospício de Pedro Segundo:

Desejando assignalar o fausto dia de minha sagração com a creação de um estabelecimento de publica beneficencia: hey por bem fundar um hospital destinado privativamente para tratamento de alienados, com a denominação de – Hospicio de Pedro Segundo – o qual ficará anexo ao hospital da Santa Casa da Misericordia d’esta côrte, debaixo da minha imperial protecção, applicando desde já para principio da sua fundação o produto das subscrições promovidas por uma commissão da praça do commercio, e pelo provedor da sobredita santa casa, alem das quantias com que eu houver por bem contribuir. [...] Palacio do Rio de Janeiro, 18 de julho de 1841, vigesimo da independência e do imperio. Com a rubrica de S. M. I. – *Candido José de Araujo Vianna* (Diario do Rio de Janeiro, 1841b, p. 2, *sic*).

A criação do Hospício de Pedro Segundo, por intermédio do Decreto n. 82 de 18 de julho de 1841, anexo ao Hospital da Misericórdia, para os cuidados dos alienados da corte, funcionaria como um “[...] estabelecimento, para cuja conservação e engrandecimento não deixarão por certo de concorrer todas as pessoas que partilhão sentimentos de humanidade” (Diario do Rio de Janeiro, 1841b, p. 2, *sic*).

Nesses dois exemplos, tanto de cunho privativo como filantrópico, a matriz do pensamento e das possibilidades de existência dessas instituições precisava passar pelo crivo

²¹ A concretização desta instituição ocorreu em 1843, levando o nome de Casa de Saúde Dr. Peixoto, na Gâmboa.

do aparecimento de um sujeito mergulhado nas condições e nas normas sociais detectadas para este período histórico: caridade e reputação. É assim que, aos poucos, a corte do Rio de Janeiro funda os estabelecimentos voltados para atender as solicitações da Imperial Academia de Medicina do Rio de Janeiro.

Todo este aparato apresentado no decorrer destas seções nos auxilia a pensar a irrupção da formalização da educação de surdos em solo brasileiro. Na tentativa de fechamento ou finalização deste processo, nas considerações finais a seguir, trato de esboçar uma busca elucidativa para responder a indagação que movimenta esta investigação: em que medida todo este aparato de conhecimentos apresentado, concernente à primeira metade do século XIX, possibilitou a existência do atual INES em 1856?

Com vistas a este fechamento, inventando/ficcionando narrativas para compor a apresentação de um total de quatro campos de saber (literário, legislativo, imperial e médico), tenho encontrado condições de dizer alguma coisa acerca da materialidade da surdez e das possibilidades de vidas surdas dentro das linhas deste período histórico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste relatório de tese me propus, em uma tentativa de vasculhar a primeira metade do século XIX, *enxergar antigamente*, inventar e ficcionar o passado e olhar o abandono do poste, seu estar parado e tão sem voz, sem poder pronunciar-se com as mãos. Durante a escrita, recorri a estes delírios de Manoel de Barros e seus poemas rupestres para aprender a inventar(iar) a materialidade das palavras e das coisas.

A poesia de Manoel, como agente catalisador de imaginários, tornou viável costurar os pensamentos de Michel Foucault como forma basilar de análise acerca das normas, conduções e possibilidades de vidas surdas no Brasil Império, durante a primeira metade do século XIX. É pela potência que há em dar às pedras costume de flor que fui buscar os saberes acerca da surdez cinquenta anos antes da criação do atual Instituto Nacional de Educação de Surdos.

Desta forma, ao me encontrar com os documentos que remontam ao período recortado, compreendi que sua descrição completa seria impossível: afinal, o arquivo nunca se revelará por completo, com uma única verdade limpa e pura que mostre exatamente seus caminhos e percursos. A descontinuidade histórica, aquilo que por tanto tempo tentou-se apagar, se torna, então, a possibilidade de contar, criar e/ou inventar outras narrativas para o passado.

Portanto, selecionei um universo específico de documentos dentro deste apanhado geral para, assim, procurar mostrá-lo a partir de determinadas percepções e imbricamentos segundo as regras às quais estão submetidos e, a partir de então, algo passou a surgir desta forma encontrada de “leitura monumento” que poderá ser dito a respeito da surdez, com maior ou menor intensidade, conforme o tempo dele nos separe.

Assim, procurei dentro deste recorte e dos documentos minuciosamente selecionados, por intermédio de uma perspectiva serial, uma tentativa pedagógica de encontrar campos de saberes que tenham fabricado e exercido constituições sobre aqueles considerados surdos ou incapazes de ouvir. Esses campos passaram a materializar-se de forma quase invisível, em ritmo de neblina, até alcançar o furor de uma tempestuosa “noite da agonia” *à braziliense*.

A intenção em traçar esses campos de saberes surge a partir do objetivo geral traçado para a composição desta análise: compreender nas práticas discursivas da primeira metade do século XIX as produções de normas sociais que atravessaram vidas surdas e suas possibilidades de existência. A busca por tais normas sociais, baseada em um pensamento foucaultiano, foi moldando os campos de saberes e deixando transparecer quais eram as noções esperadas de sujeitos adequados e quais formas de representações de si eram passíveis de existir dentro da sociedade *braziliense* da primeira metade do século XIX.

A construção destes campos possibilitou sacudir a quietude das construções sociais e a passividade com que aceitamos suas regras históricas e os efeitos de suas edificações no decorrer do tempo sem tencioná-las. Ou seja, a edificação destas áreas de conhecimento específicas tornou possível dizer que tais regras sociais foram historicamente criadas/instauradas para definir as possibilidades de vidas legitimadas pelo passado.

Desta forma, os quatro campos de experiências coletados no decorrer da busca para aprender a *enxergar antigamente* fora: *i)* saber literário; *ii)* saber legislativo; *iii)* saber imperial; e *iv)* saber médico. O surgimento destas áreas passou a apresentar determinadas práticas de normalização e docilização dos corpos dos indivíduos viventes na sociedade brasileira da primeira metade do século XIX.

Vale pontuar neste momento que nenhum destes campos de saber atua de forma individual no recorte selecionado, ou seja, não se constitui em um espaço específico ou uma instituição social reservada que age de forma desinteressada das demais camadas presentes na sociedade oitocentista. Pelo contrário, são saberes que se conectam e se fortalecem para ditar os dutos da história.

A figura que melhor se assemelha a essa representação, talvez, seja a imagem de uma teia de aranha com fios de seda que se ligam e se unem para a composição de um aparato de captura de insetos. Cada campo de saber funcionaria como um destes pontos de ligação existente na teia que, unidos, apontam as normas de condutas reconhecidas e aceitas por estes corpos inseridos neste momento histórico.

O campo literário apresentou um sujeito que, para estar alinhado aos preceitos deste momento histórico, deveria ser útil para o grupo social em que estava inserido e patriota defensor de sua terra, sua gente e seu rei. Alinhado a este pensamento, o sujeito deveria falar em estilo popular, de forma nobre e sublime, com clareza de dicção, tornando-se, assim, partícipe de uma corte pomposa e benquista.

Ao adentrar no campo de saber legislativo, novas normas sociais surgiram para regular os corpos elegidos pela norma: o merecimento e a capacidade. É dentro desta lógica de “preferência de serviços” que os espaços legislativos decidiram quem poderia ocupar espaços de poder e quem, de outra forma, com base na lei, estaria proibido de galgar espaços considerados de prestígio e limitados aos membros de uma corte que se resguardou em um aparato jurídico para preservar seu direito de ocupar os cargos rendosos da cidade.

No campo imperial, onde acompanhamos a passagem de três imperadores em solo nacional (D. João VI, D. Pedro I e D. Pedro II), vimos surgir outras possíveis normas para compor este arsenal de condução de condutas: obediência e reverência. Dentro deste recorte, a

obediência (passiva) se configurou em uma artimanha inventada, preparada e divulgada por intermédio das gazetas que percorriam o império para conduzir o povo a pensar que a figura do rei derivava diretamente de Deus, portanto, imaculada e divina, e que veio para governar em sabedoria. Essa obediência passiva trouxe consigo o princípio da reverência a este santo governador imperial que, por extensão de seus atos, deveria ser cultuado e, ao ser visto pelos corredores do império, deveriam seus súditos curvarem a cabeça em sinal de veneração e reverência por estar na magnânima sagrada presença de Sua Alteza Real.

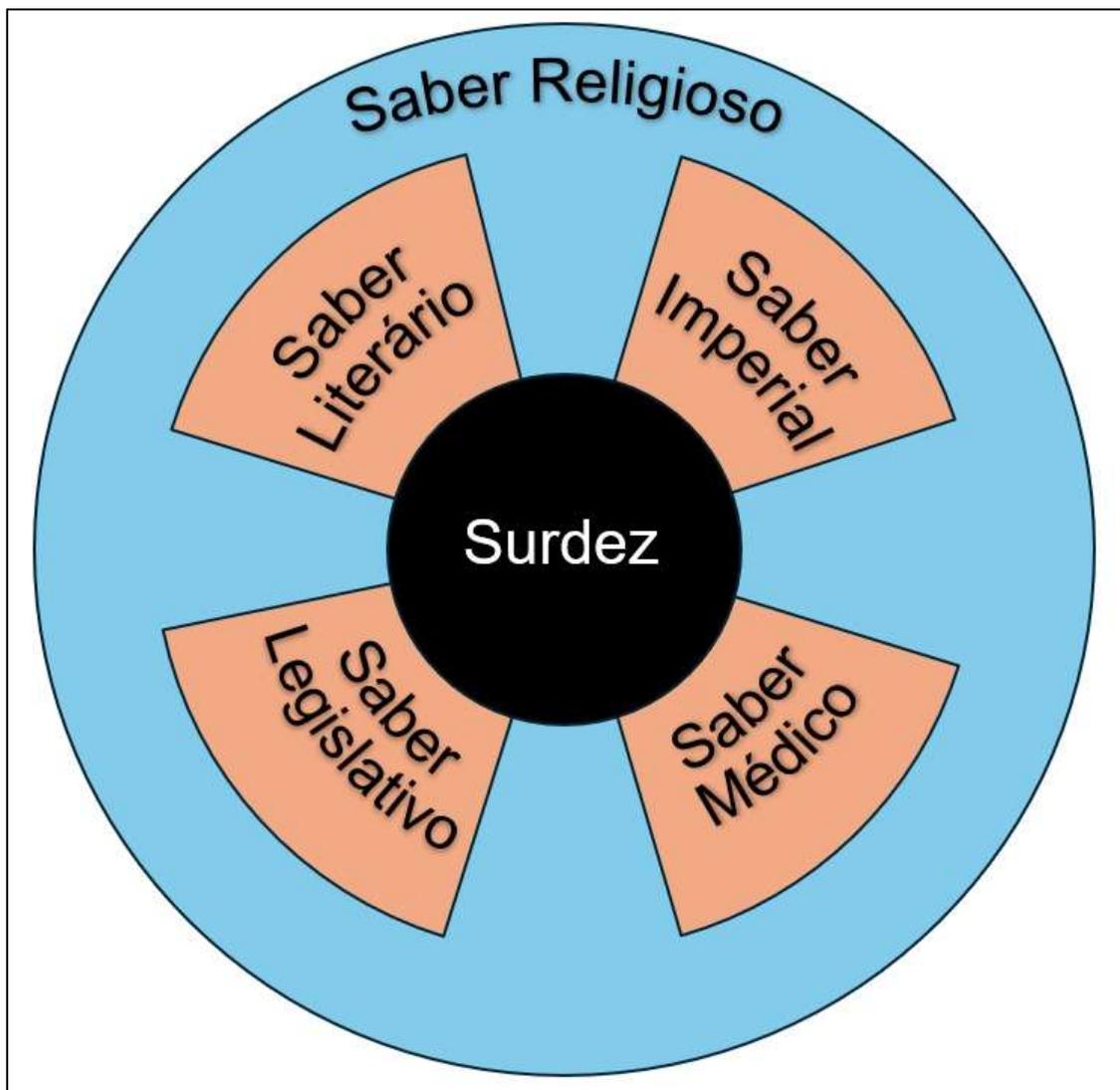
O último campo de saber identificado trouxe consigo outras normas passíveis de serem descritas, a saber: a caridade e a boa reputação ou moral dos sujeitos. Partindo para um olhar atrelado, principalmente, à figura do médico e da sua formação, neste campo de conhecimento foi possível verificar que, sem passar por estes dois crivos, seria impossível a edificação de um “hospício” para as categorias de moléstias identificadas no corpo social fluminense deste período selecionado.

Entretanto, para continuar este processo de conclusão, preciso antes externar uma sensação que me perseguiu durante os anos de escrita desta tese e que sinto ser importante narrar para o auxílio de uma compreensão mais abrangente acerca dos processos nos quais a surdez foi submetida e conduzida neste momento histórico. Essa sensação diz respeito à existência de um quinto campo de saber que aparece espraído e arraigado em todos os quatro eixos de conhecimento detectados e descritos: o campo de saber religioso.

Evocando novamente a figura da teia de aranha, a sensação causada em meu ser acerca desse quinto campo de saber pode ser expressa da seguinte forma: enquanto os demais campos são os pontos de ligação da teia, o saber religioso parece-me ser a própria aranha que realiza a tessitura de seus dispositivos de capturas.

Para dimensionar a existência deste novo campo de saber, impregnado em todas as áreas de conhecimento detectadas, gostaria de propor o esquema seguinte, apresentado na figura 13 para, a partir dele, destringir os pormenores desta relação e de suas associações encontradas no decorrer da pesquisa.

Figura 13 – Esquema para o surgimento do campo de saber religioso



Fonte: organização do autor (2025).

A partir da construção desta imagem, desejo pontuar que mesmo não sendo coletado jornais redigidos e distribuídos pelo núcleo religioso no período analisado para a realização da pesquisa, as vertentes e saberes produzidos por este campo específico perpassam, regulam e gerem as condições para a existência dos demais campos de conhecimento.

Desta forma, busquei elucidar, na escolha da distribuição das formas geométricas expostas na figura 13, que a “surdez”, foco central representado pelo círculo preto, assim como os quatro campos de saberes trabalhados nas seções desta tese, estão amparados e obedecem a um campo maior que as atravessa e as invade, manifestando-se como um dispositivo de poder religioso ou eclesiástico.

Essa aparição de um novo tipo de poder com suas práticas de confissão, exame, esquadramento e formação de saberes conduz o ser social deste momento histórico, como

diz Foucault (2020b), a reconhecer-se como um animal confidente onde tanto a brandura quanto o mais terrível dos poderes são considerados tecnologias que os levam a confessar suas práticas, suas verdades, tanto no campo da medicina quanto nos campos legislativo, literário e imperial: sempre há produções de verdades acerca do desconhecido (ou da verdade que se deseja consagrar acerca deste desconhecido).

Nas linhas que seguem farei um breve apontamento de como a manifestação do campo de saber religioso se apresenta em cada uma das áreas de conhecimento apresentadas, relembando a inscrição da surdez nas linhas das gazetas que, docilmente, passaram a ser evidenciadas a partir de um jogo de apoio mútuo entre tais campos, considerados nesta leitura e interpretação como dispositivos fabricantes de normas sociais.

O surgimento da imprensa no Brasil, por exemplo, ocorre juntamente com uma censura ao que poderia ser produzido e divulgado em solo brasileiro. Desta forma, as possibilidades de formas de vidas surdas mantinham-se condicionadas a este regime social determinado e amparado pelas parcerias institucionais.

A proibição e a censura literária, neste sentido, nasceram de saberes conjuntos entre a religião católica (cuja função basilar era normalizar/docilizar os sujeitos para atenderem ao chamado patriótico do país) e a legislação (cuja parceria com o Império garantia à igreja poderes específicos, tornava-a a unidade da fé oficial do país e legitimava-a a exercer determinadas ações, inclusive, a proibição de obras que atingissem/resistissem a seus dogmas ou os preceitos da soberania e dos códigos civis do país). Um apoio mútuo capaz de funcionar como dispositivos pedagógicos/disciplinares, modificando as relações que o sujeito estabelece consigo mesmo e com os demais, determinando e conduzindo suas condutas, normalizando suas ações e corrigindo suas falhas para, assim, integrar a norma hegemônica do que é ser um cidadão brasileiro entre os anos de 1801 e 1850.

Entre as fechaduras das portas do tempo encerradas neste apoio interinstitucional, ainda olhando para o primeiro campo de saber, começaram a surgir os conhecimentos literários acerca da surdez. Quando a igreja, em 1804, censurou a obra *Victor ou o menino da selva*, cuja autoria é dada a François Guillaume Ducray-Duminil (1761-1819), apoiando-se, como argumento, no fato de “não ser digna de um sério exame”, ela determinou não haver utilidade na educação destes sujeitos para seu sistema doutrinal e civil.

A censura recaída sobre a obra aponta um caminho: é uma forma de preservação da norma da utilidade; não há benefício na produção/impressão e comércio de tal literatura para o povo brasileiro que (ainda) não possui intenção de governar sobre essa diferença. O apoio mútuo entre Igreja e Estado, duas instâncias normalizadoras, se lido pelas obras foucaultianas,

demonstra como os saberes produzidos em cada qual unem-se para manterem-se na regência da história.

Controlar a produção literária de um país, a impressão de obras, gazetas, pasquins, entre outros, é controlar as condutas dos sujeitos em nome da manutenção de uma engrenagem social construída em prol de uma sã doutrina e moralidade que submetem os cidadãos a uma relação de verdade, tanto da fé e de Deus, quando de si e dos que habitam à sua volta.

O afrouxamento da censura começou a surgir em meados de 1820, o que permitiu a impressão da obra de François Guillaume Ducray-Duminil a partir de 1825 (mais de vinte anos após o momento de sua censura). Nesse processo, novas produções começaram a aparecer, capturar a imagem e a fabricar saberes acerca da surdez. É dessa forma que ingressaram no país peças teatrais e poesias que diziam alguma coisa sobre esta diferença.

De um lado, a fabricação de sujeitos surdos que poderiam ingressar na norma da língua, serem educados e contribuir de forma frutífera para a sociedade, como o espetáculo *O Surdo e Mudo ou O Abade de L'epée*; de outro, a invenção da surdez por meio do escárnio, do riso e entretenimento, como ocorreu com a obra *Sapateiro Surdo*, produzida em meados de 1840.

O sapateiro, pintado como um ser cômico, para divertimento da nação, com uma imagem associada às desgraças humanas e características de tolice e de comicidade, foi evocado em uma representação reducionista. Sem nome ou nação. O sapateiro passou a ser visto e conotado como um asno, com características diabólicas e sem humanidade por sempre emitir respostas desconexas da realidade em relação aos questionamentos que lhe eram feitos.

Esse imaginário produziu possibilidades de vidas surdas, e a criação de tal personagem só pôde ser possível de materializar-se por haver, antes, uma experiência qualitativa que construiu tal imaginário surdo como risível. A representação vem do hábito, da naturalização das relações do sujeito com as normas que direcionam seus comportamentos, ideias, sentidos e desejos, construindo, assim, suas subjetividades.

Ao adentrar no campo legislativo, descobrimos uma maquinaria produtora de comportamentos e normas desejáveis que, caso os indivíduos não as seguissem ou a elas não se adequassem, estariam proibidos de galgar fontes de subsistências rentáveis para sua vida e prole. Aqui o campo de saber religioso aparece conferindo suporte e apoio ao campo legislativo para os processos de eleição da primeira Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Brasil.

Tal apoio interinstitucional entre os campos legislativo, imperial e religioso para este processo de votação ficou conhecido como “eleições paroquiais” e esteve sob a responsabilidade dessas casas de fé: após a realização de uma sacra missa, seguiam os processos

de votação, em cada província, para a confecção dos membros ativos que deveriam compor a assembleia em questão.

Com o aumento da complexidade de vidas dentro de um grupo social em um determinado momento da história, este ritual religioso integrado/alicerçado em um processo legislativo, duas instâncias produtoras de normas, dispositivos a favor de uma maior supervisão e controle de corpos, se alinham para fomentar uma relação que propõe pensar em um jogo complexo e instável onde os discursos destes campos funcionam, ao mesmo tempo, como uma espécie de instrumento por onde o poder age e, de uma mesma forma, como um efeito (resultado) de suas ações.

O que torna possível que a responsabilidade de contagem dos sujeitos votantes, da inscrição dos concorrentes em editais, divulgação dos candidatos em suas paróquias e a garantia da “decência” durante o processo eleitoral estivesse concentrado diretamente nas mãos da igreja se, para fins diretivos, este processo não lhe dizia respeito? Infiro que a resposta deve ser lida por intermédio das práticas de favores que os campos de saber legislativo e imperial concedem ao campo religioso, logo, em um estado de “devedora” dessas benesses. Em resposta a este jogo complexo e instável, tais instituições passam a legitimar em suas portas as condutas propostas pelo campo de saber legislativo que, em troca, lhe torna a religião “oficial” do país, ou seja, um conglomerado social essencialmente católico.

A Constituição Política do Império do Brasil de 25 de março de 1824, em seu artigo 5º diz que: “A Religião Catholica Apostolica Romana continuará a ser a Religião do Imperio. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto domestico, ou particular em casas para isso destinadas, sem fôrma alguma exterior do Templo” (Brasil, 1824, *sic*).

Este jogo de concessão de poderes se manifesta, também, no momento em que, no campo imperial, a figura do rei precisa se tornar imaculada e santificada. A concessão do campo religioso para corroborar esta ideia e introduzir nos corpos incluídos em seus dispositivos eclesiásticos a invenção de um rei que havia descido diretamente dos céus com poder e autoridade recebidas de Deus é, portanto, um processo instaurador e paulatinamente reprodutor das normas sociais emergentes neste campo: reverência atrelada a uma obediência passiva.

Este cuidado do campo de saber religioso com os tratos cognitivos, emocionais e físicos de seus fiéis, sob a finalidade de que a aceitação, reverência e obediência destes à figura do rei continuasse sendo inquestionável, ao serem associados a estes processos normalizadores encontram valorização e fazem com que os próprios súditos carreguem sobre si a necessidade de manter a norma instaurada, obedecendo passivamente e reverenciando incondicionalmente:

práticas desejadas para o alastramento e a continuidade destes jogos complexos e instáveis de relações de poder.

Quando olhamos para o campo de saber médico, os braços e ramos do campo religioso também se estendem nas “artes da cura”. Esta área de conhecimento surge tendo como norma intrínseca à sua possibilidade de existência a caridade: princípio cristão imbuído nas instituições hospitalares que, como visto nas produções foucaultianas (2019), não nascem para curar o doente, mas sim para higienizar as cidades e dar assistência ao sujeito pobre que está morrendo e necessitado de sacramentos espirituais.

Desta forma, o hospital nasce vinculado às assistências eclesiásticas e torna-se um espaço de exclusão onde os fiéis os assistiam, material e espiritualmente, confortando seus corações e almas para, assim, aliviar suas dores carnis. Essa ideia aparece na irrupção do campo de saber médico em solo nacional quando encontramos a seguinte premissa: “A medicina he pois huma das artes mais sublimes e mais divinas, porque os deveres que ella prescreve se allião estreitamente ás primeiras e mais **santas leis da religião e da caridade [...]**” (Revista Medica Fluminense, 1839b, p. 23, *sic*, grifos próprios).

Cabe lembrar, conforme apontado nas delimitações teóricas desta investigação, a *regra da imanência*, baseada na genealogia foucaultiana, que aponta para um pensamento onde não devemos considerar que tais campos de saber se formam de maneira livre e desinteressada. Esta regra genealógica aponta para uma direção oposta: se a surdez passou a ser objeto de estudo e de conhecimento de grupos específicos, é devido às exigências do poder que recaíram sobre seus corpos requerendo destes um esquadramento completo.

É deste modo, para que algo possa ser dito acerca da surdez e esta passe a figurar como um domínio a ser conhecido, antes foi necessário que relações de poder se debruçassem sobre ela para, assim, torná-la um possível objeto de exame. Ao torná-la alvo deste tipo de conhecimento, seria necessário investir tempo, técnicas de saber e encontrar uma gama de procedimentos discursivos para, no decorrer do tempo, governá-la.

Feito este apontamento da existência de um quinto campo de saber que perpassa os demais, neste momento, gostaria de esboçar breves parágrafos acerca de um achado inesperado, mas de extremo valor para as conclusões propostas nesta pesquisa: a existência de sujeitos surdos reais e, de alguma forma, “limpos” de sua surdez com o passar do tempo.

A pesquisa permitiu encontrar a vida surda possível de José Raimundo Barata de Almeida que, assim como a peça teatral do sapateiro surdo, era fruto de saberes e relações de poderes que determinavam o lugar que ele poderia ocupar: um mascate negociante que, falido, regressou ao seio familiar para ser escrevente de seu irmão.

A história de José Raimundo revelou novas formas de imaginar as possibilidades de vidas surdas neste contexto: ele provinha de uma família abastada; era filho de tenente; irmão de um tabelião e de um médico; tinha aparência caucasiana, cabelos louros, olhos pardos e lábios finos. Todas estas características, veneradas no período estudado, ainda assim não o impediram de se tornar um mascate.

Esta profissão e a do sapateiro surdo podem até mesmo confundirem-se quando se pensa em quais corpos estariam ganhando a vida com tais ofícios. A marca que aloca José Raimundo fora da norma da utilidade oitocentista é a sua surdez. As profissões de mascate e sapateiro, seguindo as materialidades discursivas registradas nas gazetas, são dadas como ofícios destinados aos corpos escravizados, ou seja, as profissões de prestígio ou as condições de subsistência fora do seio familiar eram negadas a estes sujeitos durante o recorte analisado.

O campo legislativo me permitiu conhecer a história de João Antônio da Silva Leitão, 1º cunhador da casa da moeda da corte que, molesto e enfermo, tendo um único filho, surdo, recorreu ao parlamento pedindo que, após sua morte, sua esposa e prole fossem amparados pelo governo pois, seguindo as normas sociais deste momento, pela Constituição Brasileira de 1824, seu filho, lido como pessoa incapaz, não poderia ocupar serviços e espaços rentáveis. Desta forma, estaria fadado a uma vida de miséria.

Em seguida, ainda no campo legislativo, irrompeu das linhas dos documentos a história do taquígrafo João Caetano de Almeida e Silva e, também, do Senador Estevão José Carneiro da Cunha. Duas histórias de sujeitos que, com o passar do tempo, adquiriram a surdez já ocupando espaços e empregos públicos rentáveis, o que gerou grandes controvérsias e problemas para as normas oitocentistas instauradas socialmente.

As longas discussões em torno do que estes corpos infringiam (a legislação ou as normas sociais) me faz pensar que, embora exista um caráter totalizador nas regras e normas detectadas, os desvios ainda existiram e se tornaram extremamente mais visíveis e expostos, conforme as normas se aperfeiçoavam, tanto que sobreviveram, discursivamente, duzentos anos de história.

Para estes corpos que “furaram” a bolha das normas e leis deste momento histórico e ocuparam lugares de destaque nos processos de seu tempo, o tratamento dado prescrevia uma menor tolerância, fazendo com que os eixos de conhecimento tornassem suas práticas de exame ainda mais aguçadas e profícuas, lapidando suas brechas para liquidar a possibilidade de novos corpos molestos ascenderem socialmente: conhecer a diferença para entender como mantê-la afastada.

Se pensarmos com Foucault (2014), podemos compreender que estes exames são uma combinação de tecnologias de vigilância e de normalização. Uma possibilidade de controle que

permite qualificar o desconhecido (neste caso instaurado na surdez) e puni-lo: tentando retirar-lhes seus trabalhos, exonerando seus cargos. Portanto, em cada campo de saber, a seu modo, é possível observar princípios de disciplina e normas a serem seguidas, sob o perigo da exclusão em caso de desobediência.

Ao ingressar no campo legislativo surgiu, então, a figura de José Estêvão Grondona. Um surdo estrangeiro, nascido na Itália, naturalizado brasileiro e atuante em questões relacionadas à pátria. Ativista e incendiário responsável pelas produções publicadas na gazeta *Sentinella da liberdade à beira do mar da Praia Grande*. As linhas deste campo de saber reforçaram o quanto as normas da linguagem, do dizer em estilo popular e a postura patriótica são indissociáveis deste cidadão eleito para viver de acordo com este período.

O julgamento de Grondona e sua retirada do país após a famosa “noite da agonia” ocorrida em 1823, que culminou na dissolução da Assembleia Constituinte cujo estopim foram os artigos publicados em sua gazeta, comprovou o quanto os periódicos podem ser considerados dispositivos pedagógicos, condicionando e direcionando os sujeitos a adquirirem determinadas ações e posicionamentos, levando-os a agredirem fisicamente, a combaterem os considerados “outros”, aqueles que não lutavam pelo ideal de pátria estipulado pelas normas oitocentistas.

Grondona fez parte de um momento histórico importante do país. Suas produções foram o estopim para a “noite da agonia”. Tal personagem é estudado por historiadores e comentaristas da História Geral do Brasil. Entretanto, a materialidade de sua diferença, sua surdez, é deliberadamente apagada de todo o seu trajeto histórico.

Esta marca só foi possível de ser acessada devido a este tratamento minucioso dado aos discursos primários encerrados nestes documentos históricos e em concomitância a uma leitura monumental cautelosa para a identificação e regulação das normas sociais nas quais este arsenal se ampara para manifestar seus efeitos de poder.

Durante os anos de pesquisa, busquei por retratos, imagens, gravuras ou pinturas de cada um destes sujeitos encerrados neste momento da história. Entretanto, não consegui encontrar a materialidade de seus rostos ou de suas representações. Mesmo o senador Estêvão José Carneiro da Cunha que, seguindo a estrutura dos demais senadores de sua época, figuram suas representações de fácil acesso, a imagem de Carneiro da Cunha não está entre as produções de saberes do campo legislativo de nossa história.

Gostaria, também, de mencionar algumas linhas acerca das normas sociais detectadas para a composição deste sujeito ideal e padrão para o período oitocentista da primeira metade do século XIX, pensando ainda neste “amparo institucional” entre os campos de saberes que produziram tais normas e conduziram os corpos, gestos e comportamentos da corte brasileira.

Inicialmente foram detectadas as normas da utilidade e do patriotismo por intermédio do campo de saber literário, além de outras práticas que, conforme as luzes do século se espalhavam, traziam em seu bojo novas complexidades. O ato de falar ao modo popular, em contraste à uma forma “plebeia” de uso da palavra e o costume de frequentar os museus e os teatros são exemplos destas práticas encontradas.

Baseado nos saberes legislativos, que se mantinham alinhados aos saberes religiosos, literários, imperiais e médicos, outras normas foram surgindo: aquela acerca do *merecimento* e da *capacidade*. O jogo estabelecido entre estes crivos selecionadores de corpos, ou como dito pelos documentos, suas “preferências de serviços” esquadriavam o sujeito para compreender se possuía dignidade para ocupar os espaços de prestígio social e ser inserido em empregos públicos.

Este aparato alocava a surdez em um conglomerado desassistido mediante as possibilidades de relações de poder assimétricas e, pode-se dizer, então, são estes saberes que conduziram as perspectivas de vida dos sujeitos surdos acima mencionados: o filho surdo de João Antônio da Silva Leitão; os ex-servidores João Caetano de Almeida e Silva (taquígrafo) e Estevão José Carneiro da Cunha (Senador); e o periodiqueiro surdo José Estêvão Grondona.

Como já mencionado no corpo desta análise, a Constituição Brasileira de 1824 afirmava que todos poderiam aceder a cargos públicos. Entretanto, esses direitos políticos eram suspensos aos sujeitos que apresentassem incapacidade física (lugar ocupado pela surdez dentro deste espectro legislativo). Portanto, as histórias de João Caetano e Estevão José, descritas em longos debates, registram a impossibilidade normalizadora que aloca esses sujeitos na categoria de “defeito da natureza”.

O campo de saber imperial propõe um sujeito obediente e reverente ao seu imperador, incapaz de maldizer a extensão de Deus na Terra sob o risco de ser condenado pela igreja ao ranger de dentes eterno e, ainda, sofrer as penalidades da lei pois, segundo a igreja, “A Pessoa do Imperador é inviolável, e Sagrada” (Brasil, 1824, *sic*).

No campo médico vimos surgir as normas da caridade e da boa reputação, princípios atrelados ao dogma da religião em consonância com as demais áreas de conhecimento. Estas novas características apontaram para um cidadão íntegro, capaz de despertar a confiança, credibilidade e a fé em sua conduta, sendo esta uma forma de transitar entre o povo e espalhar suas luzes como um ser respeitoso e decoroso.

O compilado destas normas forma o sujeito padrão requerido pela primeira metade do século XIX, dando-lhes condições de se educar, trabalhar, adquirir práticas culturais, modos e

posicionamentos que se coadunem com as vontades de seus dispositivos reguladores: os campos de saber literário, legislativo, imperial, médico e religioso.

Durante as delimitações teóricas desta investigação vimos, ao tratar da *regra do duplo condicionamento* dos processos genealógicos foucaultianos, o que diz respeito ao entendimento de que nenhuma ação local, ou em nível microcapilar, poderia funcionar se, de outro lado, não existisse uma estratégia global, ou seja, um duplo condicionamento que serve de apoio mútuo para caminhar no decorrer da história.

A partir desta perspectiva, cogitei a possibilidade de ficcionar a existência de um *dispositivo da surdez*, entendendo que, segundo o pensamento foucaultiano, o termo dispositivo pode ser considerado tanto uma formação quanto um dado momento histórico, tendo, portanto, uma função estratégica dominante; e, também, com o apoio de Larrosa (1994), quando aponta que todo espaço que tenha por função modificar as relações que os sujeitos estabelecem consigo mesmo pode ser classificado como dispositivo.

Desta forma, pensando nos campos de saberes detectados durante este processo, levando em consideração as ações locais, microcapilares, detectadas nos documentos históricos, amparadas pelas instâncias de poder constituídas no Brasil Império, alinhadas pela regra do duplo condicionamento proposta por Michel Foucault, e pelos sistemas de transformação que chegaram a conduzir e governar sobre estes corpos, penso que sim: estamos diante do momento histórico onde o surgimento da formação de um dispositivo da surdez pode irromper em solo brasileiro.

O alinhamento da surdez nas tramas e saberes destes campos de conhecimento só foi passível de ocorrer por estarem diretamente ligadas a táticas globais que, no Brasil, entram mediante o momento de representação europeia. Este alinhamento do macro ao micro e *vice-versa* torna possível que o dispositivo da surdez ganhe materialidade e que práticas de medicalização, psiquiatrização, restauração da linguagem, entre outros processos, passem a ser pensadas, também para estes seres, em momentos posteriores a este recorte apresentado na composição desta análise.

A partir da (re)construção do “corpo padrão” às regras oitocentistas, onde aos poucos a surdez passou a ser produto deste jogo das relações de poder, penso ser possível esboçar uma resposta para a questão motivadora deste processo de análise: em que medida os saberes silenciados da primeira metade do século XIX acerca da surdez e dos que não ouviam possibilitaram a fundação, no ano de 1856, do *Collégio Nacional para Surdos-Mudos de Ambos os Sexos*, atual INES?

Podemos inferir algumas possibilidades de caminhar em busca de uma possível resposta a esta indagação. Entretanto, primeiramente se faz necessário delimitar o que tenho considerado como o resultado da primeira metade do século XIX em se tratando da surdez e suas possibilidades de existência para estes corpos surdos.

Entendo que a construção desta conjuntura histórica é uma consequência das práticas e processos anteriores a este momento, cruzados com os saberes importados e introduzidos em solo nacional pela chegada da corte imperial e o imbricamento destes saberes em suas tramas e relações de poder. É o resultado deste encontro que trouxe à tona as normas apresentadas, a irrupção dos campos de saberes detectados e as possibilidades de vidas surdas emergentes neste recorte temporal.

Desta forma, pode-se deduzir que a tese inicial desta pesquisa encontra nos saberes produzidos uma confirmação baseada no pensamento de que a criação do atual INES se tornou possível devido às constituições destes saberes e imaginários apresentados que circularam na primeira metade do referido período, dando possibilidade de inscrever a surdez nas normas sociais de sua época.

É preciso levar em consideração, também, que cada campo de análise descrito perfaz sua construção em uma sequência dentro de um período de quase cinquenta anos, ou seja: conforme caminhamos de mãos dadas com os documentos, seus saberes, sutilmente, vão sendo aperfeiçoados, modificados e aprofundados, conforme a complexidade social deste momento se torna cada vez mais incontrolável.

Há de se dar importância, também, ao fato de que nenhum destes campos de saber atuam distintamente na sociedade brasileira da primeira metade do século XIX. Seus saberes produzidos perpassam o corpo social e atuam no nível capilar das relações dos sujeitos, formando aquela já mencionada figura da teia de aranha interinstitucional que conduz os corpos de seus integrantes a reproduzirem determinados comportamentos e a obterem ações específicas segundo regulações determinadas.

A partir da inscrição da surdez no campo literário, inicialmente censurada por ser considerada como um saber sem “nenhuma utilidade” em 1804, acompanhamos a possibilidade de rir desta “moléstia” na figura do sapateiro surdo. Com a chegada do campo legislativo, entendemos como as pessoas surdas, neste momento da história, estavam encerradas neste período: proibidas por lei de ocuparem espaços e galgar empregos públicos, segundo a constituição de 1824.

Neste intervalo de 20 anos, vimos uma surdez mofina, relegada a uma parcela dos cidadãos que não são passíveis de pertencer à norma da utilidade social, do patriotismo, sem

merecimentos e capacidades ficando, então, como dito por Alfredo Veiga-Neto (2017) “ao abrigo da norma” já que esta, a norma, não admite um exterior, alguém que esteja fora do seu alcance.

A norma, lida como saturante, possui um eixo normalizador e hierarquizador, ou seja, ao detectar o que há de desconhecido neste corpo, buscará formas de examiná-lo e produzir saberes a seu respeito. Tornar dizível de alguma forma para aproximá-la o máximo possível da possibilidade de ser normalizado.

É desta forma que, a partir da década de 1820, com o afrouxamento da censura, veremos serem introduzidas outras possibilidades de leituras acerca da surdez: a possibilidade de educá-los e levá-los em direção à luz dos conhecimentos, conforme as obras *Victor ou o menino da selva*, introduzida em solo nacional a partir de 1825; o *Curso de instrução de hum surdo mudo*, publicada em 1834; e a representação teatral da peça *O Surdo e Mudo ou o Abbade de L'epée*, encenada de 1835 a 1841.

Este alinhamento histórico marca o início do processo de transição, ou de mudança, da leitura deste momento histórico acerca deste corpo surdo. A partir desta linha de deslocamento do eixo de pensamento podemos ver novas regras sendo formadas, relações entre os campos de saberes surgindo como táticas de poder, para alinhar este sujeito às práticas e sanções normalizadoras.

Com a chegada da formação de um campo de saber médico e sua inscrição como forma de ciência, a partir da década de 1830, há um exercício maior, seguindo a forte representação europeia que permitiu a importação de exames e saberes específicos que desmontam o desconhecido que era a surdez. É assim que passamos a enxergar *memórias* e *observações* médicas sendo traduzidas em solo nacional como forma basilar de acúmulo de conhecimentos acerca deste corpo molestado.

A prática de representação europeia, neste momento, é interessante por dimensionar e incorporar nos conhecimentos deste campo a ideia de um “atraso” do império brasileiro em relação às outras sociedades civilizadas que possuíam instituições próprias voltadas para este público contando, até o ano de 1833, um total de 93 instituições para educação de surdos espalhadas pela Europa e cerca de 145.131 pessoas surdas em suas províncias.

Juntamente à introdução deste tipo de saber são traduzidos métodos de educar estes sujeitos, preconizados no uso de datilologias como a “linguagem dos dedos”, a divulgação do alfabeto manual como meio facilitador de comunicação com os sujeitos surdos e o reconhecimento de que a “linguagem mímica” seria a “verdadeira *linguagem dos surdos-mudos*”.

Todo este aparato, que coloca o império brasileiro como “atrasado” em produzir saberes sobre este corpo, tornam observáveis os pedidos de criação de uma instituição focada para a educação destes sujeitos. Os pedidos coletados nesta análise remontam ao período entre os anos de 1831 e 1845 e, findando a primeira metade do século XIX, não vemos a irrupção desta instituição de educação de surdos ser materializada.

Mesmo havendo pedidos para a criação deste tipo de instituição, assim como para a criação de outros estabelecimentos para o atendimento de cegos, idosos, alienados, sífilíticos e etc., as normas existentes neste campo de saber preconizavam a existência de um cidadão civil com o coração sobejado de *caridade* e com *boa reputação e moral* entre o povo brasileiro para estar à frente destes tipos de fundações, seja de forma privada ou de forma filantrópica.

É baseada nestas normas que vemos a fundação da Casa de Saúde Dr. Peixoto ocorrer em 1843, de forma privada, por iniciativa do Dr. Antônio José Peixoto; ou, então, a fundação do Hospício de Pedro Segundo, criada pelo decreto n. 82 de 1841, de forma filantrópica, por disposição e iniciativa de José Clemente Pereira.

Esta prática requeria a figura de um ser caridoso para dirigir estes espaços e dedicar sua vida ao cuidado destes seres considerados desafortunados pela história de seu tempo. O mesmo vai ocorrer com as demais instituições fundadas sob esta mesma espécie de pensamento, inclusive para as instituições fundadas no início da segunda metade do século XIX, como é o caso, por exemplo, do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, fundado em 1854, de cunho filantrópico, sob os cuidados de José Álvares de Azevedo com o apoio e parceria de José Francisco Xavier Sigaud, médico particular do imperador D. Pedro II (Gov.br, 2015).

Desta forma, para dimensionar o que tornou possível a existência do *Collégio Nacional para Surdos-Mudos de Ambos os Sexos*, em 1856, em solo nacional, é preciso levar em consideração todo este aparato normalizador apresentado. Assim, todas as justificativas apontadas no início desta análise que, **sem a fundamentação em dados e fontes primárias**, apontam para a criação deste estabelecimento tendo como base um membro familiar surdo pertencente à coroa (filho de D. Isabel com o Conde D’Eu) não se configuram como um saber deste momento histórico.

A possibilidade de materialidade deste instituto de educação de surdos figurar em solo brasileiro, apesar dos pedidos insistentes para que tal estabelecimento fosse instituído com urgência, sob a necessidade de acompanhar a representação europeia e a “evolução” das luzes do século, só foi possível a partir da chegada deste sujeito civil que estará apto a ocupar este espaço, sendo caridoso e de boa reputação, para ser o benfeitor que entregará sua vida a estes cuidados e passará a morar neste estabelecimento para dirigi-lo.

No Brasil, esta figura entrou pelos portos do Rio de Janeiro em 9 de maio de 1855, vindo diretamente de Le Havre, um município localizado no noroeste da França, após 37 dias de viagem por mar aberto. Seu nome ficou conhecido como E. Huet. Um sujeito surdo e francês que, trazendo consigo *merecimentos* e *capacidades*, sendo ex-diretor da escola de Bourges, na França, possuía os conhecimentos específicos para o ensino deste grupo.

Além destas adequadas características para o século das luzes, também trazia em seu bojo um princípio de *utilidade* e *patriotismo* ao ofertar ao imperador, por intermédio de uma carta, a possibilidade de educar estes corpos para atuarem em serviços de agricultura para que pudessem auxiliar o crescimento do país (Huet, 1855).

De uma mesma forma, aponta o princípio da *caridade* e *reputação* sendo o organizador da Sociedade Brasileira de Assistência aos Surdos e Mudos, de cunho filantrópico, para a educação, principalmente, de moças “surdas-mudas”. Nesta mesma carta, é possível coletar as marcas de um sujeito *obediente* e *reverente* à D. Pedro II, aduzindo serem suas intenções “[...] sempre de acordo com as de Vossa Majestade e do seu governo, e que receberei com apreço os pareceres e correções que considerar convenientes fazer” (Huet, 1855).

Desta forma, apresentando as características e as exigências nacionais para ocupar este lugar de sujeito civil que estará à frente deste espaço de educação, Huet ingressa nas malhas da história da educação de surdos em território nacional. Entretanto, em fins de concluir a resposta para a questão desta tese, sua validação em solo nacional só foi capaz de ocorrer, na segunda metade do século XIX, devido a esta irrupção de campos de saberes e de suas normas sociais, alicerçadas nos pedidos médicos que, baseados na representação europeia, desejavam a criação deste espaço de educação.

Caso E. Huet chegasse ao Brasil entre 1801 e 1820, a fundação deste instituto estaria fadada ao fracasso pois, neste momento, as construções dos saberes acerca da surdez ainda não haviam modificado seu olhar para a compreensão da diferença e da necessidade de examiná-la para construir conhecimentos acerca de seus corpos.

A materialidade e possibilidade de tornar a educação de surdos possível em solo nacional somente poderia se tornar exequível a partir da década de 1830, momento em que o campo de saber médico despontou como ciência e passou a produzir e importar noções específicas acerca da surdez.

Construir toda esta narrativa para compreender a possibilidade de existência do INES em território brasileiro em um momento tão singular onde tantas invenções foram tensionadas para “justificar” tal criação é um processo que surgiu em minha mente a partir do contato com

as obras foucaultianas e as questões concernentes à “verdade” e as “vontades de verdades” e que, agora, são possíveis de dimensionar a extensão deste campo de veracidade.

Com toda esta narrativa é possível afirmar que Huet estava “no lugar certo e na hora certa”. Sua chegada em meio ao período de representação europeia e suas características adequadas para compor as teias e dispositivos das normas sociais oitocentistas foram as principais qualidades que tornaram possível a educação de surdos ocorrer em solo nacional.

Este relatório de tese está sendo finalizado tendo sua questão inicial respondida. Entretanto, nos caminhos percorridos, novas indagações surgiram e motivam a continuidade investigativa. Esta etapa me fez pensar em um outro questionamento: a que resultado esta pesquisa chegaria caso pudesse contemplar um novo universo de documentos históricos, principalmente aqueles adormecidos no Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), em Lisboa? As respostas seriam as mesmas? Surgiriam novas normas sociais? Há outras histórias surdas adormecidas nos documentos históricos?

A história da surdez em solo nacional é, ainda, uma incógnita em muitas frentes. Desconstruir a linearidade histórica instaurada socialmente e conceder a devida atenção aos saberes dessujeitados, com Foucault, é uma premissa. Desejo que a leitura deste relatório desperte em muitos de nós o desejo de (re)escrever o passado inventando suas materialidades por intermédio do que existe de fresta e janela da história. É assim que aprenderemos a *enxergar antigamente*.

DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA

A AURORA FLUMINENSE: JORNAL POLITICO E LITTERARIO. **Paralelo entre a Monarchia Absoluta e a Monarchia Constitucional**. Variedades. n. 11, p. 43-44. Rio de Janeiro: Typografia do Diario do Rio de Janeiro, 1827. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 29 dez. 2023.

ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. **Copia do termo de prisão habito e tonsura feito ao reo Joze Raimundo Barata de Almeida, branco**. n. 45, p. 159-160, 1922a. Rio de Janeiro: Officinas Graphicas da Bibliotheca Nacional. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/acervo-digital/anais-biblioteca-nacional/402630>. Acesso em: 5 jan. 2025.

ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. **Diz Jozé Raymundo Barata, prezo nas cad.as desta Rlm. e condemnado em degredo [...]**. n. 45, p. 389-392, 1922b. Rio de Janeiro: Typographia G. Leuzinger & amp; Filhos. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/acervo-digital/anais-biblioteca-nacional/402630>. Acesso em: 4 mai. 2023.

ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL. **Rio de Janeiro, 9 de Novembro de 1823**. n. 13, v. XIII, p. 137-138, 1885 [1889]. Rio de Janeiro: Typographia G. Leuzinger & Filhos. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 5 jan. 2025.

ANNAES DO PARLAMENTO BRASILEIRO. **Sessão em 21 de junho de 1833**. Tomo I. 1833. Rio de Janeiro: Typographia de Viuva Pinto & Filho. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 15 fev. 2023.

ARCHIVO MEDICO BRASILEIRO: Gazeta Mensal de Medicina, Cirurgia, e Sciencias Accessorias. **Academia Imperial de Medicina**. Discurso sobre as instituições medicas que se devem crear, pronunciado na sessão publica de 30 de Junho deste anno pelo Sr. Dr. J. F. X. Sigaud. Tommo II, n. 01, 1845. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 27 dez. 2024.

ARQUIVO HISTÓRICO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Portaria instituindo a Aula de Tachigraphia**. Ministério das Relações Exteriores - Contabilidade - Leis - Decretos e Portarias n.º 1 - 1822 a 1840, documento n.º 321/14 do Códice L. 1822.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO - ANTT. **Censuras e pareceres**. Real Mesa Censória. caixa 109, 1804.

ARQUIVO NACIONAL. **Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil**. D. Pedro I: proclamações, cartas, artigos. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1973.

BIBLIOTECA VIRTUAL CONSUELO PONDÉ. **Exposições**. Heróis Negros do Brasil - Exposição realizada pelo Arquivo Público da Bahia, com documentos da Revolta dos Búzios. 1798. Disponível em: <http://www.bvconsueloponde.ba.gov.br/>. Acesso em: 6 mai. 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Collecção das Leis do Imperio do Brazil de 1822**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1887. (Collecção das decisões do Governo do Imperio do Brazil

de 1822). Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/18337>. Acesso em: 11 jun. 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Decreto de 3 de junho de 1822**. Manda convocar uma Assembléa Geral Constituinte e Legislativa composta de Deputados das Províncias do Brazil, [...]. Legislação Informatizada - Dados da Norma. 1822. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/sn/antioresa1824/decreto-38942-3-junho-1822-568265-norma-pe.html>. Acesso em: 11 jun. 2023.

COLLEÇÃO DA LEGISLAÇÃO PORTUGUEZA. **Alvará de 30 de julho de 1795**. Legislação de 1791 a 1801. O Governo dos Outros. Imaginários Políticos no Império Português. 1795. Disponível em: http://www.governodosoutros.ics.ul.pt/?menu=consulta&id_partes=110&id_normas=34947&acc=ver. Acesso em: 17 mai. 2023.

CORREIO BRAZILIENSE OU ARMAZEM LITERARIO. **Brazil**. Miscellanea. vol. III. n. 16. Londres: W. Lewis, Paternoster Row. 1809. p. 339-343. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em 10 jan. 2023.

CORREIO BRAZILIENSE OU ARMAZEM LITERARIO. **Ellogio**. Miscellanea. vol. XIII. n. 77. Londres: W. Lewis, ST. John's-Square, Clerkenwell. 1814a. p. 470-493. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 22 abr. 2023.

CORREIO BRAZILIENSE OU ARMAZEM LITERARIO. **Introdução**. Londres: W. Lewis, Paternoster Row. p. 3-4. 1808. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 7 fev. 2023.

CORREIO BRAZILIENSE OU ARMAZEM LITERARIO. **Melhoramentos no Brazil**. Miscellanea. vol. XXIV. n. 143. Londres: R. Greenlaw. 1820a. p. 394-399. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em 7 mai. 2023.

CORREIO BRAZILIENSE OU ARMAZEM LITERARIO. **Miscellanea**. Instrucções previas ao Exame, e Averiguações sobre que se devem estabelecer as providencias necessarias a bem da creação, e aproveitamento dos Enjeitados, e Orfaões pobres. vol. VIII. n. 47. Londres: W. Lewis, ST. John's Square, Clerkenwell. 1812a. p. 517-521. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 31 jan. 2023.

CORREIO BRAZILIENSE OU ARMAZEM LITERARIO. **Oração em louvor do Principe Regente Nosso Senhor, &c.** (continuada de p. 493). Miscellanea. vol. XIII. n. 78. Londres: W. Lewis, ST. John's-Square, Clerkenwell. 1814b. p. 632-658. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 22 abr. 2023.

CORREIO BRAZILIENSE OU ARMAZEM LITERARIO. **Ordem Regia, sobre os orfaões**. Miscellanea. vol. VIII. n. 47. Londres: W. Lewis, ST. John's Square, Clerkenwell. 1812c. p. 516-517. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 12 abr. 2023.

CORREIO BRAZILIENSE OU ARMAZEM LITERARIO. **Proclamação o Governo sobre a convocação das Cortes**. Politica. vol. XXV. n. 151. ed. 25. Londres: R. Greenlaw. 1820c. p. 610-620. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em 22 mai. 2023.

CORREIO BRAZILIENSE OU ARMAZEM LITERARIO. **Reflexoens sobre as novidades deste mez.** Brazil. Miscellanea. vol. XI. n. 67. Londres: W. Lewis, ST. John's-Square, Clerkenwell. 1813a. p. 924-925. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 9 mar. 2023.

CORREIO BRAZILIENSE OU ARMAZEM LITERARIO. **Reflexoens sobre as novidades deste mez.** Brazil. Decreto. Miscellanea. vol. X. n. 59. Londres: W. Lewis, ST. John's Square, Clerkenwell. 1813b. p. 529-534. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 24 fev. 2023.

CORREIO BRAZILIENSE OU ARMAZEM LITERARIO. **Reflexoens sobre as novidades deste mez.** Reyno Unido de Portugal Brazil e Algarves. Miscellanea. vol. XXIV. n. 140. ed. 24. Londres: R. Greenlaw. 1820b. p. 82-86. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em 5 mai. 2023.

CORREIO BRAZILIENSE OU ARMAZEM LITERARIO. **Travels in the Interior of Brazil, &c.** - Viagens ao Interior do Brazil, &c. por Mawe. Literatura e Sciencias. vol. IX. n. 52. Londres: W. Lewis, ST. John's Square, Clerkenwell. 1812b. p. 433-442. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 7 fev. 2023.

CORREIO DO RIO DE JANEIRO. **Correspondencia.** n. 34, p. 134. 1823. Rio de Janeiro: Typographia de Torres. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 1 jan. 2024.

DIARIO DA ASSEMBLEA GERAL, CONSTITUINTE, E LEGISLATIVA DO IMPERIO DO BRASIL. **Sessão de 19 de agosto.** Presidência do Sr. Bispo Capellão Mór. n. 60, 1823a. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em 15 mai. 2023.

DIARIO DA ASSEMBLEA GERAL, CONSTITUINTE, E LEGISLATIVA DO IMPERIO DO BRASIL. **Parecer.** n. 40, Rio de Janeiro, 1823b. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em 15 mai. 2023.

DIARIO DA CAMARA DOS SENADORES DO IMPERIO DO BRASIL. **Sessão de 10 de Maio de 1828.** n. 5. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Nacional, 1828a. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 17 jul. 2023.

DIARIO DA CAMARA DOS SENADORES DO IMPERIO DO BRASIL. **Sessão de 15 de julho de 1830.** n. 53. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Nacional, 1830. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 19 jun. 2023.

DIARIO DA CAMARA DOS SENADORES DO IMPERIO DO BRASIL. **Sessão de 20 de junho de 1827.** n. 23, p. 221-222. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Nacional, 1827. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 10 jun. 2023.

DIARIO DA CAMARA DOS SENADORES DO IMPERIO DO BRASIL. **Sessão de 21 de junho de 1826.** n. 23. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Nacional, 1826. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 17 jul. 2023.

DIARIO DA CAMARA DOS SENADORES DO IMPERIO DO BRASIL. **Sessão de 28 de Maio de 1828**. n. 11. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Nacional, 1828b. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 24 dez. 2023.

DIARIO DA CAMARA DOS SENADORES DO IMPERIO DO BRASIL. **Sessão de 28 de Junho de 1828**. n. 13. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Nacional, 1828c. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 24 dez. 2023.

DIARIO DE SAUDE. **Difficuldade de ser ao mesmo tempo habil cirurgião, e bom medico**. - Boyer, Corvisart, A. Dubois, Hallé, Portal, Laënnec - O que se especialisa em Paris, se accumula nas provincias - Raros talentos conciliados em Ant. Petit - Vícios da legislação quanto á medicina - Responsabilidade medica, e livro de M. Trebuchet, advogado, sobre a jurisprudencia da medicina. v. I, n. 7. p. 52-56. 1835d. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Const. de Seignot-Plancher e Cia. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 19 out. 2024.

DIARIO DE SAUDE. **Dos Surdos e Mudos na Europa**. v. I, n. 3, p. 23. 1835f. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional do Seignot-Plancher e Comp. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 19 out. 2024.

DIARIO DE SAUDE. **Mudez curada pela galvanisação**. (Nota comunicada por M. Fabrè-Palapatr.). v. I, n. 5. p. 39-40. 1835b. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Const. de Seignot-Plancher e Cia. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 19 out. 2024.

DIARIO DE SAUDE. **Observação sobre hum caso de introdução d'huma pedrinha na caixa do tympano, e de sua expulsão por meio de huma injeção na tromba d'eustachio; pelo doutor Deleau, Junior**. v. I, n. 30. p. 237-239. 1835c. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Const. de Seignot-Plancher e Cia. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 20 out. 2024.

DIARIO DE SAUDE. **Reflexões acerca do transito livre dos doidos pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro, etc**. n. 1. p. 6-8. 1835e. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Const. de Seignot-Plancher e Cia. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 19 out. 2024.

DIARIO DE SAUDE. **Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro**. Sciencias Medicas. v. I, n. 28. p. 217-220. 1835a. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Const. de Seignot-Plancher e Cia. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 20 out. 2024.

DIARIO DO RIO DE JANEIRO. **Decreto n. 82, de 18 de julho de 1841**, fundando um hospital destinado privativamente para tratamento de alienados, com a denominação de – Hospicio de Pedro Segundo. - n. 226, ano XX. 1841b. Rio de Janeiro: Typographia do Diario. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 28 dez. 2024.

DIARIO DO RIO DE JANEIRO. **Imperial Theatro de S. Pedro de Ancântara**. n. 115, parte 2, Rio de Janeiro: Typ. do Diario, 1830. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 13 out. 2023.

DIARIO DO RIO DE JANEIRO. **Livros a' venda**. n. 167, anno XX. Rio de Janeiro: Typographia do Diario. 1841a. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 15 fev. 2023.

DIARIO DO RIO DE JANEIRO. **Livros a' venda**. n. 3. Rio de Janeiro: Typographia do Diario. 1834. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 24 dez. 2023.

DIARIO DO RIO DE JANEIRO. **O Surdo, e Mudo ou O Abbade de D'Lepée**. n. 159, ano. XVII. Rio de Janeiro: Typ. do Diario, 1838. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 1 mar. 2023.

DIARIO DO RIO DE JANEIRO. **Rio de Janeiro**. Pede-se-nos a publicação do seguinte resumo do Debate no Senado. n. 14. Rio de Janeiro: Typographia do Diario. 1833. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 30 dez. 2024.

DIARIO MERCANTIL. **Livros á Venda**. n. 123. Rio de Janeiro: S. Epifanio B. M. 1825. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 29 abr. 2023.

DUCRAY-DUMINIL, François-Guillaume. **Victor, ou o menino da selva**. Traduzido do francez em vulgar. Lisboa: Typrgrafia Rollandiana. Com licença da Meza do Desembargo do Paço. Tomo II. 1807.

GAZETA DO RIO DE JANEIRO. **Avisos**. n. 85. Rio de Janeiro: Impressão Regia. 1820. p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em 23 set. 2023.

GAZETA DO RIO DE JANEIRO. **Rio de Janeiro 12 de Agosto**. n. 96. Rio de Janeiro: Impressão Regia. 1809. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em 24 set. 2023.

GAZETA DO RIO DE JANEIRO. **Rio de Janeiro 5 de Dezembro**. n. 97. Rio de Janeiro: Impressão Regia. 1810. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em 23 dez. 2024.

GAZETA EXTRAORDINARIA DO RIO DE JANEIRO. **Rio de Janeiro**. n. 4. Rio de Janeiro: Impressão Regia. 1820. p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em 2 jul. 2023.

GAZETA UNIVERSAL. **Constituição Política da Monarquia Portuguesa, feita pelas Cortes Geraes, Extraordinarias, e Constituintes reunidas em Lisboa no anno de 1821**. Projecto. n. 48, p. 2-3. 1821. Lisboa: Na Imprensa Nacional com Licença da Comissão de Censura. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 29 dez. 2023.

HUET, Edouard. **Rapport á L'Empereur**. Museu Imperial de Petrópolis. Rio de Janeiro. 1855.

IDADE D'OURO DO BRAZIL (BA). **Bahia 16 de Agosto**. n. 28. Bahia: Typographia de Manoel Antonio da Silva Serva. 1811b. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em 24 mar. 2023.

IDADE D'OURO DO BRAZIL (BA). **Bahia**. n. 57. Bahia: Typographia de Manoel Antonio da Silva Serva. 1812. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 8 abr. 2023.

IDADE D'OURO DO BRAZIL (BA). **Bahia**. n. 82. Bahia: Typographia de Manoel Antonio da Silva Serva. 1813. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 25 mar. 2023.

IDADE D'OURO DO BRAZIL (BA). **Paris 6 de abril**. Adress do Governo Provisional ao Povo. n. 54. Bahia: Typographia de Manoel Antonio da Silva Serva. 1814. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 21 dez. 2024.

IDADE D'OURO DO BRAZIL (BA). **Prospecto de huma obra periodica que vai a publicar-se, denominada: as variedades, ou ensaios de literatura**. n. 64. Bahia: Typographia de Manoel Antonio da Silva Serva. 1811a. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 24 mar. 2023.

IMPERIO DO BRASIL: DIARIO DO GOVERNO (CE). **Repartição dos Negocios da Justiça**. n. 118. vol. 2, p. 530-531, 1823a. Ceará: Imprensa Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 19 jun. 2023.

IMPERIO DO BRASIL: DIARIO FLUMINENSE. **Ponto dos Tachigraphos, que em virtude da Imperial Determinação de 3 de Janeiro do corrente anno, expedida pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, frequentão a Aula de Tachigraphia**. vol. 9, n. 102, p. 407. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1827. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 5 jan. 2025.

IMPERIO DO BRASIL: DIARIO FLUMINENSE. **Provincia de Goyaz**. n. 21, v. 5. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1825. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 25 jun. 2023.

JORNAL DE COIMBRA. **Idiotismos da Lingua Portugueza**. v. IV, n. XVII. Lisboa: Na Impressão Regia. 1813. p. 17-19. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 25 jan. 2023.

JORNAL DE COIMBRA. **Parte III. Sobre a pena dos trabalhos publicos**. Parte II, n. XXXIII. Lisboa: Na Impressão Regia. 1814. p. 122-124. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 30 abr. 2023.

JORNAL DO COMMERCIO (RJ). **Ainda o Amphitheatro de S. Christovão**. n. 110. anno: XV. Rio de Janeiro: Typographia do Diario, 1840. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 13 fev. 2023.

LISBOA. **Orações para os surdos-mudos, expressas por signaes**. Lisboa: Impressão Regia. 1827. Disponível em: <https://purl.pt/24086>. Acesso em: 25 jun. 2023.

MUSEO UNIVERSAL. **Alphabelo manual dos surdos-mudos**. Tomo I, n. 45, p. 356. 1838. Rio de Janeiro: Em Casa dos Editores J. Villineuve e Comp. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 28 dez. 2024.

O ANALISTA. **O Governo e o Ministerio actual.** Porto Alegre: Typografia de C. D. 1810. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 28 jan. 2023.

O CAMPEÃO PORTUGUEZ. **Ao Mui Alto e Mui Poderoso Senhor Dom João VI.** Rey do Reino Unido de Portugal, Brazil e Algarves. Memorial II^o. n. 1. vol. 4. Londres: Impresso por L. Thompson. 1819b. p. 111-129. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 7 out. 2023.

O CAMPEÃO PORTUGUEZ. **Correspondencia.** Resposta as invectivas contidas na Carta, que escreveo não se sabe quem de Pernambuco, inserida em o No. 24, pag. 430, do Campeão Portuguez. vol. III, n. 30. Londres: Impresso por Thompson, Great St. Delens. 1820e. p. 345-355. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 10 dez. 2023.

O CAMPEÃO PORTUGUEZ. **Dos Poderes ou Auctoridades Constitucionaes em um Estado monarchico.** (Artigo continuado da pag. 353 do N^o. antecedente). vol. II, n. 23. Londres: Impresso por Thompson, Great St. Delens. 1820b. p. 379-387. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 13 nov. 2023.

O CAMPEÃO PORTUGUEZ. **Dos Poderes ou Auctoridades Constitucionaes em um Estado monarchico.** (Artigo continuado da pag. 430 do N^o. antecedente). vol. III, n. 25. Londres: Impresso por Thompson, Great St. Delens. 1820c. p. 4-7. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 26 nov. 2023.

O CAMPEÃO PORTUGUEZ. **Dos Poderes ou Auctoridades Constitucionaes em um Estado monarchico** (Artigo continuado da pag. 73 do No antecedente.). vol. III, n. 27. Londres: Impresso por Thompson, Great St. Delens. 1820d. p. 138-141. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 4 dez. 2023.

O CAMPEÃO PORTUGUEZ. **Há lei humana que auctorise os Reis a dispor do animal bipede, chamado homem?** He bastante a vontade dos Reis quando o povo não quer?. n. 1. vol. 3. Londres: Impresso por L. Thompson. 1819a. p. 87-95. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 7 out. 2023.

O CAMPEÃO PORTUGUEZ. **Que he o que se deve entender por a Constituição politica de um estado?.** vol. II, n. 22. Londres: Impresso por Thompson, Great St. Delens. 1820a. p. 340-353. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 12 nov. 2023.

O CAMPEÃO PORTUGUEZ. **Resposta á pergunta que nosso Correspondente Publicola nos fez a pag. 174 do N^o. antecedente.** n. 1. vol. 6. Londres: Impresso por L. Thompson. 1819c. p. 196-202. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 11 out. 2023.

O DIARIO NOVO. **Anecdota.** n. 142, p. 3. 1844. Pernambuco: Typographia Imperial de L. I. R. Roma. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 14 jan. 2024.

O GUANABARA. **Physiologia Pathologica da loucura.** (Continuado do numero antecedente). n. 23/24, Tommo I, p. 109-115. 1838 [1855]. Rio de Janeiro: Typographia Guanabarensis de L. A. F. de Menezes. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 27 out. 2024.

O PATRIOTA. **Jornal Litterario, político, mercantil, &c. do Rio de Janeiro.** n. 1. Rio de Janeiro: Imprensa Regia. 1813. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 14 mai. 2023.

O PORTO-FRANCO. **Patriotismo.** anno I, n. 24. Maranhão: Typographia de J. A. G. de Magalhães. 1849b. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 25 mar. 2023.

O PORTO-FRANCO. **Variedades.** anno I, n. 22. Maranhão: Typographia de J. A. G. de Magalhães. 1849a. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 25 mar. 2023.

O TAMOYO. **Discursos que na Assembleia Geral Constituinte Legislativa do Imperio pronunciaram, em a Sessão de 10 do corrente, os dois Illustres Srs. Deputados Andrada Machado, e Ribeiro d'Andrada, por ocasião dos horrendos atentados commettidos contra os Cidadãos David Pamplona, e Francisco Antonio Soares.** n. 35. 1823b. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 8 jul. 2023.

O TAMOYO. **Rio de Janeiro 8 de novembro.** n. 34. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1823a. p. 144-145. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 11 jun. 2023.

PUBLICAÇÕES DO ARCHIVO NACIONAL. **Estevão José Carneiro da Cunha:** traços biographicos por Francisco Augusto Pereira da Costa, extrahidos do Dicionario Biographico de Pernambucanos Celebres, Recife, 1882. p. 44-45. Vol. XXIII. Rio de Janeiro: Officinas graphicas do Archivo Nacional, 1925.

REVISTA MEDICA BRASILEIRA. **Observação sobre huma fractura do parietal direito, complicada de contusão e ferida irregular das partes molles e outras lesões graves,** por Jose Pedro de Oliveira, Dr. em medicina e cirurgia. n. 4, v. 1, p. 177-188. 1841a. Rio de Janeiro: Typographia Imparcial de F. P. Brito. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 21 nov. 2024.

REVISTA MEDICA BRASILEIRA. **Peças relativas a' consulta do Governo dirigida a' Academia Imperial de Medicina, acerca do projecto relativo a huma Casa de Saude.** n. 2, v. 1, p. 92-96. 1841b. Rio de Janeiro: Typographia Imparcial de F. P. Brito. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 16 nov. 2024.

REVISTA MEDICA FLUMINENSE. **5.^a sessão de 2 de maio de 1835.** Sociedade de Medicinan. n. 11, v. 1, p. 3-10. 1836. Rio de Janeiro: Typographia Imparcial de Brito. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 25 out. 2024.

REVISTA MEDICA FLUMINENSE. **Considerações sobre alguns objectos relativos a' hygiene publica, pelo Dr. José Pereira Rego.** n. 6, v. 6, p. 244-250. 1840a. Rio de Janeiro: Typographia Imparcial de F. P. Brito. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 10 nov. 2024.

REVISTA MEDICA FLUMINENSE. **Discurso Do Sr. Meirelles, lido na Sessão de 16 de Novembro de 1833, como Presidente.** n. 3. p. 21. 1835a. Rio de Janeiro: Typographia

Fluminense de Brito & Comp. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 26 set. 2024.

REVISTA MEDICA FLUMINENSE. **Do emprego da creosote na surdez; por Harrison Curtis, medico de Londres; traduzido of the Lancet, Nov. 1838, por Q. . . . D. M.** n. 3, v. 6, p. 130-135. 1840b. Rio de Janeiro: Typographia Imparcial de F. P. Brito. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 9 nov. 2024.

REVISTA MEDICA FLUMINENSE. **Extracto do relatorio do provedor da Santa Casa da Misericordia, com algumas notas.** n. 6, v. 5, p. 262-271. 1839a. Rio de Janeiro: Typographia Imparcial de F. P. Brito. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 8 nov. 2024.

REVISTA MEDICA FLUMINENSE. **O charlatanismo, por V. Renouard. D. M. Artigo traduzido de - la Revue Médicale Française et Étrangère - (Abril 1839) por J. M. do Rosario.** n. 10, v. 6, p. 439-444. 1841. Rio de Janeiro: Typographia Imparcial de F. P. Brito. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 10 nov. 2024.

REVISTA MEDICA FLUMINENSE. **Observação de huma otite (inflamação do ouvido) interna aguda, colhida pelo Dr. Frederico Barandon.** n. 5, v. 5, p. 185-188. 1839c. Rio de Janeiro: Typographia Imparcial de F. P. Brito. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 2 nov. 2024.

REVISTA MEDICA FLUMINENSE. **Premios propostos pela Sociedade para o anno de 1836.** n. 5. p. 48. 1835b. Rio de Janeiro: Typographia Fluminense de Brito & Comp. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 25 set. 2024.

REVISTA MEDICA FLUMINENSE. **Regra de conducta do medico no exercicio de sua profissão.** Variedades e Novidades Medicas. n. 1, v. 5, p. 22-36. 1839b. Rio de Janeiro: Typographia Imparcial de F. P. Brito. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 31 out. 2024.

SEMANARIO DE SAUDE PUBLICA. **A Regencia em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro Segundo, Faz saber a todos os Subditos do Imperio que a Assembleia Geral Legislativa Decretou, e Ella Sancionou a Lei seguinte: Titulo I - Das Escolas ou Faculdades de Medicina.** n. 155. p. 1-5. 1833. Rio de Janeiro: Typographia Imperial de E. Seignot-Plancher. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 18 out. 2024.

SEMANARIO DE SAUDE PUBLICA. **Acção da Quinina sobre os orgaos do ouvido, e sobre alguns ramos nervosos.** n. 5. p. 5-6. 1831g. Rio de Janeiro: Typographia Imperial de E. Seignot-Plancher. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 10 out. 2024.

SEMANARIO DE SAUDE PUBLICA. **Amnesia ou perda da linguagem curada com emissões sanguineas.** n. 104. p. 352. 1832b. Rio de Janeiro: Typographia Imperial de E. Seignot-Plancher. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 16 out. 2024.

SEMANARIO DE SAUDE PUBLICA. **Boletim da sociedade (Extracto das actas) Sessões de 30 de Junho de 1829**. n. 3. p. 1. 1831a. Rio de Janeiro: Typographia Imperial de E. Seignot-Plancher. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 23 dez. 2024.

SEMANARIO DE SAUDE PUBLICA. **Boletim da sociedade**: Petição. n. 4. p. 1. 1831b. Rio de Janeiro: Typographia Imperial de E. Seignot-Plancher. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 10 out. 2024.

SEMANARIO DE SAUDE PUBLICA. **Decreto**. n. 6. p. 1-2. 1831c. Rio de Janeiro: Typographia Imperial de E. Seignot-Plancher. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 10 out. 2024.

SEMANARIO DE SAUDE PUBLICA. **Discurso do Sr. Reis na ocasião de entrar na sua Presidencia em 5 de Novembro de 1831**. n. 58. p. 271-272. 1832a. Rio de Janeiro: Typographia Imperial de E. Seignot-Plancher. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 15 out. 2024.

SEMANARIO DE SAUDE PUBLICA. **Plano de hum jornal de medicina apresentado a' Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro**, pelo Sr. Dr. Sigaud, e por esta adoptado na sua Sessão de 21 de Outubro de 1830. n. 1. p. 1-4. 1831h. Rio de Janeiro: Typographia Imperial de E. Seignot-Plancher. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 10 out. 2024.

SEMANARIO DE SAUDE PUBLICA. **Reflexões sobre a inhumação dos corpos, pelo Sr. Dr. Jobim, Membro Titular**. Boletim Universal (Sciencias Medicas). n. 11. p. 58-60. 1831d. Rio de Janeiro: Typographia Imperial de E. Seignot-Plancher. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 11 out. 2024.

SEMANARIO DE SAUDE PUBLICA. **Reflexões sobre os grandes estabelecimentos, e principalmente sobre os grandes Hospitales** Pelo Dr. Luiz Vicente De-Simoni, Membro Titular. n. 12. p. 62-66. 1831e. Rio de Janeiro: Typographia Imperial de E. Seignot-Plancher. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 11 out. 2024.

SEMANARIO DE SAUDE PUBLICA. **Relatorio da Comissão de salubridade geral, da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, apresentado, e approved na Sessão de 19 de Junho**. n. 15. p. 77-80. 1831f. Rio de Janeiro: Typographia Imperial de E. Seignot-Plancher. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 12 out. 2024.

SENTINELA DA LIBERDADE A BEIRA DO MAR DA PRAIA GRANDE. **Terça feira 16 de setembro de 1823**. n. 16. Rio de Janeiro: Officina de Silva Porto, 1823a. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 7 jan. 2024.

SENTINELA DA LIBERDADE A BEIRA DO MAR DA PRAIA GRANDE. **Terça feira 14 de outubro de 1823**. n. 22. Rio de Janeiro: Officina de Silva Porto, 1823b. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 7 jan. 2024.

SENTINELA DA LIBERDADE A BEIRA DO MAR DA PRAIA GRANDE. **Terça feira 7 de outubro de 1823**. n. 19. Rio de Janeiro: Officina de Silva Porto, 1823c. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 7 jan. 2024.

SENTINELA EXTRAORDINARIA A' BEIRA MAR DA PRAIA GRANDE. **Sexta feira 19 de setembro de 1823**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1823. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 6 jan. 2024.

SESSÃO EXTRAORDINARIA DA CAMARA DOS SNRS. SENADORES. **Sessão preparatória para a instalação da Assembleia Geral Legislativa extraordinariamente convocada, e mandada reunir por Decreto de 7 de Janeiro do corrente anno**. Ed. Extra 1. Rio de Janeiro: Typographia de Lessa & Pereira, 1833. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 19 jun. 2023.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **O tecelão dos tempos: novos ensaios de teoria da história**. São Paulo: Intermeios, 2019.

ALMEIDA, Nelson Abel de. Da Assembléia Constituinte à carta outorgada de 1824. **Revista de História**, [s. l.], v. 45, n. 92, p. 337-350, 1972. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/131863>. Acesso em: 12 jun. 2023.

ALVES, Rubem. **EU MAIOR – entrevista com Rubem Alves**. Canal EU MAIOR. 2011.

Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PaCFf8L-2dA>. Acesso em: 24 dez. 2023.

BAHIA, Marcia. **Equipe técnica do MNBA descobre ‘uma nova coleção’ no acervo, depois de pesquisa**. 2017. Blog. Disponível em: <https://lulacerda.ig.com.br/equipe-tecnica-do-mnbh-descobre-uma-nova-colecao-no-acervo-depois-de-pesquisa/>. Acesso em: 6 jan. 2024.

BANKS-LEITE, Luci; SOUZA, Regina Maria de. O des(encontro) entre Itard e Victor: os fundamentos de uma Educação Especial. *In*: BANKS-LEITE, Luci; GALVÃO, Izabel (org.). **A educação de um selvagem: as experiências pedagógicas de Jean Itard**. São Paulo: Cortez, 2000, p. 57-82.

BARROS, José Costa D’Assunção. O campo histórico - considerações sobre as especialidades na historiografia contemporânea. **Revista História Unisinos**, São Leopoldo, v. 9, n. 3, p. 230-239, 2005. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/6433>. Acesso em: 21 dez. 2023.

BARROS, Manoel de. **Poemas Rupestres**. 2 ed. Rio de Janeiro: Best Seller, 2006.

BESTNET. **Lote – Victor, ou o Menino da Selva**. Leilões. Lote terminado. Disponível em: <https://www.bestnetleiloes.com/pt/leiloes/livros-14/victor-ou-o-menino-da-selva>. Acesso em: 29 abr. 2023.

BIBLIOTECA IBGE. **Catálogo**. Fotografia. Santa Casa da Misericórdia: Santos, SP. 2024. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/?id=443958&view=detalhes>. Acesso em: 23 dez. 2024.

BRASIL. **Anais do Parlamento brasileiro: Assembleia Constituinte de 1823**. Rio de Janeiro: Tipografia de Viúva Pinto & Filho, 1884. t. 6. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/222325>. Acesso em: 3 jan. 2024.

BRASIL. **Carta de Lei de 25 de Março de 1824**. Constituição Política do Imperio do Brazil (de 25 de março de 1824). Constituição Política do Império do Brasil, elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em 25.03.1824. Rio de Janeiro: Secretaria do Estado dos Negocios do Imperio do Brazil. 1824. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: 18 jul. 2023.

BRASIL. **Catálogo Biográfico dos Senadores Brasileiros: 1826 a 1986**. Projeto de Biografia dos Senadores do Império e da República. Vol II. Brasília: Senado Federal, 1986. Disponível em: <https://pdfcoffee.com/senadoresbrasileiros2-pdf-free.html>. Acesso em: 17 jul. 2023.

BRASIL. **O Tamoyo & Sentinella da Liberdade à Beira Mar da Praia Grande**: coletânea de jornais que levaram à dissolução da Assembleia Constituinte de 1823. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2023.

CARVALHO, Alexandre Filordi de; GALLO, Silvio Donizetti de Oliveira. Foucault e a governamentalidade democrática: a questão da precarização da educação inclusiva. **Mnemosine**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 146-160, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/mnemosine.2020.52688>. Acesso em: 19 out. 2022.

CARVALHO, Alexandre Filordi de. Sociedade capitalista e produção disciplinar excludente: a atualidade de Vigiar e Punir na compreensão da função-sujeito contemporânea. *In*: CARVALHO, Alexandre Filordi de; GALLO, Sílvio (orgs.). **Repensar a educação: 40 anos após vigiar e punir**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2015, p. 175-207.

CARVALHO, Frank Viana. **O Pensamento Político Monarcômaco**: da limitação do poder real ao contratualismo. 2007. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8133/tde-30072008-125008/pt-br.php>. Acesso em: 14 mai. 2023.

CARVALHO, Marcus Vinicius Corrêa. Mimese: sobre processos de conhecimento, representação artística e formação na história da educação. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 35, n. 73, p. 15-31, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/62733>. Acesso em: 23 dez. 2024.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. **Historia de la gubernamentalidad**: razón de Estado, liberalismo y neoliberalismo en Michel Foucault. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Pontificia Universidad Javeriana – Instituto Pensar; Universidad Santo Tomás de Aquino, 2010.

CEDAP. **Catálogo de Periódicos**. Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa “Prof.^a Dr.^a Anna Maria Martínez Corrêa” Faculdade de Ciências e Letras de Assis - Unesp. Faculdade de Ciências e Letras - Câmpus de Assis. São Paulo. 2023. Disponível em: http://www2.assis.unesp.br/cedap/cat_periodicos/popup2/sentinela_da_liberdade.html. Acesso em: 4 mai. 2023.

CONCEIÇÃO, Helton da Silva. **O cenário arquitetônico como passarela do carnaval carioca**: um quebra cabeça poético e multicultural através da colagem. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Comunicação Visual Design) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/14747>. Acesso em: 14 fev. 2023.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2019.

DELEUZE, Gilles. **Michel Foucault**: as formações históricas. (Aula 8) São Paulo: N-1 edições; Editora filosófica Politeia, Pandemia, 2017.

DINIZ, Heloise Gripp. **A história da Língua de Sinais dos surdos brasileiros**: um estudo descritivo de mudanças fonológicas e lexicais da Libras. Rio de Janeiro: Arara Azul, 2011.

ENTRIBERICOS. **Entremez do sapateiro surdo**. Entremezes Ibéricos & Teatro Breve. 2023. Disponível em: <https://entribericos.com/corpus/versao1.jsp?id=640>. Acesso em: 15 fev. 2023.

ESPAÇO. Informativo técnico-científico do INES. **Revista Espaço**, n. 1, 1990. Rio de Janeiro: MEC/INES. Disponível em: <https://seer.ines.gov.br/index.php/revista-espaco>. Acesso em: 24 jun. 2023.

ESTEVES, Hermínio; GOMES, Nancy. O Congresso de Viena. **Janus**, [Lisboa], p. 1-6. 2008. Disponível em: <https://repositorio.ual.pt/entities/publication/420fbd3e-aa2c-49a0-a2a1-f92b0c6c6da3>. Acesso em: 28 dez. 2024.

EWALD, François. **Foucault, a norma e o direito**. 2 ed. Lisboa: Vega, 2000.

FERREIRA, Michel de Vilhena; PAIXÃO, Carlos Jorge; OLIVEIRA, Damião Bezerra. Elementos de linguagem e arqueogenealogia em Michel Foucault. **Revista da Anpoll**, Florianópolis, v. 53, n. 2, p. 85-99, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.18309/ranpoll.v53i2.1759>. Acesso em: 22 dez. 2023.

FERREIRA-NETO, João Leite. Pesquisa e Metodologia em Michel Foucault. **Revista Psicologia: teoria e pesquisa**, Brasília, v. 31, n. 3, p. 411-420, 2015. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistapt/article/view/18618>. Acesso em: 23 jun. 2023.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Trabalhar com Foucault**: arqueologia de uma paixão. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 8 ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2020a.

FOUCAULT, Michel. A ética do Cuidado de Si como prática da liberdade. *In*: FOUCAULT, Michel. **Ética, Sexualidade, Política**. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017. [1984]. p. 258-280. (Ditos e Escritos, vol. V).

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. 9 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. (Coleção Tópicos).

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). 2 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010a. (Coleção Obras de Michel Foucault).

FOUCAULT, Michel. Eu sou um pirotécnico. *In*: DROIT, Roger-Pol (org.). **Michel Foucault**: Entrevistas. São Paulo: Graal, 2006a, p. 67-100.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1**: a vontade de saber. 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020b. (Coleção Biblioteca de Filosofia).

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 9 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da clínica**. 5 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003a.

FOUCAULT, Michel. **O poder psiquiátrico**: curso dado no Collège de France (1973-1974). São Paulo: Martins Fontes, 2006b. (Coleção Tópicos).

FOUCAULT, Michel. **Os anormais**: curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010b. (Coleção Obras de Michel Foucault).

FOUCAULT, Michel. Poderes e estratégias. *In*: FOUCAULT, Michel. **Estratégia, Poder-Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003b, p. 241-252. (Ditos e Escritos, vol. IV).

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 42 ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014.

FRANCO, Renato. **Órfãos e Expostos no Império luso-brasileiro**. 2018. Disponível em: http://historialuso.arquivonacional.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5201&Itemid=344. Acesso em: 7 mai. 2023.

FSSPX. Fraternidade Sacerdotal São Pio X. A espórtula e as intenções de Missa. [s. d.]. Disponível em: <https://fsspx.com.br/pt/esportula-e-intencoes-missa-44754#:~:text=Os%20fi%C3%A9is%2C%20ao%20pedirem%20uma,ou%20pedindo%20por%20elas%2C%20etc>. Acesso em: 21 mai. 2025.

GALVÃO, Izabel; DANTAS, Heloysa. O lugar das interações sociais e das emoções na experiência de Jean Itard com Victor do Aveyron. *In*: BANKS-LEITE, Luci; GALVÃO, Izabel (org.). **A educação de um selvagem**: as experiências pedagógicas de Jean Itard. São Paulo: Cortez, 2000, p. 83-104.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOV.BR. **Polícia Federal recupera peça furtada de capela do INES**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES, 2023a. Disponível em: <https://www.gov.br/ines/pt-br/central-de-conteudos/noticias/policia-federal-recupera-peca-furtada-de-capela-do-ines>. Acesso em: 25 jun. 2023.

GOV.BR. **Santo Antônio**: Polícia Federal recupera mais três peças furtadas de capela do INES. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES, 2023b. Central de Conteúdos - Notícias. Disponível em: <https://www.gov.br/ines/pt-br/central-de-conteudos/noticias/santo-antonio-policia-federal-recupera-mais-tres-pecas-furtadas-de-capela-do-ines>. Acesso em: 25 jun. 2023.

GONÇALVES, Sheila Lopes Leal. **O teatro e o político**: práticas sociais no Rio de Janeiro e em Buenos Aires (1830-1820). 2017. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana, 2017. Disponível em: <https://www.repositorio.ufop.br/handle/123456789/9358>. Acesso em: 2 jul. 2023.

GOV.BR. **Imperial Instituto dos Meninos Cegos**. Dicionário da Administração Pública Brasileira do Período Imperial. Rio de Janeiro. 2015. Disponível em: <https://mapa.an.gov.br/index.php/assuntos/15-dicionario/65-dicionario-da-administracao->

publica-brasileira-do-periodo-imperial/327-imperial-instituto-dos-meninos-cegos. Acesso em: 3 jan. 2025.

KLAFKE, Mariana Figueiró. **Heróis e coringas no palco: o teatro de arena prega a resistência**. 2016. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/143093>. Acesso em: 14 fev. 2023.

KURY, Lorelai. Introdução. *In*: KURY, Lorelai (org.). **Iluminismo e império no Brasil: o patriota (1813-1814)**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007, p. 9-13. (Coleção História e Saúde).

LARROSA, Jorge. Tecnologias do Eu e Educação. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **O sujeito da educação: estudos foucaultianos**. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 35-86.

LEAL, Aurelino. **História Constitucional do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2014. (Série Edições do Senado Federal).

LENE, Hérica. Memória e história na Bahia: os pasquins sediciosos da Revolta de 1798. *In*: CONGRESSO INTERCOM - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, XXXIX, 2016, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Intercom, 2016. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2016/trabalhos.htm>. Acesso em: 5 maio 2023.

LIMA, Carlos Roberto de Oliveira Lima. Influências de D. Pedro II sobre a educação de surdos no Brasil: uma visão foucaultiana. *In*: ONOFRE, Eduardo Gomes; MELO, Margareth Maria de; FERNANDEZ, Sandra Meza (org.). **Construindo diálogos na educação inclusiva: acessibilidade, diversidade e direitos humanos**. IV Congresso Internacional de Educação Inclusiva, CINTEDI. Campina Grande: Realize Editora, 2020, p. 834-853. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/73812>. Acesso em: 7 abr. 2023.

LIMA, Carlos Roberto de Oliveira. Apresentação. *In*: LIMA, Carlos Roberto de Oliveira. (org.). **Educação de surdos: tensões e saberes educacionais em debate**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2023, p. 11-16.

LIMA, Carlos Roberto de Oliveira. E sobre o neto surdo de D. Pedro II, alguém já ouviu falar? *In*: REUNIÃO REGIONAL DA ANPED CENTRO-OESTE, XVI., 2022. **Anais...** Campo Grande, MS: Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, UEMS, 2022. Disponível em: <http://anais.anped.org.br/regionais/p/centrooeste2022/trabalhos?page=5>. Acesso em: 7 abr. 2023.

LIMA, Carlos Roberto de Oliveira. O filho surdo da Princesa Isabel: condições de emergência de uma “vontade de verdade”. *In*: LIMA, Carlos Roberto de Oliveira (org.). **Ensaio Histórico da Educação de Surdos**. Campo Grande: UFMS, 2023, p. 65-87. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/7877>. Acesso em: 25 dez. 2023.

LOPES, Maura Corcini. FABRIS, Eli Henn. **Inclusão e educação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. (Coleção Temas & Educação).

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. *In*: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O**

corpo educado: pedagogias da sexualidade. 4 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019, p. 7-42.

LUCCOCK, John. **Notas sôbre o Rio-de-Janeiro e partes meridionais do Brasil tomadas durante uma estada de dez anos nesse país, de 1808 a 1818.** 2 ed. São Paulo: Martins Editora S. A, 1951. Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/1275>. Acesso em: 2 jul. 2023.

MACHADO, José Ronaldo de Freitas. Metodologias de pesquisa: um diálogo quantitativo, qualitativo e quanti-qualitativo. **Revista Devir Educação**, Lavras, v.7, n.1, p. 1-21, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.30905/rde.v7i1.697>. Acesso em: 21 dez. 2024.

MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. *In*: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** 9 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019, p. 7-34.

MARQUES, Joaquim Campelo; FERREIRA, Cristiano. 1823: Assembleia Constituinte. *In*: MARQUES, Joaquim Campelo; FERREIRA, Cristiano (org.). **Falas do Trono:** de Dom Pedro I, Dom Pedro II e Princesa Isabel, vol. 269. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2019, p. 29-39 (Edições do Senado Federal). Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/562127>. Acesso em: 12 jun. 2023.

MAWE, John. **Viagens ao interior do Brasil especialmente aos distritos do ouro e do diamante, em 1809-1810.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1922. Publicações do Centenário em Minas Gerais. (Coletânea de Cientistas Estrangeiros, Assuntos Mineiros, v. 1). Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/7921?locale=en>. Acesso em: 12 jul. 2023.

MENCK, José Theodoro Mascarenhas. **1823:** a Constituinte interrompida. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2023. Obra comemorativa dos 200 anos da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil – a primeira experiência parlamentar nacional. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/41448>. Acesso em: 3 jan. 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social.** Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORIN, Edgar. Para além do Iluminismo. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, v. 12, n. 26, p. 24-28, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2005.26.3299>. Acesso em: 2 jan. 2025.

NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. A vida política. *In*: SILVA, Alberto da Costa e (coord.). **Crise colonial e independência:** 1808-1830. vol. 1. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011, p. 75-114. (História do Brasil Nação: 1808-2010).

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101>. Acesso em: 24 jun. 2023.

OLIVEIRA, Liliane Assumpção. **Fundamentos Históricos, Biológicos e Legais da Surdez.** Curitiba: IESDE Brasil s.a., 2011.

OSÓRIO, Antônio Carlos do Nascimento. As instituições: discursos, significados e significantes, buscando subsídios teóricos e metodológicos... *In*: OSÓRIO, Antônio Carlos do Nascimento (org.). **Diálogos em Foucault**. Campo Grande: Ed. Oeste, 2010, p. 95-133.

PINTO, Fernanda Bouth. O silencioso despertar do mundo surdo brasileiro. **Revista Fênix de História e Estudos Culturais**, Uberlândia, v. 3, n. 2, ano III, p. 1-14, 2006. Disponível em: <https://revistafenix.emnuvens.com.br/revistafenix/article/view/904>. Acesso em: 13 fev. 2023.

PONTES, Lilian Cordeiro; ALVES, Regina Maria Memória. **A Taquigrafia e seus fundamentos**: rápido registro da palavra falada. Assembleia Legislativa do Ceará. Fortaleza: Universidade do Parlamento Cearense, 2012. Disponível em: <https://www.al.ce.gov.br/index.php/noticias/al-disponibiliza-no-site-o-livro-a-taquigrafia-e-seus-fundamentos>. Acesso em: 10 jul. 2023.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**: estética e política. 2 ed. São Paulo: EXO experimental org; Ed. 34, 2009.

REIS, Vania Prata Ferreira. **A criança surda e seu mundo**: o estado-da-arte, as políticas e as intervenções necessárias. 1992. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 1992. [Dissertação não publicada].

ROCHA, Solange Maria da. **Instituto Nacional de Educação de Surdos**: uma iconografia dos seus 160 anos. Rio de Janeiro: MEC/INES, 2018.

ROCHA, Solange Maria da. **Memória e História**: a indagação de Esmeralda. Rio de Janeiro: Arara Azul, 2010 (Caderno Acadêmico).

ROCHA, Solange Maria da. **O INES e a educação de surdos no Brasil**. Rio de Janeiro: INES, 2007.

ROCHA, Solange Maria da. Visitando o acervo do INES. **Revista Espaço**, n. 47. Dossiê Educação de Surdos: tendências e desafios contemporâneos. Rio de Janeiro: INES, 2017, p. 285-290. Disponível em: <https://seer.ines.gov.br/index.php/revista-espaco/article/view/1232>. Acesso em: 25 jun. 2023.

ROCHA, Tacia; COITO, Roselene de Fatima. “Esta é uma obra coletiva de ficção...” Representação e Similitude em Michel Foucault e as telenovelas exibidas pela TV Globo. **Revista Comunicação Midiática**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 199-215, 2023. Disponível em: <https://www2.faac.unesp.br/comunicacaomidiatica/index.php/CM/article/view/574>. Acesso em: 24 dez. 2024.

SILVA, Alberto da Costa e. As marcas do período - Introdução ao volume 1. *In*: SILVA, Alberto da Costa e (coord.). **Crise colonial e independência**: 1808-1830. vol. 1. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011, p. 23-33. (História do Brasil Nação: 1808-2010).

SOUZA, Nelson Mello e. O movimento modernista: considerações. **Carta mensal**, Rio de Janeiro, n. 721, p. 3-99, 2015. Disponível em: <http://biblioteca.ijsn.es.gov.br/Record/326528/Similar?lng=da#description>. Acesso em: 23 dez. 2024.

SOUZA, Victor Galdino Alves de. Por uma ontologia crítica do imaginário. **Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea**, Brasília, v. 7, p. 257-291, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/rfmc.v7i1.23140>. Acesso em: 5 abr. 2023.

TAVARES, Luis Henrique Dias. **Bahia, 1798**. 2 ed. Salvador: EDUFBA, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/16792>. Acesso em: 5 mai. 2023.

TAVARES, Luis Henrique Dias. **Sedição intentada na Bahia em 1798**. 2 ed. Salvador: EDUFBA, 2016.

TEIXEIRA, Marli Geralda. **Revolta de Búzios ou Conjuração Baiana de 1798**: uma chamada para a liberdade. Pasta de Textos da Professora e do Professor para o Ensino de História da África e Cultura Afro-brasileira. Salvador: Secretaria de Educação da Bahia, 2017. Disponível em: <http://educacao3.salvador.ba.gov.br/>. Acesso em: 6 maio 2023.

TEIXEIRA, Milton. **Teatro João Caetano, no Rio, faz 200 anos neste sábado**. Portal Globo Produções, G1, matéria de Káthia Mello. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/10/teatro-joao-caetano-no-rio-faz-200-anos-neste-sabado.html>. Acesso em: 2 jul. 2023.

THOMA, Adriana da Silva. **Imaginário social e educação do surdo institucionalizado**. 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1997. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/70870>. Acesso em: 5 abr. 2023.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault & a educação**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. (Pensadores & Educação).

VEIGA-NETO, Alfredo. Incluir para saber. Saber para incluir. **Pro-Posições**, Campinas, v. 12, n. 2-3, p. 22-31, 2001. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643993>. Acesso em: 23 abr. 2021.

VIANNA, Helio. **D. Pedro I e o sardo Grondona**. Folhetim do “Jornal do Commercio”. ano 133, n. 201, p. 6, caderno I. 1960. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 31 dez. 2023.

VIEIRA-MACHADO, Lucylene Matos da Costa. **(Per)curso na formação de professores de surdos capixabas**: a constituição da educação bilíngue no estado do Espírito Santo. 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/185116>. Acesso em: 24 fev. 2023.

WITCHES, Pedro Henrique. **Surdus mundi**: educação linguística de surdos no século XIX. Curitiba: Appris, 2022. (Educação, Tecnologias e Transdisciplinaridades).

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 3 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2000, p. 7-72.